

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Roberto Carlos Rodrigues

A ATUAÇÃO DE DOM DANIEL HOSTIN NO
PROCESSO DE RECATOLIZAÇÃO NO VALE DO RIO
DO PEIXE (1930-1960)

Passo Fundo

2020

Roberto Carlos Rodrigues

A ATUAÇÃO DE DOM DANIEL HOSTIN NO
PROCESSO DE RECATOLIZAÇÃO NO VALE DO RIO
DO PEIXE (1930-1960)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História, sob a orientação da Professora Doutora Gizele Zanotto.

Passo Fundo

2020

Rodrigues, Roberto Carlos

A atuação de Dom Daniel Hostin no processo de recatolização no Vale do Rio do Peixe. /Roberto Carlos Rodrigues (1930 - 1960). – Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo- UPF, 2020.

178 p. il. Color.

Orientadora: Professora Doutora Gizele Zanotto.

Monografia (Mestrado) – Universidade de Passo Fundo- UPF, Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas- RGS, 2020.

Inclui Bibliografia.

1. Recatolização (1930-1960). 2. Vale do Rio do Peixe.

I.Rodrigues, Roberto Carlos. II.Universidade de Passo Fundo.III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Bibliotecário
Nelson Magalhães de Oliveira – CRB 685/14ª Região

AGRADECIMENTOS

Esse espaço de agradecimento representa o reconhecimento àqueles que, de alguma forma, contribuíram para o desenvolvimento dessa dissertação. Muitas são as pessoas que merecem minha gratidão: Começo externando meu reconhecimento ao Instituto Federal Catarinense – Campus Luzerna pelo tempo liberado para a pesquisa, que me proporcionou a oportunidade de me dedicar aos estudos. Ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade de Passo Fundo e ao corpo docente, em especial ao professor Dr. Adelar Heinsfeld, pelo aceite em participar da qualificação deste trabalho e pelas ótimas colaborações à pesquisa. À minha orientadora, professora Dra. Gizele Zanotto, que através de suas orientações e dicas foi-me um importante guia, agradeço pela paciência e por sempre acreditar em mim. À professora Dra. Eliane Filippim, por suas dicas na busca por bibliografia. Agradeço também ao Padre Pedro, por me receber tão bem na Paróquia Santa Terezinha de Joaçaba, ao Dom Frei Mário Marquez, Bispo da Diocese de Joaçaba, ao Vigário Geral da Cúria de Lages, Padre Ildo Ghizoni e demais funcionários, tanto da Paróquia Santa Terezinha em Joaçaba, quanto da Cúria de Lages. Por fim, agradeço a Deus, razão da minha história de vida e aos meus familiares, em especial à minha mais que amada esposa Daniele Galvão Rodrigues, digna do meu amor e fonte de toda a minha inspiração, àqueles que sempre estiveram comigo neste período tão conturbado, mas também tão realizador; à minha adorável filha Amanda, cuja gestação e nascimento foram paralelos a este trabalho.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo analisar como se deu o processo denominado “recatolização”, termo dado ao processo de restauração da Igreja Católica no Brasil, na primeira metade do século XX, que promove a sua reestruturação. Recatolização é o termo usado, nesta pesquisa, para conceituar o fenômeno em que os católicos praticantes do chamado “catolicismo popular” são chamados a praticar o “catolicismo romanizado”, que buscava o retorno ao conservadorismo tradicional tridentino e, com isso, promover o fortalecimento dos dogmas católicos contra as práticas do “catolicismo popular” e investidas doutrinárias das demais denominações religiosas. O enfoque do trabalho se deu na atuação do primeiro Bispo de Lages - Dom Daniel Hostin no processo de recatolização, entre os anos 1930-1960, na região da Diocese de Lages – SC. Por meio de várias estratégias, em comum com um programa de pleno alinhamento com a Igreja Universal Católica, Dom Daniel, através de estreitos laços com vários campos da sociedade do oeste catarinense e planalto serrano, buscou implantar e reformar o espírito católico. Para tanto, implementou leis e práticas religiosas, aumentando e incentivando, sobretudo, as devoções à eucaristia, o nacionalismo, a hierarquia católica e o amor e obediência ao Papa. A metodologia utilizada apoia-se em uma revisão bibliográfica em relação ao tema, na realização de pesquisa documental nas atas de visitas e cartas pastorais, comunicados e avisos diocesanos nos arquivos da Diocese de Lages, e, sobretudo, no Livro Tombo da Paróquia de Joaçaba –SC e em outros documentos oficiais da Igreja Católica que contemplaram a atuação de Dom Daniel no período proposto. Foram, ainda, consultados jornais e periódicos que abordam essa temática. O recorte temporal de 1930-1960 se fez necessário pela forte atuação do Bispo Dom Daniel no governo diocesano nesse período, que pôde ser considerado de suma importância para o avanço institucional da Igreja Católica na mesorregião Oeste Catarinense. Focaliza-se neste trabalho a relação Igreja e Estado, principalmente no período imperial; as relações de poder entre o clero e as elites locais da mesorregião Oeste Catarinense e Planalto Serrano, no período proposto pela pesquisa; a relação da hierarquia eclesiástica com os fiéis leigos; o poder simbólico, proposto por Bourdieu; a analogia do pêndulo, proposta por Ivan Manoel. A pretensão dessa pesquisa é contribuir na discussão sobre o processo de recatolização na região estudada, sem esgotar o assunto, servindo como instrumento para futuras pesquisas sobre essa temática.

Palavras-chave: Recatolização. Igreja Católica. Mesorregião Oeste Catarinense. Dom Daniel Hostin.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze how the “recatolization” process, a term given to the process of restoration and restructuration of the Catholic Church in Brazil, took place in the first half of the 20th century. Recatolization is the term used in this research to conceptualize the phenomenon in which Catholics who practice the so-called “popular Catholicism” are summoned to practice “Romanized Catholicism”, which sought to return to traditional Tridentine conservatism and, thereby, promoted the strengthening of the Catholic dogmas against the practices of “popular Catholicism” and doctrinal advances from other religious denominations. The focus of the work was on the performance of the first bishop of Lages, Dom Daniel Hostin, in the recatolization process, between the 1930s-1960s, at the region of the Lages’ Diocese - SC. Through various strategies, in common with a program of full alignment with the Universal Catholic Church, Dom Daniel, through close ties with various fields of society at western Santa Catarina and the Planalto Serrano region, sought to implant and reform the Catholic spirit. With this purpose, he implemented religious laws and practices, increasing and encouraging, above all, devotions to the Eucharist, nationalism, the Catholic hierarchy and the love and obedience to the Pope. The applied methodology was based on a bibliographic review concerning the theme, conducting documentary research in the minutes of visits and pastoral letters, bulletins and diocesan notices in the archives of the Diocese of Lages, and, above all, in the Tombo Book of the Parish of Joaçaba - SC, besides other official documents of the Catholic Church that contemplated Dom Daniel's performance in the proposed period. Newspapers and periodicals that address this issue were also consulted. The time frame from 1930 to 1960 was made necessary by the strong performance of Bishop Dom Daniel in the diocesan government in that period, which could be considered of paramount importance for the institutional advancement of the Catholic Church at the mesoregion West Santa Catarina. This work focuses on the relationship between Church and State, mainly in the imperial period; the power relations between the clergy and the local elites of the mesoregion West Santa Catarina and Planalto Serrano, in the period proposed by the research; the relationship of the ecclesiastical hierarchy with the lay faithful; the symbolic power proposed by Bourdieu; and the pendulum analogy, proposed by Ivan Manoel. This research intends to contribute to the discussion on the process of recatolization in the studied region, without exhausting the subject, serving as an instrument for future research on this topic.

Keywords: Recatolization. Catholic Church. Mesoregion West Santa Catarina. Dom Daniel Hostin.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Território de abrangência da Diocese de Lages	89
Figura 2 - Dom Daniel Hostin.....	92
Figura 3 - Brasão Diocesano de Lages.....	93
Figura 4 - Brasão Episcopal de Dom Daniel	95
Figura 5 - Antigo Município de Cruzeiro, 1935. Atual Município de Joaçaba	104
Figura 6 - Igreja Matriz de Capinzal.....	143
Figura 7 - Colégio Cristo Rei, em Herval, na década de 40.....	149
Figura 8 - Colégio Cristo Rei, em Joaçaba, na década de 60.....	150
Figura 9 - Festa de inauguração, em 11/04/1943, do Colégio Marista Frei Rogério.....	151
Figura 10 - Primeiro dia de aula do Ginásio Frei Rogério, em abril de 1943.....	152
Figura 11 - Turma da Cruzada Eucarística, em 1946.....	153
Figura 12 - Grupo de Alunos da Ação Católica, em 1946.....	154
Figura 13 - Seminário São João Batista.....	158

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Comparação estatística da Diocese de Lages (1927-1951).....	156
Tabela 2 - Relação de alunos do Seminário Menor São João Batista, em Bom Retiro, em 1941.....	157
Tabela 3 - Comparativo estatístico da Diocese de Lages (1927-1967).....	159

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AUC	Ação Universitária Católica
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CRB	Conferência dos Religiosos do Brasil
DSI	Doutrina Social da Igreja
JEC	Juventude Estudantil Católica
ICAR	Igreja Católica Apostólica Romana
LEC	Liga Eleitoral Católica
OFM	Ordem dos Frades Menores
PRC	Partido Republicano Catarinense
UPF	Universidade de Passo Fundo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO I	16
A IGREJA CATÓLICA SE REORGANIZA (FIM DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX)	16
1.1 A INSTAURAÇÃO DA REPÚBLICA NO BRASIL E A LAICIZAÇÃO DO ESTADO	16
1.2 A REORGANIZAÇÃO CATÓLICA HIERÁRQUICA PÓS-PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA.....	35
1.3 A RECATOLIZAÇÃO DOS CATÓLICOS.....	50
CAPITULO II	63
O REFORÇO DA IGREJA CATÓLICA EM SANTA CATARINA E A CRIAÇÃO DA DIOCESE DE LAGES	63
2.1 O AVANÇO INSTITUCIONAL DA IGREJA CATÓLICA NA REGIÃO SUL DO BRASIL	63
2.2 DOM DANIEL HOSTIN E A CONSTITUIÇÃO DO PODER CIRCUNSCRICIONAL EM LAGES.....	80
2.3 A IGREJA CATÓLICA NA MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE.....	96
CAPITULO III	106
DOM DANIEL HOSTIN E A RECATOLIZAÇÃO DA MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE	106
3.1 A COLONIZAÇÃO DA MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE E A INSTAURAÇÃO DO CATOLICISMO	106
3.2 AS AÇÕES DE DOM DANIEL HOSTIN NA MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE	119
3.2.1 As cartas pastorais, ofícios circulares e avisos.	119
3.2.2 As visitas pastorais	137
3.2.3 As homenagens, comemorações e ações pastorais	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS	160
REFERÊNCIAS	165
FONTES	174

INTRODUÇÃO

Compreende-se que a história da Igreja Católica no Brasil, durante a segunda metade do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX, marcou-se pela busca do fortalecimento institucional através da conjunção de múltiplos fatores. Dentre tais fatores, destacam-se, a nomeação de bispos afinados com a proposta da Santa Sé, denominados de bispos ultramontanos, a vinda de ordens e congregações religiosas estrangeiras masculinas e femininas, a reorganização da estrutura organizacional e devocional da Igreja, a moralização do clero, a edificação de seminários e o fortalecimento da prática pastoral, seja através de visitas pastorais ensejadas pelos bispos, da realização de conferências episcopais, de missões evangelísticas, de sínodos diocesanos, até de sólidas alianças com elites locais e regionais.

Durante décadas, a Igreja Católica fora, institucionalmente, subordinada ao Estado Imperial instituído, através do regime de padroado, no Brasil. Assim, cabia ao Estado o recolhimento do dízimo, o pagamento das cômruas do clero e até o direito de permitir ou não que uma encíclica papal ou qualquer outro documento fosse válido no Brasil. O Estado fiscalizava os religiosos, vigiava o ingresso de noviços, concedendo licenças limitadas para o acesso dos candidatos à vida clerical. Os membros do clero eram tidos como funcionários públicos e esses dependiam do Estado para efetivar suas ações. Sendo assim, no período de 1822 a 1889, era muito comum os agentes do clero terem outras ocupações na vida civil para poderem complementar a sua renda e, assim, conseguirem manter sua vida social. Durante o regime do padroado, a Igreja Católica não avançou de forma significativa e o Estado foi um dos responsáveis por sua estagnação. A Igreja ansiava avançar, mas o Estado estava ali como poder limitador de suas ações.

Com a Primeira República, tem-se o fim do regime de padroado, que “libertava” a Igreja de uma aliança com o Estado, dando-lhe maior liberdade, que seus líderes tanto almejavam. Essa liberdade da Igreja trouxe, em um primeiro momento, certa insegurança, criando um paradoxo, pois a Igreja Católica, que até então era a Igreja oficial e se considerava a “Igreja verdadeira e mãe das demais denominações”, agora é equiparada às demais entidades religiosas. Além disso, a

Igreja temia crises financeiras devido à perda do apoio do Estado, uma vez que a religião católica já não era mais a religião oficial do Estado Brasileiro. Tal insegurança não tardou a se agudizar, pois foi promulgado o Decreto 119-A do Governo Provisório, datado de 7 de janeiro de 1890, preconizando o Estado não confessional, abolindo o nome de Deus das cerimônias públicas, dando às demais religiões o mesmo status reservado ao catolicismo, instituindo o casamento civil e ameaçando de expropriação os bens eclesiásticos.

A liderança da Igreja reagiu e conseguiu que os bens da instituição fossem poupados e as ordens e congregações admitidas sem reservas. Porém, o clero continuou a buscar mais espaço dentro do Estado Republicano, na intenção de legitimar seu poder como uma instituição secular. A Igreja estava em terras brasileiras desde os tempos coloniais, ou seja, a presença católica no Brasil estava na base da formação da sociedade e a Igreja usaria isso a seu favor.

A Igreja Católica, agora no Estado Republicano, recém-implantado, tenta se fazer presente em todas as unidades da federação. Os bispos ultramontanos se unem para fortalecer a Igreja e solicitam, ao Pontífice, a criação de dioceses por todo o país. Os bispos tomam como diretriz básica de sua ação pastoral e organizacional as decisões emanadas do Concílio Plenário Latino-Americano, de 1899, que espelham as decisões do Concílio de Trento (1545-1563) e do Vaticano I (1869-1870). O bispado tem, a partir daí, como auxiliares em potencial, as ordens e congregações religiosas estrangeiras masculinas e femininas que, em âmbito local, atuam em conformidade com a autoridade diocesana.

Essa nova postura da Igreja Católica tem como objetivo desenvolver o processo de recatolização, que buscou, recorrendo a novas estratégias de ação, reaproximar o Estado da Igreja e a Igreja do povo. Recatolização é o termo usado nesta pesquisa para conceituar o fenômeno em que os católicos praticantes do chamado “catolicismo popular” e os demais católicos não praticantes são chamados a praticar o “catolicismo romanizado”, que buscava o retorno ao conservadorismo tradicional tridentino. Esse processo, ainda, ajudaria os fiéis na consolidação dos dogmas católicos no cotidiano e, com isso, preveni-los-ia das investidas das doutrinas das demais denominações religiosas. Ressalta-se que na região compreendida por esta pesquisa, devido à ausência do clero oficial, era comum, no período estudado, a prática de um catolicismo popular, marcado pela atuação do leigo nas práticas religiosas, com uma forte influência do misticismo religioso e uma

forte ascensão do protestantismo e de comunidades espíritas na busca por espaço perante a sociedade e na busca por novos adeptos às suas instituições.

Com a recatolização, a adesão às práticas tradicionais demonstrou uma maior integração dos fiéis à paróquia e à comunidade e, com isso, uma maior adesão aos dogmas católicos. O movimento de recatolização foi uma forma de restabelecer no cotidiano dos sujeitos católicos a prática dos sacramentos e a hierarquia da Igreja Católica. O conceito recatolização não se aplica a um fenômeno de conquista de novos fiéis a ingressarem às fileiras do catolicismo, mas sim corresponde a um processo de fortalecimento e realinhamento dos católicos a práticas de um catolicismo romanizado, nesse sentido, é um investimento em tornar os ditos católicos de nome em católicos de fato. Com esse processo de recatolização, a Igreja Católica tinha como objetivo conservar os fiéis católicos, de maneira a continuarem fiéis à Igreja e aos seus líderes. Esse fenômeno de recatolização, para alguns autores como Ivan Manoel (2004), faz parte de um movimento de reaproximação do “pêndulo”. Para o autor, com o pecado original o homem afastou-se de Deus e o “pêndulo” afastou-se de seu eixo; a vinda de Cristo aproximou o homem de Deus novamente. Sendo assim, o “pêndulo” é a oscilação entre o afastamento ou a aproximação de Deus. A paralisação do “pêndulo” é o indicativo da volta à proximidade de Deus, sendo esse momento de paralisação, o momento de “equilíbrio”. A modernidade, segundo o autor, gerou novamente o afastamento, o rompimento desse “equilíbrio” e o movimento do “pêndulo” para o extremo, representando a instabilidade e o retrocesso. A Igreja, em confronto com a modernidade e liberdade dos tempos hodiernos, começa a conduzir-se radicalmente às raízes, ao passado, pois se acreditava que a Idade Média foi o momento mais estável do pêndulo e o século XIX, seu maior afastamento, como resultado do “moderno pensamento racionalista” (MANUEL, 2004, p. 116).

Esse processo de recatolização, que pode ser interpretado como uma reaproximação pendular, se intensifica nas primeiras décadas do século XX e, na mesorregião Oeste Catarinense, ficou sob tutela do Bispo Dom Daniel de Hostin (1929-1973), primeiro Bispo diocesano de Lages e, por extensão, da Igreja na mesorregião Oeste Catarinense, que estava sob jurisdição anterior da diocese lageana.

A presente dissertação de Mestrado tem como objetivo analisar esse processo de recatolização, como ele se desenvolveu na região a ser estudada, a

mesorregião Oeste Catarinense, de que forma Dom Daniel atuou na região e quais foram suas estratégias para o avanço da Igreja Católica, sobretudo, no município de Cruzeiro (1917), hoje municípios de Joaçaba (1943), Luzerna (1995) e Herval d'Oeste (1953). Com a proposta de analisar as ações realizadas pela Igreja na mesorregião Oeste Catarinense, através do Bispo Dom Daniel Hostin, adotou-se o período de 1930 a 1960. A escolha desse período como marco temporal se justifica pelo fato de que as décadas de 1930 a 1960 correspondem ao momento de forte atuação de Dom Daniel Hostin no comando da Diocese de Lages e, por extensão, da Igreja na mesorregião Oeste Catarinense. Foi ainda nesse marco temporal que mais se evidenciou, na mesorregião Oeste Catarinense, a ação restauradora da Igreja Católica. O período ainda coincide, em contexto nacional, com a construção de relações particularmente originais entre o Estado e a Igreja Católica, principalmente no governo Vargas (1930-1945/1951-1954).

O aspecto que motivou a realização do presente trabalho de pesquisa foi a notável presença da Igreja Católica na mesorregião Oeste Catarinense, marcada, por exemplo, pela Romaria Penitencial a Frei Bruno¹, evento religioso realizado anualmente em Joaçaba, que já conta com mais de trinta anos de organização e reúne milhares de pessoas de diferentes municípios em uma trajetória de penitência e honra ao santo. As romarias são uma das estratégias de recatolização efetuadas

¹ Nasceu em Dusseldorf, na Alemanha, em 08 de setembro de 1876 e faleceu em Joaçaba, em 1960. Com quase dezoito anos, ingressou no noviciado dos Franciscanos da Saxônia, em Harreveld, na Holanda. Tomou hábito em 13 de março de 1894 e, destinado à missão brasileira, trocou a noviciado da Saxônia por um transatlântico que o levou a Salvador, Bahia, em 12 de julho de 1894, onde completou o noviciado e fez profissão solene, em 15 de maio de 1898. Encaminhou-se, então, para o sacerdócio, estudando filosofia e teologia, sendo ordenado sacerdote em 10 de maio de 1901, em Petrópolis, Rio de Janeiro, onde permaneceu por mais dois anos. Em 1904, foi para a cidade de Gaspar, Santa Catarina, para atuar como superior e vigário. De 1926 a 1945, teve longa estada em Rodeio, Santa Catarina, no convento do Noviciado, onde era guardião e vigário. Edificou, sem cessar, por quase 20 anos, com seu exemplo de autêntico frade menor. Assumiu o cargo de diretor da então Companhia das Irmãs Catequistas e fez muitas reformas e construções de novas capelas. Após comemorar dezenove anos de vigário e festejar, em 13 de maio de 1944, seu jubileu Áureo Franciscano (50 anos de vida religiosa), foi destacado para trabalhar no distrito de Esteyes Júnior, onde permaneceu poucos meses, pois, no fim do mesmo ano, foi designado superior e pároco de Xaxim, Santa Catarina, até 1956. Veio para Joaçaba, em 1956, e se instalou no então distrito de Luzerna, onde passou uma temporada de repouso. A pedido dos confrades começou a atuar em Joaçaba. Tinha uma predileção por longas e contínuas caminhadas, visitando famílias, benzendo casas, legalizando uniões, visitando doentes (ZILIO 1998, p. 5-50). Alguns devotos o consideram santo devido às graças alcançadas por seu intermédio. Seu nome é conhecido em toda a região meio-oeste de Santa Catarina e está presente em diversas obras, como hospitais, ginásios, escolas e bairros. Frei Bruno esteve na sagração de Dom Daniel, quando na tomada da posse da diocese de Joinville de Dom Pio de Freitas da Silveira, em Blumenau, em 1929 (NEOTTI, 2014, p. 105). Frei Bruno ainda está na memória de muitos católicos, especialmente com a abertura de seu processo de beatificação pelo Vaticano, em 2013.

no estado, tendo como destaque o empreendimento e/ou controle de manifestações públicas de fé (CASSOL, 2014, p. 10). O município de Joaçaba ainda conta com um monumento erigido em homenagem ao frei.

O Colégio Marista, fundado em 1943, que em homenagem ao missionário franciscano Frei Rogério recebeu o seu nome, quando da sua fundação, preparava jovens aspirantes à vida marista. No então distrito de Joaçaba, Luzerna, um seminário franciscano também fora construído e inaugurado, em 1940, para a preparação de futuros sacerdotes. A presença da Igreja Católica era e ainda é marcante na cultura e nos costumes do povo da região meio oeste de Santa Catarina.

Para dar conta da problemática, trabalhou-se com documentação oficial da Igreja Católica, tendo sido objeto de maior cuidado, a extração de ideias e conteúdos dos discursos da hierarquia eclesiástica, das decisões que se referem à proposta do avanço institucional e fortalecimento do processo de recatolização. Assim, trabalhou-se com fontes primárias dos arquivos da Diocese de Lages, sobretudo às que se referem a Dom Daniel Hostin, sua trajetória e ao princípio da organização do seu episcopado, sendo que muitos desses documentos encontram-se não assinados e, tampouco, datados. Foi realizada pesquisa minuciosa nos livros tombos das Paróquias de Joaçaba, Herval d' Oeste e da Mitra em Lages. Buscou-se reconstruir o discurso de Dom Daniel por suas cartas pastorais, avisos e decretos transcritos em tais livros. Essas fontes religiosas, certamente, enriqueceram o trabalho.

Outras leituras importantes, que nos servem de referência, foram feitas a partir de autores como José Oscar Beozzo, Oscar de Figueiredo Lustosa e Riolando Azzi. Tais leituras revelaram um catolicismo popular muito forte no país e, mais especificamente, no planalto catarinense, que se contrapunha à Igreja na fase de recatolização.

Para compreender o início da Diocese de Lages e a relação de poder entre a Igreja e as elites locais, a leitura das dissertações de mestrado de Moacir Heerdt, Élio Cantalício Serpa, além do livro desse último, *Igreja e Poder* (1997), foram indispensáveis. Os estudos de Serpa, além de compreenderem o conjunto das relações de poder entre elites locais e a Igreja institucional nas regiões do Desterro, Laguna e Lages, no período de 1889 a 1920, trabalharam os conflitos do catolicismo luso-brasileiro, denominado por Serpa de catolicismo popular, com o catolicismo romanizado. Em suas obras, o autor aborda a vinda e o trabalho de padres

franciscanos da Saxônia, alemães de fé ultramontana e os bispos reformadores da Diocese de Curitiba, em especial Dom José de Camargo Barros (1894 – 1904) e Dom Duarte Leopoldo e Silva (1904-1907), além dos dois primeiros bispos da Diocese de Florianópolis, Dom João Becker (1908-1912) e Dom Joaquim Domingues de Oliveira (1914-1967). Essa narrativa de Serpa foi de suma importância para a compreensão do cenário político e religioso do planalto serrano, antes da vida de Dom Daniel Hostin, em 1929.

Destacam-se, ainda, as obras de Artulino Besen, Andreas Wiggers, que auxiliaram na compreensão dos desdobramentos da criação das dioceses de Florianópolis e Lages e de como a Igreja Católica em Santa Catarina estruturou-se, no início do século XX. Andreas Wiggers, através do artigo “A Igreja no Planalto Catarinense”, publicado na revista *Encontro Teológicos*, em 2007, foi determinante na construção da bibliografia de Dom Daniel, uma vez que possibilitou a leitura de cartas pastorais do Bispo, transcritas dos originais.

Leituras de autores como Solange Dias de Santana Alves, Hugo Fragoso, Anna Maria Moog Rodrigues, Thales de Azevedo, Walter Fernando Piazza, Kenneth Serbin, Marchetti Fedalto, José Scampini, André Phillippe Pereira constituíram-se como obrigatórias que, seguidas de outras, arroladas na bibliografia geral, possibilitaram a construção de um quadro histórico da Igreja Católica no Brasil.

Além das obras especificamente relacionadas com a história da Igreja Católica em um sentido mais amplo, há trabalhos em âmbito regional, como de Eliane Salete Filippim, que abordou o processo de romanização no meio oeste catarinense, enfocando seus estudos na atuação da Igreja Católica, sobretudo entre os imigrantes italianos que se instalaram na mesorregião Oeste Catarinense. Filippim menciona que a romanização na região “não foi processo pacífico e nem logrou alcançar todos os seus objetivos” (FILIPPIM 2001, p. 28). Um dos maiores focos de resistência foram promovidos pelo catolicismo popular, sendo herança emergida do Contestado (1912-1916). Na perspectiva de contextualizar a colonização e emancipação política de Herval d’ Oeste, um dos municípios contemplados na pesquisa, Cylo Sergio Dariva, em sua obra *Herval D’ Oeste: da colonização à emancipação política 1910 – 1953* (2002) aborda o início da Igreja Católica e seus desdobramentos nesse município. Mencionamos ainda a tese de doutorado de José Carlos Radin – *Companhias colonizadoras em Cruzeiro: representações sobre a civilização do sertão* (2006), que aborda a atuação das

companhias colonizadoras na reconstrução do espaço no antigo município de Cruzeiro, no período da construção da ferrovia, no final da primeira década, até meados do século XX e evidencia as relações de poder entre a Igreja Católica e as companhias colonizadoras, no avanço institucional da Igreja. As obras citadas fornecem importantes subsídios a quem se interessar pelo assunto, constituindo-se em leitura imprescindível.

A proposta defendida nessa dissertação visa compreender a atuação de Dom Daniel no avanço institucional da Igreja Católica na região da Diocese de Lages, uma vez que, embora existam historiadores que se debruçam sobre a temática da história da Igreja Católica em Santa Catarina no início do século XX, referem-se muito pouco à atuação e liderança de Dom Daniel Hostin no avanço da Igreja Católica no oeste catarinense. Isso torna os estudos da história da Igreja na mesorregião Oeste Catarinense ainda um pouco superficiais.

A temática desenvolvida trabalha a reflexão em torno de alguns conceitos de Pierre Bourdieu, tais como: campo religioso, *habitus* e poder simbólico, esse último, que se define em relações determinadas entre sujeitos no campo onde estão inseridos (campo de poder, intelectual, religioso, político, etc.), que, ao serem reconhecidos e legitimados, podem exercer poder sobre aqueles que lhe estão sujeitos, sendo capazes de produzir efeitos reais no cotidiano das pessoas, caracterizando-se, dessa forma, tal poder, como “real, presente”, capaz de condicionar comportamentos e atitudes. Na trajetória da Igreja Católica no Brasil, no campo religioso, por diversos momentos o poder simbólico pode ser compreendido como poder real no convívio dos fiéis católicos na sociedade. Para Bourdieu (1990, p. 122), o antigo campo religioso tornou-se um campo de manipulação simbólica que inclui todos os agentes institucionais, leigos militantes e mesmo fiéis. No campo religioso, os leigos e fiéis seriam os potenciais consumidores dos bens e serviços de salvação das almas e dos corpos, que podem ser liderados pelo clero.

Bourdieu (1974, p. 27-78) comenta que o campo religioso desenvolve a tese da retradução, reinterpretação e revalidação dos conteúdos religiosos em termos de *habitus* individuais ou grupais, com afinidades eletivas prévias e que se desenvolvem de acordo com as estratégias de racionalização do campo da religião, isto é, as interpretações religiosas são manifestadas em formas diretamente de acordo com os *habitus* grupais dos praticantes e das instituições encarregadas da rotinização do carisma da Igreja (que transforma o carisma em tradição e,

consequentemente, em ordem cotidiana estabelecida). Esses conceitos de Bourdieu auxiliaram na compreensão do fenômeno da religião e da Igreja como uma instituição detentora dos bens de salvação e do carisma.

Destaca-se ainda a analogia de Ivan Manoel, como já mencionado anteriormente, de “Oscilação Pendular”, em sua obra *O Pêndulo da História* (2004), que trabalha com a oscilação do pêndulo entre o afastamento ou a aproximação de Deus, tendo a Igreja Católica como o principal agente a conduzir esse pêndulo ao seu eixo. A Igreja Católica tinha, como afirma Ivan Manoel, “um indisfarçável saudosismo da Idade Média” (MANOEL, 2004, p. 11), quando o pêndulo esteve mais próximo de seu eixo, ou seja, próximo de Deus. Através da recatolização, busca-se a paralisação do pêndulo e a Igreja, com “a retomada das decisões fundamentadas no Concílio de Trento (1545 – 1563), em especial aquelas estabelecidas para combater ao protestantismo, que, no século XIX, englobou também o combate ao espiritismo” (MANOEL, 2004, p. 11), busca o equilíbrio pendular.

Manoel demonstra que a Igreja Católica, durante a Idade Média, consolidou-se para além da esfera religiosa. Misturando-se com o poder do Estado, era detentora do monopólio do conhecimento e exercia suserania feudal sobre imensas regiões europeias, ou seja, “a Igreja moldou o mundo feudal à sua imagem e semelhança” (MANOEL, 2004, p. 116).

Após o apogeu da Igreja Católica na Idade Média, o pêndulo afastou-se de seu eixo e buscava-se a paralisação pendular (o indicativo da volta à proximidade de Deus), consistindo nos principais agentes de combate, em prol do equilíbrio pendular, no final do século XIX e início do século XX, os bispos ultramontanos, que viam a necessidade de uma reorganização interna da Igreja. Segundo Ivan Manoel, “Voltar à Idade Média significava reunir-se novamente, reconstruir a unidade querida por Deus e destruída pelo pecado, dissolver-se novamente no Absoluto, reconstruir a Idade do Ouro perdida” (MANOEL, 2004, p. 124). O mesmo autor aponta como uma das estratégias ultramontanas, a criação de paróquias, dioceses e seminários no Brasil, para ampliar o controle do Vaticano e promover a recatolização brasileira (MANOEL, 2008, p. 41).

Essa dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo, intitulado: “A Igreja Católica se reorganiza (fim do século XIX e início do século XX)”, está dividido em três subtítulos: A instauração da República no Brasil e a laicização do Estado; A reorganização católica hierárquica; e A recatolização dos católicos.

Nesse capítulo é retratada a situação da Igreja Católica durante a segunda metade do século XIX, a organização da Igreja no Brasil, a hierarquia, o laicato, os religiosos e o trabalho apostólico no contexto de padroado e a ascensão do episcopado ultramontano. A dependência do Estado levou à estagnação no crescimento da Igreja, criando-se uma política de aproximação com a Santa Sé, por parte dos bispos ultramontanos, e havendo, conseqüentemente, o rompimento do padroado, que levou à estruturação e reorganização da Igreja no país. Nesse novo período, o republicano, em nível federal, a hierarquia eclesiástica, agora unida no conceito ultramontano, articulou-se, no sentido de se fazer presente em todas as unidades da federação, criando dioceses, utilizando-se do trabalho das ordens e congregações estrangeiras femininas e masculinas e se unindo com as elites locais no objetivo do avanço da instituição católica.

O segundo capítulo, intitulado: “O reforço da Igreja Católica em Santa Catarina e a Criação da Diocese de Lages”, está dividido em três subtítulos: A Reorganização da Igreja Católica; Dom Daniel Hostin e a constituição do poder circunscricional em Lages; e A Igreja Católica na mesorregião Oeste Catarinense. Nesse capítulo, inicialmente, são trabalhados alguns conceitos de Bourdieu e de Ivan Manoel, que colaboram para a análise e compreensão da temática estudada. O capítulo aborda ainda a criação das dioceses de Curitiba, Florianópolis e Lages, a atuação dos dois primeiros bispos de Curitiba, a chegada do clero da Igreja Católica em Lages, as relações de poder do clero com as elites locais e regionais e a trajetória clerical de Dom Daniel Hostin, cujos objetivos estavam centrados na ação e divulgação dos princípios cristãos, na reafirmação dos dogmas católicos, na preocupação com o ensino religioso, no comportamento social e religioso dos fiéis e no combate às ideias da maçonaria, do espiritismo e do catolicismo popular.

O terceiro capítulo, por sua vez, intitulado: “Dom Daniel Hostin e a recatolização da mesorregião Oeste Catarinense”, está dividido em dois subtítulos: A colonização da mesorregião Oeste Catarinense e a instauração do catolicismo; e As ações de Dom Daniel Hostin na mesorregião Oeste Catarinense. Nesse capítulo é abordada a trajetória histórica da Igreja Católica na mesorregião Oeste Catarinense. É feita uma análise acerca do processo de restauração católica na mesorregião Oeste Catarinense, tendo como protagonista o Bispo Dom Daniel. Assim, é abordada a atuação do Bispo, a partir de documentos como cartas pastorais, avisos

e decretos escritos por ele, visitas pastorais, comemorações e ações pastorais durante o episcopado em Lages.

A pretensão nesse estudo é dar continuidade à discussão sobre o processo de recatolização na região, sem buscar esgotar a temática e, de certa forma, contribuir para futuros questionamentos e estudos que vierem a surgir.

CAPÍTULO I

A IGREJA CATÓLICA SE REORGANIZA (FIM DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX)

O objetivo desse primeiro capítulo é retratar a situação da Igreja Católica durante a segunda metade do século XIX, a organização da Igreja no Brasil, a hierarquia, o laicato, os religiosos e o trabalho apostólico no contexto de padroado e a ascensão do episcopado ultramontano. Os anos finais do século XIX marcaram o início do fim dos tempos em que a Igreja e o Império, de “mãos dadas”, mantinham sob tutela rígida os negócios temporais e os negócios espirituais.

A manutenção da relação de padroado levou a Igreja Católica à dependência do Estado e à estagnação do crescimento institucional. Essa realidade começa a ser alterada após o Concílio Vaticano I (1869-1870) e os movimentos do chamado ultramontanismo, criando-se também no Brasil uma política de aproximação com a Santa Sé, por parte dos bispos ultramontanos/reformados, e havendo, conseqüentemente, o rompimento do padroado, que levou à estruturação e reorganização da Igreja no país.

No período republicano, em âmbito federal, a hierarquia eclesiástica, agora unida no conceito ultramontano, articulou-se, no sentido de se fazer presente em todas as unidades da federação, criando dioceses, utilizando-se do trabalho das ordens e congregações estrangeiras femininas e masculinas e se unindo com as elites locais no objetivo do avanço da instituição católica.

1.1 A INSTAURAÇÃO DA REPÚBLICA NO BRASIL E A LAICIZAÇÃO DO ESTADO

Para compreendermos o movimento da relação da Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) com o Estado teríamos que nos reportar até o século IV, com Constantino e Teodósio, seguindo pelo medievo em diante. No entanto, não é o propósito dessa pesquisa contextualizar a junção dessas instituições desde os primeiros séculos da era cristã, mas sim compreender a relação da Igreja com o

Estado que seguia o modelo de padroado² até a sua ruptura total, com o advento da República no Brasil, em 1889.

Até o final do século XIX, por disposições históricas acordadas entre Portugal e a Santa Sé, a Igreja Católica no Brasil mantinha-se estreitamente ligada ao Estado e à estrutura de poder vigente. Essa especificidade teve início com a colonização europeia, com marco em 1500, em uma atividade conjunta entre Portugal e a Igreja Católica, que tinham por objetivos comuns interesses econômicos, políticos e religiosos. Os papas, por concessão, cederam à Coroa de Portugal o controle sobre a nova Igreja nos territórios descobertos. Este “controle” concedido à Coroa Portuguesa se estendia às questões mais básicas, “desde a construção das primeiras igrejas, até questões tais como o pagamento do clero, nomeação de bispos, aprovação de documentos, escolha de terrenos para conventos e virtualmente todas as áreas de interesse da Igreja” (BRUNEAU, 1974, p. 31).

Alves (2018) menciona que a instalação oficial da Igreja Católica no território que foi denominado, posteriormente, de Brasil, ocorreu em 1551, com a criação do primeiro bispado, na Bahia, a partir da Bula *Super Specula Militantis Ecclesiae*, de 25 de fevereiro do mesmo ano. Nela, o Pontífice Júlio III ratifica o padroado. Azzi discorre sobre o tema em sua obra: *A Cristandade Colonial: Um projeto autoritário*:

E declaramos que o direito de padroado existe e de apresentação existe com todo o seu vigor, essência e eficácia em virtude de verdadeiras e totais fundação e dotação reais, e o dito rei compete como Grão-Mestre ou administrador como igualmente lhe compete em virtude de verdadeira e total doação, e não poderá ela ser derogada nem mesmo pela Santa Sé, sem primeiro intervir o consentimento expresso de João, Rei e Grão-Mestre, ou administrador em que for [...] (AZZI apud ALVES 2018, p.17).

² Geralmente, significa direito de protetor, adquirido por quem fundou ou adotou uma igreja. Direito de conferir benefícios eclesiásticos. Nos textos historiográficos, o termo padroado se refere ao direito de autoridade da Coroa Portuguesa à Igreja Católica, nos territórios de domínio lusitano. Esse direito do padroado consistiu na delegação de poderes ao rei de Portugal, concedida pelos papas, em forma de diversas bulas papais, uma das quais uniu perpetuamente a Coroa Portuguesa à Ordem de Cristo, em 30 de dezembro de 1551. A partir de então, no reino português, o Rei passou a ser também o patrono e protetor da Igreja, com as seguintes obrigações e deveres: a) Zelar pelas Leis da Igreja; b) Enviar missionários evangelizadores para as terras descobertas; c) Sustentar a Igreja nestas terras. O Rei tinha também direitos do padroado, que eram: a) Arrecadar dízimos (poder econômico); b) Apresentar os candidatos aos postos eclesiásticos, sobretudo bispos, o que lhe dava um poder político muito grande, pois, nesse caso, os bispos ficavam submetidos a ele. (FRAGOSO, 2000, p.14).

O regime de padroado se perpetuou até a República e chegando ao século XIX a historiografia religiosa, em sua maioria, demonstra a fragilidade pastoral e institucional em que vivia a Igreja Católica. Lustosa, estudando o período, afirma:

que as cartas dos Núncios Apostólicos, os relatórios dos Presidentes das Províncias, as exposições dos Bispos, as narrativas dos viajantes, põem a nu o estado de calamidade pública que estava reduzida a Igreja por razões e fatores diversos, dos quais as mais importantes se enraizavam na tática de ingerência progressiva do poder temporal nos negócios eclesiásticos! (LUSTOSA, 1980. p. 270).

Até a independência do Brasil, em 1822, foram criadas uma arquidiocese, seis dioceses e duas prelazias, demonstrando, dessa maneira, o descompasso referente a outras colonizações de países cristãos.

Embora possa parecer paradoxal, a independência do Brasil, em 1822, não mudou a relação da Igreja e Estado, ou seja, permaneceu o sistema de padroado régio, instaurado desde o período colonial. A Constituição de 1824 assegurou que a Igreja Católica continuasse sendo a religião oficial do Império e até permitiu que as demais religiões tivessem os seus cultos domésticos, desde que fossem em casas particulares, sem a possibilidade de se reunirem em templos externos. Além disso, o imperador, antes de aclamado, jurou mantê-la e esse juramento foi também prestado pelo herdeiro presuntivo ao completar a idade de quatorze anos, bem como pelo regente, pela regência e pelo conselho de Estado (SCAMPINI, 1978, p. 23).

Competia ao imperador, independentemente do direito do padroado imperial e de concordada com a Santa Sé, nomear bispos e prover os benefícios eclesiásticos (SCAMPINI, 1978, p. 23). Destaca-se que esses poderes, o assim chamado “beneplácito régio”, foram auferidos pelo Poder Moderador, na Constituição de 1824, como direitos soberanos da nação, ignorando o caráter universalista da Igreja Católica, no entanto, com a concessão da Santa Sé até a sua oficialização, com a Bula *Praeclara Portugallae* de Leão XII, de 15 de maio de 1827, que anunciava a criação da Ordem de Cristo no Império Brasileiro e afirmava os imperadores do Brasil como os grão-mestres perpétuos dessa Ordem (SCAMPINI, 1978, p. 25). Dessa forma, o “Beneplácito Régio” se constituiu em uma autoridade temporal que estava acima da Igreja, sendo que a Igreja necessitava do consentimento do Estado

para que pudesse vigorar atos da autoridade eclesiástica, como rege o artigo 104, parágrafo 14, da Constituição de 1824:

Compete ao poder executivo: conceder ou negar beneplácito aos decretos dos concílios e letras apostólicas e qualquer outras constituições eclesiásticas que não se opuserem a constituição; precedendo a aprovação da assembleia, se contivessem a disposição geral, e aprovação do poder executivo se contivesse em disposições (Apud SCAMPINI, 1978, p.26).

Além disso, havia outras prescrições legais de que fazia uso o Estado, tais como: recurso à Coroa, que consistia em uma ação contra o abuso ou improcedência dos tribunais eclesiásticos. Isso vinha a ser direito que assistia a todo o cidadão, inclusive aos clérigos, de acudir ao juiz civil para que corrigisse as sentenças do juiz eclesiástico. Essa desigualdade de direitos veio a ser amenizada pela Igreja através do princípio *ex informata conscientia*, que veio restabelecer a reciprocidade do recurso, ou seja, o poder de recorrer ao juiz para protestar contra os excessos da autoridade temporal em relação às prerrogativas da Igreja (SCAMPINI, 1978, p.29). Essa ingerência do Estado nos negócios da Igreja Católica chegou a tal ponto que o Bispo Dom Macedo Costa, em 1866, se manifesta, em Salvador, nos seguintes termos:

O governo ingere-se em tudo, e quer decidir sobre tudo [...] e assim vão os avisos, os decretos, consultas dos magistrados seculares substituindo pouco a pouco os cânones da Igreja. A catequese, a residência dos párocos, o noviciado dos conventos, a administração das Igrejas, os estatutos das catedrais e dos seminários, a organização que se lhes deve dar, e até os nomes que lhes competem, as condições que se devem exigir para a admissão às Ordens, tudo isto julga o governo ser de sua alçada (Apud FRAGOSO, 1985, p. 185).

Pode-se perceber que os bispos no Brasil, em sua maioria, eram submissos à Coroa e, com isso, distanciavam-se de Roma, inclusive dos aconselhamentos e diretrizes da Santa Sé. Basta ver que, no Brasil, o reconhecimento formal do Concílio de Trento (1545-1563) aconteceu somente em 3 de novembro de 1827 e o primeiro Núncio (representante diplomático permanente da Santa Sé), Monsenhor Pedro Ostini, foi nomeado em 23 de junho de 1829 mas, chegando ao Brasil, sentiu logo a resistência que a Câmara dos Deputados fazia contra suas faculdades de intermediário do papa. Ressalta-se que a Cúria Romana estava atenta a tais questões e previa a necessidade de reformas (HAUCK, 1985, p. 80).

A pouca atividade pastoral do episcopado deve ser situada nesse contexto, ou seja, nas limitações das funções episcopais no regime do padroado, além do insuficiente número de dioceses no Brasil, que consistiam em uma única província eclesiástica, com o Arcebispado da Bahia e mais seis dioceses (Rio de Janeiro, São Luiz do Maranhão, Pará, Mariana e São Paulo) e duas prelazias (Goiás e Cuiabá, também elevadas a dioceses neste período) (HEERDT, 1992, p.12). Devido a essa escassez de dioceses, havia pouco do que se poderia chamar de uma organização eclesiástica. As dioceses do Pará e Maranhão estavam sujeitas à Sé de Lisboa até 1827, enquanto as outras estavam sob a responsabilidade do Arcebispado da Bahia. As comunicações eram difíceis e para a convocação de Sínodo (assembleia regular de párocos convocada pelo Bispo) era necessária a permissão da Coroa (BRUNEAU, 1974, p. 37). Além desses problemas, não havia homogeneidade no episcopado brasileiro para desencadear uma reação conjunta contra as imposições da Coroa, uma vez que as nomeações de bispos atendiam muito mais aos interesses da corte do que aos interesses pastorais.

A nomeação para o episcopado dava certo status e dignidades para o Bispo, que passava a ser considerado como um nobre e, por outro lado, tinha sua atuação atrelada e dependente de interesses políticos. Nessas circunstâncias, os bispos estavam sujeitos à autoridade civil, dela dependiam e eram obrigados a serem defensores do sistema. Eram funcionários do Estado e estavam a serviço dele. Uma vez sujeitos ao poder real, muitos bispos tiveram suas ações absorvidas mais por cargos políticos e administrativos do que propriamente pastorais, exercendo a função de governadores ou membros de juntas de governo. O Bispo estava mais a serviço da Coroa do que da Igreja (PEREIRA, 2018, p.44).

Pode-se destacar ainda que muitos dos bispos tinham uma formação regalista³ que era vigente na Universidade de Coimbra, onde muitos deles estudaram, sendo comum entre eles a aceitação da autoridade do rei em assuntos religiosos e a necessidade da aprovação prévia do rei para validar os documentos religiosos emanados de Roma (HAUCK, 1985, p.82).

³ Os bispos que tinham uma formação regalista sustentavam o direito do monarca sobre a Igreja e nos negócios eclesiásticos no Brasil. Defendiam uma ligação entre a Igreja e o Estado e viam a Igreja como um departamento governamental, ou seja, o regalismo é a doutrina que defende o direito de interferência do chefe de Estado, no caso do Brasil no século XIX, o imperador, em assuntos internos da Igreja Católica.

A primeira metade do século XIX inicia com a Igreja Católica no Brasil sendo submissa à Coroa, sendo visível o poder temporal nos negócios eclesiásticos. O clero secular também se encontrava em uma situação difícil. As dificuldades se estendiam tanto a questões econômicas, quanto pastorais. Conforme descreve Pedro A. Ribeiro:

O Clero estava, pois, numa situação difícil. Por um lado, os padres eram funcionários do Estado, que arrecadava os dízimos para manter a religião; por outro lado, tinham que buscar fontes de rendimento para viverem com certo conforto, Uma dessas fontes era o exercício de profissões não-clericais. Embora proibidas pelo direito canônico, muitos padres tornavam-se fazendeiros, comerciantes, professores, e até mesmo proprietários de hospedarias. A outra fonte era a arrecadação de espórtulas por celebrações religiosas e distribuição dos sacramentos (RIBEIRO, s.d, p. 148).

Grande parte dos padres que atuavam nesse período não eram devidamente formados e isso se dava em virtude da precariedade dos seminários, ocasionada pela reforma pombalina⁴, que expulsou os jesuítas do Brasil, religiosos esses que eram formados na esfera religiosa e tinham compromisso de responsabilidade na formação dos párocos. Não era necessário, portanto, para ordenação, que o candidato frequentasse os seminários, bastando a realização de um exame de conhecimento, que costumava ser bastante indulgente. Os seminários não se encontravam em situação privilegiada. O seminário de Mariana foi fechado, em 1811, o de Olinda foi transformado em colégio preparatório das artes e do curso jurídico, em 1832. Além desses, existiam ainda os seminários do Maranhão (1805), da Bahia (1816), do Rio de Janeiro, de São José (1739) e de São Joaquim (1766), esse último, transformado no Colégio Pedro II (1837). Tais educandários não se dedicavam exclusivamente à formação de sacerdotes, pois comerciantes ricos os financiavam, para colocarem seus filhos para estudarem em tais instituições (HAUCK, 1985, p.89).

⁴ Foi uma série de medidas tomadas para alavancar a economia de Portugal no período denominado de Pombalino (1750-1777), em que D. José I nomeou para o cargo de Primeiro Ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, mais tarde, Marquês de Pombal, para governar Portugal e suas colônias. Tratava-se de um governante que está inserido no conceito de Déspota Esclarecido, devido à forte influência iluminista na Europa, durante o século XVIII. Influenciado pela atmosfera iluminista, Marquês de Pombal atribuía aos jesuítas a responsabilidade pelo atraso econômico e cultural de Portugal, por terem, os jesuítas, forte influência na política. Ao abolir totalmente a escravidão dos índios e transformar aldeias indígenas em vilas dotadas de autoridades civis, incentivar a miscigenação entre brancos e indígenas e subordinar os interesses da Igreja às estratégias da monarquia portuguesa, Pombal entrava em confronto com os jesuítas, que dominavam o sistema educacional no Brasil e acabaram expulsos de todos os domínios lusitanos (MORENO, 2001, p. 227).

Para Lustosa, o governo regalista, ampliando sua influência nos negócios eclesiais, não pagava decentemente o clero e não dava condições de funcionamento à Igreja, vigiava os seminários, concedendo licenças limitadas para o ingresso dos candidatos, dificultava a profusão das ordens, fiscalizava as fazendas e bens próprios das congregações. Assim, sob o ponto de vista organizacional, sentia-se a necessidade de maior ampliação e reestruturação das bases físicas da Igreja, com a criação de novas dioceses e províncias eclesiais, ao que as nomeações de bispos incentivaram o surgimento de vocações e estabelecimentos de seminários (LUSTOSA, s.d., p.9).

Em 1872, instaurou-se uma crise entre Igreja e Estado, iniciada quando o Papa Pio IX (1846-1878) enviou uma bula que determinava, entre outras coisas, que todos os católicos envolvidos com a prática da maçonaria fossem imediatamente excomungados da Igreja. O anúncio acabou atingindo diretamente um dos líderes do regime monárquico, Visconde do Rio Branco, presidente do Conselho de Ministros (1871-1875), que era um grão-mestre da maçonaria e não mediu esforços para tentar anular essa bula papal.

O governo brasileiro, sob a orientação do Visconde do Rio Branco, valendo-se dos poderes a ele garantidos pelo padroado, não reconheceu o valor dessa ordem dada pela Santa Sé, fazendo valer a Constituição de 1824, que determinava que os documentos papais somente teriam validade com o *Beneplácito Régio*. Essa postura do imperador foi apoiada pela maioria dos clérigos brasileiros, que corroboravam, incondicionalmente, com o regime monárquico. Entretanto, os bispos de Olinda e Belém preferiram acatar a orientação de Pio IX, recomendando a suas dioceses o afastamento dos membros maçons das associações religiosas mantidas pela Igreja Católica. Algumas associações não acataram as recomendações dos bispos devido ao grande contingente de leigos católicos dirigentes dessas associações religiosas, que pertenciam à maçonaria e, foram interditas, conforme menciona Alves (2018, p. 23-24):

Tendo em vista a desobediência de algumas associações, os bispos suspenderam-nas, interditando também suas capelas. As associações, por sua vez, recorreram ao governo imperial alegando que elas além de religiosas eram civis; que as bulas papais que condenavam a Maçonaria não tiveram o Beneplácito Imperial ocorrendo, portanto, abuso por parte dos bispos que não poderiam ter mais poderes que o imperador. O monarca brasileiro deu ganho de causa aos representantes das Irmandades e Associações desobedientes, como os Bispos não respeitam sua decisão,

foram presos em 1874, julgados e condenados a 4 anos de prisão com trabalhos forçados, sendo anistiados em 1875 pelo Gabinete de Caxias, o qual apesar de maçom, preferiu dar trégua ao episódio.

Essa crise entre Igreja e Estado é conhecida na historiografia brasileira como “Questão Religiosa” e esse impasse somente teve fim com o Decreto nº 5.993 de 17 de setembro de 1875, o qual concedia ampla anistia aos bispos de Olinda (Dom Vital) e do Pará (Dom Macedo Costa), que haviam sido condenados. Era presidente do Conselho, nesta ocasião, o Duque de Caxias - Luís Alves de Lima e Silva. Essa crise, apesar de ter sido contornada, deixou um mal estar entre as instituições e corroborou para um novo pensar a respeito da situação da Igreja que, ao final do Império, pôde ser transformada.

O impasse criado pela Questão Religiosa pôs o Estado frente a frente com a Igreja Católica no Brasil, a qual, embora dependente do Estado, poderia se submeter às ordens provenientes de Roma, ou promover a separação entre Igreja e Estado - duas opções amplamente discutidas no cenário político brasileiro, principalmente pelos liberais, grupo formado por proprietários de terras e intelectuais, que defendiam um sistema de educação livre do controle religioso, uma legislação favorável à quebra do monopólio da terra e favoreciam a descentralização das províncias e municípios.

Destaca-se ainda a posição do Partido Republicano, que em seu manifesto, em 1870, endossou a ideia de separação. No entanto, a viabilização do processo de separação esbarrava em questões práticas e na vontade política do imperador, que preferiu punir os bispos e nada fez para adotar qualquer medida concreta que viesse ao encontro da proposta de separação defendida por amplos setores da sociedade (SERPA, 1989, p. 8).

Enquanto o governo imperial titubeava em relação à questão Igreja e Estado, aquela se organizava e lutava por liberdade de ação. A Questão Religiosa criou nos bispos e padres ânimo maior para levar adiante a proposta de suplantar o frágil catolicismo sustentado pelo Estado, reafirmando, dessa forma, a aproximação com a Santa Sé. Embora subsistisse o regime do padroado, os líderes da Igreja Católica no Brasil adquiriram a consciência de sua importância dentro do processo sociocultural do país. A Questão Religiosa estabeleceu um marco na afirmação de uma Igreja menos tutelada pelo Estado e mais alinhada com as diretrizes da Santa Sé. Diante

do fato de o regime do padroado já não pesar tanto perante parte do episcopado, a Santa Sé vê a necessidade de união do clero brasileiro, que começa a ganhar força.

Como já mencionado, o governo imperial era o responsável pelas nomeações dos postos eclesiásticos, as quais tinham que ser referendadas pelo governo, que procedia às nomeações de acordo com os interesses dos chefes políticos locais que já estavam no poder. Em meados do século XIX, Dom Pedro II começa a ser mais criterioso na escolha do episcopado, uma vez que havia padres que tinham simpatia por movimentos sócio-crítico-políticos. Compreenderam, então, os políticos e os conselheiros de Dom Pedro II, que o ideal era nomear um episcopado mais conservador, que poderia melhor fundamentar e justificar a ordem vigente, ao invés de fomentar os ideais liberais, uma vez que ainda se vivia a influência das ideias iluministas e o catolicismo conservador poderia ajudar o *status quo*.

Partindo dessa compreensão, passou-se a nomear bispos conservadores, denominados ultramontanos, que eram totalmente ligados à Santa Sé. Para a Diocese de Mariana foi nomeado, em 1844, Dom Antônio Ferreira Viçoso⁵ (1844-1875); para a Diocese do Pará foi nomeado Dom José de Moraes Torres⁶ (1844-1858); para a Diocese de Diamantina, Dom João Antônio dos Santos⁷ (1864-1905);

⁵ Dom Viçoso nasceu em Portugal, na vila de Peniche (Província de Leiria), em 13 de março de 1787. De família humilde, ainda menino ingressou em um colégio carmelita, graças à subvenção de seu padrinho, o Frei Frutuoso. Terminou sua formação entre os padres lazaristas, ordem altamente rigorosa dos discípulos de São Vicente de Paulo. Antônio Viçoso chegou ao Brasil, por volta de 1820, juntamente com outros padres das Missões. A partir do episcopado de Dom Viçoso (1844-1875), o processo de romanização da Igreja Católica se inicia de fato e se fortalece nas Minas Gerais (CAMPOS, 2010, p.146).

⁶ Dom José de Moraes Torres nasceu no Rio de Janeiro, em 1805 (filho legítimo do português capitão de ordenanças, João Affonso de Moraes e de Dona Antonia Constança da Rocha Torres). Entrou para a Congregação da Missão e fez seus respectivos votos, em 1826. Depois de ordenado sacerdote em Mariana, no ano de 1829, voltou ao estabelecimento para ocupar o cargo de professor de filosofia e retórica, sendo nomeado, em 1834, como superior do Colégio de Congonhas do Campo (também gerido pelos Lazaristas), onde ficou até 1838, quando renunciou à condição de clérigo regular, tornando-se sacerdote secular. Foi indicado ao episcopado, no dia 22 de janeiro de 1844, tendo sido ordenado bispo no Pará, no dia 21 de abril daquele ano. Renunciou no dia 24 de setembro de 1857, aos 52 anos de idade, tornando-se bispo emérito de Belém do Pará. Faleceu aos 60 anos de idade, no dia 19 de novembro de 1865, em Caldas - MG (VIEIRA, 2016, p. 215).

⁷ Dom João Antônio dos Santos nasceu no Distrito de São Gonçalo do Rio Preto – MG, em 12 de novembro de 1818. Filho do capitão Antonio José dos Santos e Dona Maria Jesuína dos Santos. Apesar do bispado de Diamantina ter sido criado em agosto de 1853, pela lei imperial 693, e efetivado pela bula papal *Gravissimum Sollicitudinis*, em 1854, o Cônego João Antonio dos Santos foi nomeado, em 12 de março de 1863, pelo imperador. Em 28 de setembro do mesmo ano sua indicação foi aceita por Pio IX e publicada na bula *Apostolatus officium meritis licet*, sendo 2 de fevereiro de 1864, o dia da sua posse. Além de líder religioso, D. João destacou-se em diversos setores da sociedade, atuando na instrução escolar, na adoção de medidas de combate à crise da mineração de diamantes, que se manifestou nos anos 1870, e na defesa da emancipação dos escravos. Faleceu em 17 de maio de 1905 (OLIVEIRA, 2011, p. 14ss).

para a Diocese do Ceará, Dom Luís Antônio dos Santos⁸ (1860-1881); para a Diocese do Rio de Janeiro, Dom Pedro Maria Lacerda⁹ (1868-1890) e; para a Diocese de São Paulo, Dom Antônio Joaquim de Melo¹⁰ (1852-1861) (WERNET, 1988, p. 89).

O termo ultramontano surgiu na França para caracterizar pensamentos cuja tendência era defender a centralização do poder papal e sua infalibilidade. Os

⁸ Dom Luís Antônio dos Santos foi o primeiro bispo do Ceará e governou a Diocese do Ceará de 18 de junho de 1861 a 11 de agosto de 1881, quando foi transferido para a Bahia. Trouxe para o Ceará os Padres Lazaristas e as Irmãs de Caridade. Fundou os Seminários de Fortaleza e do Crato e o Colégio da Imaculada Conceição. Promoveu a construção da Igreja do Coração de Jesus. Duplicou o número de paróquias. Resignou ao Arcebispo da Bahia em 20 de junho de 1890. Faleceu em 11 de março de 1891 (<http://www.arquidiocesedefortaleza.org.br/arquidiocese/historia/bispos-e-arcebispos-antigos/01-dom-luis-antonio-dos-santos-1861-1881/>).

⁹ Dom Pedro Maria de Lacerda nasceu no Rio de Janeiro, paróquia da Candelária, em 31 de janeiro de 1830, filho legítimo de João Maria Pereira de Lacerda e Camila Leonor Pontes de Lacerda. Pedro Maria de Lacerda fez seus estudos iniciais no Rio de Janeiro - RJ. Em 1841, com 11 anos de idade, seus pais o mandaram, na companhia do sacerdote Luís Antônio dos Santos, recém-ordenado, para o famoso Colégio Nossa Senhora Mãe dos Homens, na Serra do Caraça, que tinha como reitor o padre lazarista português Antônio Ferreira Viçoso, depois bispo de Mariana. Dotado de talento superior, terminou dentro de pouco tempo seus estudos preparatórios, inclusive filosofia racional e moral, e passou a cursar a filosofia e teologia e outras matérias eclesásticas em Mariana, no Seminário Episcopal. Em 1848, Dom Viçoso encaminhou a Roma o jovem promissor, então com 18 anos. Vago o bispado do Rio de Janeiro desde 1863, com a morte de Dom Manoel do Monte Rodrigues de Araújo, conde de Irajá, o imperador Pedro II assinou, em 1º de fevereiro de 1868, o decreto de nomeação do religioso Pedro Maria de Lacerda para ocupá-la. Há pouco tempo nela empossado, participou, em Roma, juntamente com outros bispos brasileiros, do Concílio Vaticano I (1869-1870). Dom Pedro Maria de Lacerda atuou de forma intensa e coerente, tanto no aspecto doutrinário, quanto nas atividades práticas. Faleceu no Seminário de São José, Rio de Janeiro, no dia 12 de novembro de 1890 (ACHIAMÉ, 2012. s.p.).

¹⁰ Dom Antônio Joaquim de Melo nasceu na cidade de Itu – SP, em 29 de setembro de 1791. Filho do casal Teobaldo de Melo César e Josefa Maria do Amaral, foi batizado na igreja matriz de Nossa Senhora da Candelária, em Itu. Com apenas oito anos, ingressou no regimento do Exército, onde fez seus primeiros estudos, acompanhando seu pai que era capitão do exército. Tendo passado toda sua infância em Minas Gerais, permaneceu no quartel até o ano de 1810, quando obteve baixa. Ordenado sacerdote em 04 de outubro de 1814, pelas mãos do então bispo de São Paulo, Dom Mateus de Abreu Pereira, que muito o ajudou, retornou a sua cidade natal, para celebrar sua primeira missa. A celebração contou com a presença de inúmeros presbíteros. Durante sete anos permaneceu no sertão, ensinando os jovens, em um colégio que ele mesmo fundou. Regressou a Itu e dedicou-se ao confessorário e ao púlpito. No ano de 1849, foi nomeado vigário da Vara de Itu. Dom Antônio Joaquim de Melo teve sua nomeação decretada pelo rei, para ser o sétimo bispo da diocese de São Paulo, no dia 05 de maio de 1851. Relutou em aceitar a nomeação, tendo em vista que já contava com 60 anos de idade. A nomeação do Bispo foi confirmada pelo breve papal do Santo Padre Pio IX, em 14 de março de 1851. Após a sagração, Dom Antônio tomou posse do governo diocesano, por meio de procuração conferida ao padre Antônio Martiniano de Oliveira, vigário de Guaratinguetá. Ingressou solenemente na Catedral de São Paulo, no dia 03 de agosto de 1851. Alguns cônegos não o viam com bons olhos, pois sabiam tratar-se o novo bispo de um reformador. Deixou as seguintes pastorais: Carta Pastoral de Saudação (1852); Carta Pastoral sobre o Jubileu de Pio IX (1852); Cartas Pastorais referentes a assuntos da Igreja (1853, 1855, 1857, 1859 e 1861), além do erudito discurso por ocasião da inauguração do Seminário Episcopal (1856). Ao longo de seu episcopado, ordenou 38 sacerdotes. Faleceu após longa enfermidade, no dia 16 de fevereiro de 1861. Primeiramente, foi sepultado na Igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Itu. Anos depois, em 30 de outubro de 1879, o corpo foi transportado para o Seminário Episcopal. (<http://arquisp.org.br/historia/dos-bispos-e-arcebispos/bispos-diocesanos/dom-antonio-joaquim-de-melo>)

grupos difusores das ideias ultramontanas eram tributários dos jesuítas europeus que acreditavam no poder absoluto do Sumo Pontífice e na autoridade da Igreja perante os governos, preceitos esses afirmados pelo Concílio de Trento do século XV (SOUZA JUNIOR, 2015, p. 38). Destarte, é possível caracterizar o ultramontanismo como um movimento que defende o catolicismo conservador, tendo como propósito o alinhamento e a condução do catolicismo às orientações da Santa Sé. Os bispos ultramontanos defendiam uma Igreja universal católica com princípios hierárquicos da sua política organizacional fortemente burocratizada, centralizada, autoritária e que relegava aos leigos, papel secundário em assuntos religiosos, sob a orientação exclusiva da Santa Sé, com a fidelidade incondicional ao Sumo Pontífice (SERPA, 1997, p. 25).

Dom Antônio Joaquim de Melo, Bispo de São Paulo, foi o fundador do Seminário Episcopal de São Paulo, de onde saíram Dom José de Camargo Barros (1894-1904) e Dom Duarte Leopoldo e Silva (1904-1907), que ocuparam a Diocese de Curitiba durante o período em que Santa Catarina esteve sob a jurisdição de Curitiba. Foi do Seminário de São Paulo que saiu também o segundo Bispo da Diocese de Florianópolis (1914-1927), Dom Joaquim Domingues de Oliveira (SERPA, 1989, p. 4).

Dom Antônio Joaquim de Melo era da Ordem dos Capuchinhos e Dom Antônio Ferreira Viçoso da Ordem Vicentina. Os religiosos começaram a exercer sua liderança na Igreja e ordenar grande número de padres, dentro dos princípios ultramontanos, os quais seriam, mais tarde, nomeados bispos para as dioceses vacantes ou recém-criadas.

Esses novos bispos nomeados pelo imperador, começaram a articular uma reforma baseada no espírito do Concílio de Trento (1545-1563), visando à formação de um clero ilustrado, composto por “verdadeiros” homens da igreja, baseando-se a instrução religiosa do povo na catequese. A reforma do clero passou a ser preocupação prioritária e, dessa forma, a união com o Estado era um empecilho para tal propósito. Ademais, o Concílio do Vaticano I (1869-1870) corroborou com o fortalecimento do poder real e simbólico do clero e da Santa Sé no Brasil.

O intervalo de três séculos entre o último concílio, que fora o de Trento, até o Concílio Vaticano I, foi considerado um período muito longo. O Pontífice buscava melhores condições para poder enfrentar as heresias que ameaçam a hegemonia da Igreja Católica nos países liberais, nacionalistas e, por vezes, anticristãos, que se

julgavam competentes para legislar sobre questões espirituais. O Concílio Vaticano I acirrou o distanciamento político-ideológico entre Estado e Igreja quando, em 1870, declarou a infalibilidade do papa (CAMPOS, 2010, p. 96). O Concílio do Vaticano I procurou reafirmar a crítica às ideias liberais e a valorização das ações pastorais.

Nesse concílio, a Igreja Católica passou a definir mais diretamente sua política reformista para todo o mundo católico e, com a proclamação da infalibilidade papal, levou o papa a se dotar de um grande poder espiritual e simbólico, assumindo a postura de um quase “deus na terra”, com a definição de sua infalibilidade.

No que diz respeito à participação dos bispos brasileiros no Concílio Vaticano I: “proporcionou a organização de uma decisiva campanha nacional, no retorno, em defesa da infalibilidade do Papa e da restauração do poder central da Igreja em Roma” (CASALI apud COELHO, 2016, p. 63). Portanto, percebe-se que os bispos brasileiros que participaram desse evento em Roma, ocuparam uma posição importante no cenário nacional, fazendo com que a Igreja Católica no Brasil se alinhasse progressivamente com Santa Sé. Os bispos ainda implementaram as reformas consolidadas no Concílio Vaticano I e, com isso, promoveram avanço, tanto institucional, quanto dogmático, do catolicismo no Brasil, no século XIX.

Nota-se, assim, que o Concílio Vaticano I procurou legitimar dogmaticamente os esforços de centralização da Igreja em Roma empreendidos durante todo o século XIX.

A fidelidade a Roma era umas das características mais fortes do processo de ultramontanismo, o que se convencionou a chamar, como “as posições oficiais e não oficiais do Vaticano em face do processo sociopolítico, econômico e cultural” (LUSTOSA, 1980, p. 270). Esta revitalização ultramontana, também denominada pela historiografia de “romanização do catolicismo”, desenvolve-se na medida em que o episcopado brasileiro se integra dentro dessa concepção de Igreja, ou seja, através de uma fidelidade e uma aplicação rigorosa às normas da Santa Sé. Com esse alinhamento com a Cúria Romana, houve correspondência de maneira eficaz à reforma do catolicismo brasileiro.

O processo de recatolização ou romanização¹¹ já teve início no período do Império, com a ereção de novas dioceses. Pio IX autorizou a criação das dioceses

¹¹ O processo de romanização refere-se à implantação de um novo modelo de pastoral, caracterizando-se pela prática sacramental, por uma saliente centralização do poder na figura do Papa e por uma pastoral oriunda da teologia tridentina (JOCHEM, 2002, p. 12).

de Porto Alegre (1848), Fortaleza e Diamantina (1854) e, para isso, eram necessários bispos comprometidos com a Cúria Romana, tornando justificável a fundação do Colégio Pio Latino Americano (1854), em Roma. Desse Colégio sairiam sacerdotes comprometidos com a Santa Sé, com formação eclesiástica, tendo saído desse Colégio muitos sacerdotes brasileiros que vieram a exercer seu ministério no Brasil. Como menciona Serpa (1989, p.5):

Percebendo as deficiências na formação do Clero e visando a uma formação “ajustada à política de romanização de alto a baixo” Pio IX criou o Colégio Pio Latino Americano, em 1854, onde muitos jovens saídos dos seminários de Mariana, São Paulo e Olinda iam tomar contato com o autêntico ideário ultramontano, ou ainda, poderiam fazer estudos eclesiásticos em seminários parisienses. Era, então, a decisão de Roma de cuidar melhor da América Latina, Através de uma formação mais acurada e romanizada de seu Clero.

O objetivo desse “novo” episcopado formado no Colégio Pio Latino Americano era a elevação moral, cultural e espiritual do clero, conforme menciona a carta que Pio IX escreveu, em 12 de agosto de 1852, ao Bispo de São Paulo, Dom Antônio Joaquim:

Nesta tão grande calamidade dos tempos convém à Igreja ter bons ministros, o que se não pode conseguir senão de clérigos bem instruídos, por isso debes ter todo o empenho, venerável Irmão, em aplicar todas as forças de teu cuidado, afim de que os moços que se dedicam ao estudo clerical sejam instruídos, desde os primeiros anos, segundo a mente do Concilio de Trento, em toda a virtude e disciplina canônica, em um seminário, por mestres de excelente probidade, doutrina e espírito eclesiástico, e sejam muito principalmente, instruídos nas letras e disciplinas sagradas, alheias de todo o perigo do erro e da novidade profana” (Apud LUSTOSA, 1980, p. 270).

Antes de se tornar papa, por exemplo, Pio IX, em missão diplomática ao Chile, passou por Santos, em 1823, onde teve que aguardar o navio por alguns dias, durante os quais o futuro papa descansou em um convento franciscano. Visitou também alguns pontos da cidade e se familiarizou com a situação da igreja local. Lamentando o atraso dos padres brasileiros, ele comentou: *Sicut populus sic sacerdos* (“Como é o povo, assim é o sacerdote”) (Apud SERBIN, 2008, p. 79). O Papa estava preocupado com a situação em que se encontrava o clero brasileiro e essa preocupação do Papa se justifica com as anotações no relatório à Assembleia Geral, do Ministro da Justiça do Império, José Thomaz Nabuco de Araújo (1853 - 1866), em 1856:

a educação do clero [...] não é possível senão com o internato mais rigoroso, para o qual a principal condição seja a mais tenra idade. Sem este internato, sem este muro de bronze, que separe o clero atual do clero futuro a regeneração será uma idéia vã, a vocação do sacerdócio continuará a ser a hipocrisia, um cálculo, um meio de vida (Apud LUSTOSA, 1980, p.275).

É possível citar como outro fator relevante para o avanço do processo de recatolização no Brasil, a participação dos bispos brasileiros no Concílio do Vaticano I (1869-1870):

Os bispos trouxeram da grande assembléia a convicção de que o cristianismo enfrentava, em todas as regiões do globo os desafios de unir a sociedade laicizada cujas afirmações, posições e comportamentos com relação a problemática religiosa exigiam uma concentração de forças em torno do Sumo Pontífice. Por isso mesmo quando retornam às suas dioceses, ao darem conhecimento aos fiéis dos trabalhos, resultados e definições do Vaticano I, o tom e os destaques são reservados especialmente à infalibilidade do Papa, à necessidade de fidelidade aos ensinamentos da Santa Sé, à postura de obediência intransigente às diretivas que perseguiram uma maior centralização a fim de arrostar as imensas ondas de laicização liberal que ameaçavam tragar a Igreja (LUSTOSA, 1980, p. 279).

Portanto, o processo de reforma do catolicismo brasileiro, iniciado pelo grupo conservador e tradicionalista¹², chega ao final do Império caracterizado como um movimento tridentino, romanista, episcopal e clerical. Esse movimento tridentino, que teve seus pilares fortalecidos no Concílio do Vaticano I, enfatiza a formação do clero romanizado, a autonomia da Igreja em relação aos governos nacionais e a defesa das ordens religiosas.

A Igreja, a partir do Concílio de Trento (1545-1563), oficializou a mentalidade de Igreja como “sociedade perfeita”, composta de “fiéis cristãos, que vivem sob a autoridade do papa”. Trento não admitia outro tipo de fé, somente a católica era a fé oficial. Outro aspecto importante do espírito tridentino era o clericalismo. Trata-se de uma concepção de Igreja clerical, em que predomina a figura do clérigo, do padre. O clérigo sobrepunha-se ao leigo. Dessa concepção deriva a importância do clérigo na Igreja, do presbiterado e do celibato católico (PEREIRA, 2018, p.39).

¹² Tradicionalismo é um movimento filosófico-teológico que considera a fé ou a tradição como definitiva fonte de certeza, e de nenhum modo a razão humana. Condenava bruscamente a modernidade em todo o seu aspecto político, social, econômico e cultural (MANOEL, 2004. p. 45).

Os bispos da Igreja Católica no Brasil, ao final do século XIX, querem a proteção do Estado, mas sem perder a liberdade de ação. A luta pela liberdade e independência da Igreja, diante do poder civil, não significava, de maneira alguma, a negação do Estado, nem a negação do poder ou regime monárquico. O que se queria era uma definição de limites entre o poder temporal e o poder espiritual sem renegar a colaboração mútua entre ambos. Dom Macedo Costa e os demais bispos desse período defendiam, com veemência, o Império, a Monarquia, como regime ideal, e a religião (Igreja), como “sustentáculo do trono” e fundamento da ordem social (PEREIRA, 2018, p.78).

Com funções distintas, a Igreja continuava sendo a fiel colaboradora do Estado. Os bispos defendiam o sistema de governo monárquico porque viam nele uma garantia de segurança do catolicismo e da Igreja na sociedade. Na concepção paradoxal dos bispos, o imperador devia ser o protetor da religião e da Igreja, todavia, sem se intrometer em seus assuntos internos (PEREIRA, 2018, p. 77-78). Contudo, na medida em que as reformas vão surtindo efeito, o episcopado vai se desencantando progressivamente com a estrutura do padroado e, optando pela liberdade de ação, exigência para o êxito do movimento reformador. A Igreja preparava-se para renunciar a proteção oficial do Estado. Isso predispõe os fiéis e religiosos para aceitarem a separação entre a Igreja e o Estado, que se efetuará com a proclamação da República (AZZI, 1974, p. 369-370).

Os líderes da Igreja Católica estavam convictos de que a Igreja necessitava de uma reforma. Uma Igreja que se declarava a “verdadeira e única Igreja” e “infalível” não poderia se sujeitar a receber lições do Estado. Ao final do Império, a relação entre a Igreja e o Estado havia chegado a uma situação insustentável. Isso, devido ao processo de reformas pretendidas pelo episcopado (reforma dos seminários, uma ação pastoral mais intensa junto aos fiéis, criação de dioceses e paróquias, etc), as quais eram barradas pelo Estado Monárquico Regalista.

Essa necessidade de reforma da Igreja teve grande apoio e patrocínio de Roma, que tinha como objetivo trazer a Igreja do Brasil para o seu controle. Como dito, o Pontífice Pio IX foi um dos pilares dessa aproximação da Igreja católica do Brasil com a Santa Sé.

Essa proposta de aproximação de Roma com a Igreja Católica Brasileira e a tentativa de se criar um clima de harmonia com o episcopado brasileiro, acabou por abalar ainda mais a relação entre as instituições Estado e Igreja. Conforme Bruneau

(1974, p. 63): “tanto os bispos como os políticos, ao avaliarem a situação objetivamente perceberam que as coisas tinham que ser mudadas”. Mudanças essas, que foram efetivadas na República, sendo vários os fatores que levaram à sua proclamação em 1889, tais como: o desgaste do sistema monárquico, que com a lei áurea enfraquecia ainda mais suas próprias bases, já debilitadas, sobre as quais se apoiava a Monarquia; a censura imposta pelo regime monárquico aos militares, que não podiam fazer declarações à imprensa, os quais estavam descontentes diante dos rumores de corrupção existentes na corte; a crise econômica agravada com a Guerra do Paraguai (1864-1870), quando o Brasil teve que fazer empréstimos da Inglaterra para financiar os embates, aumentando sua dívida externa; a forte influência positivista, através da qual militares, profissionais liberais e intelectuais defendiam seus ideais (SERPIN, 2008, p. 88-89). Tais ideais eram favoráveis ao regime republicano e, portanto, contrários à Monarquia. Associado a esses fatores, havia ainda um desequilíbrio crescente entre poder econômico e político que, conforme Costa (1999, p. 470), unido às contradições e conflitos gerados na estrutura do país “puseram em xeque as soluções tradicionais, dando novo vigor à ideia federativa”.

Destarte, a instauração da República, conforme Costa (1999, p. 489), foi um movimento que resultou da conjugação de três forças que, momentaneamente, uniram-se em torno de um ideal republicano: uma parcela do exército, fazendeiros do oeste paulista e representantes das classes médias urbanas, que contaram, indiretamente, com o desprestígio da Monarquia e o enfraquecimento das oligarquias tradicionais.

A Monarquia também não tinha o apoio majoritário da Igreja, que não se manifestou a favor do regime monárquico com a eminência do futuro golpe. Dessa forma, na capital brasileira (cidade do Rio de Janeiro), em 15 de novembro de 1889, o Marechal Deodoro da Fonseca liderou um golpe militar que derrubou a Monarquia e instaurou a República Federativa e Presidencialista no Brasil. Como governo provisório, Marechal Deodoro da Fonseca assumiu a presidência da República.

Proclamada a República, em 1889, a Igreja, de início, mostrou-se indiferente quanto à nova forma de governo, a ponto de Dom Luiz Antônio dos Santos, Arcebispo da Bahia (1881-1891), mandar um telegrama ao presidente Deodoro da Fonseca, o qual dizia: "Arcebispo da Bahia com seu clero saúdam na pessoa de V. Excia, novo regime estabelecido e imploram bênçãos do céu sobre os esforços dos

filhos da Terra de Santa Cruz pela prosperidade e felicidade da mesma" (Apud SCAMPINI, 1978, p. 82).

Essa indiferença logo vai se tornando desconfortável, pois a nova conjuntura política exigiria uma série de decretos que atingiriam a relação Igreja e Estado. Pereira (2018, p. 82) comenta:

Num primeiro momento, os bispos simpatizam com a ideia de liberdade e reafirmam a fé católica. Afinal, liberdade para a Igreja era o que eles vinham reivindicando perante o Império. Agora, porém, o problema era o que fazer e como fazer com essa liberdade. Passada a "euforia" do primeiro momento e tendo sentido o verdadeiro impacto do que era o regime republicano, sobreveio a reação negativa, constrangimento e dificuldade de se adaptar ao novo contexto político. O período seguinte, que vai de 1890 até 1910, será penoso para a Igreja diante dos desafios que a nova ordem política cria no país. Será um momento de insegurança, mal-estar, desconfiança com o novo regime e de preocupações, inclusive financeiras, advindas da perda do apoio do Estado.

O primeiro projeto para separação entre Igreja e Estado foi apresentado em conferência do Governo, pelo Ministro da Agricultura, Demétrio Ribeiro, positivista, na sessão do Ministério, realizada em 9 de dezembro de 1889, instituindo a plena liberdade de cultos e abolindo a união legal da Igreja com o Estado (LUSTOSA, 1975, p. 630). No entanto, o dito projeto recebeu impugnação dos demais membros do Ministério e o General Deodoro incumbiu o Ministro da Fazenda (Rui Barbosa), da redação de outra proposta.

Coube então, a Rui Barbosa, a elaboração de um projeto suplementar, que foi apresentado em 7 de janeiro de 1890 e foi aprovado por unanimidade. O Decreto nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890, diz que:

Art. 1º É proibido à autoridade federal, assim como à dos Estados Federados, expedir leis, regulamentos ou atos administrativos, estabelecendo alguma religião, ou vedando-se a criar diferenças entre os habitantes do País, ou nos serviços sustentados à custa do orçamento, por motivo de crenças, ou opiniões filosóficas ou religiosas.

Art. 2º A todas as confissões religiosas pertence por igual a faculdade de exercerem o seu culto, regerem-se segundo a sua fé e não serem contrariadas nos atos particulares ou públicos, que interessem o exercício deste decreto.

Art. 3º A liberdade aqui instituída abrange não só os indivíduos nos atos individuais, senão também as Igrejas, associações e institutos em que se acharem agremiados; cabendo a todos o pleno direito de se constituírem e viverem coletivamente, segundo seu credo e a sua disciplina, sem intervenção do poder público.

Art. 4º Fica extinto o padroado com todas as suas instituições, recursos e prerrogativas.

Art. 5º A todas as Igrejas e confissões religiosas se reconhece a personalidade jurídica, para adquirirem bens e os administrarem, sob os limites postos pelas leis concernentes à propriedade de mão-morta, mantendo-se a cada uma o domínio de seus haveres atuais, bem como dos seus edifícios de culto.

Art. 6º O Governo Federal continua a prover à cônica sustentação dos atuais serventuários do culto católico e subvencionará por um ano as cadeiras dos seminários ficando livre a cada Estado o arbítrio de manter os futuros ministros desse ou de outro culto, sem contravenção do disposto nos artigos precedentes” (BRASIL, 1890, s.p.).

Esse decreto instituía um Estado laico, separando a Igreja do Estado, promulgando a liberdade de culto, colocando todas as instituições religiosas em situação de igualdade perante o Estado e sociedade e, com isso, promovendo a extinção do padroado. Logo em seguida, viriam outros dispositivos legais, como o Decreto nº 181 de 24 de janeiro de 1890, que promulga a Lei sobre o casamento civil, sendo que, em seu artigo 108 estabelece que somente serão considerados válidos os casamentos celebrados no Brasil, se forem de acordo com as disposições desse novo decreto (LUSTOSA,1975, p. 632).

A primeira Constituição Republicana foi promulgada em 24 de fevereiro de 1891, por uma Assembleia Constituinte que foi convocada pelo Governo Provisório, que teve como base o projeto governamental de Rui Barbosa. Foi implantado, assim, o programa dos liberais: laicização total do ensino, secularização dos cemitérios, nenhuma relação de governo de dependência e aliança com qualquer confissão religiosa, conforme preconiza o artigo 72 da Constituição de 24 de fevereiro de 1891:

Art. 72º A Constituição assegura aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade nos termos seguintes:

[...]

3º - Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum.

4º - A República só reconhece o casamento civil, cuja celebração será gratuita.

5º - Os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal, ficando livre a todos os cultos religiosos a prática dos respectivos ritos em relação aos seus crentes, desde que não ofendam a moral pública e as leis.

6º - Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos.

7º - Nenhum culto ou Igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o governo da União ou dos Estados.

[...]

28º - Por motivo de crença ou de função religiosa, nenhum cidadão brasileiro poderá ser privado de seus direitos civis e políticos, nem eximir-se do cumprimento de qualquer dever cívico.

29º - Os que alegarem motivo de crença religiosa com o fim de se isentarem de qualquer ônus que as leis da República imponham aos cidadãos e os que aceitarem condecoração ou títulos nobiliárquicos estrangeiros perderão todos os direitos políticos (BRASIL, 1891, s.p.).

Dessa forma, estava decretada a liberdade da Igreja, a qual, embora perdesse a proteção do Estado, estava livre para desenvolver seu projeto institucional de ação, que daria força ao processo de romanização.

Como dito anteriormente, a separação entre Igreja e Estado, em um primeiro momento, gerou insegurança para alguns bispos que ainda estavam ligados ao regalismo. Embora tenha surgido como uma das ações da Igreja Católica, para traçar suas diretrizes, na Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro, de 19 de maio de 1890, parte do episcopado, com mentalidade regalista, assim se manifestou: "Em nome, pois, da Ordem Social, em nome da paz pública, em nome da concórdia dos cidadãos, em nome dos direitos da consciência, repelimos os católicos a separação da Igreja e do Estado; exigimos a união entre os dois poderes" (Apud LUSTOSA, 1975, p. 633).

Tal manifestação demonstra a insegurança que alguns bispos tinham com a separação, revelando que não havia consenso entre o próprio episcopado em relação a tal questão, já que algumas medidas restritivas foram implementadas pela República, como a exclusão da Companhia de Jesus, a proibição da fundação de novos mosteiros e de novas ordens monásticas (que, com a intervenção de Dom Macedo Costa, foi eliminada do projeto) e a determinação de que as cerimônias do casamento civil precedessem as cerimônias religiosas.

A Igreja Católica reagiu a tais medidas restritivas do projeto de Constituição do Governo Provisório, através do Opúsculo, de 6 de agosto de 1891, com o título "Reclamação do Episcopado Brasileiro dirigido ao Exmo. Sr. Chefe do Governo Provisório":

Os Bispos Brasileiros, representados pela comissão aqui presente, tem a honra de vir à respeitável presença de Vossa Excelência (Ex. Sr. Marechal), para exprimir-lhe o imenso assombro e a profunda tristeza, que se apossou de nossa alma, ao lermos nos papéis públicos o projeto de Constituição Nacional, promulgado por decreto do Governo Provisório, para ser submetido à sanção do Governo Federal que tem de reunir-se em 15 de Novembro próximo (Apud RABUSKE, 1989, p. 11).

Através desse documento, os bispos protestam contra o ateísmo que, segundo eles, precede o projeto da Constituição do Governo, ateísmo visto como

afronta a maior parte do povo brasileiro que professaria o catolicismo (RABUSKE, 1989, p. 12).

Com a promulgação da Constituição de 1891, a Igreja se viu, de repente, sem o apoio do Estado para a sua influência religiosa, sendo equiparada agora a todas as outras denominações, enquanto antes era tida como a única igreja verdadeira – embora houvesse tolerância a outras manifestações desde que realizadas em privado. A Constituição Republicana não foi declarada em nome de Deus, portanto, era ateia. Os membros religiosos tiveram seus direitos políticos extintos e tudo isso foi sentido, a princípio, pela liderança da Igreja no Brasil.

Agora, com a impossibilidade de contar com a influência do Estado para difundir sua mensagem, os líderes da Igreja voltam-se sobre si mesmos e tomam consciência de que é necessário montar sua própria estrutura para manter sua hegemonia na sociedade. Bruneau (1974 p. 68) comenta que:

a mudança mais óbvia no modelo de influência diz respeito aos instrumentos ou mecanismos para gerar e exercer influência. O simples desenvolvimento organizacional era um ponto básico para influência da Igreja, mas até então a Igreja no Brasil não havia evoluído com instituição porque dependia inteiramente das estruturas do Estado, e porque o Estado nunca quis empregar recursos para o seu desenvolvimento, ou permitir a sua expansão. Depois de 1891, a Igreja teve que construir a sua organização praticamente a partir do nada.

A Igreja, agora, com o processo de romanização, passa da situação de dependência completa da Coroa, a depender somente das diretrizes e orientações da Santa Sé. Esse processo de romanização ratificou um modelo de Igreja com inspirações nos ideais tridentinos e a separação deu condições para que esse modelo triunfasse.

1.2 A REORGANIZAÇÃO CATÓLICA HIERÁRQUICA PÓS-PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA.

A proclamação da República, para a população em geral, foi uma surpresa, mesmo porque a participação popular não foi um canal privilegiado para tomada de decisão no Brasil, uma vez que os atores que decidem são integrantes das elites que, por várias vezes, usam sua posição de poder para incutir no povo suas ideologias e, agora, o Brasil estava em uma nova perspectiva de governo.

Em 1890, o Vaticano reconheceu o regime republicano implantado no Brasil. Em 1901, transformou em Nunciatura sua representação diplomática no Rio de Janeiro e, em 1905, criou o primeiro Cardinalato na América Latina, também com sede no Rio de Janeiro, nomeando como primeiro Cardeal Latino Americano, Dom Joaquim Arcoverde e multiplicaram-se as dioceses por todo o país (MICELI, 1988, p. 20).

Não obstante a criação de um Cardinalato, com sede no Rio de Janeiro, os prelados passaram a ter poderes significativos no âmbito de suas dioceses e a tendência descentralizadora do regime republicano expressa, paulatinamente, na política dos governadores, teve seu paralelo na estadualização do poder eclesiástico (MICELI, 1988, p. 21). Ou seja, isso possibilitou a criação de dioceses nas capitais dos estados, que agora necessitavam estar ligados às oligarquias regionais para poderem formar um patrimônio, a fim de garantir a sustentabilidade de suas dioceses e paróquias.

Outro motivo para se ligar às elites regionais era o fato de que a Igreja tinha como objetivo atingir essas classes, ou seja, reorganizar-se pelo “alto”, mantendo-se aliada às elites conservadoras e aos coronéis, que detinham o domínio e o controle sobre grande parte da população. Pensava-se que reformando ou convertendo a elite reformava-se e convertia-se o povo – em uma relação mais próxima do que ocorria no período anterior, marcado pelo padroado. Nesse sistema de aliança, o fazendeiro, o grande proprietário que mantém sob seu controle a população rural, também se diz dono da religião. Ele constrói a capela, organiza as festas, organiza o culto, paga o padre, manda buscá-lo quando há necessidade de rezar missa ou administrar os sacramentos. O fazendeiro ou o coronel é o responsável pela religião. Dessa forma, não há uma comunicação direta entre a Igreja e o povo (PEREIRA, 2018, p. 88). Então, com a separação Igreja-Estado, muito pouco ou quase nada mudou para os fiéis, que continuaram vivendo o catolicismo do seu jeito, com muitos santos, rezas, promessas e procissões¹³.

Não se pode deixar de citar que a Igreja sofreu oposição por parte dos liberais e positivistas¹⁴. O controle que a Igreja Católica possuiu sobre a população até o

¹³ No período crítico de separação entre Estado e Igreja e entre as opiniões a respeito de como a Igreja deveria agir e que rumos deveria tomar, o padre Júlio Maria pregou e defendeu “a união entre a Igreja e o povo”, “a saída da sacristia e a ida ao povo” (VILLAÇA, 1975 p. 69-77).

¹⁴ A Igreja Católica se torna alvo dos debates na medida em que ela passava a ser vista como um impedimento da liberdade de consciência. Para os positivistas a liberdade de consciência é impedida

início do século XIX foi sendo, aos poucos, questionado pelos liberais e positivistas, que pretendiam assumir atribuições como a responsabilidade pelas emissões de certidões de registro de nascimento, matrimônio e óbito, além, é claro, do controle do ensino sem a interferência da religião.

Com a remoção das barreiras estatais, a europeização do clero permitiu a entrada de grande número de padres religiosos estrangeiros que já superava o número de padres brasileiros.

Tal afirmativa é corroborada pela vinda dos imigrantes católicos e protestantes que se instalaram principalmente no sul do país, nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e constituíram o mapa religioso e cultural da região. Vindos da Alemanha, Itália, Polônia e de outras regiões da Europa. Os imigrantes católicos já possuíam em sua prática devocional um catolicismo já romanizado (SERBIN, 2008, p. 88). Estabeleceram-se em propriedades de pequenos lotes de terra, construíram capelas, escolas, salas para leitura, salões para festas e reuniões e espaços para lazer. Esses imigrantes, principalmente Italianos, financiaram a vinda de padres e religiosos e organizaram comunidades e paróquias.

Tantas modificações tensionaram relações entre as instituições estatais e a ICAR. A Igreja Católica estava, em algumas situações, em rota de colisão com o nascente poder republicano e a laicização abriu espaço para o agnosticismo e o ateísmo:

Pode-se afirmar que durante os trinta primeiros anos o decreto de separação entre igreja e Estado promulgado em abril de 1890 foi mantido rigidamente. Por parte dos líderes políticos, houve um desconhecimento quase completo da ação e da presença da igreja. Dominava o pensamento liberal e positivista. [...] A Igreja Católica preocupava-se principalmente com a sua organização e a vida interna (AZZI, apud ALVES, 2018, p. 37).

A liderança eclesiástica brasileira como um todo, agora, via com bons olhos a liberdade, haja vista que “a ingerência do Estado na vida íntima da Igreja quase provocara o seu desmoronamento institucional” (ROMANO, 1981, p.132). Apesar

a partir do momento em que não há separação dos dois poderes, o temporal do espiritual (PEREIRA MARTINS, 2008, p. 71). Os positivistas, assim como os liberais, reivindicavam a liberdade espiritual / liberdade de consciência. Mas esta liberdade de consciência para os positivistas não é a mesma da dos liberais: ela não derivaria da liberdade de culto ou de um direito individual, mas sim da separação dos poderes temporal e espiritual, de forma a considerar a união destes dois poderes a abertura para as tiranias (MACEDO apud PEREIRA MARTINS, 2008, p. 67).

disso, o episcopado demonstrou apreensão diante do nivelamento da ICAR com as demais confissões religiosas e perpassou por seu discurso o desejo de fazer com que o Estado Republicano assumisse o catolicismo como religião oficial e independente. Isso seria um reconhecimento do Estado à Igreja Católica pela contribuição ao Brasil ao longo da história (SERPA, 1989, p. 10-11). Essa aproximação e reconhecimento somente foi, de fato, concretizada em âmbito nacional, no governo Vargas, que aceitou várias reivindicações do clero brasileiro.

As características básicas da nova mentalidade da liderança da ICAR, de modo geral, são pautadas pela união e fortalecimento do episcopado, em âmbito nacional e regional, reorganização institucional, devido ao fato de a Igreja não ter avançado enquanto instituição no período do Império. A Igreja, agora, passa a atacar as “heresias” como o ateísmo, o espiritismo, o comunismo, entre outras. Concentra suas energias na doutrina e sacramentos, como menciona Dom Macedo Costa, na Carta Pastoral de 1890, do Episcopado Brasileiro:

além do catecismo aos meninos nos domingos, farão ao povo a explicação do Evangelho previsto pelo Concilio Tridentino, ou, se mais cômodo for aos fiéis, uma vez por semana farão instruções em estilo singelo, ao alcance de todos, mas sem resvalar no trivial e chulo, antes sempre decoroso e digno, sobre a Igreja e o Sumo Pontífice, sobre os sacramentos (Apud RIBEIRO s.d., p.276).

Nesse encontro da Pastoral Coletiva, em 1890, Dom Macedo Costa, Bispo do Pará, redigiu um documento, ao final do evento, intitulado: “Pontos de Reforma na Igreja do Brasil”, o qual norteou a postura da Igreja, no final do século XIX e início do século XX. Esse documento está dividido em nove capítulos, conforme importância atribuída por Dom Macedo Costa. O documento indica metas da reforma: firme exercício da autoridade episcopal, controle do clero, união com o papa e unidade de ação dos bispos; eliminação dos abusos da disciplina no clero; alargamento do campo de ação pastoral; busca por espiritualidade baseada na oração e no estudo; maior convivência entre os padres; organização ou fundação de seminários com base na disciplina, no estudo e em sua destinação exclusiva à formação do clero; regeneração religiosa do povo através das missões populares; renovação das missões entre índios; restauração das ordens religiosas; presença de novas congregações; reorganizações das confrarias com expurgo dos elementos

maçônicos; zelo, em especial, aos colonos emigrantes vindo da Europa que eram, em sua maioria, católicos; criação de novas dioceses (RIBEIRO, s.d. p. 279-282).

Dom Macedo Costa assume neste texto, como uma das autoridades do episcopado nacional, a “perspectiva do legislador”, fundamentando normas, ou um “contrato social”, para a atuação conjunta de todo o episcopado no Brasil. É notória a influência de Dom Macedo Costa na orientação e consolidação do novo modelo e postura da Igreja no Brasil - uma Igreja alinhada com a Santa Sé e com as diretrizes do Concílio do Vaticano I, que valorizavam as ações pastorais e tinham como objetivo formar um novo fiel católico. O bom católico, segundo esse novo modelo, é aquele que frequenta regularmente os sacramentos e obedece, incondicionalmente, a autoridade eclesiástica. O catolicismo popular¹⁵ começou a ser combatido e os dogmas da Igreja começaram a ser reforçados e consolidados.

Para os bispos reformadores, a religiosidade popular brasileira, herdeira da tradição religiosa lusitana, pautada nas devoções e festas comandadas por leigos, passa a ser vista e considerada como fanatismo e superstição, porque se desenvolveu distante e fora do alcance da hierarquia, em um mundo “desprovido de cultura” e “dominado pela ignorância”. Assim, a religiosidade popular era uma deturpação da “verdadeira religião”, enquanto a “verdadeira religiosidade” era a que emanava do culto oficial, orientada pelas normas da Igreja e seus agentes. O catolicismo do povo estava distante do culto oficial e do que preconizava a Igreja (PEREIRA, 2018, p. 79-80).

Foi na Pastoral Coletiva que se manifestou, ainda, o desejo de realizar um Concílio Nacional Brasileiro, no ano de 1891. O episcopado, agora, tenta mostrar uma Igreja relevante à sociedade, colocando-se na posição de legítimo defensor da família, das instituições, das leis da religião, da sociedade e da ordem, pressupostos necessários ao momento histórico e compatíveis com a postura ideológica das elites

¹⁵ A concepção de catolicismo popular não é consenso na historiografia. Várias são as definições em diferentes vertentes historiográficas. Adotaremos a definição de Serpa (1989, p. 41-44), que menciona que o catolicismo popular é um conjunto de práticas religiosas que não representam a totalidade dos ideais da Igreja e não são resultantes da ação pastoral de eclesiásticos pertencentes à Igreja institucionalizada. O catolicismo popular foi praticado pelas classes menos favorecidas que viam somente santos como a única fonte de vitória sobre as lutas do dia a dia, porém, as elites dirigentes também se valiam dessas práticas. O leigo, no catolicismo popular, assume um papel de destaque. Ele constrói a capela com os seus recursos, dirige as festividades, enfim, exerce papel ativo dentro das práticas religiosas. A prática central do catolicismo popular é a devoção aos santos, a benzedura, as promessas, as romarias e as festas, aproximando-se, tais práticas, dos cultos africanos e ameríndios, o que gera, não poucas vezes, expressões religiosas que podem ser consideradas como verdadeiros sincretismos religiosos.

dirigentes agrupadas em torno do positivismo e do liberalismo (SERPA, 1989, p.15). Logo após a publicação da Pastoral Coletiva, em 1890, Dom Antônio Macedo Costa viajou para Roma para comunicar ao então Sumo Pontífice, Leão XIII (1878 a 1903), os resultados obtidos e a articulação e ampliação da hierarquia eclesiástica (WERNET, 1988, p. 3).

A proposta de ampliação da hierarquia eclesiástica foi aceita pelo Papa Leão XIII, que, através da Bula *ad Universas Orbis Ecclesias*, de 27 de abril de 1892, dividiu o território brasileiro em duas províncias eclesiásticas: a Setentrional, no norte e a Meridional, no sul, com sede na Bahia e no Rio de Janeiro, respectivamente, criando também as dioceses de: Curitiba (1892), que contemplava em sua jurisdição o estado de Santa Catarina, Amazonas (1892), Paraíba (1892) e Niterói (1892). A ideia de execução de um Concílio Nacional, no entanto, foi deixada de lado, levando a entender que a realização do Concílio poderia constituir-se em um momento propício para reavivar os interesses católicos do Brasil, que ainda não estavam totalmente alinhados com Roma (SERPA, 1989, p.16).

Em 1898, o Papa Leão XIII, através das letras *Cum Diuturnum*, convocou arcebispos e bispos de toda América Latina para o Concílio Plenário, que seria realizado em 1899, em Roma. Esse fato foi de suma importância para o avanço das novas diretrizes da Igreja na América Latina, que coroaram a política de Leão XIII e, com os seus decretos, puseram à margem as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, que datam do ano de 1707 (WERNET, 1988, p. 4).

As decisões emanadas do Concílio Plenário Latino-Americano foram publicadas na *Acta et Decreta Concilii Plenarii Americae Latinae* e promulgadas pelas letras apostólicas *Jesus Christi Ecclesiam*, expedidas pelo Papa Leão XIII, em janeiro de 1900 (SERPA, 1989, p. 17). As decisões do Concílio Plenário Latino-Americano abrangem dezesseis títulos¹⁶, compreendendo cada título diversos

¹⁶ O primeiro título versa sobre a fé e a Igreja Católica, com onze capítulos: Profissão de Fé, a Revelação, a Fé, Razão e Fé, Deus, Culto de Deus e dos Santos, a Igreja, o Romano Pontífice, a Sociedade Doméstica, a Sociedade Civil e a Igreja e o Estado. No primeiro capítulo, os padres professam a própria fé nos ensinamentos e nos dogmas da Igreja, nas tradições apostólicas, nas decisões dos concílios gerais, (principalmente no Tridentino e do Vaticano I), professam a sua fé no primado e na infalibilidade do Papa. Explicam que há duas ordens de conhecimentos distintos pelo princípio e pelo objeto: razão e fé, não antagônicas, nem inimigas. O segundo título, com sete capítulos, estuda os impedimentos da fé e os perigos, denunciando e condenando os principais erros modernos: o ateísmo, o materialismo, o panteísmo, o racionalismo, o naturalismo, o positivismo, o liberalismo, o comunismo, o espiritismo, o socialismo, o niilismo e o anarquismo. O segundo capítulo proíbe a leitura de maus livros, livros de autores partidários dos erros acima citados, livros lascivos, novelas e romances. Proíbe, também, a frequência a escolas acatólicas e neutras, desaconselha a

capítulos: I – Fé e Igreja; II – Dos impedimentos e perigos da Fé; III – As pessoas eclesiásticas; IV – O culto divino; V – Os Sacramentos; VI – Os sacramentais; VII – A formação do clero; VIII – A vida e a honestidade dos clérigos; IX – A educação católica da juventude; X – A doutrina cristã; XI – O zelo das almas e a caridade cristã; XII – O modo de conferir os benefícios eclesiásticos; XIII – O direito da Igreja de aquisição e posse de bens temporais; XIV – As coisas sagradas; XV – Os juízes eclesiásticos; XVI – A promoção e execução dos decretos do concílio.

No Concílio Plenário Latino-Americano reuniram-se representantes religiosos de diversos países latino-americanos, com suas culturas diferenciadas e específicas, ignorando todo o passado eclesiástico e decretos de cada país. As decisões desse concílio colocaram todos os países sob a mesma égide de uma única legislação, contribuindo para uma reorganização da Igreja na América Latina e oferecendo um novo impulso à Igreja, principalmente, no Brasil, através da defesa de uma postura europeizante da sociedade, favorecendo, dessa forma, a romanização da Igreja Católica.

Para Heerdt, a reunião do Episcopado Latino-Americano, de 28 de maio a 9 de julho de 1899, em Roma, foi o evento mais significativo em âmbito continental da história eclesiástica do século XIX e as diretrizes lá traçadas nortearam a recatolização da Igreja Católica no Brasil (HEERDT, 1992, p. 73-74). O concílio significou a projeção de uma nova cristandade para a América Latina e definiu os rumos da Igreja do Brasil por mais de meio século. Oscar Beozzo afirma que o Concílio Plenário:

foi um instrumento poderoso da romanização, ao uniformizar toda a legislação eclesiástica da América Latina, pautando-a não mais pela tradição anterior, mas pelo modelo de Igreja, de exercício da autoridade e

conversa e a familiaridade com acatólicos e chama a atenção para a gravidade da ignorância em questões religiosas. O terceiro título trata das pessoas eclesiásticas do clero secular e regular, abrangendo dezesseis capítulos. O quarto título trata do culto divino, da missa, das imagens e dos sacramentos. O título sétimo estuda, em quatro capítulos, a formação do clero e de seminários. O oitavo título trata das disciplinas eclesiásticas. A partir do nono título, são abordados assuntos referentes aos leigos, começando com a educação da juventude nas escolas primárias, secundárias e nas universidades, continuando, no décimo capítulo, com explicações sobre o catecismo, as missões populares, os livros de oração e os jornais católicos. O título décimo primeiro, em oito capítulos, trata, entre outros assuntos, das irmandades, associações e das instituições de caridade. Os dois títulos seguintes tratam dos benefícios eclesiásticos e dos bens eclesiásticos, respectivamente. O título décimo quarto se ocupa, em três capítulos, dos templos e dos cemitérios. O título décimo quinto fala das Cúrias Episcopais e dos Tribunais Eclesiásticos para as causas matrimoniais e eclesiásticas e, o último, décimo sexto título, tem um único capítulo que aborda o assunto referente à promulgação e à execução dos decretos do Concílio (SERPA, 1989, p. 17-18).

de relações entre o Papa e o episcopado saídos do ultramontanismo triunfante no Vaticano I (BEOZZO, 1992, p. 144).

Qual foi o significado do concílio para a Igreja do Brasil? Por um lado, o concílio reaproxima ainda mais a Igreja do Brasil da Santa Sé, reforça o processo de recatolização e reanima a atividade pastoral dos bispos. Por outro, engaveta a proposta do Concílio Plenário Brasileiro, alegando que não havia mais necessidade, pois as diretrizes do Concílio Plenário Latino-Americano eram também para a Igreja do Brasil e deviam ser postas em prática. Ao invés de realizar um concílio, a Santa Sé orienta os bispos a se reunirem, separadamente, a cada três anos, nas províncias do norte (com sede na Bahia) e do Sul (com sede no Rio de Janeiro) e os bispos, então, passaram a se reunir, sendo que dessas reuniões surgiram as “Pastorais Coletivas” (PEREIRA, 2018, p. 90).

Outro aspecto importante do Concílio Latino-Americano, dentro do processo de recatolização proposto pela Igreja, foi o incentivo à vinda de congregações religiosas estrangeiras, a divulgação de novas devoções, a criação de agremiações católicas, a implantação de escolas católicas e da imprensa católica. Essas duas últimas abriram uma frente de combate ao ensino laico e à secularização do Estado. É certo que, a partir desse concílio, a consciência colegial do episcopado latino-americano foi progredindo cada vez mais. A partir do Concílio Plenário cresceu o número de dioceses, com renovados critérios na escolha dos novos bispos.

Os decretos do referido concílio buscavam a afirmação da autoridade da Igreja institucional e hierárquica e submetiam a seu controle todas as variações de manifestações religiosas do catolicismo popular. Nesse sentido, atingiram de cheio as Confrarias¹⁷ (Irmandades e Ordens Terceiras) que, por decisão do concílio, deveriam ter seus estatutos reformulados e, passando para o controle do governo diocesano, seus bens seriam incorporados ao patrimônio da Igreja Católica (SERPA, 1989, p. 20). O vigário agora teria o controle sobre o patrimônio e a liturgia da Igreja,

¹⁷ As confrarias são associações leigas nas quais eram manifestadas as expressões do catolicismo popular. Segundo Azzi (1992), existem dois tipos de confrarias: as irmandades e as ordens terceiras. As irmandades são associações caracterizadas pela participação leiga no culto católico, que tinham como finalidade a promoção da devoção de um santo, sendo que cada irmandade possuía seu estatuto e seu compromisso particular. As ordens terceiras também têm ampla participação dos leigos, bem como se reúnem em torno da devoção de um santo, no entanto, estão associadas às ordens religiosas (AZZI apud ANDRADE, 2017, p. 85).

tirando o protagonismo do leigo que, por muitas vezes, conduzia as manifestações religiosas.

Os decretos elaborados no Concílio Latino-Americano foram postos em prática nas dioceses, imediatamente, seja através de exemplares distribuídos pela Santa Sé, ou através dos Sínodos Diocesanos e serviram de orientação para as atividades da Igreja para a elaboração das Pastorais Coletivas e Cartas Pastorais, da época, como é possível comprovar na reunião, realizada, nos dias 3 a 12 de novembro de 1901, em São Paulo, em que ocorreu o primeiro encontro da Província Eclesiástica Meridional:

Nas circunstâncias em que se acha a Igreja diante do ensino leigo, é de necessidade inadiável que os Rvds. Parochos se esforcem por fundar em suas paróchias escolas primárias, nas quais a mocidade nascente da paróchia encontre o pasto espiritual da doutrina christã e de outros conhecimentos uteis para a vida pratica. E tenham para isto em vista o prescrito pelo Concilio Plenário Latino Americano, artigos 673 a 685, que deverão lêr frequentemente. E como meio prático para fundação destas escolas, os Srs. Bispos aconselham aos Rvds. Parochos a confraria de S. Antonio da Diocese de Coritiba, que ali está dando bons resultados (LEUZINGER apud HEERDT, 1992, p.83).

Os bispos brasileiros seguiram as orientações do Concílio Latino-Americano e várias cartas pastorais foram emitidas como, por exemplo:

Carta Pastoral de Dom José de Camargo Barros tratando do Concilio Plenário Católico Americano e ordenando a consagração da Diocese ao Sagrado Coração de Jesus (21 de novembro de 1899). Carta Pastoral que trata dos atos e decretos do Concilio Plenário Latino-Americano e recomenda as Escolas Parochiaes e o Apostolado da Oraçãõ (BARROS apud HEERDT, 1992, p. 55).

Dom João Becker (1908-1912) foi o primeiro Bispo da Diocese de Florianópolis e, em 12 de outubro de 1909, parabenizou os párocos pelo bom acompanhamento das escolas paroquiais, conforme orientação do Concílio Latino-Americano:

Escolas Paroquiais: Dom João Becker relata que na sua Visita Pastoral encontrou algumas Escolas Paroquiais dirigidas com zêlo e dedicação pelos párocos, conforme as determinações e ordens emanadas do Concílio Plenário Latino-Americano e as Cartas Trienais da Província Eclesiástica Meridional. (BECKER apud HEERDT, 1992, p. 93).

A criação da Diocese de Florianópolis é consequência direta da ativa participação do Monsenhor Francisco Topp, vigário da paróquia de Desterro (1896 a 1921). Padre Topp buscou levantar recursos em todas as paróquias do estado catarinense e com as autoridades locais para custear a criação da primeira Diocese catarinense. Em 19 de março de 1908, através da Bula *Quum Sanctissimus Dominus Noster*, decreta-se o desmembramento do estado de Santa Catarina do Bispado de Curitiba, no Paraná, criando-se a Diocese de Florianópolis, cuja Matriz de Nossa Senhora do Desterro foi elevada à Catedral. A única Diocese de Florianópolis, sufragânea de Curitiba, passaria a ser Arquidiocese em 17 de janeiro de 1927.

Em 1900, foi divulgada a segunda Pastoral Coletiva com o Episcopado Brasileiro e as temáticas constantes da Pastoral Coletiva de 1890 foram retomadas, no entanto, o episcopado estava interessado em colocar em prática as decisões deliberadas no Concílio Plenário Latino-Americano, que abordavam assuntos como o ensino da doutrina cristã aos adultos e crianças, as missões populares, a devoção ao Sagrado Coração de Jesus, a criação do Apostolado da Oração e que em todos os atos da vida religiosa houvesse pregação, confissão e comunhão (SERPA, 1989, p. 21).

Como já mencionado, o episcopado brasileiro se reunia, a cada três anos, para discutir assuntos pertinentes às suas dioceses, cumprindo a determinação do Papa Leão XIII e tendo como um dos documentos norteadores a Pastoral Coletiva de 1915, derivada de reunião realizada na cidade de Nova Friburgo, de 12 a 17 daquele ano, organizada pela Província Eclesiástica Meridional. Nessa Pastoral Coletiva abordaram-se assuntos como a Primeira Grande Guerra (1914 - 1918), a situação em que se encontrava o Brasil, tendo sido citados assuntos como: crimes horrorosos, roubos, assassinatos, adultérios, calúnias, vinganças, suicídios, fé enfraquecida, violação das leis, além de que não bastava apenas reconhecer o mal, mas sim, combatê-lo com palavras, reprovando os vícios, ainda que isso ocasionasse ódio e perseguições. Serpa (1989, p. 23), comentando o documento, afirma que no evento foram mencionados ainda outros males que precisavam ser combatidos, como o espiritismo, o protestantismo, assaltos à propriedade privada, aos cofres públicos, demissões caprichosas de empregados honestos, calúnias, empregos mal exercidos e bem remunerados.

A origem de quase todos os males, segundo o episcopado reunido em Nova Friburgo, estava na ignorância das verdades da fé e dos preceitos divinos. A Pastoral fez críticas aos inimigos da religião e conclamou os sacerdotes a entrarem na luta através da pregação das “verdades” eternas, cuidando da infância e da mocidade, ensinando o catecismo, a prática da oração em família, a pregação da boa imprensa e o combate à “imprensa ímpia”. Os prelados apontam ainda para a necessidade de ensinar e insistir no conhecimento das grandes verdades da fé católica, como: os atributos de Deus, o ministério da Santíssima Trindade, a encarnação do verbo divino, a divindade de Jesus Cristo e o Espírito Santo, a eternidade da vida futura e os efeitos e necessidade dos sacramentos da oração, conforme indicado por Serpa (1989, p. 23-24).

Serpa segue afirmando que o encontro dos bispos exortou os vigários a ensinarem amor, veneração e obediência ao papa e ao vigário, a ensinar o povo a respeitar as leis, as autoridades constituídas, a amar o trabalho, a acatar os direitos alheios, a cimentar e promover a união, a concórdia e o amor entre os indivíduos e entre as classes sociais (SERPA, 1989, p. 24).

Nessa Pastoral Coletiva, de 1915, foi elaborada uma síntese das conferências de 1901, 1904, 1907, 1911, revistas, emendadas e consolidadas no documento intitulado *Constituições Diocesanas das Províncias Eclesiásticas Meridionais do Brasil* (1915), que está dividido em seis capítulos, cada um contendo vários outros tópicos. Além disso, trouxe vários apêndices, com oitenta e quatro decretos, tendo como finalidade orientar o clero sobre as mais diversas atividades religiosas. Serpa traz um resumo do documento:

1. A Fé: Traz como capítulo: Profissão de fé, pregação, doutrina cristã, perigo contra a fé, conservação da fé e escolas católicas. É uma exortação aos párocos para que preguem e ensinem a verdadeira fé e condena a cada um dos erros modernos. Estimula a criação de escolas católicas, vendo-as como grandes instrumentos para a propagação da fé, além das aulas de catecismo.
2. Os sacramentos: Sete são os sacramentos recomendados pela Igreja Católica e expõe as condições necessárias para o recebimento das indulgências.
3. O culto: composto de 18 capítulos, trata sobre diversos cultos, missa, devoção a Nosso Senhor e a Nossa Senhora, o culto dos anjos e Santos, culto das relíquias e imagens, festas, jejuns e abstinência, igrejas, oratórios, procissões e peregrinações, exéquias, cemitérios e música sacra.
4. Disciplina do Clero: Comportamento: 19 capítulos, abordando com ênfase a temática da hierarquia eclesiástica, do Papa ao coadjutor, Propugna pela disciplina, pelo cumprimento dos deveres, obrigações,

atribuições e direitos. Estabelece normas para o funcionamento dos seminários, regula a vida dos clérigos, religiosos e religiosas.

5. Costumes do Povo: Comporta 14 capítulos, discorrendo sobre a vida cristã em geral, na família, na educação religiosa, os meios para conservar os bons costumes e extirpar os vícios, as missões, a classe operária, as associações católicas e o Concílio Nacional.

6. Título Seis: contém apenas um artigo. É a promulgação das recomendações contidas em todo o texto, fechando com as assinaturas dos arcebispos e bispos da província Eclesiástica Meridional e Setentrional. (SERPA, 1989, p. 24-25).

Esse documento foi aceito também pela Província Eclesiástica Setentrional e foi publicado em 1915, substituindo, em definitivo as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, produzidas por Dom Sebastião Monteiro da Vide, em 1707. As Constituições Diocesanas das Províncias Eclesiásticas, elaboradas na Pastoral Coletiva de 1915, demonstram e consolidam a nova postura eclesial no Brasil, deixando a Igreja mais homogênea, reforçando a hierarquia, monopolizando o clero como o precursor dos cultos, festas, romarias, afastando, de certa forma, o leigo das atividades religiosas. Essa Pastoral Coletiva foi o alinhamento efetivo da Igreja Católica às diretrizes emanadas da Santa Sé, cuja matriz doutrinária e ideológica foi o Concílio Plenário Latino-Americano. Essas Constituições Diocesanas das Províncias Eclesiásticas Meridionais vigoraram até o término do Concílio do Vaticano II (1962 - 1965).

O clero, agora, é o centro das ordenanças e sacramentos. A figura do padre é essencial nas cerimônias da Igreja e as missões itinerantes ganham ainda mais força. As “santas missões” caíram em desuso com o declínio das ordens religiosas, após 1759, mas agora voltaram com força e com um novo vigor nesse novo projeto de recatolização. As missões tornaram-se eventos fundamentais nos povoados, fazendas e outras áreas do vasto interior do Brasil. Essa prática já estava sendo adotada desde a metade do século XIX e no início do Brasil República se intensificou. Serbin comenta que as missões:

Lidavam com as crenças, esperanças e aflições do povo. Naqueles lugares remotos geralmente não havia pároco, mas a sede de salvação permanecia grande. As missões combinavam a expiação religiosa com festividades e um importante componente social: a mobilização do povo para a construção de igrejas, cemitérios, represas, cisternas e estradas. Só na Bahia, por exemplo, os realizaram 745 grandes eventos religiosos de 1858 a 1920, durante os quais ministraram a eucaristia a quase 1 milhão de pessoas (SERBIN, 2008, p.89-90).

Ressalta-se que, no início do século XX, a população brasileira não chegava a 20 milhões de pessoas. Padres brasileiros e, principalmente, estrangeiros viajavam pelo sertão afora em busca de um “rebanho perdido” com o objetivo de trazê-lo novamente a beber das fontes dogmáticas da Igreja Católica e, com isso, consolidar o processo de recatolização para com esses indivíduos. As viagens geralmente eram difíceis e perigosas e duravam semanas e, às vezes, meses. Os padres itinerantes eram recebidos com muito entusiasmo pela população local e, chegando às comunidades, geralmente encontravam catolicismo popular:

No local da missão, os padres encarnavam o catolicismo moderno e tentavam reaver o povo abandonado por longo tempo ao catolicismo popular, à mistura de crenças indígenas e afro-brasileiras. Os padres celebravam grandiosas missas ao ar livre nas fazendas e nos povoados. Lideravam a multidão na via sacra, na reza do terço, em novenas a Nossa Senhora e em procissões e vigílias à luz de velas. Em geral, a missão encerrava-se com uma procissão noturna na qual o povo carregava uma grande cruz, que era assentada em uma área bem visível da povoação. Em geral, quanto mais rituais eram realizados, maior era o entusiasmo dos padres ao comentarem sobre sua missão. Em viagens, os padres ocasionalmente encontravam homens com mais de setenta anos que nunca havia feito a confissão ou recebido a Santa Comunhão (SERBIN, 2008, p. 91).

As missões aumentaram o acesso ao sacramento que os padres ministravam em um ritmo frenético a centenas e até milhares de pessoas em poucos dias. As missões tornaram-se um elemento essencial da vida religiosa do Brasil, nas primeiras décadas do século XX.

Em Santa Catarina, os padres da Companhia de Jesus, através da organização das missões religiosas populares, desempenhavam o papel de propagadores do catolicismo romanizado. Na organização das missões destacavam-se os padres da ordem do Sagrado Coração de Jesus, como o Padre Luiz Rossi (1852 - 1921) e o Padre João Maria Cybeo (1837 - 1925). Essas atividades missionárias em Santa Catarina iniciaram mesmo antes da criação da Diocese em Florianópolis e tiveram um papel importante no processo de recatolização no estado (SERPA, 1997, p. 85). Tais missões proporcionaram o contato mais próximo da Igreja com as lideranças e com a aristocracia local. Como menciona Serbin:

Em um mundo de relações sociais hierárquicas, os padres itinerantes romanizados quase sempre mantinham boas relações com os fazendeiros poderosos e os chefes políticos sertanejos. Muitos padres hospedavam-se em casas de fazendeiros, capitães outros sertanejos proeminentes. Não era

apenas uma questão de conforto e eficiência. Para viabilizar as missões os padres precisavam que os dirigentes locais lhes facilitassem o acesso às comunidades. O respeito e a aprovação das autoridades locais contribuíram para o êxito de uma missão. Não admira que os pregadores quisessem que um juiz, um fazendeiro ou algum outro “principal” se confessasse e em seguida recebesse a eucaristia em público. Por sua vez, muitas autoridades no sertão dependiam das missões e da Igreja para manter a ordem. Esses chefes demonstravam grande apreço pelos homens que pregavam o bom comportamento moral e o trabalho árduo. Preconizando o respeito à autoridade, as missões davam respaldo à construção do Estado e ao status quo (SERBIN, 2008, p. 92-93).

No entanto, os padres não eram cegos às injustiças sociais e a Igreja agora pautava-se pela preocupação social. No Brasil começara a desenvolver um método para lidar com os problemas sociais brasileiros. A doutrina social da Igreja e essas missões permitiam avaliar não somente a questão espiritual, mas as relações políticas e os conflitos de classes dessas comunidades. A histórica Encíclica *Rerum Novarum*¹⁸ (1891), do Papa Leão XIII (1878 - 1903), assinalou para muitos pesquisadores do catolicismo como o documento que marca o início da doutrina social da Igreja (DSI)¹⁹.

A encíclica é um documento de caráter público que foi bastante utilizado pela instituição católica durante a criação e desenvolvimento da doutrina social da Igreja e tem como objetivo alcançar, de modo efetivo, o mundo católico. No contexto em que foi elaborada, a *Rerum Novarum* cita os problemas com os quais a Igreja se defrontava no momento: o socialismo e o capitalismo. Esse último, conjuntamente com o liberalismo, foi indicado como um dos responsáveis pela perda da hegemonia que a Igreja desfrutava na sociedade anterior. O socialismo, com sua proposta revolucionária, também não defendia e nem permitia espaços para a instituição. Na realidade, seus caminhos eram diametralmente opostos nessa leitura católica. Por isso, a *Rerum Novarum* trata basicamente em criticar esses dois sistemas econômicos e políticos (ALVES, 2018, p. 30). Esse documento, dividido em três partes, buscou inicialmente expor a situação operária:

¹⁸ A encíclica *Rerum Novarum* tem como ponto central a classe operária, seus direitos e deveres na sociedade moderna; entretanto, mesmo reconhecendo sua importância, a exploração analítica desse documento não é foco central do presente trabalho, e, por isso, fica apenas a possibilidade e sugestão para o desenvolvimento do tema futuramente.

¹⁹ Para Ildefonso Camacho (1995, p.12), a Encíclica “assinala um marco na história. No entanto, essa data tem um valor apenas indicativo”. Para o autor, é mais considerável que atribua ao próprio pontífice, pois Leão XIII já havia abordado, em encíclicas anteriores, temas relacionados à estrutura social.

os progressos incessantes da indústria, os novos caminhos em que entraram as artes, a alteração das relações entre os operários e os patrões, a influência da riqueza nas mãos dum pequeno número ao lado da indigência da multidão, a opinião enfim mais avantajada que os operários formam de si mesmos e a sua união mais compacta, tudo isto, sem falar da corrupção dos costumes, deu em resultado final um temível conflito (LEÃO XIII, 1891, p.1).

Depois, criticou a proposta socialista para o enfrentamento da questão e acusou os socialistas de instigarem nos pobres o ódio e a inveja contra aqueles de mais posses. Embora a Igreja condenasse o modelo capitalista, devido à exploração da força de trabalho assalariado, a Igreja também condenava como a ideologia socialista vislumbrava a propriedade privada:

Os socialistas, para curar esse mal, instigam nos pobres o ódio invejoso contra os que possuem e pretendem que toda a propriedade de bens particulares deve ser suprimida, que os bens de um indivíduo qualquer devem ser comuns a todos e que a sua administração deve voltar para os municípios ou para o Estado. Mediante esta translação das propriedades e esta igual repartição das riquezas das comodidades que elas proporcionam entre os cidadãos lisonjeiam-se de aplicar um remédio eficaz aos males presentes. Mas, semelhante teoria, longe de ser capaz de por termo ao conflito, prejudicaria o operário se fosse posta em prática. Outrossim, é sumamente injusto, por violar o direito legítimo aos proprietários, viciar as funções do Estado e tender para a subversão completa do edifício social (LEÃO XIII, 1891, p. 2).

A Igreja considerava a propriedade privada um direito natural e sagrado e via no socialismo algo injusto propor a destituição da propriedade privada. Portanto, a solução para os conflitos decorrentes das disputas capitalistas acirradas, para o catolicismo, estaria em uma espécie de colaboração fraternal entre os grupos sociais. A Igreja Católica propõe, através da encíclica, uma convivência pacífica de colaboração entre as classes:

o mais certo é que, como no corpo combinam entre si os diversos membros, fazendo surgir àquela proporcional disposição que se poderia justamente chamar de harmonia, assim também a natureza dispõe que, na sociedade humana, ditas classes gêmeas concordem de maneira harmoniosa e se ajustem para conquistar o equilíbrio. Ambas necessitam absolutamente uma da outra: nem o capital pode subsistir sem o trabalho, nem o trabalho sem o capital (LEÃO XII apud CAMACHO, 1995, p. 60).

O Papa Leão XIII foi imortalizado por sua encíclica *Rerum Novarum*, que demonstrava a preocupação do catolicismo com o mundo operário. A *Rerum Novarum* era parte de um processo que visava à reconstrução da sociedade cristã e que acreditava que a questão social poderia ser solucionada. Com o lançamento

dessa encíclica esperava-se a arrancada necessária para a sobrevivência da Igreja no mundo moderno.

Para a liderança da Igreja Católica, os conflitos sociais são reflexos do ateísmo e a instituição é a defensora da ordem e fonte de equilíbrio entre as classes. Destaca-se um trecho da encíclica para demonstrar que a solução para a questão social deveria, obrigatoriamente, passar pela consulta e aprovação da Santa Sé:

De maneira confiada, e com pleno direito nosso, atacamos a questão, por tratar-se de um problema cuja solução aceitável no fundo seria nula, se não fosse procurada sob os auspícios da religião e da Igreja. E estando principalmente em nossas mãos a defesa da religião e a administração daquelas coisas que encontram sob o poder da Igreja. Nós estimaríamos que, permanecendo em silêncio, estaríamos faltando o nosso dever. Sem dúvida, esta grave questão também pede contribuição e o esforço dos demais, queremos dizer dos governantes, dos senhores e dos ricos e, por fim, daqueles por quem se luta, dos proletários, mas afirmamos, sem temor de nos equivocarmos, que serão inúteis e vãs as tentativas dos homens, se não forem feitas lado a lado como a Igreja (LEÃO XIII Apud CAMACHO, 1995, p.73).

É preciso compreender a *Rerum Novarum* como parte de um processo que visava à reconstrução da sociedade em bases cristãs, para que a questão social pudesse ser solucionada ou minorada, sob mediação dos católicos. Segundo o Leão XIII, a solução para os males da humanidade seria o retorno para a vida cristã ao lado da Igreja Universal Católica. Nesse sentido, as missões contribuíram significativamente para a reconstrução e fortalecimento dos pilares que sustentavam a Igreja Católica e difundiriam tais premissas por toda parte.

A Igreja durante o processo de recatolização, no final do século XIX e início do século XX, buscava a sua reorganização e a viabilização de projetos que lhe possibilitassem empreender reformas em suas estruturas organizacional e devocional, em uma relação íntima com as decisões emanadas de Roma.

1.3 A RECATOLIZAÇÃO DOS CATÓLICOS

As pastorais coletivas ajudaram chamar a atenção dos religiosos e, principalmente, dos fiéis e concentrá-los na defesa e manutenção do catolicismo. Segundo os líderes da Igreja Católica, a República propiciou a desorganização social e produziu ateísmos, assim como contribuiu para a expansão de outras

religiões, como o protestantismo, espiritismo e o crescimento de lojas da maçonaria. Além disso, a República teria colocado a Igreja Católica em pé de igualdade com as demais igrejas. Diante disso, o clero vê a necessidade de reorganizar suas estruturas eclesiais, como, por exemplo, abrir seminários, conventos, incentivar a vinda de congregações estrangeiras para o Brasil, criar dioceses, nomear padres, bispos e arcebispos, reformular pastorais e incentivar novas missões evangelizadoras pelo país. Dessa forma, busca-se a consolidação da fé católica no Brasil e a reconquista do espaço perdido para as demais denominações religiosas.

O que chama a atenção no discurso do clero, é que esse estava satisfeito com a separação e, em seu entendimento, as duas instituições poderiam governar juntas. Não se posicionou frontalmente contra a República, nem defendeu a Monarquia, afinal, considerou que a Igreja é indiferente a todas as formas de governo. O clero concorda que todos podem fazer a felicidade temporal dos povos, contanto que esses e os que governam não desprezem a religião (RODRIGUES, 1981, p. 30). Evidenciou-se a disponibilidade de conciliação, desde que os direitos de religião fossem preservados.

A sociedade religiosa e a sociedade civil, por serem independentes e distintas entre si, têm, entretanto, um ponto de contato que é a liberdade para governar sem interferências de ambas as instituições. Para o clero, enquanto a nação pautada, agora, no regime político republicano não se assentasse com serenidade e reflexão, só restava à Igreja uma coisa a fazer, como menciona Dom Macedo Costa (1890):

usar da liberdade que reconhecia o governo da República, liberdade que é o direito inalienável e, armados de paciência, abraçados com a cruz, tanto mais confiados nos auxílios celestes quanto nos terrenos, aspirar forte um novo espírito, praticar a caridade, o zelo, o sacrifício e trabalhar na grande obra para o reflorescimento da Igreja, que possuía o segredo das grandes renovações sociais e da pátria. (Apud RODRIGUES, 1981, p. 36).

A Igreja, agora, usaria essa liberdade para agir e se reconstruir e uma das questões mais sérias a ser enfrentada pela Igreja Católica era a escassez de dioceses e seminários que se constituíam em pontos básicos constantes no documento “Alguns Pontos de Reforma na Igreja” (1890), de autoria de Dom Antônio Macedo Costa. No período do Segundo Império, apenas três dioceses foram criadas: a de Porto Alegre (1848), a de Fortaleza (1853) e a de Diamantina (1854).

Depois de 1890, a Santa Sé, agora sem a intervenção do Estado, dedica-se à criação de novas dioceses e “os bispos brasileiros julgaram ter chegado o momento para expandir esses organismos de poder eclesiástico” (AZZI, 2008, p. 18). É possível destacar que, quando a República reconhecia a criação de uma diocese, ao limiar de suas ordens, ela estava legitimando a ação institucional da Igreja e, agora, um novo espaço de referência sociopolítico e religioso começaria a se esboçar. O surgimento dessas dioceses foi visto com bons olhos pelos republicanos, que ajudaram no progresso interno e colocaram o Brasil como uma nação em potencial na liderança católica na América do Sul, tornando-se destaque aos olhos do papado e dos próprios objetivos propostos pelas pastorais já realizadas. Sendo assim, foram se proliferando as dioceses e seminários. Em 1900, havia 17 dioceses; em 1910, havia 30, em 1920, esse número chegou a 58 e nos anos seguintes triplicou esse número. Quanto aos seminários, esses eram entregues aos padres vicentinos, jesuítas e lazaristas. Em 1927, havia 15 seminários maiores e uns 30 menores²⁰(BRUNEAU, 1974, p.69).

Significativamente, a remoção das barreiras estatais acelerou a europeização do clero, permitindo a entrada, no Brasil, de grande número de padres religiosos estrangeiros. O crescimento de religiosos estrangeiros superou, com grande vantagem, o aumento de brasileiros. Entre 1880 e 1930, mais de três dúzias de ordens religiosas masculinas entraram no Brasil (SERBIN, 2008, p. 95).

O aumento do número de freiras foi ainda mais notável. De 1880 a 1930, estabeleceram-se no Brasil 96 ordens femininas. O número total de religiosas saltou de apenas 286, em 1872, para 8.826, em 1935. A maioria das ordens provinha da França e da Itália, mas também foram criadas 19 organizações locais. Segundo o censo de 1920, quase 60% das religiosas eram brasileiras. Os quadros religiosos femininos eram mais de brasileiros do que os masculinos (SERBIN, 2008, p. 95-96). Diferentemente do período colonial, em que a coroa portuguesa não tinha interesse em fundar conventos e recolhimentos femininos, no período imperial alguns recolhimentos femininos foram criados para servirem para educar jovens donzelas da sociedade para se casarem com jovens brancos e ricos, com a finalidade de

²⁰ Nos seminários menores acontecem os primeiros anos da formação, que visavam ao ensino religioso para crianças e adolescentes, tornando-se um pré-requisito para a entrada dos jovens nos seminários maiores, onde os candidatos estudavam filosofia, teologia e se preparavam para a ordenação (SERBIN, 2008, p. 109).

manter uma elite aristocrata. Já, nas primeiras décadas da República, pode-se perceber que os conventos tiveram crescimento muito significativo.

Os novos padres e freiras formaram a tropa de choque da recatolização. Ajudavam na administração, na recatolização dos fiéis, na reforma clerical e na educação. A Santa Sé assumiu a responsabilidade de fortalecer o fraco clero que fora formado no Império.

Um grande precursor para o avanço da recatolização no Brasil se deu durante o pontificado de Pio X (1903 - 1914), que tinha um programa para “restaurar tudo em Cristo”. Pereira comenta:

O Papa Pio X, durante sua vida, acumulou uma ampla experiência pastoral e administrativa. Foi um papa reformador, sobretudo no plano religioso; preocupou-se em manter a unidade interna da Igreja. Quando intervinha fazia com que as mais diversas iniciativas fossem controladas pela Secretaria de Estado e pelo episcopado. Isto já aparece claro pelo lema escolhido para o seu pontificado: “INSTAURARE OMNIA IN CHRISTO”, isto é, fazer com que a influência de Cristo se estendesse a toda à sociedade, através do seu vigário na terra e dos seus demais representantes. Tal obra de restauração era necessária porque a sociedade moderna tinha se afastado de Deus e conseqüentemente dos verdadeiros valores (PEREIRA, 2018, p. 96).

Pio X, nas considerações de Pereira, mencionava que para trazer Deus de volta à sociedade, era preciso, antes, reformar a Igreja internamente e purificá-la de tudo o que não se adequava à missão que Cristo lhe havia confiado. Restaurar tudo em Cristo significava tornar a Igreja mais espiritual, preservá-la dos desvios doutrinários, favorecer a unidade em torno do Pontífice Romano e dos bispos, fazer com que sua mensagem pudesse ser acolhida por todos (PEREIRA, 2018, p. 97). Assim, o Pontífice desejava uma reforma que abrangesse todos os aspectos da vida cristã: o culto, a disciplina, a integridade doutrinária, uma correta orientação em relação à sociedade e ao estado civil.

Pio X promoveu, ainda, a reforma litúrgica que abrange a música sacra, o breviário, a eucaristia. Com o *Motu Proprio Tra le Sollecitudini*²¹, de 22 de novembro

²¹ Esse documento apresenta um texto introdutório seguido de uma seção intitulada Istruzione sulla Musica Sacra – Instruções sobre a Música Sacra. Contém vinte e nove parágrafos organizados em nove capítulos: I. Princípios Gerais, II. Gêneros de Música Sacra, III. Texto Litúrgico, IV. Forma Externa das Composições Sacras, V. Cantores, VI. Órgão e Instrumentos Musicais, VII. Extensão da Música Litúrgica, VIII. Meios Principais, IX (MATOS, 2014, p. 1280). Matos (2014, p. 1277) comenta ainda que os principais documentos eclesiais póstumos ao Motu Proprio, de 1903, foram emitidos pelos Papas: Pio XI – Constituição Apostólica Divini cultus sanctitatem – em 1928, Pio XII – Encíclicas Mediator Dei – em 1947 e Musicae sacrae disciplina – em 1955, Paulo VI – Constituição Sacro sanctum concilium – em 1963, emitida no Concílio do Vaticano II.

de 1903, dia de Sta. Cecília, padroeira da música, estabelece o princípio de que a música está a serviço da liturgia e não o contrário. A música sacra deve ser aquela que mais se aproxima do canto gregoriano autêntico ou da polifonia. Durante as celebrações litúrgicas somente o celebrante pode cantar sozinho. Apesar desse documento eclesiástico ter sido lançado no dia da padroeira da música - Santa Cecília, o que chama atenção é o fato das mulheres serem excluídas do coro. É ainda proibido o uso do piano e de instrumentos de percussão. Conforme Pereira (2018, p. 99):

Pio X, mal subiu à cátedra de Pedro, editou medidas decisivas para restituir à liturgia o seu significado e para tentar pô-la de novo em contacto com o povo cristão, após um longo rompimento. Ao mesmo tempo, e foi esta a parte mais espetacular desse programa, cuidou de restaurar a música sacra na sua dignidade pelo regresso ao canto gregoriano. Nada de coisas suaves ou de árias de ópera na igreja, se possível, nada de cânticos açucarados durante as liturgias solenes! Sem exclusivismo nem autoritarismo, Pio X prosseguiu a realização desse plano, com a costumada energia. As cerimônias da Igreja Católica passaram a ter um estilo novo ou renovado.

Para Pio X, a música sacra verdadeira é santa e deve se voltar à liturgia e, dessa forma, deve-se excluir a música profana. A relevância da *Motu Proprio Tra le Sollecitudini* pode ser constatada, não somente pelo fato de nenhum documento referente à música, emitido em períodos anteriores, ter alcançado tão forte repercussão e extensão, como também por ter sido reforçado e empregado como parâmetro nas disposições eclesiásticas posteriores a ele, sendo ainda utilizado como referência no Concílio do Vaticano II (MATOS, 2014, p. 1277).

Pio X, com a Encíclica *Acerbo Nimis*, de 15 de abril de 1905, determina que os sacerdotes devem ensinar a doutrina durante uma hora inteira em todos os domingos e festas do ano. Pereira comenta que essa prática de catequese foi seguida pelo próprio Pontífice:

ele mesmo seguia esta norma e fazia suas catequese. As catequese deveriam ser feitas para todos os meninos e meninas sem deixar nem um ponto da doutrina à margem, junto com essas normas apresenta-se também uma forma de catequese com o catecismo festivo para as crianças; preparação para a primeira comunhão, confissão e crisma; criação em todas as paróquias, da congregação da doutrina cristã; escolas especiais de religião; homilia dominical e catecismo de adultos. Em 1912, sai o Catecismo da Doutrina Cristã, um texto feito a partir de perguntas simples e respostas também simples, fácil de decorar, com a mesma intenção que já havia no capítulo primeiro do Catecismo Romano, furto do Concílio de Trento, publicado pelo Papa Pio V (PEREIRA, 2018, p.103).

Pio X e a Igreja Católica tiveram que enfrentar um grande movimento que despontou no final do século XIX e início do século XX, o Modernismo²², que teria se infiltrado na Igreja e mudado a maneira de pensar de muitos católicos. O Modernismo é baseado na filosofia moderna e essa filosofia atingiu, sobretudo, o mundo dos clérigos, padres, seminaristas, intelectuais, mas não o grande público, pouco preparado para compreender essas questões. O padre jesuíta em Paris, Alfred Loisy (1879 – 1908), adepto do Modernismo, vê a necessidade que a apologética católica tem de se renovar e diz ser preciso uma nova formulação da fé, que tenha em conta o novo tipo de cultura, as novas formas de pensamento, tendo sido excomungado pelo Papa Pio X (1903 - 1914), em 1908. O Modernismo pode ser qualificado como um encontro “não consumado” entre a “cristandade” e a “modernidade”, inspirada nos grandes ideais da Revolução Francesa. Por isso, a ideia de uma nova cristandade, onde se tenta retornar a algumas práticas do tempo da cristandade para os tempos atuais (PEREIRA, 2018, p.104).

A filosofia do Modernismo está embasada nos conceitos de agnosticismo, ou seja, a razão está reduzida à consideração de fenômenos e coisas perceptíveis e defende a ideia de que não se pode provar e nem negar a existência de Deus. Defende que Deus está nas “coisas” e, por que não dentro do ser humano? Desacredita a ideia de um deus transcendente. A Encíclica *Pascendi* (1907) foi a maior reação do Papa Pio X ao Modernismo, tentando dissipar o que denominou de “erro modernista”. Pio X define globalmente o fenômeno como “síntese de todas as heresias”, apontando os modernistas como os mais perigosos inimigos da Igreja que, não já fora, mas dentro da Igreja, tramam seus perniciosos conselhos:

A missão, que nos foi divinamente confiada, de apascentar o rebanho do Senhor, entre os principais deveres impostos por Cristo, conta o de guardar com todo o desvelo o depósito da fé transmitida aos Santos, repudiando as profanas novidades de palavras e as oposições de uma ciência enganadora. [...] Contudo, há mister confessar que nestes últimos tempos cresceu sobremaneira o número dos inimigos da Cruz de Cristo, os quais, com artifícios de todo ardilosos, se esforçam por baldar a virtude vivificante

²² O Modernismo foi uma tendência, uma orientação, que surgiu na passagem do século XIX para o século XX, embora fosse gestado desde a partir do século XVI. Esse movimento caracterizou-se por propor uma renovação intelectual pautada pela relação entre os ensinamentos eclesiais clássicos e as novas ciências religiosas confessionalmente independentes. A crise modernista, assim sendo, teve sua origem no debate suscitado por alguns a respeito da aplicação dessas novas ciências na compreensão das verdades cristãs, ou seja, a respeito do emprego de métodos histórico-críticos, da crítica literária à Bíblia (CAMPOS, 2010, p.72).

da Igreja e solapar pelos alicerces, se dado lhes fosse, o mesmo reino de Jesus Cristo. [...] os fautores do erro já não devem ser procurados entre inimigos declarados; mas, o que é muito para sentir e rezear, se ocultam no próprio seio da Igreja, tornando-se destarte tanto mais nocivos quanto menos percebidos. Aludimos Veneráveis Irmãos, a muitos membros do laicato católico e também, coisa ainda mais para lastimar, a não poucos do clero que, fingindo amor à Igreja e sem nenhum sólido conhecimento de filosofia e teologia, mas, embebidos antes das teorias envenenadas dos inimigos da Igreja, blasonam, postergando todo o comedimento, de reformadores da mesma Igreja; e cerrando ousadamente fileiras se atiram sobre tudo o que há de mais santo na obra de Cristo, [...] Batida pois esta raiz da imortalidade, continuam a derramar o vírus por toda a árvore, de sorte que coisa alguma poupam da verdade católica, nenhuma verdade há que não intentem contaminar. E ainda vão mais longe; pois pondo em obra o sem número de seus maléficis ardis, não há quem os vença em manhas e astúcias: porquanto, fazem promiscuamente o papel ora de racionalistas, ora de católicos, e isto com tal dissimulação que arrastam sem dificuldade ao erro qualquer incauto; e sendo ousados como os que mais o são, não há consequências de que se amedrontem e que não aceitem com obstinação e sem escrúpulos (PIO X, 1907, s.p.).

Mais do que a “soma de determinadas doutrinas”, o Modernismo do início do século XX, foi uma “orientação”, uma “tendência” da sociedade da época, uma vez que o século XIX foi o século da expansão e consolidação de várias vertentes de pensamentos, tais como: evolucionismo, iluminismo, espiritismo, entre outros. Na encíclica, o Papa apresenta os remédios para esse, segundo o Pontífice, “mal do nosso tempo”, sendo sete os remédios apresentados pelo Papa. Para Pereira:

O estudo da filosofia escolástica seja tomada por base dos estudos sacros; Todos devem ficar atentos e prestar muita atenção toda vez que se tratar da escolha dos diretores e professores tanto dos seminários, quanto das Universidades Católicas; Compete, outrossim, também aos Bispos providenciar para que os livros dos modernistas já publicados não sejam lidos, e as novas publicações sejam proibidas; impedir-lhes a impressão de livros maus; ora em diante os Bispos não permitirão mais os congressos de sacerdotes em que os modernistas se aplicam à pública defesa e propaganda das suas opiniões; em cada diocese se institua um conselho de homens eméritos dos dois cleros, com a incumbência de ver se, e de que modo, os novos erros se dilatam e se propagam, e dar aviso disto ao Bispo e o sétimo e último remédio é que depois de um ano dessa publicação e depois a cada três meses os bispos informem a Santa Sé o teor deste texto (PEREIRA, 2018, p.114).

Pio X incentivou a vinda para o Brasil de novas ordens e congregações afinadas com o pensamento da Igreja, sem o viés do Modernismo e, com isso, promoveu a consolidação dos dogmas católicos, contribuindo para o fortalecimento da Igreja e para o avanço da recatolização. Editou, ainda, o Decreto *Quam singulari*,

de 8 de agosto de 1910, que recordava a prática da Igreja primitiva, tornando obrigatória a comunhão (junto com a confissão), aos 7 anos de idade.

Seguindo as orientações do Pontífice, os bispos no Brasil tomaram para si uma série de atribuições: gestão e orientação disciplinar e curricular dos seminários e casas de formação; definição das atribuições e carreiras dos padres seculares; ereção de novas paróquias e outras circunscrições eclesiásticas; indicações dos novos membros do episcopado; criação de escolas e de colégios diocesanos, de obras pias e assistenciais; controle e administração de obras dos santuários e lugares santos; criação de novas dioceses através de campanhas de arrecadação de recursos financeiros (SERPA, 1989, p. 30-31).

É possível perceber que o episcopado brasileiro estava engajado na edificação de dioceses, criação de seminários diocesanos, construções ou reformas de catedrais, de igrejas, criação de estabelecimentos de ensino, jornais e periódicos e em uma política de resgate e aumento do patrimônio da Igreja. A Igreja Católica no Brasil investiu muito fortemente no setor educacional, criou escolas paroquiais e essas escolas foram uma fonte muito importante para levantar recursos financeiros para aumentar o patrimônio eclesiástico e, assim, preparar elementos para o sacerdócio. Os líderes católicos encontraram franco apoio das elites dirigentes estaduais e locais, as quais, além de matricularem seus filhos nessas escolas, doavam recursos financeiros para a edificação e manutenção dos educandários.

A ICAR implementou no Brasil, com maior tenacidade, a prática do ensino do catecismo, como orientava Pio X, seja para adultos em dias especiais, seja para crianças nas chamadas aulas de catecismo, que ficavam a cargo do vigário ou de pessoas leigas que eram criteriosamente escolhidas e usavam como manual básico o catecismo romano.

Para promover as ideias do catolicismo e combater as heresias, foi criada e/ou estimulada a imprensa católica, com circulação fortemente estimulada entre os leigos. A ICAR criou, ainda, o chamado *Boletim Eclesiástico* e a *Resenha Eclesiástica*, órgãos de circulação restrita ao clero, que tinham como objetivo tornar conhecidas as decisões romanas e diocesanas.

Como já mencionado anteriormente, as missões religiosas foram intensificadas e tinham por finalidade o atendimento religioso da população distante da sede, em que o padre missionário ficava durante dias, pregando, administrando sacramentos, imprimindo bons costumes ao povo e, ao término das missões, que

poderiam durar semanas, registrava, geralmente no livro tomo da sede, sua ação pastoral, mencionando o número de pessoas que assistiram à missa, que receberam os sacramentos e o levantamento de contribuições financeiras arrecadadas.

No campo devocional foram várias inovações: introdução da solene primeira comunhão; devoções eucarísticas e as do Sagrado Coração de Jesus, no mês de junho, que foi consagrado pelo Papa Leão XIII pela Encíclica *Annum Sacrum*, em 11 de junho de 1889; devoções marianas, durante o mês de maio; e o surgimento do movimento mariano, no século XX. Essas inovações davam toda a ênfase à prática dos sacramentos: crisma, eucaristia, comunhão e confissão.

As novas congregações das quais os leigos participavam substituíam muitas Irmandades, Confrarias e Ordens Terceiras com as características de que o Bispo era quem aprovava os estatutos, o clero centralizava em si o poder decisório e o leigo ratificava suas decisões. Nas festas realizadas pelas associações, o padre deixou de ser apenas o celebrante da missa para tornar-se o principal festeiro. Ele organizava festas, dirigia os cantos, as novenas e rezas, bem como mobilizava a população para abrilhantá-la (SERPA, 1989, p. 32).

Nas dioceses brasileiras organizaram-se, então, as Congregações Vicentinas, de cunho assistencial, Congregações Marianas, Pia Associação das Filhas de Maria, que prestavam culto à Imaculada Conceição. Os devotos de São José congregavam em torno da Pia União de Orações e do Culto Perpétuo de São José. O apostolado da Oração, introduzido no Brasil pelos padres jesuítas, estava voltado ao culto e ao Sagrado Coração de Jesus (SERPA, 1989, p.32).

É possível perceber que um dos objetivos da recatolização era a retomada do controle da Igreja pelos eclesiásticos, uma vez que a falta de ministros ordenados pela Igreja, no Império, facilitou a entrada do leigo católico nos assuntos que, *a priori*, eram exclusivamente atribuições da ordem eclesiástica.

As Irmandades do Santíssimo Sacramento criadas no Brasil, que congregavam elementos das elites locais com grande autonomia, foram paulatinamente sofrendo modificações em seus estatutos, culminando com o controle total pelos vigários, ficando apenas com a participação nas festas do Santíssimo Sacramento, nas procissões, festas do Corpo de Deus e nas missas dominicais (SERPA, 1989, p. 33).

Serpa (1989, p. 33-34), menciona que nas grandes cidades, a substituição das devoções, das Irmandades, Confrarias e Ordens Terceiras foi, de certa forma,

fácil, havendo algumas resistências que eram resolvidas judicialmente. Já no meio rural, as dificuldades giravam em torno das capelas, construídas quase sempre por elementos da própria localidade, cujo povo resistia ao controle das capelas pelo vigário. Nelas, os moradores da localidade dirigiam serviços religiosos, fato esse ocasionado pela escassez de padres e pela distância da Igreja Central.

Observa-se que a Igreja Católica utilizou-se das estruturas de coerção do Estado para poder propagar os seus decretos e, assim, avançar no processo de recatolização do território brasileiro. A Igreja Católica não descartou totalmente a participação religiosa do leigo, uma vez que seus serviços eram ainda admitidos, no entanto, esses deveriam prestar contas aos vigários.

A Igreja Católica, nas primeiras décadas do século XX, formou uma forte hierarquização, com reflexos no âmbito devocional: os bispos tinham a função de ser guardiões da fé, os sacerdotes, a função de administrar os sacramentos, guiar os fiéis para os bons costumes e firmarem sua fé nos dogmas católicos, corrigindo erros e abusos. O leigo passa a ter um papel de coadjuvante e totalmente submisso ao clero, passando ao papel de assíduo seguidor.

Um grande nome no processo de recatolização no Brasil, sem dúvida, foi o Cardeal Dom Leme. Dom Sebastião Leme foi Arcebispo de Olinda, de 1916 até o início dos anos 20, quando foi transferido para o Rio de Janeiro, como Bispo Coadjutor. Dom Leme teve grande atuação no fortalecimento da Igreja, atuando, principalmente, no meio político. Dom Leme, em 1921, como arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro, fundou a revista *A Ordem*, sob a direção de Jackson de Figueiredo. Em 1922, como prova de sua proximidade com o meio político, desfilou ao lado do presidente Epitácio Pessoa, na capital federal. Ainda em 1922, Dom Leme fundou a Confederação Católica do Rio de Janeiro, que reuniu as associações católicas da Arquidiocese e o Centro Dom Vidal. Portanto, tanto a revista *A Ordem*, quanto o *Centro Dom Vidal*, foram criados para recatolizar os intelectuais e recuperar o papel do catolicismo e da Igreja na sociedade brasileira.

Em 1923, Dom Leme publicou o livro *Ação Católica*, que foi o germe embrionário para a formação da Ação Católica Brasileira²³, a qual seria oficialmente

²³ A Ação Católica Brasileira foi um dos mais importantes e expressivos movimentos de renovação da Igreja no Brasil no século 20 e durou pouco mais de trinta anos. Sua história é ampla e complexa e envolve um largo leque de questões. Esse movimento é fruto da Ação Católica criada pelo Papa Pio XI em 1925 (PEREIRA, 2018, p. 181).

criada em 1935. Em 1929, Dom Leme funda a Ação Universitária Católica (AUC)²⁴, movimento que preparou a criação da Ação Católica Brasileira. Em 1930, com a morte do Cardeal Arco Verde, Dom Sebastião Leme foi nomeado cardeal da Diocese do Rio de Janeiro e, como prova de sua influência política, acompanhou a saída do presidente deposto, Washington Luiz, com a revolução de 1930.

Em 1932, tendo em vista as eleições, Dom Leme funda a LEC (Liga Eleitoral Católica)²⁵, que tem como objetivo eleger deputados para a Assembleia Constituinte. A LEC foi uma estratégia eleitoral e política que a Igreja usou para conseguir, através do voto, maior força nas suas reivindicações perante o Estado. Passadas as eleições de julho de 1933 e a Constituinte de 1934, que resultaram na promulgação da nova Constituição do país, a LEC, tendo cumprido o seu objetivo, perdeu a razão de existir e esmoreceu.

É possível afirmar que a Igreja Católica, nas primeiras décadas do século XX, iniciou uma nova etapa da história da Igreja no Brasil, que a historiografia denomina “restauração católica”. Essa expressão está em sintonia com o propósito do pontificado de Pio XI (1922 – 1939). Portanto, os bispos atuam em plena consonância com o papa e estão afinados com as orientações da Santa Sé. A respeito do significado do termo “restauração”, Riolando Azzi dá a seguinte explicação:

Quando se usa esse termo com referência a um quadro ou edifício, afloram logo duas conotações distintas: trata-se, em primeiro lugar, de dar ao objeto um aspecto novo, uma nova apresentação em vista do desgaste do tempo; em segundo, essa nova face deve ser modelada pelo seu aspecto primitivo. Não se trata, portanto, de criar nada de novo nem de introduzir modificações na obra que se tem em mãos, mas simplesmente de

²⁴ A partir da AUC, surgiu a JUC (Juventude Universitária Católica), que tinha como objetivo difundir os ensinamentos da Igreja no meio universitário. Seus primeiros núcleos foram no Rio de Janeiro e em outras poucas capitais estaduais. Efetivamente, a JUC só se constituiria em um movimento mais organizado com a reestruturação da Ação Católica Brasileira, em 1950 (SOUZA, 1984, p. 91-95). No início da década de 1960, a JUC intensifica sua militância política no campo estudantil, envolvendo-se com a UNE e, em 1961, com a Ação Popular. Foi uma fase de afrontamento com a hierarquia. Os bispos não viram esses fatos com bons olhos e daí para frente a crise se agravou entre a hierarquia e JUC. O clima negativo aumentou e, no dia 8 de novembro de 1966, a CNBB publica a dissolução das equipes da JUC, JEC e JIC. Sem apoio e sem assistência da parte da Igreja e perseguido pela ditadura, o movimento desapareceu (PEREIRA, 2018, p. 183).

²⁵ A LEC foi criada em 1932 como agremiação política, em princípio, apartidária, a fim de promover os postulantes, ideologicamente ligados à Igreja Católica, à Assembleia Constituinte de 1933. De caráter leigo, esse grupo surgiu por iniciativa de Dom Sebastião Leme, Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, no seio do Centro Dom Vital. Com a finalidade de fazer passar suas propostas na constituição vindoura, a LEC congregou intelectuais e diversos segmentos da classe média, promovendo uma campanha social em defesa dos valores cristãos (MONTEIRO, 2016, p. 11-12).

reconstitui-la nos mesmos moldes de sua prístina imagem. Em outras palavras, restaurar é restabelecer em perfeita forma o modelo antigo. O termo 'restauração católica' tem um sentido análogo. Não se trata de introduzir novas perspectivas ou novas orientações na vida da Igreja, mas fundamentalmente em reconduzir a instituição eclesiástica a um modelo antigo. Esse modelo, na consciência da hierarquia eclesiástica, é o de uma Igreja entendida como poder espiritual, que no exercício de sua missão colabora com o Estado na manutenção da ordem social. O elemento fundamental da Restauração Católica é o esforço para que, efetivamente, a fé católica volte a ser um dos elementos constitutivos da sociedade (AZZI, 1994, p. 21-22).

A restauração católica é também consequência das transformações que estavam em curso no Brasil daquele período. A Igreja faria um grande esforço para que a fé católica retomasse o seu lugar na sociedade.

A década de 1950 marca uma nova fase de reorganização e renovação da Igreja no campo hierárquico, religioso e leigo. No campo hierárquico, houve a fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)²⁶, em 1952. No campo religioso, a fundação da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB)²⁷, em 1954. No campo laico, a reformulação da Ação Católica²⁸ e tudo o que ela significou em termos de abertura para o político e para o social. Destaca-se que a Ação Católica teve uma contribuição fundamental na criação e organização da CNBB. Evidencia-se um catolicismo em plena mudança no país, adaptando-se às novas

²⁶ Até a fundação da CNBB, o poder na Igreja centralizava-se nas lideranças, como, por exemplo, Dom Macedo Costa, cardeal Arcoverde e cardeal Leme, sendo que, com a morte de tais líderes, criou-se certo "vazio de liderança" na Igreja. Tal fato, de certa forma, forçou cada um dos bispos a enfrentar a realidade da sua região, com suas características e desafios, o que favoreceu o surgimento de lideranças em vários pontos do país. Dessas lideranças espalhadas, alimentou-se a ideia de reunir o episcopado em um órgão centralizador de alcance nacional. Assim, nasceu a CNBB, em 1952. É importante lembrar que, no contexto do nascimento da CNBB, novas lideranças despontam e vão atuar nos próximos 30 anos como, por exemplo, Dom Hélder Câmara. Com a criação da CNBB, centraliza-se o poder nesse organismo, como representação do colegiado episcopal (PEREIRA, 2018, p. 190-191).

²⁷ A Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) é um organismo que congrega todos os institutos religiosos e todas as sociedades de vida apostólica ligados à Igreja Católica Romana presentes no Brasil. A CRB Nacional é uma organização religiosa de pleno direito canônico, tendo seu estatuto aprovado pela Sagrada Congregação dos Religiosos, através do Decreto nº 01561/55.

A CRB Nacional foi fundada em 11 de fevereiro de 1954, por tempo indeterminado, no Rio de Janeiro, durante o Congresso Nacional dos Religiosos. Sua sede é em Brasília, Distrito Federal. Disponível em: <https://crbnacional.org.br/sobre-a-crb-nacional/>. Acesso em 23 fev. 2020.

²⁸ Por iniciativa do pontificado de Pio XI (1922-1938), incentivava-se a criação de apostolados leigos na Itália, cujos movimentos receberam o nome de Ação Católica e se disseminaram por outros países europeus. No Brasil, a orientação europeia levou aos esforços de Dom Leme, Cardeal do Rio de Janeiro, assessorado por outros bispos, padres e leigos, que culminou na organização oficial da ACB, em 1935. A ACB teve, inicialmente, como referência, o modelo italiano, estruturando-se em quatro ramos fundamentais: Homens da Ação Católica; Liga Feminina de Ação Católica; Juventude Católica Brasileira (masculina); e Juventude Feminina Católica (SIGRIST, 1982, p.16-17).

conjunturas, porém, retomando a fé católica que para a Igreja é importante e indispensável para a sociedade.

As questões apresentadas nesse capítulo nos dão um panorama da trajetória da Igreja Católica no período imperial e nas primeiras décadas da República e da busca pela vinculação à Santa Sé e, conseqüentemente, a reconstrução de sua identidade enquanto instituição. Esse processo começou na cúpula da Igreja Católica no Brasil, sendo essa visão de reestruturação repassada aos bispos em suas dioceses e padres em suas paróquias, os quais avançaram na condução do catolicismo romanizado.

A partir dessa contextualização, partir-se-á ao próximo capítulo, o qual abordará um contexto mais próximo, relativo às dioceses de Curitiba, Florianópolis e, por fim, Lages, analisando-se os empreendimentos dos seus bispos para concretizarem a proposta de recatolização, em especial, a atuação de Dom Daniel Hostin, que foi o primeiro Bispo da Diocese de Lages.

CAPITULO II

O REFORÇO DA IGREJA CATÓLICA EM SANTA CATARINA E A CRIAÇÃO DA DIOCESE DE LAGES

Este segundo capítulo objetiva a compreensão de alguns conceitos de Bourdieu e de Ivan Manoel, que nortearam a análise e o entendimento da temática estudada, qual seja, a atuação de Dom Daniel Hostin na mesorregião Oeste Catarinense. O capítulo aborda ainda a criação das dioceses de Curitiba, Florianópolis e Lages; a atuação dos dois primeiros bispos ultramontanos de Curitiba; a chegada do clero da Igreja Católica em Lages; as relações de poder do clero com as elites locais e regionais catarinenses. Será aqui analisada a trajetória clerical de Dom Daniel Hostin, cujos objetivos estavam centrados na ação e divulgação dos princípios cristãos, na reafirmação dos dogmas católicos, na preocupação com o ensino religioso, no comportamento social e religioso dos fiéis e no combate às ideias da maçonaria, do espiritismo e do catolicismo popular.

2.1 O AVANÇO INSTITUCIONAL DA IGREJA CATÓLICA NA REGIÃO SUL DO BRASIL

Neste capítulo, um dos conceitos utilizados será o de “campo religioso”, conforme propõe Bourdieu, pois é um forte aliado na compreensão do fenômeno da religião e da Igreja como uma instituição detentora dos bens de salvação.

Bourdieu (1974, p. 30) considera o campo religioso como um lugar de disputa de forças religiosas antagônicas operando “por meio da lógica de inclusão e exclusão, de associação e dissociação, de integração e distinção”. O campo religioso ainda apresenta uma característica marcante que Bourdieu (1974, p. 59) classifica como “a presença do mercado de bens de salvação”, mercado esse disputado, pelas diferentes instituições, no campo religioso. O autor também mostra elementos importantes que os grupos religiosos fornecem para se manterem nesse mercado religioso:

O capital de autoridade propriamente religiosa de que dispõe uma instância religiosa depende da força material e simbólica dos grupos ou classes que

ela pode mobilizar oferecendo-lhes bens e serviços capazes de satisfazer seus interesses religiosos, sendo que a natureza destes bens e serviços depende, por sua vez, do capital da autoridade religiosa de que dispõe levando-se em conta a mediação operada pela posição da instância produtora na estrutura do campo religioso (BOURDIEU, 1974, p. 58).

Após a proclamação da República, com a liberdade religiosa, o campo religioso brasileiro torna-se cada vez mais vasto. Contudo, Medeiros (2008, p. 367) menciona que “ao mesmo tempo, algumas poucas denominações se destacam, mas o conjunto de elementos religiosos presentes nas instituições é extenso e complexo, permitindo ao indivíduo construir a sua identidade religiosa”.

O conceito de campo se refere a um espaço relativamente autônomo que engloba um sistema de disposições capaz de criar as suas próprias regras de funcionamento interno e, em um dado momento, chegar a um nível de independência que lhe permite estabelecer e conduzir a sua forma de relação com a sociedade. Orlando, comentando Bourdieu, afirma que no campo religioso, esse mesmo espaço engloba um sistema de disposições hierárquicas conflitantes entre si, mas que se atenuam pela esfera sagrada que envolve as regras do campo. Sua relação com a sociedade é caracterizada pela desapropriação objetiva daqueles que são excluídos do campo e que se transformam, por essa razão, em leigos destituídos do capital religioso, reconhecendo essa desapropriação pelo simples fato de não concebê-la como tal e sim como sacralização do poder simbólico (ORLANDO, 2013, p. 394).

Orlando (2013, p. 396) comenta ainda que Bourdieu aponta dois tipos de conflitos que devem ser destacados: um conflito externo e outro interno ao campo. Em nossa análise, o conflito externo se deve ao fato de a Igreja cumprir funções sociais e se estabelecer em um patamar acima do dos leigos, porque teria as “chaves” dos conhecimentos secretos, fazendo com que aqueles esperem da religião justificações não somente capazes de livrá-los da angústia existencial, da contingência e da solidão, do sofrimento ou da morte, mas também para confortá-los quanto à sua posição social “determinada”. Isso gera certa tensão, já que a religião tem também a função de preservar a estrutura social vigente. O conflito interno do campo, por sua vez, refere-se à disputa pelo monopólio do exercício legítimo do poder religioso sobre os leigos e a gestão dos bens de salvação. Essa disputa pode também ocorrer, inclusive, entre os membros do alto e baixo clero, sendo um conflito de ordem teológica que visa à concentração do capital religioso.

Outro conceito que será abordado neste capítulo é o de “pêndulo”, trabalhado por Ivan Manoel, em sua obra *O pêndulo da História* (2004). A fim de assimilar esse conceito, faz-se necessário compreender que a Igreja Católica tem uma concepção da história como não sendo cíclica, mas sim, linear, que tem como ponto final a Parúsia²⁹. Conforme afirma Manoel (2004, p. 16):

A filosofia católica da história é herdeira em linha direta do judaísmo e, em linha colateral, do mazdaísmo persa. Deles, recolheu fundamentalmente três pressupostos: 1) o universo foi criado por um ato de livre vontade de Deus; 2) o homem, que habita esse universo, encontrar-se-á diante de seu criador em julgamento final, no qual os culpados serão castigados por toda a eternidade; 3) o trajeto do homem em direção ao seu criador e o julgamento é a sua própria, e esse trajeto é retilíneo.

Tal pensamento corrobora com a ruptura com as teorias cíclicas da história elaboradas pelos autores da antiguidade, que mencionam que a história não avança, mas sempre se repete em um eterno ciclo. A filosofia católica da história apresentada “deixou plenamente estabelecida a irreversibilidade do processo histórico” (MANOEL, 2004, p.17). Ou seja, tudo ocorre apenas uma única vez, tendo como objetivo final o “juízo” e a instalação da Basileia³⁰.

Manoel (2004, p. 86-101) comenta que a doutrina católica, em exígua súpula didática, menciona que Deus criou o homem para ser eterno e ter uma eterna ligação com a divindade. No entanto, o homem afastou-se desse ideal construído por Deus, foi induzido à busca por ser igual a Deus e cometeu o pecado original, tendo como resultado a expulsão do Paraíso, sendo então o homem revestido da mortalidade que o levou à temporalidade e ao movimento, isto é, à história. A história humana começaria aí, fruto de um saber longe das prerrogativas divinas, conduzindo o homem à derrocada.

Nesse conceito, “a queda foi o primeiro ato histórico; a fraqueza da vontade humana, o motor da história; a oscilação pendular, a qualidade desse movimento e a perpétua desunião, a sua consequência” (MANOEL, 2004, p. 102). Destarte, o pêndulo é a oscilação entre o afastamento ou a aproximação de Deus. A paralisação do pêndulo é o indicativo da volta à proximidade de Deus, sendo que, com o pecado original, o homem distanciou-se de Deus e o pêndulo afastou-se de seu eixo.

²⁹ Conforme escatologia cristã, Parúsia refere-se à segunda vinda de Cristo a Terra, para o Juízo Final.

³⁰ Refere-se ao reino que será estabelecido por Deus, na Terra, após o Juízo Final.

Com a encarnação de Jesus Cristo em sua primeira vinda, os homens foram novamente atraídos pelo “bem”, para uma nova reconciliação e, orientados agora pela Igreja, passaram, novamente, a gravitar ao redor de Deus. O ponto culminante dessa aproximação e de maior estabilidade do pêndulo foi durante a Idade Média, entre os séculos VIII e XIV (MANOEL, 2004, p. 104). Passada essa época, veio a “era das revoluções”, quando o homem propõe um novo saber, uma nova moral, uma nova política. Instala-se um pensamento moderno e racionalista que teria se manifestado na incredulidade, nas revoluções filosóficas e científicas, na Reforma Protestante, na Revolução Francesa, no ciclo revolucionário de 1830 a 1848, na democracia e nas ideologias de esquerda. Diante disso, no contexto da doutrina do catolicismo ultramontano, o século XIX foi considerado o ponto de maior afastamento do pêndulo da história em relação a Deus (MANOEL, 2004, p 105-106).

Uma vez que a modernidade gerou um afastamento, o rompimento do equilíbrio do pêndulo e seu movimento para o extremo, representando a instabilidade e o retrocesso, era necessário recolocar o pêndulo em equilíbrio e paralisação. A Igreja Católica então volta ao pensamento tridentino, iniciando-se a busca pela “era de ouro” da Igreja e pela recatolização da sociedade com base nas ideias tridentinas:

Com esse procedimento, a Igreja pretendia paralisar o movimento da história e fazer o pêndulo retornar ao seu ponto de equilíbrio junto ao Bem, junto a Deus, por ela representado. Esperava, com isso, interromper o movimento da revolução do mundo moderno e restaurar a paz medieval, tão romanticamente imaginada (MANOEL, 2004, p. 130).

A Igreja Católica no Brasil contava com os bispos ultramontanos para realinhar o pêndulo e para promover o avanço institucional da Igreja. No entanto, por causa do padroado, até o advento da República, contava somente com doze dioceses em um país com dimensões continentais. A necessidade da criação de novas dioceses era eminente. Com a República, o episcopado agora poderia viver em liberdade e o catolicismo de moldes europeus e romanos poderia ser concretizado. Agora, os novos bispos eram nomeados diretamente, sem a intervenção do Estado e, livres de compromissos públicos, podiam dedicar-se à sua missão religiosa. Muitos historiadores como Walter F. Piazza (1977), Solange Dias de Santana Alves (2018), Eliane Salete Filippim (2001) e André Phillippe Pereira (2018), os quais se debruçam sobre o estudo do catolicismo, encaram o século XIX

como sendo o século do fortalecimento da hierarquia católica. Esse fortalecimento contribuiria para o avanço do processo de recatolização e, com isso, haveria a busca pela estabilidade pendular.

Nessa organização hierárquica da ICAR, a distribuição de funções era fundamental para a sua organização e a fim de se entender a postura dos líderes da Igreja, referente ao papel do clero e do leigo nesse processo, é possível recorrer a Bourdieu, que menciona que o objetivo era “manter os leigos à distância” de qualquer poder decisório. Esse procedimento da hierarquia visa à submissão dos leigos e procura incutir neles a certeza de que certas atividades do campo religioso só podem ser exercidas por pessoas escolhidas, portadoras de um “dom e de uma qualificação especial, um dom de graça, inacessível às pessoas comuns” (BOURDIEU, 1974, p. 69). Ou seja, o clero era o legítimo detentor do poder simbólico e da nova liturgia³¹ da Igreja.

Com essa legitimação da detenção do poder simbólico, a ICAR começa a mobilizar-se para a criação de novas dioceses na busca para aumentar sua presença de forma organizada no território brasileiro a partir da centralização e comando da Santa Sé. Sendo assim, a divisão ou subdivisão administrativa eclesiástica em qualquer nação depende da autorização do Pontífice e, pela Bula Papal *Ad Universas Orbis Ecclesias*, em 27 de abril de 1892, o Papa Leão XIII cria a Diocese de Curitiba, tendo como jurisdição as paróquias localizadas nos estados do Paraná e de Santa Catarina:

a nova Diocese de Curitiba do Paraná constará do Estado desse nome e do Estado de Santa Catarina, o qual declaramos desmembrado da Metropolitana do Rio de Janeiro. Fundamos a Sé e Cadeira Episcopais da nova Diocese na cidade de Curitiba e também elevamos para sempre à honra e dignidade de Catedral a Igreja dedicada à Mãe de Deus com o título de Nossa Senhora da Luz. Os limites da referida Diocese da parte do Norte serão a Diocese de S. Paulo, da qual se separará pelos rios Paranapanema, Sacaremine, Sturabe, Stapurapuan e a cadeia dos montes Negros até o rio Mangapituba. Ao sul se extremará, da Diocese de S. Pedro do Rio Grande, pêlos rios Uruguai, Pelotas, Cerquinho e Barroca, e também por uma linha reta para o Sul desde a nascente do rio Desertão. Finalmente, ao Ocidente se estenderá até os limites da República Argentina. (LEÃO XIII, 1892 apud POLETTI, 2010, p. 100).

³¹ Liturgia é caracterizada como um conjunto dos elementos e práticas do culto religioso (missa, orações, cerimônias, sacramentos, objetos de culto, etc.), instituído pela Igreja Católica.

A nova Diocese de Curitiba se constituiu dentro da área administrativa do estado do Paraná, abrangendo uma população de aproximadamente 700.000 habitantes e 295.458 km², com vinte e oito paróquias e onze curatos³², sendo que em onze pastorais havia vacâncias. Já em Santa Catarina, existiam trinta e nove paróquias, sendo que vinte e duas delas não possuíam vigários (FEDALTO, 2014, p. 145).

O primeiro Bispo da Diocese de Curitiba foi Dom José de Camargo Barros (1894-1904), brasileiro nascido em Itaiatuba, comarca de Itú, província de São Paulo, em 24 de abril de 1858, oriundo de uma família tradicional e católica paulistana. Estudou em colégio jesuíta em Sorocaba, seguindo para São Paulo para ingressar no Seminário Episcopal, em 28 de junho de 1877, sendo ordenado sacerdote com 25 anos de idade, em 11 de março de 1883 (POLETTI, 2010, p. 101).

Outra novidade para a fé paranaense, implantada por ocasião da instituição da Diocese de Curitiba e da posse de seu respectivo Bispo, foi a apresentação das ordens religiosas femininas, a chegada das Irmãs da Divina Providência, das Irmãs Zeladoras Missionárias do Sagrado Coração de Jesus e das Irmãs de São José de Tarentaise, as quais assumiram os hospitais das cidades de Curitiba, Paranaguá e da Estrada de Ferro (FEDALTO, 2014, p. 161-164.)

Havia também os problemas de formação do clero para compor a Diocese, além de sua falta para conduzir a fé católica em todas as paróquias. Por isso, Dom José de Camargo de Barros chamou para sua Diocese os Padres Missionários de São Carlos e os Padres Lazaristas para comporem a docência no seminário. Com o intuito de estabelecer a fé nas comunidades de colonização europeia, em constante instalação na província do Paraná, avocou os Padres do Verbo Divino, os Padres Franciscanos e os Padres Lazaristas Poloneses para atuarem entre suas respectivas nacionalidades (FEDALTO, 2014, p. 168-170).

Esses eclesiásticos missionários de outras nacionalidades atuaram de forma veemente em Santa Catarina, ajudaram no avanço da recatolização e, com isso, proporcionaram o crescimento da Igreja no estado catarinense.

³² Curato era o lugar onde havia uma cura para atender aos fiéis, mas ainda não tinha o status de Paróquia (DARIVA, 2002, p. 156).

Dom José, em visita a Santa Catarina, em 1895, já visualizava que o estado necessitava de uma reorganização e estruturação da Igreja. A separação do Estado da Igreja deixou algumas sequelas, pela falta de recursos oriundos do Estado, que eram visíveis, principalmente, no âmbito educacional religioso, conforme apontado por Besen, mantendo o tom religioso no registro:

Já em 1895 visitava as Paróquias do nosso Estado, vendo a situação de penúria e desorganização em que se encontravam. Com pulso firme e caridoso procurou reorganizar a vida religiosa. Sua grande preocupação foi à criação de Escolas Paroquiais, que se multiplicaram rapidamente em todo o Estado. Eram Escolas Católicas, financiadas pelos próprios fiéis, que construíam o edifício e pagavam o professor. Garantia-se, assim, a educação religiosa das crianças, pois a República tinha suprimido o ensino religioso das escolas oficiais (BESEN, 2007, p.19).

A educação, nesse caso, visa a alcançar o fim último da salvação, preparar o bom cidadão católico para se preocupar com as “coisas do alto” que, de acordo com a Igreja, não pertencem a esse mundo, além da pretensa preocupação em formar “bons cidadãos” para a sociedade. Dentre outras estratégias, a Igreja utilizou a educação, com base no catequismo, como ferramenta própria para a instrução do povo desde a mais tenra idade.

O sistema de ensino católico, por meio das escolas paroquiais, que eram conduzidas, em grande parte, pelos padres franciscanos, no estado de Santa Catarina, nas primeiras décadas do século XIX, visava constituir sujeitos católicos obedientes à autoridade eclesiástica, disciplinados e voltados à prática sacramental. Tal instrução pretendia moldar o corpo docente e discente a seguir determinadas regras, ter o mesmo comportamento e compreender o mundo da mesma forma (OTTO, 2005, p. 45). Bourdieu chama de *habitus* cultivados o que a escola, enquanto “força formadora de hábitos”, propicia naqueles sob sua influência. A escola, para o autor:

propicia aos que se encontram direta ou indiretamente submetidos à sua influência, não tanto esquemas de pensamento particulares e particularizados, mas uma disposição geral geradora de esquemas particulares capazes de serem aplicados em campos diferentes do pensamento e da ação” (BOURDIEU, 1974, p. 211).

De acordo ainda com o mesmo autor (BOURDIEU, 1974, p. 212), a instituição escolar tem a função de produzir indivíduos dotados de um conjunto de “esquemas

inconscientes (ou profundamente internalizados) que constitui sua cultura”. A escola contribui para (re) inventar a cultura, acaba participando de uma narrativa que os interlocutores de uma época pretendem impor. Declara ainda que “o programa de pensamento e de ação, que a escola tem a função de transmitir, deriva uma parte importante de suas características concretas das condições institucionais de sua transmissão e dos imperativos propriamente escolares” (BOURDIEU, 1974, p. 215-216).

Por meio da constituição das escolas católicas, pode-se observar que uma das estratégias foi criar no imaginário da sociedade um poder simbólico que, conforme Bourdieu (1989, p. 9) “é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem”. Bourdieu (1989, p. 7-8) conclui que “O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”.

Dom José de Camargo de Barros se destacou em seu episcopado pelo “poder simbólico” e se utilizou desse poder para organizar a vida religiosa dos (i)migrantes alemães, italianos, ucranianos e poloneses que já vinham para o Brasil com uma mentalidade romanizada, diferentemente dos padres luso-brasileiros que tinham uma formação regalista e não eram comprometidos inteiramente com os dogmas da Santa Sé. Essa organização dos padres imigrantes e o enfiamento com os padres brasileiros que não estavam em plena harmonia com os dogmas da Igreja foram situações que ocasionaram algumas dificuldades que foram enfrentadas e combatidas por Dom José e seu sucessor. Conforme menciona Besen (2007, p. 20):

Seu sucessor, Dom Duarte Leopoldo e Silva, teve o mesmo trabalho. Obrigou os padres estrangeiros a aprenderem o português. Também procurou sistematizar os “padres casados”, que não eram raros: a melhor solução que encontrou foi aposentá-los com uma pensão paga pela Diocese.

O clero e fiéis da ICAR em Santa Catarina também estavam almejando uma Diocese no estado. No entanto, a Santa Sé, para a criação de uma nova Diocese, exigia um patrimônio mínimo que, conforme Besen (2007, p. 23) era: residência, seminário, sustento garantido. Para poder alavancar recursos, o Padre Francisco

Topp, vigário de Desterro (1896 - 1921), assumiu essa tarefa e ficou à frente dos trabalhos para a criação da almejada Diocese de Santa Catarina:

Pe. Topp assumiu o trabalho. Visitou todas as paróquias do Estado, quase de casa em casa, pedindo esmolas. Precisava de um patrimônio de 100 contos de réis, uma fábula. A pobreza dos catarinenses dificilmente poderia preencher este pré-requisito do Vaticano. A Comissão não desanimava e os padres catarinenses, com o povo, não mediram esforços. A imprensa de Florianópolis também se movimentava (BESEN, 2007, p. 23).

Não se pode deixar de citar que a imprensa e o clero do estado de Santa Catarina não haviam aceitado com bons olhos a preferência da criação da Diocese de Curitiba ao invés do estado catarinense, como se percebe na transcrição da carta endereçada ao redator do Jornal *O Estado*, de Florianópolis, que foi publicada no Jornal *A Verdade*, em 21 de junho de 1903, cujos redatores eram os padres Manfredo Leite e Francisco Topp:

Sr. Redactor d'«O Estado»: Como é sabido, a primeira ideia do projecto da criação da Diocese abrangendo os dois Estados de S. Catharina e Paraná, era que a séde do Bispado fosse nesta nossa capital. Mas o Paraná, comprehendendo a importancia que lhe adviria, se alcançasse obter para Corityba a residencia do Bispo, envidou todos os esforços para nos tirar esta vantagem, o que facilmente conseguiu por causa da nossa desidia. A este fim, os Paranaenses trataram de apromptar com brevidade a cathedral e a casa de residência do futuro Bispo, e o congresso estadual concedeu uma loteria em beneficio do seminario, ao passo que nós, catharinenses, indifferentes e apathicos pelo patriotico ideal, nada empreendemos para fazer jus á preferencia que nos era dada. Por este motivo o Santo Padre Leão XIII criou o bispado de Corityba e nós ficamos dependentes de nossos vizinhos no que respeita o governo espiritual. Longe de nós o menor vislumbre de queixa ou azedume, por terem elles, guiados de seu providente amor patrio, e aproveitando-se de nossa inactividade, sabido alcançar para seu Estado a vantagem que nos era destinada. O que elles fizeram em seu proveito naquelle tempo, podemos-o fazer nós agora para o nosso Estado, pois a criação de nossa Diocese depende de nós unicamente. Que a nossa antiga indiferença nos não torne a fazer perder, em proveito alheio, o que já poderíamos ter desde oito annos com incalculavel vantagem e honra do nosso Estado! A unica difficuldade que nos resta vencer é a formação do patrimonio necessario para a congrua sustentação do futuro Bispo e das instituições indispensaveis a um Bispado" (Apud BESEN, 2007, p. 23-24)

A carta citada evidencia que o clero catarinense não estava provido de muitos recursos e, tão pouco, alinhado totalmente com as elites e governantes locais para dar início à organização da criação da diocese catarinense no período em que Papa Leão XIII desejou criar uma diocese na região sul do Brasil, para avançar na estruturação da Igreja. Ao contrário, o clero, as elites e os governantes paranaenses

viam a necessidade da criação da diocese em Curitiba e não mediram esforços para prover a infraestrutura necessária para criação da Diocese no estado do Paraná. Dessa maneira, os padres redatores do Jornal *A verdade* esperavam contar com a ajuda do redator do Jornal *O Estado* para, juntos, publicarem em suas edições de jornais formas de fomento a campanhas de conscientização e mobilização da população para arrecadação de fundos para a criação da Diocese de Florianópolis.

Padre Francisco Topp e Padre Manfredo Leite ainda publicaram na mesma data, no Jornal *A Verdade*, outra carta endereçada ao redator do Jornal *O Estado*, na tentativa de conscientizar o redator daquele jornal da importância de mobilizar a sociedade catarinense como um todo, por meio das edições do jornal, mencionando pelo menos duas vantagens da instalação do Bispado no território catarinense, as quais seriam de cunho material e intelectual:

Vantagem material: “Está visto que os rendimentos do patrimonio do Bispado serão gastos nesta cidade e assim reverterá ao commercio e ao povo o que o povo despendeu para a creação da sua Diocese. Uma repartição qualquer traz sempre consigo uma utilidade material para o lugar onde existe e pelos empregados que, pouco ou muito, sempre despendem, e pelas pessoas que, para tratar de seus interesses, a procuram. Assim o bispado trará para esta capital a repartição geral dos negocios ecclesiasticos de todo o Estado: terá seus empregados e aqui convergirão os que tiverem interesses a tratar na camara episcopal”. Ilustra também que as festas que serão mais concorridas com a presença do Bispo e os Pontificais solenes atrairão os fiéis dos arrabaldes. Tudo aquecerá o comércio... Vantagem intelectual: “Além disso, o bispado não pode dispensar do seminário, isto é, de um instituto de instrucção abrangendo todos os estudos desde os preparatorios até ostheologicos, e nelle, mesmo aquelles que não aspiram ao sacerdocio terão opportunidade de fazer seus estudos preparatorios sem sahir da familia, com despeza ao alcance das mais modestas fortunas. E quando elles não possam prosseguir mais adiante, só com os preparatorios, terão já diante de si muitos empregos, onde poderão ganhar sua vida honradamente, numa posição social que, sem a existencia do seminario, ser-lhes-ia impossivel esperar. Os pais de familia do interior do Estado que desejarem a seus filhos uma solida e aprimorada educação, terão no internato do seminario onde os collocar, sem receio pelo lado moral, tão seguros como se os tivessem junto de si sob suas proprias vistas. Enfim parece-me que o seminario diocesano tornar-se-á para Santa Catharina o que foi o antigo collegio dos Jesuitas, donde sahiram tantos moços distinctos, hoje honra de sua terra natal. Por isso não resta duvida que o projecto da creação de nosso bispado é de tal importancia a encontrar as sympathias e o apoio não somente por parte dos catholicos convictos, mas por parte tambem daquelles que embora não deem o devido apreço á religião, contudo amam deveras e se empenham pelo progresso material do nosso Estado” (Apud BESEN, 2007, p. 24-25).

A carta demonstra que a criação da Diocese de Florianópolis está ligada a muitos desejos, que vão desde os desejos religiosos, principalmente católicos, até

desejos de motivação econômica. Portanto, o esforço em favor da criação da Diocese de Florianópolis, traria várias vantagens ao Estado, inclusive feições de modernidades e civilidade tão desejadas.

Sendo assim, em 19 de março de 1908, a Secretaria da Sagrada Congregação Consistorial e do Sacro Colégio (hoje Sagrada Congregação para os bispos) decretava o desmembramento do estado de Santa Catarina do Bispado de Curitiba, no Paraná, criando a Diocese de Florianópolis, sendo a Matriz de Nossa Senhora do Desterro elevada à Catedral. A Bula *Quum Sanctissimus Dominus Noster*, assinada pelo Substituto da Sagrada Congregação, Dom Júlio Grazioli, foi entregue ao Núncio Apostólico no Rio de Janeiro, que a tornou pública em 2 de maio do mesmo ano³³.

Ainda em 1908, a Diocese de Florianópolis incluía 42 paróquias, 7 curatos e 2 capelas Curadas, distribuídas por 10 comarcas eclesiásticas, atualmente chamadas de foranias. O recenseamento de 1900 revela que o estado possuía a cifra de 321.294 habitantes e alcançaria, em 1908, aproximadamente 350.000 habitantes³⁴.

A imprensa católica no estado constituía-se nos seguintes jornais escritos, quando da criação da diocese: *A FÉ*, Órgão da Associação Irmão Joaquim, editado de 24 de agosto de 1903 a 30 de novembro de 1909; *L'AMICO*, fundado por Frei Licínio Korte OFM, editado de 3 de abril de 1904 a 1917 e; *A SINETA DO CÉU*, editado em Lages sob a direção de Frei Pedro Sinzi OFM, de 1903 a 1909 (BESEN, 2007, p. 36). Esses eram importantes veículos de comunicação da imprensa católica no estado, nos quais circulavam as diversas manifestações religiosas como: convites para missas, inaugurações de capelas, encontros diocesanos, anúncios de missas de sétimo dia, semanas santas, etc.

Em 1908, o clero da recém-criada diocese era constituído por 87 sacerdotes: 22 seculares, 36 franciscanos, 11 da Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus e 18 jesuítas. Em 17 de janeiro de 1927, pela Bula *Inter praecipuas* do Papa Pio XI (1922 – 1939), a Diocese foi elevada à Arquidiocese e sede metropolitana, passando a denominar-se Arquidiocese de Florianópolis³⁵.

³³ História da Arquidiocese de Florianópolis. Disponível em: <https://arquifln.org.br/historia/>. Acesso em 02 jun. 2019.

³⁴ Ibidem.

³⁵ História da Arquidiocese de Florianópolis. Disponível em: <https://arquifln.org.br/historia/>. Acesso em 02 jun. 2019.

O primeiro Bispo a tomar posse da Diocese de Florianópolis foi Dom João Becker, em 12 de outubro de 1908. Antes de assumir a diocese, era vigário da Paróquia do Menino Deus (1896 - 1908), na capital sul riograndense e mantinha uma ligação muito forte com a política local, como é demonstrado através do telegrama do presidente do Rio Grande do Sul, Carlos Barbosa Gonçalves (1908 - 1913) ao governador do estado catarinense, Gustavo Richard (1906 - 1910):

No dia 6 de outubro o Exmo. Sr. Governador do Estado recebeu do Exmo. Sr. Presidente do Rio Grande do Sul o seguinte telegrama: "Porto Alegre 5 – Acaba embarcar destino a essa Capital D.João Becker, a quem a população Porto-Alegrense prestou significativas demonstrações de apreço quer no ato da solene Sagração, quer agora na comovente despedida. Felicito Diocese Florianópolis brilhante aquisição seu primeiro Bispo. Saudações cordiais. Carlos Barbosa" (Apud BESEN, 2007, p. 36).

Para receber o eclesiástico em Florianópolis, foi montada uma grande festa e o até então Estado laico ainda nas esferas estaduais e locais continuava mantendo ligações com o poder espiritual, como é possível perceber na citação a seguir:

Nesta festa montada pela hierarquia eclesiástica, as autoridades civis estavam presentes, em destaque, na sua organização hierárquica. [...] Igreja e Estado deveriam estar unidos. [...] As autoridades precisavam mostrar coesão como forma de dar visibilidade às instituições republicanas. (SERPA, 1997, p. 28-29).

Essas instituições a que Serpa se refere são o Estado e a Igreja. Essa mesma festa para recepção do Bispo foi organizada pelas autoridades eclesiásticas da ICAR, que agora assumiriam o protagonismo dos eventos religiosos, evidenciando, assim, uma nova postura da Igreja, que tinha como objetivo se consolidar na sociedade:

As festas, para os representantes da hierarquia eclesiástica, buscavam acima de tudo afirmar a autoridade do bispo juntamente à sociedade, pois em terras onde praticamente não se tinha contato duradouro com este tipo de autoridade, o apresentar-se em praça pública, na forma como o público gostava de se exprimir, pela festa, trazia-lhe um contato com grande número de pessoas reunidas [...] A festa organizada pelos representantes do clero assumia, então, um caráter pedagógico: funcionar conforme princípios do catolicismo ultramontano e tudo estariam racionalizados em termos de espaço e de tempo (SERPA, 1997, p. 30).

As diretrizes da Reforma Tridentina padronizavam a liturgia, combatendo, de certa forma, um catolicismo mais popular, que era muito visível nesse período no

estado catarinense e, assim, resgatava o poder simbólico da Igreja, compreendido aqui como poder simbólico dos bispos. Como diria Bourdieu (2004, p. 14 -15):

poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, [...] poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização [...] Isto significa que o poder simbólico não reside nos —sistemas simbólicos em forma de uma *illocutionary force*, mas que se define numa relação determinada e por meio desta entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença.

O poder temporal ainda vê a necessidade de manter laços com o poder espiritual. No dia da chegada do primeiro Bispo de Santa Catarina, as autoridades civis estavam presentes para prestigiar e validar tal poder e, com isso, firmar alianças com esse poder simbólico, na pessoa do Bispo Dom João Becker:

À 1:30h. da tarde, em meio de um delírio de aclamações, o Exmo. Sr. Dom Becker, acompanhado do ilustre Sr. Dom João Braga, e dos Srs. Desembargador Antero de Assis, Coronel André Wendhausen e Germano Wendhausen, e Gustavo Silveira, membros da Comissão do Bispado, representantes do Clero e da Imprensa, saltou no Trapiche, sendo recebido no alto da escada pelo. Exmo. Sr. Coronel Gustavo Richard, Pe. Francisco Topp, Vigário da Capital, altas autoridades civis e militares e representantes das Associações, organizando-se o préstito que dirigiu-se ao Palácio Episcopal. O distinto Prelado seguiu ladeado pelo Exmo. Sr. Coronel Gustavo Richard e Coronel Pereira e Oliveira, sempre no meio de indescritíveis ovações. Nessa ocasião o povo catarinense esteve na altura dos seus créditos de povo hospitaleiro e carinhoso que sabe desdobrar-se em afetos a quantos se impõem à sua estima e consideração (BESEN, 2007, p. 39).

Dom João Becker, por sua vez, assegurou colaborar com a permanência do *status quo* vigente, confirmando, assim, as relações estreitas entre o poder temporal e o espiritual, que ambos estavam alinhados para realizar o projeto de recatolização, na busca da civilidade da sociedade:

Tomou então a palavra o Exmo. Sr. Dom João Becker, que vivamente comovido, agradeceu as extraordinárias homenagens que naquele momento o povo lhe prestava. Declarou que procurará cooperar para a grandeza moral do Estado que o acolheu tão carinhosamente e hipotecou todos os seus esforços no sentido de manter as simpatias desse povo cuja os sentimentos de bondade ele já conhecia. Terminou assegurando que colaborará com o poder civil para que cada vez mais o nosso Estado se avante em progresso e desenvolvimento (BESEN, 2007, p.39).

Percebe-se que Dom João Becker foi muito bem recebido e ovacionado no estado catarinense, que carecia da presença desse poder simbólico e real no campo religioso. Com a chegada do novo Bispo esperava-se, de certa maneira, que “sob o cajado do pastor do novo Bispo, encontrar-se-ão unidos pastor e rebanho, num feliz concurso para o desenvolvimento cristão no país futuro” (Apud SOUZA, 2008, p. 67). Como forma de prestigiar tal recepção, novamente, o presidente do estado do Rio Grande do Sul enviou um telegrama parabenizando o governador catarinense:

O Exmo. Governador do Estado recebeu do Sr. Presidente do Rio Grande do Sul o seguinte telegrama: “Porto Alegre – Agradeço comunicação dirigiu-me V. Excia. acerca da carinhosa recepção feita D. João Becker, ao entrar sua Diocese. Contava com essas afetuosas demonstrações em homenagem virtuoso e ilustrado Bispo, que na administração da Igreja catarinense saberá enaltecer-se por novos serviços à Religião e à Pátria. Saudações cordiais – Carlos Barbosa” (Apud BESEN, 2007, p.40).

As informações acima destacadas remetem, novamente, a Bourdieu (1974, p. 72) que menciona que “uma instituição como a Igreja contribui sempre para a manutenção política”.

O primeiro Bispo da Diocese de Florianópolis, Dom João Becker, é filho de Karl e Catarina Becker. Aos 8 anos emigrou para o sul do Brasil, vindo de Sankt Wendel, na Alemanha, região do bispado de Trier, junto com seus pais, que se estabeleceram em São Vendelino, no Vale do Caí. Estudou em particular com os jesuítas, matriculou-se, depois, no Colégio Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo, cursou os preparatórios exigidos para os cursos de Medicina e Direito³⁶.

No entanto, ele decide seguir a vida eclesiástica e, assim, aos 21 anos, em 1891, matriculou-se na primeira turma do Seminário Diocesano de Porto Alegre. Em 1893, matriculou-se nos estudos teológicos. Concluída a formação acadêmica, recebeu as ordens do Subdiaconato e Diaconato, em 30 de novembro de 1894 e 30 de novembro de 1895, respectivamente. O Bispo de Porto Alegre, Dom Cláudio, conferiu-lhe a ordenação presbiterial, em 2 de agosto de 1896, na capela do Seminário Diocesano. Dois dias depois, foi nomeado Vigário da Paróquia do Menino Deus, na capital gaúcha, permanecendo lá por 12 anos, de 1896 a 1908, quando recebeu o convite para assumir a recém-criada Diocese de Florianópolis.

³⁶ História da Arquidiocese de Florianópolis. Disponível em: <https://arquifln.org.br/historia/>. Acesso em 02 jun. 2019.

Desde o início de seu episcopado, incentivou as escolas paroquiais. Dom João Becker dedica sua Carta Pastoral de 1910, afirmando que não há uma verdadeira paróquia sem uma escola paroquial. Para ele, a insistência no ensino deveria ser creditada, em boa parte, à inexistência de instrução religiosa nas escolas oficiais, face à separação entre Igreja e Estado, operada pela República em 1890³⁷.

Dom João Becker criou as paróquias de Canoinhas, Nova Veneza, Luiz Alves, Botuverá e Jaraguá do Sul, todas em 1912. Criou ainda os Curatos de Cocal, em 1910; Massaranduba, em 1911; Ascurra, em 1912 e; Rio dos Cedros, em 1913. Incentivou as comunidades de (i)migrantes que estavam crescendo muito na região de Blumenau e levou assistência religiosa para essas comunidades, inclusive por meio do clero nacional, cuja presença era quase inexistente em tais comunidades³⁸.

Em janeiro de 1912, Dom João Becker promoveu um Congresso Sacerdotal para tratar de assuntos disciplinares, quando foi organizada uma “Tabela Diocesana” e o “Regimento de Custas da Câmara Eclesiástica”. O tema disciplinar já havia sido tratado no 1º Sínodo Diocesano, realizado durante o período de 31 de janeiro a 2 de fevereiro de 1910, em Florianópolis. O 1º Sínodo dividiu o bispado em 10 comarcas, substituindo as antigas 4, que não mais atendiam às necessidades pastorais³⁹.

Em 1912, Dom Becker recebeu um convite para ser Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre, tomando posse em 8 de dezembro do mesmo ano. Com a vacância do cargo do Bispo, o Padre Francisco Topp foi nomeado Governador Provisório do Bispado, permanecendo como Administrador Apostólico da Diocese de Florianópolis até 7 de setembro de 1914.

Apesar da dedicação do Padre Topp, a necessidade da figura do Bispo era eminente na Diocese de Florianópolis. Para suprir a demanda, em 1913, o Padre João Borges Quintão, que era reitor do Seminário de Curitiba (1906-1914) foi comunicado oficialmente de que havia sido eleito, por Pio X, o segundo Bispo da Diocese de Florianópolis, vacante, como já mencionado, desde 1912. No entanto, Padre Quintão surpreende a todos pela desistência ao cargo, antes da sagração episcopal, alegando sérias razões de foro íntimo.

Padre Topp já conhecia Padre Quintão, uma vez que por diversas vezes foi até Florianópolis para pregar em missões. Suas mensagens fizeram com que se

³⁷ História da Arquidiocese de Florianópolis. Disponível em: <https://arquifln.org.br/historia/>. Acesso em 02 jun. 2019.

³⁸ Ibidem.

³⁹ Ibidem.

tornasse bem conhecido em Florianópolis. Padre Topp ficou surpreso com a decisão do Padre Quintão⁴⁰ e viajou até Curitiba para tentar persuá-lo a mudar de ideia, mas sem sucesso.

No ano de 1914, no dia 26 de março, veio a nomeação para o Bispado de Florianópolis do, até então, Secretário do Arcebispado de São Paulo, Cônego Joaquim Domingues de Oliveira (1911-1914). Cônego Oliveira era muito jovem quando recebeu o convite, tendo apenas 35 anos, e estava em viagem a Roma, no Colégio Pio Latino-Americano, assumindo a Diocese, somente em 7 de setembro de 1914. A Diocese ainda estava vaga dois anos após a transferência de Dom João Becker para a Sé Arquiepiscopal de Porto Alegre (BESEN, 2007, p. 57).

Dom Joaquim Domingues de Oliveira (1914 - 1967) nasceu em Vila Nova de Gaia, Portugal, no dia 04 de dezembro de 1878. Ainda criança veio para o Brasil e estabeleceu-se na cidade de São Paulo. Chegou a fazer exames para a faculdade de Direito de São Paulo, mas sem dar entrada no curso. Mais tarde, matriculou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no entanto, antes de iniciar o curso de medicina decidiu matricular-se espontaneamente, em 1898, no Seminário Episcopal de São Paulo, onde foi ordenado em 1901, tornando-se professor no ano seguinte. Mais tarde, seguiu para Roma, onde se doutorou em Direito Canônico e, voltando a São Paulo, retornou ao Seminário para continuar lecionando suas disciplinas (CABRAL, 1967, p. 451-452). No dia 07 de setembro de 1914, tomou posse solene como Bispo da Diocese de Florianópolis, tendo festiva e solene recepção por parte das autoridades do estado, do clero e do povo, assim como Dom Becker:

Presentes as maiores autoridades estaduais, municipais, federais, deputados, magistrados, oficiais-de-terra-e-mar, representantes de todas as

⁴⁰ Besen transcreve a conversa de Padre Quintão e Padre Topp: “o Pe. Quintão ficou inabalável na sua renúncia e no fim disse: ‘Mons. Topp, se o senhor conhecesse quem eu sou, não insistiria na sua teima’. Mons. Topp saiu pensando: ‘Ou é um grande santo ou é um grande pecador!’” (Apud BESEN, 2007, p. 53). O autor ainda menciona que o celibato não era vivido, como deveria ser, na vida do Padre João Borges. Menciona ainda que o padre não estava isento das dificuldades com raízes no campo afetivo, o qual sentia que não tinha mais vocação para a vida celibatária. Sendo assim, em 1919, Padre Quintão saiu da Congregação da Missão para o Lar, casando-se com Sílvia Bittencourt Cotrim. O casal foi morar no arraial de Babilônia, hoje cidade de Marliéria, no Vale do Rio Doce, em Minas Gerais, onde abriu um Colégio que funcionou durante três anos (1920-1922), com a denominação de “Nossa Senhora das Dores”. Em 1923, acompanhado da mulher e de três filhos, mudou-se para Itabira, a convite de seu antigo amigo Trajano Procópio de Alvarenga Monteiro, a fim de, no seu Ginásio Municipal Sul-Americano, lecionar francês, inglês e latim. Ali, teve como companheiro de magistério, lecionando português e geografia, Carlos Drummond de Andrade (BESEN, 2007, p. 54-55).

corporações religiosas, pias, educacionais. A multidão constituía uma massa enorme que vinha do trapiche municipal, espalhava-se pelo cais e enchia todo o Jardim e Praça XV de Novembro (BESEN, 2007, p. 57).

Besen (2007, p. 58) comenta ainda:

No dia 10, acompanhado de Mons. Francisco Topp, D. Joaquim visitou o Sr. Governador, agradecendo a recepção e acolhida. O Sr. Governador reiterou a S. Exa. os seus desejos de que S. Exa. goze, neste Estado, de ininterruptas felicidades, e os votos que fazia para que as mais intensas relações de cordialidade perdurassem entre os representantes supremos do Estado e da Diocese. Nos dias subseqüentes o Sr. Bispo visitou os quartéis da Guarnição Federal, a Superintendência Municipal, havendo ainda, no dia 14, um brilhante Festival no Colégio Coração de Jesus.

Evidencia-se o alinhamento de Dom Joaquim com o poder temporal e a necessidade da conservação do *status quo* vigente. Dom Joaquim também estava alinhado com Roma e foi, sem dúvidas, um dos precursores da recatolização no estado. Permaneceu à frente da liderança da Igreja no estado por 53 anos, de 1914 a 1967.

Durante sua gestão, Dom Joaquim presenciou a Diocese de Florianópolis passar a Arquidiocese, em 1927, e trabalhou na criação das dioceses de Joinville (1927), Lages (1927), Tubarão (1954) e Chapecó (1958), sendo a Diocese de Lages um dos objetos de estudo desse trabalho. Em seu ministério, atravessou a primeira grande guerra, o período getulista, a segunda grande guerra e a democratização, o golpe civil-militar de 1964 e o Concílio do Vaticano II.

Dom Joaquim foi um “lutador” pela causa da instrução e educação, considerava necessidade inadiável que todas as paróquias possuíssem suas escolas primárias católicas, como o próprio Bispo comenta: “Uma Paróquia bem organizada não pode existir sem uma escola católica” (Apud BESEN, 2007, p. 59). A esse respeito, Besen (2007, p. 60) ainda menciona:

somente ao ano de 1921, não mais a época de ouro das Escolas Paroquiais: na Diocese, 72 Escolas Paroquiais, com um total de 6.571 alunos (3.337 meninos e 3.234 meninas) A Catequese foi vivamente incentivada e exigida, quer obedecendo às orientações da Pastoral Coletiva (1915), quer a regulamentos peculiares da Diocese, depois Arquidiocese. Em 7 de março de 1936, D. Joaquim cria o Departamento catequético Metropolitano, num amplo projeto de catequização do povo, destinado principalmente à formação de catequistas. Visava à reunião de “círculos catequéticos”, sobre pedagogia catequética, realização anual de “cursos especiais de lições de religião”, para a formação religiosa dos catequistas, além da nomeação de Sacerdotes Visitadores, para a supervisão do ensino catequético.

Dom Joaquim tinha consciência da necessidade da visão hierárquica da comunidade católica e foi um grande defensor dessa hierarquia eclesial, seguindo o modelo de igreja hierárquica de inspiração tridentina: “um leigo não pode falar diante de um Padre, um Padre diante de um Bispo, e o Bispo diante do Papa. Olhando para cima, a obediência; para baixo, exigência de obediência” (Apud BESEN, 2014, p. 79).

Dom Joaquim muito realizou pela Igreja Católica no estado catarinense e, em 18 de maio de maio de 1967, faleceu e foi sepultado na Igreja Catedral de Florianópolis. Sua adesão, como também de Dom Daniel com os ideais da romanização é evidenciada no registro referente ao I Concílio Plenário Brasileiro, em 1939, realizado na cidade do Rio de Janeiro.

Como aconteceu em todo o Brasil, [...] a Igreja de Santa Catarina entrou em nova fase e incorporou o modelo tridentino. O alinhamento com Roma foi obra dos bispos Dom José Camargo Barros (Curitiba), Dom João Becker e Dom Joaquim Domingos de Oliveira (Florianópolis) e de Dom Daniel Hostin (Lages) (Apud FILIPPIM, 2001, p 8-9).

O conteúdo do registro acima remete também à atuação romanizadora de Dom Daniel, que foi investido de pleno poder e autoridade perante à Igreja para atuar na região circunscricional da Diocese de Lages, a partir de 1929. Sendo assim, no próximo tópico, analisar-se-á, de forma mais específica, como se constituiu a inserção da Igreja Católica no planalto serrano, como se processaram as relações de poder do clero católico com as elites locais e como foi a investidura e legitimação do poder simbólico de Dom Daniel Hostin.

2.2 DOM DANIEL HOSTIN E A CONSTITUIÇÃO DO PODER CIRCUNSCRICIONAL EM LAGES

A presença religiosa católica no planalto catarinense é visível desde a fundação de Lages, em 1771, pelo paulista Correia Pinto, que trouxe uma imagem em pintura e outra imagem, em forma de estátua, de Nossa Senhora dos Prazeres, hoje padroeira da paróquia do município e da diocese. Essa incumbência de ir para o extremo sul da Capitania de São Paulo para fundar o povoado foi emitida por Dom Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Matheus (1765-1775). Morgado

era devoto e, mais ainda, afiliado de Nossa Senhora dos Prazeres. Essa deferência ao nome da madrinha é evidenciada em vários outros povoados fundados posteriormente, os quais, por sua inspiração e ordem, foram prenominações com a mesma invocação:

Nossa Senhora dos Prazeres de Piracicaba;
 Nossa Senhora dos Prazeres de Iguatemi;
 Nossa Senhora dos Prazeres de Itapetininga;
 Nossa Senhora dos Prazeres da Ilha do Mel, etc (COSTA, 1982, v.1, p. 318).

Dom Luiz deixa suas ordens e suas disposições em relação a Lages em documento endereçado a Correa Pinto, em 20 de agosto de 1766:

Porquanto tendo encarregado ao Capitão-Mor Regente Antônio Correa Pinto várias ordens, cuja substância é fundar uma povoação no Certão de Curitiba na paragem chamada as Lagens, à qual necessariamente se há de por nome para que entre as mais povoações desta capitania se distinga: ordeno ao dito Capitão-Mor Regente que logo que formar a referida povoação lhe ponha o nome Vila Nova de Nossa Senhora dos Prazeres, e da Igreja Matriz da dita povoação será orago Nossa Senhora dos Prazeres, a quem tenho por advogada, e com quem tenho devoção especial por ser minha madrinha, e Padroeira da minha casa, o Morgado de Matheus de quem sou administrados. Assim o executará sem dúvida alguma (Apud COSTA, 1982, v. 1, p. 319).

Assim, Dom Luiz entregou a Correia Pinto a imagem de sua madrinha para que com ela adornasse o altar da capela que seria construída logo que estabelecesse o lugar da nova povoação, a fim de confirmar as ideias pessoais do Morgado, que acreditava que “sem missa não se pode conservar os povos” (apud COSTA, 1982, v. 1, p. 319). A fundação de Lages também ajudou na abertura do “caminho do sul”, que facilitava o traslado de gado dos “pampas” para Laguna. Quando Correia Pinto fundou a Vila Nossa Senhora dos Prazeres das Lages aguardou sete meses até a chegada de dois religiosos franciscanos, Frei Manuel da Natividade Teixeira e Frei Tomé Bueno, esse último, primeiro pároco da nova freguesia. Dessa forma, a hierarquia eclesiástica alcança as terras do planalto catarinense (PIAZZA, 1977, p. 77).

Na fundação, Lages e seu território formavam, na administração eclesiástica do Brasil, uma Paróquia com Vigário de Vara⁴¹, que estava sujeito ao Bispado do

⁴¹ Vigário de Vara era o que tinha delegação do Bispo da diocese, em alguma das suas povoações (COSTA, v. 1, 1982, p. 409).

Rio de Janeiro, passando mais tarde, em 1845, a pertencer ao Bispado de São Paulo. Mesmo depois da sua anexação à Província de Santa Catarina, em 1820, quando essa se dividiu em quatro Comarcas Eclesiásticas: 1º Lages; 2º Desterro; 3º Laguna e 4º São Francisco, a Comarca de Lages ainda ficou sob jurisdição do Bispado de São Paulo, enquanto as demais ficaram sob jurisdição do Bispado do Rio de Janeiro. Em 1892, todas as comarcas eclesiásticas de Santa Catarina passaram a pertencer à recém-criada Diocese de Curitiba (COSTA, 1982, v. 1, p. 320).

O mapa demográfico da região serrana, na sua fundação, era composto “por fazendeiros e suas famílias, por bugres gentios e escravizados, por negros e por uma camada popular de homens livres de diversos matizes” (MARCON, 2001, p. 51).

Quando Dom José Camargo Barros estava à frente da Diocese de Curitiba, no período de 1894 a 1904, a qual pertencia a Santa Catarina, fez quatro visitas à região. Em Lages, quando esteve em 1898, não deixou de fazer observações à população local e mencionou que: “em Lages chrismeiei 1054 pessoas. [...] Tenho notado que em Lages a população de negros e mulatos é muito grande [...]. Em São Joaquim são mais claros e bonitos” (Apud FILIPPIM, 2001, p. 16).

Identifica-se, na fala de Dom José Camargo Barros, a construção da imagem do negro e do mulato, que correspondiam à maioria da população de Lages, como raças inferiores, expressando uma mentalidade arraigada em padrões de superioridade racial por parte dos de origem europeia, em relação às demais etnias. Dom José vinha de uma linhagem de família de navegadores da Espanha, como menciona Fedalto (2014, p. 148) “sendo da mesma família do navegador espanhol Dom Afonso de Camargo que, em 1539, chegou a Arequipa, porto peruano [...]”. Essa fala expressa ainda, a valorização do “belo”, uma vez que a beleza era reconhecida pela ICAR como um dos atributos da “presença divina”, sendo o homem, conforme os dogmas católicos, criado à imagem e semelhança de Deus.

Os costumes do povo da região são questionados pelo Bispo, como no caso da visita ao município de Campos Novos: “Primeiro dia da visita em Campos Novos já foi bastante para mostrar que o povo desta parochia é muito ignorante e muito indiferente em matéria de religião, e até meio incrédulo por ignorância” (Apud FILIPPIM, 2001, p. 16).

Percebe-se, ainda, na menção de Dom José de que o povoado da Paróquia de Campos Novos não conhece o “verdadeiro conhecimento”, o qual somente poderia vir dos agentes da salvação instituídos pela ICAR, que o Bispo não legitima a forma como é praticada a religiosidade nessa região, desprezando, assim, o reconhecimento da alteridade.

As viagens eram geralmente no lombo de um burro ou a cavalo, debaixo de chuvas e percorrendo estradas precárias, sendo que através de tais viagens, o Bispo poderia entrar em contato com a cultura local, como no caso de Dom José Camargo Barros, que “estando na localidade chamada Legeadinho, colocava que por aqui, em muitos lugares, temos comido em pratos de folha, com colheres de ferro, xícaras de ferro, um copo só para todos” (SERPA, 1997, p. 112). A alimentação descrita pelo Bispo é à base de arroz, ovos e linguiça (FILIPPIM, 2001, p. 16), culinária típica dessa região até os dias de hoje.

A região serrana, já no final do século XIX e início do século XX, também foi alvo da (i)migração alemã, italiana, polonesa e portuguesa. Grande parte das propriedades era constituída pela agricultura familiar e pela criação de gado para sustentação própria (WIGGERS, 2007, p. 107). Nas comunidades formadas por (i)migrantes, em especial imigrantes italianos e descendentes, os ensinamentos do catolicismo constituíram-se em elementos fundamentais da mentalidade coletiva. Os (i)migrantes italianos vieram, em sua maioria, de regiões do Rio Grande do Sul e, com eles, emanou também a sua identidade cultural, que tinha como alicerce a religião:

A religião católica foi o seguro e derradeiro sustentáculo a que os colonos peninsulares se apegaram para salvar sua própria identidade cultural. Graças a ela conseguiram vencer parte dos traumatismos da emigração, preenchendo o vazio encontrado na nova pátria adotiva e estruturando um tempo e um espaço congeniais, geradores de uma singular civilização ítalo-sul-rio-grandense (MANFROI apud RADIN, 2001, p. 135-136).

Nas primeiras décadas do século XX, a região de Lages era dominada pelo catolicismo popular e o envolvimento do leigo nas atividades religiosas era comum, sendo que as manifestações da religiosidade conflitaram com a pregação oficial da Igreja Católica. Wiggers (2007) comenta como se encontrava a Igreja Católica no período que antecedeu a criação da diocese lageana:

a igreja cabocla, com suas devoções populares, promessas e devoções herdadas dos antepassados. As crenças populares de João Maria eram fortes e conservavam a fé do povo simples e nativo. Esta era a característica religiosa da época. O elemento humano clerical era insuficiente para todo o atendimento. Havia capelas, sim, onde dominicalmente se fazia o culto, a reza do terço, leitura do evangelho, assim atendendo e aprofundando a sede religiosa. Aliás, os próprios pais ou pessoas da comunidade davam a catequese inicial, principalmente, nas comunidades de migração. Era uma terra de missão (WIGGERS, 2007, p. 107-108).

A Proclamação da República (1889) facilitou a entrada de religiosos estrangeiros no Brasil e a região de Lages foi contemplada com a chegada dos franciscanos alemães da Saxônia, tendo sido várias as missões vindas para Santa Catarina, das quais uma delas se instalou em Lages e era assim composta:

Frei Herculano, Frei Mariano, Frei Maurício. Frei Armando Bahlmann, Frei Rogério Neuhaus seguiu posteriormente, por motivos de doença [...] Assim, então, os franciscanos da Saxônia foram gradativamente ocupando espaços no território catarinense. Em 1891, fixaram residência em Lages e, em 1900, em Curitibanos. Em 1903, assumiram a direção da paróquia de Canoinhas, desmembrando-a de Curitibanos e, em 1914, assumiram a paróquia de Porto União. No ano seguinte a paróquia de São Francisco do Sul (SERPA, 1997, p. 141-142).

Lages, na época da fixação da ordem franciscana, era governada por Vidal Ramos que galgou vários postos na política, tendo sido deputado estadual, federal, vice-governador, governador e senador. O poder da família Ramos extrapolava o nível do planalto serrano, exercendo grande influência em Campos Novos, Curitibanos e São Joaquim, onde as pessoas que estavam no poder mantinham sólidas relações com a poderosa família Ramos, que não admitia oposição aos seus interesses e tudo fazia para perpetuar no poder os Rupp, em Campos Novos, os Albuquerque, em Curitibanos e os Cezário Joaquim do Amarante, em São Joaquim (SERPA, 1989, p. 138-139).

Ramos, Rupp, Albuquerque e Amarante representam, na região, os interesses corporativistas dos pecuaristas e comerciantes. A eles estavam atrelados fazendeiros, comerciantes, profissionais liberais, agregados e peões, pois realizavam trocas de favores, parentesco pelo casamento, criando, assim, laços de compromissos e fidelidade que eram manifestados na hora das eleições (SERPA, 1989, p. 139).

Embora o Sínodo de 1910 proibisse a participação de padres na política local, o Sínodo de 1919 orientava aos padres que sempre mantivessem harmonia com as

autoridades da localidade. Sendo assim, a relação dos franciscanos com os poderes locais, em especial em Lages, era de harmonia. Serpa comenta que essa harmonia, por vezes, excedia alguns limites:

Às vezes extrapolava os limites da ajuda financeira para a realização de eventos religiosos, como a realização de festas, construção de igrejas e capelas e edificação de obras de cunho beneficentes. Avançava no sentido das elites dirigentes atuarem como mediadores e conselheiros em assuntos delicados, a exemplo da insistente tentativa dos franciscanos de se apropriarem da capela Santa Cruz, em Lages (SERPA, 1997, p. 147).

As elites dirigentes locais também doaram para a Ordem Franciscana recursos financeiros para equipar as igrejas com altares, imagens de santos vindos da Europa e fizeram doações de terrenos, como assim expressa o Frei Pedro Sinzig (1903 - 1909):

Os nossos amigos Coronel Vidal José Ramos e o Major Henrique Ramos [...] puseram à disposição do vigário uma quantia para a aquisição de um novo e bonito altar [...] e o tenente Coronel Polydoro Paes de Faria e as esposas do Senhor Machado e de Henrique Ramos, festeiros da festa de Nossa Senhora dos Prazeres, mandavam vir da Europa para o novo altar uma belíssima e bem alta imagem de Nossa Senhora dos Prazeres (CRUZEIRO DO SUL apud SERPA, 1997, p. 148).

Na citação acima, chama atenção o fato de que as esposas dos senhores Machado e Henrique Ramos, as quais foram responsáveis, juntamente com o Tenente Coronel Polydoro Paes de Faria, pela encomenda da imagem de Nossa Senhora dos Prazeres, doada à Igreja Católica em Lages, não tiveram seus nomes mencionados pelo Frei Pedro Sinzig, havendo menção, no entanto, dos nomes de seus maridos. Esses, possivelmente possuíam intenções de cunho político, sendo a menção no jornal da época, uma oportunidade de promoção perante a sociedade local. Em troca do apoio recebido, a Ordem Franciscana retribuía de várias maneiras, como na condução do *pallium* na procissão de *Corpus Christie* e na organização das festividades do Divino Espírito Santo e de Nossa Senhora dos Prazeres, padroeira do município de Lages. Nos sorteios e promoções geralmente eram contemplados membros da família Ramos ou parentes e amigos (SERPA, 1989, p. 143-144), sendo que as elites políticas locais aproveitavam o momento para aumentar o prestígio perante à população, por meio das homenagens e elogios recebidos pela organização das festividades.

Os franciscanos contribuíram para o avanço da recatolização na região serrana e várias associações foram criadas, como a Congregação Mariana (1902), a Congregação da Doutrina Cristã (1904) e Vicentinas⁴² (1917). Os franciscanos ainda, seguindo uma recomendação do Plenário Latino-Americano referente ao fortalecimento da imprensa católica, em 1902, em Lages, criaram o Jornal *Cruzeiro do Sul*, que circulou até 1905. O jornal constituiu-se em um importante veículo de divulgação dos feitos dos franciscanos na região e dos ideais ultramontanos, sendo que, além de deixar informada a comunidade local das programações da ICAR, divulgava os comunicados paroquiais. Os franciscanos, em pequeno número, marcaram presença histórica, antes e depois da criação da Diocese de Lages, juntamente com seu primeiro Bispo Franciscano, Dom Daniel Hostin (1929 - 1973) (WIGGERS, 2007, p. 109).

O estado de Santa Catarina, em sua totalidade, pertencia à Diocese de Florianópolis, ganhando força, com a expansão da Igreja Católica no estado, a ideia de desmembrar Florianópolis em duas novas dioceses (Joinville e Lages). Com isso, a única Diocese, de Florianópolis, sufragânea de Curitiba, passaria à Arquidiocese, o que, de fato, aconteceu em 17 de janeiro 1927.

Os primeiros trâmites para a organização da nova Diocese em Lages começaram em 1925, tendo sido tomadas as primeiras medidas dos trabalhos por Dom Joaquim Domingues de Oliveira, Bispo de Florianópolis, e por Frei Marcello Baumeiste, vigário da Paróquia de Lages (1918 - 1925). A primeira atividade consistiu em nomear a Comissão Preparatória. Essa teria uma função específica: adquirir a nova residência episcopal e o terreno para a construção do futuro Seminário Diocesano e trabalhar junto aos veículos de comunicação da época no preparo para a elevação de Lages à categoria de Bispado (DIOCESE DE LAGES, s.d., s.p.).

Em 18 de abril de 1925, Dom Joaquim telegrafou ao Frei Marcelo pedindo o envio urgente de nomes para a Comissão de Aquisição do Palácio Episcopal e do terreno do seminário. Frei Marcelo respondeu a Dom Joaquim com uma carta

⁴² Os vicentinos eram membros da Congregação da Missão, fundada no dia 17 de abril de 1625, por São Vicente de Paulo, para evangelizar os pobres e renovar o clero. Seus membros são conhecidos como padres e irmãos vicentinos ou lazaristas. Os primeiros vicentinos no Brasil pertenciam ao ramo português da congregação e provavelmente chegaram em exílio junto com Dom João VI, fugidos das guerras napoleônicas (SERBIN, 2008, p. 85-87).

retratando as dificuldades de se constituir essa Comissão devido às divergências políticas presentes na realidade lageana:

Cumprimentos os mais respeitosos. Acuso telegrama de V. Excia. Revma a respeito dos negócios da projetada Diocese Lageana. Quanto à escolha dos membros da comissão, comunico-vos que é uma tarefa difícilíssima, senão impossível, em vista da situação política em completa desarmonia. Sem colaboração amigável dos dois partidos – Ramos e Costa – jamais se realizarão os projetos da Diocese. A meu ver, o Exmo. Sr. Senador Vidal Ramos devia de ser o Presidente da Comissão e o Major Octacílio Vieira da Costa o Vice-Presidente, sendo os demais membros de ambos os partidos. Mas deliberando com o Sr. Senador, vi as grandes dificuldades duma união de vistas. O Sr. Senador prometeu-me de ele mesmo entender-se com V. Excia., explicando-vos a minha situação. No mais, julgo de minha obrigação aguardar novas ordens V. Excia., declarando-me pronto a fazer todo o possível para corresponder às vossas ordens. A aquisição do terreno para o palácio e o seminário não oferece grandes dificuldades. Esperando a vossa resposta “ad hoc” e beijando devotamente o Anel de V. Excia., sou com a mais subita estima e consideração (DIOCESE DE LAGES, s.d., s.p.).

A família Ramos integrava o Partido Liberal⁴³ e a família Costa o Republicano⁴⁴, sendo os dois partidos políticos da época. A relação franciscana com a família Ramos era bem próxima e as relações de poder entre a Igreja e as elites locais ficavam bem evidentes. A correspondência endereçada a Dom Joaquim ainda segue:

Recebi há pouco a sua carta, e hoje mesmo respondo, apesar das grandes ocupações destes dias. Confirmando a de 24 de abril pp., devo esclarecer que a Comissão de que se trata poderá ocupar-se, exclusivamente, de duas condições, aliás muito fáceis: a) aquisição do Palácio Episcopal. b) A aquisição do terreno para o futuro Seminário. O patrimônio, penso obtê-lo no Congresso. Atento à resolução do nosso Amigo Senhor Coronel Vidal Ramos, peço que V. Revma., porque não pode prescindir dos homens públicos, deverá recorrer à política, e não omitir os nomes do Sr. Superintendente deputado Caetano Costa, e do Sr. Oscar de Brito, que podia ser o Tesoureiro, naturalmente sob a presidência honorária do

⁴³ O Partido Liberal foi fundado por Vidal Ramos e Nereu Ramos, que foi também o primeiro presidente de seu diretório central. Esse novo partido político não foi o mesmo Partido Liberal existente no Império e início da República. Apesar do nome liberal ser o mesmo, não representava, de forma alguma, os mesmos princípios políticos. O Partido Liberal, criado na década de 1920, é representado pela oligarquia Ramos e seus aliados, que buscava apenas as tradições rurais e os interesses de grupo (MORAES, 2012, p. 56).

⁴⁴ Foi fundado em Santa Catarina, em 27 de junho de 1887. No fim do Império e início da República, ele aglutinava uma heterogeneidade de interesses e era composto por grandes políticos de extensas carreiras. Já da metade da década de 1920 em diante, o PRC passou a responder, principalmente, pela oligarquia Konder. Certamente os interesses dessa agremiação também já não eram os mesmos (MORAES, 2012, p. 56).

Vigário. Mande-me, pois, a lista dos nomes, nesse sentido, para que a provisão siga imediatamente (DIOCESE DE LAGES, s.d., s.p.).

Após muitos diálogos e da participação do, então senador, Vidal Ramos, em 25 de maio de 1925, foi constituída a Comissão que trabalhou e, juntamente com as autoridades eclesiásticas, ajudou a preparar a região serrana para a criação da Diocese de Lages. A seguir, trecho do telegrama do Frei Marcello Baumeister, endereçado ao Bispo de Florianópolis, Dom Joaquim, informando a aprovação da Comissão:

Aos que a presente Provisão virem, saudação, paz e bênção em Nosso Senhor Jesus Cristo. Fazendo saber que, competentemente autorizados pela Exma. Nunciatura Apostólica, havemos por bem aprovar, como pela presente provisão aprovamos, uma COMISSÃO composta dos Exmos. Senhores: Revmo. Frei Marcello Baumeister, OFM. Cel. Octacílio Costa, Coronel Caetano Costa (seguem os nomes da lista anterior e no fim da lista continua o documento), a qual se poderá ramificar em várias subcomissões, elegerá a Diretoria, e terá por fim a constituição do patrimônio da futura DIOCESE DE LAGES, sobretudo a aquisição da residência episcopal e o terreno destinado à construção do Seminário episcopal. Dada e passada em Florianópolis, sob Nosso Signo e Selo das nossas armas, aos 25 de maio de 1925 (DIOCESE DE LAGES, s.d., s.p.).

Tal Comissão foi composta por 32 nomes, todos membros da elite local, sendo que o Frei Marcello Baumeister buscou contemplar na lista da comissão as principais famílias de Lages, em especial as famílias Costa e Ramos. Frei Marcello solicitou ao Bispo para que não excluísse nenhum nome da lista, sendo a intenção do Frei continuar mantendo boas relações com elites locais (DIOCESE DE LAGES, s.d., s.p.).

A Diocese de Lages foi criada em 17 de janeiro de 1927 através da Bula *Inter Praecipuas*, onde Pio XI decreta o desmembramento de Joinville e Lages, enquanto Florianópolis constituía-se em Arcebispado. A nova Diocese agora era composta por seis extensas paróquias: Lages, Curitibaanos, Canoinhas, Porto União, Campos Novos e São Joaquim. No entanto, até a nomeação do Bispo, Dom Joaquim Domingues de Oliveira, agora Arcebispo de Florianópolis, exerceu a função de Administrador Apostólico da recém-criada Diocese. A Diocese de Lages, mesmo sendo criada em 1927, somente foi instalada, definitivamente, em 18 de outubro de 1929, não se sabendo o porquê da demora, que, conforme dizia Dom Daniel, o

Petrópolis, onde ordenou-se sacerdote em 30 de novembro de 1917, em solenidade presidida pelo Bispo Diocesano de Niterói, Dom Agostinho Benassi (1908 - 1927). Seu primeiro campo de trabalho foi em Blumenau, tendo sido professor do Colégio Seráfico até 1920, quando assumiu, como vigário, a direção da Paróquia de São Paulo Apóstolo, até 1926 (DIOCESE DE LAGES, s.d., s.p.).

Durante a sua administração paroquial em Blumenau (1920 - 1926), Frei Daniel fez alterações no corpo da igreja matriz, acrescentando-lhe as capelas laterais e modificando a torre para poder abrigar três novos e grandes sinos e o relógio que funcionou regularmente até a demolição do templo para a construção do atual (UMA GRANDE PEDRA, 1973, p. 216).

Em 1926, o Capítulo Provincial transferiu Frei Daniel como guardião para o Convento Franciscano de Curitiba. Em 1928, foi novamente transferido, agora como guardião do Convento de Petrópolis e, ainda em Petrópolis, foi surpreendido com a notícia da sua nomeação para primeiro Bispo Diocesano de Lages.

A ordenação ocorreu em 29 de setembro de 1929, na cidade de Blumenau, com a presença de Dom Joaquim Domingues de Oliveira, Arcebispo de Florianópolis (1927 - 1967). Estavam também presentes autoridades civis, como o vice-governador do estado, Walmor Ribeiro (1926 - 1930) e os deputados Indalécio Arruda e o Major Otacílio Costa, os quais eram representantes de Lages na Assembleia Legislativa de Santa Catarina. A ordenação foi sucedida por uma grande festa como “bandas de músicas que enchiam os ares de sons harmoniosos e o espocar de bombas festivas” (DIOCESE DE LAGES, s.d., s.p.).

Ao terminar as festas em comemoração à ordenação do novo Bispo, o, agora, Dom Daniel dirigiu-se até a capital do estado, Florianópolis, para receber uma homenagem do governador do estado, Adolfo Konder (1926-1930) e conseguir uma condução para leva-lo até Lages, sede do novo Bispado. No dia 11 de outubro de 1929, seguiu para Lages em uma comitiva com a presença de alguns párcos e dos deputados lageanos, Indalécio Arruda e o Major Otacílio Costa e seus respectivos familiares. Conforme consta nos registros da Diocese de Lages, a viagem foi bastante penosa, devido às várias chuvas que atingiram a região nesse período, deixando grande parte do trajeto intransitável, forçando a comitiva, em determinados trajetos, a usar cavalos para rebocar os veículos do lamaçal. Foram oito dias de viagem em virtude das chuvas e das condições das estradas e, enfim, Dom Daniel chega a Lages em 18 de outubro de 1929 (DIOCESE DE LAGES, s.d., s.p.).

Sua chegada foi muito comemorada e, juntamente com uma grande multidão, parte da elite local se fazia presente. Um cortejo foi ao encontro da comitiva de Dom Daniel para recepcioná-lo e a ele foram feitas muitas honrarias:

as autoridades, representantes das comissões e outras pessoas grandes, que se reunindo-se à comitiva episcopal, formatam um luzido cortejo de 20 automóveis para realizar uma entrada verdadeiramente triunfal na cidade. Nas alturas do local “Conta Dinheiro” incorporou-se à mesma um garboso piquete de cavalaria que, feita as continências do Sr. Bispo, passou a escolta-lhe o automóvel. A entrada da rua Correia Pinto onde havia um arco triunfal com os dizeres: “Ave Pastor Animarum Nostrarum” e Salve Pastor de Nossas Almas, reuniram-se o clero, as irmandades, os colégios, a banda musical e compacta multidão, de povo, afim de recepcionar o seu novo prelado. Ao estrugir de inúmeros rojões e aos sons maviosos da nossa bem afinada banda musical, entrou D. Daniel Hostin em nossa cidade, por entre júbilo de toda a população. Desembarcando o Sr. Bispo em frente à residência do Sr. Aristides Vieira, ai foi saudado, em nome do Município, pelo Sr. Prefeito, Cel. Caetano Costa. Em seguida paramentou-se e, em procissão sob o pálio, fez o percurso até a Catedral, onde o aguardava ainda numerosos colegiais (DIOCESE DE LAGES, s.d., s.p.).

Através desse relato, evidencia-se o poder simbólico outorgado ao Bispo, o qual também consistia em poder subordinativo e, ao mesmo tempo, uma força transformadora e legitimadora de outras formas de poder (BOURDIEU, 1989, p.15).

O Bispo Dom Daniel Henrique Hostin dirigiu-se aos seus diocesanos, sacerdotes e fiéis da nova Diocese, através de sua primeira Carta Pastoral, em 1929, por ocasião de sua posse. Padre Andreas Wiggers assim comenta sua carta:

Dom Daniel fala de sua vocação para a Ordem Franciscana, anelada desde a mais tenra infância e em que se sentia sempre tão feliz. Mas, como filho fiel da Igreja, seguiu o chamamento do Santo Padre para agora, como bispo, exercer um novo ofício sublime, mas pesado e cheio de responsabilidade. Depois dirige os olhos dos fiéis a Roma, onde naquele ano o Santo Padre estava festejando o seu jubileu, efeméride a ser dignamente festejada também em todas as igrejas da Diocese. Em seguida aponta a falta de sacerdotes no Brasil, do trabalho abençoado de sacerdotes e religiosas estrangeiros, especialmente dos franciscanos, e fala da necessidade de formação de um clero competente. Depois de uma homenagem ao Santo Padre, ao Núncio apostólico, ao Arcebispo e outros dignitários eclesiásticos, termina a Carta Pastoral com uma saudação aos sacerdotes e congregações religiosas da nova Diocese, ao presidente do Estado e demais autoridades civis, à imprensa e às famílias (WIGGERS, 2007, p. 113-114).

Para a Igreja Católica, a região serrana era uma terra de missão, uma vez que predominava, nesse período, o catolicismo popular, sendo comuns e frequentes as práticas das irmandades dirigidas por leigos, que auxiliavam no sepultamento,

além da presença de cruzes, procissões, festas, peregrinações, oratórios, que eram muito evidentes. Somado a isso, havia curandeiros, benzedeiros, puxadores de rezas, que revelavam a prática do catolicismo popular. Portanto, uma organização forte, centrada na Igreja romana, privilegiando a sacramentalização, era necessária, cabendo ao Bispo, Dom Daniel, assumir o protagonismo desse processo.

Figura 2 – Dom Daniel Hostin



Fonte: Bispos diocesanos de Lages. Disponível em:
<http://www.diocesedelages.org.br/bispos.htm>. Acesso em 09 set. 2019

Quando Dom Daniel Hostin tomou posse da Diocese, em 1929, sua jurisdição era constituída de 6 paróquias, sendo Lages, São Joaquim, Canoinhas, Porto União, Campos Novos e Curitibanos, com uma população católica aproximadamente de 185.000 pessoas. Além disso, havia 1 clero diocesano, 16 cleros regulares, 3 ordens e congregações, sendo 1 masculina e 3 femininas, 1393 membros em associações religiosas, 5 escolas primárias católicas, sendo 1 masculina, 1 feminina e 3 mistas e nenhum seminarista (DIOCESE DE LAGES, s.d., s.p.).

A nova Diocese criou o seu símbolo de poder, o Brasão, o qual possui uma função informativa, que reforça os dogmas da Igreja Católica.

Figura 3 – Brasão Diocesano de Lages

Fonte: Brasão Diocesano. Disponível em: <http://diocesedelages.org.br/v1/brasao-diocesano/>. Acesso em 05/09/2019

Descrevendo o escudo, conforme Pamplona ([s.d]), tem-se, ao centro, o campo verde, uma coroa acompanhada de três flores de lis dispostas em faixa e uma situada no mantel azul, cuja pétala central tem a forma de uma cruzeta. Quanto aos móveis do escudo, a coroa, as flores de lis e a gota sobre a coroa são do mesmo metal. Sobre o fundo verde, cortando o escudo, há uma faixa em cinza, retratando a parte superior de uma parede, símbolo universal das cidades.

Ao centro e sobre o escudo, há a mitra dourada, símbolo do poder espiritual e da dignidade episcopal, forrada de vermelho, ornada por uma pequena cruz de prata. Do interior da mitra, descem duas fitas douradas e forradas de vermelho. Por trás do escudo, há uma cruz processional (que remete à escatologia, que tem como objetivo final o encontro com a divindade em seu reino, sendo a vida nessa terra apenas uma passagem). O conceito de escatologia, apresentando no brasão, corrobora com a ideia de história linear, proposta por Ivan Manoel, em sua obra *O Pêndulo da História* (2004). No brasão, é visualizado um báculo que, qual cajado do pastor, representa a autoridade do Bispo em sua Diocese. Ambos, dourados, se

cruzam formando um “x”. Essas informações vão ao encontro do conceito de Poder Simbólico, proposto por Bourdieu, o qual, por vezes, transforma-se em poder real, investido ao Bispo que, com a posse do cajado, tem a finalidade de conduzir os fiéis ao “caminho certo”.

O escudo retrata, heraldicamente, o nome da Diocese e da Padroeira de Lages, Nossa Senhora dos Prazeres. Os seguintes símbolos heráldicos representam o título da padroeira: A gota de ouro sobre a coroa, que é a gota do Divino Espírito Santo que operou o milagre da concepção pura e imaculada; ao meio do mantel azul, sob a coroa, uma flor de lis, cuja pétala central tem a forma de uma cruzeta, que faz alusão à alegria da Virgem Maria, por carregar em seu ventre o Salvador do mundo; a Coroa: lembrando a alegria de Maria por ser coroada Rainha do Céu e da terra.

O verde, do campo do escudo, é a cor litúrgica da esperança, que sucede o Pentecostes e antecede o Advento da Paixão de Cristo no Calvário. No plano temporal, o verde é a expectativa de bonança para a Diocese, alude aos verdes campos da serra catarinense.

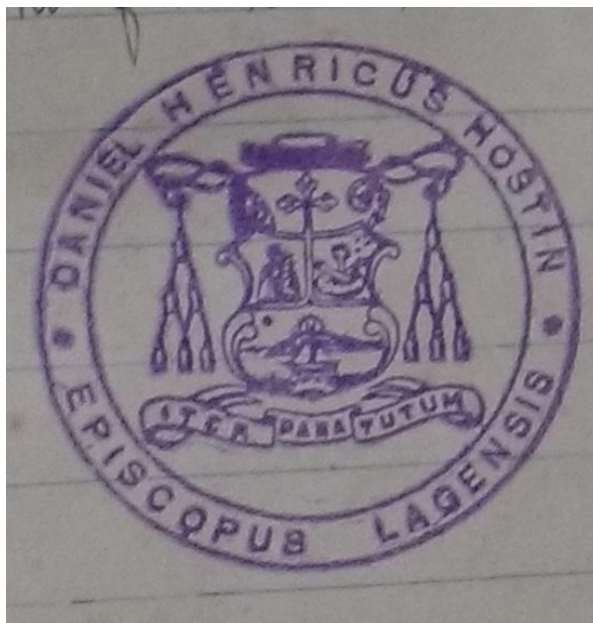
O mantel azul, símbolo de Maria, mãe de Deus e considerada ainda mãe da Igreja Católica, quer traduzir, ainda, a virtude, a candura e a nobreza de caráter pelo desprendimento, pela pobreza, que ornaram a Padroeira. Percebe-se, na descrição de Pamplona, que o brasão tem a finalidade de resumir algumas características do simbolismo espiritualista da Igreja Católica, que comporta valores e crenças como, por exemplo, a alusão aos santos, Maria e Nossa Senhora dos Prazeres.

As três flores de lis em ouro recordam as três virtudes teológicas, fé, esperança e caridade. Como a maior delas é a caridade, “Deus Caritas est”, é destacada pela pétala central, em forma de cruz, no mantel azul. Aludem, também, à Santíssima Trindade.

Por fim, o mesmo autor explica que sobre o fundo verde, cortando o escudo, uma faixa em cinza, retratando a parte superior de uma parede, símbolo universal das cidades, alude às origens do topônimo da cidade sede-diocesana, no caso, Lages, cuja origem do nome recorda a pedra laje, sobre a qual se construiu a cidade, fazendo alusão à prosperidade da Igreja nessa região. Os símbolos constantes na imagem do brasão são dotados de significados mítico-religiosos e a imagem torna-se um referencial para a comunidade católica da região circunscricional da Diocese de Lages.

Além do Brasão Diocesano, os bispos têm brasões pessoais, nos quais buscam mostrar, com elementos simbólicos, sua formação, proposta e visão. Ressalta-se que, após intensa pesquisa, tanto na Cúria, quanto nos registros das paróquias sob a jurisdição da Diocese de Lages, não foi possível localizar os significados do escudo do Brasão do Bispo de Dom Daniel.

Figura 4 – Brasão Episcopal de Dom Daniel



Fonte: LIVRO TOMBO nº 01, 1929, s.p.

No entanto, é possível visualizar alguns símbolos no carimbo do Brasão de Dom Daniel que são consolidados na ordem franciscana, à qual pertencia o Bispo, como o chapéu eclesiástico, que geralmente é na cor verde, que simboliza o serviço do Bispo, e as borlas, sendo seis em cada lado, fazendo alusão aos doze apóstolos. Abaixo, é possível visualizar o lema episcopal de Dom Daniel, escrito em latim, *Iter para Tutum*, que significa: “Permanecei em mim”.

Quanto às suas preferências políticas, após 1930, Dom Daniel foi aliado da família Ramos, da qual era muito amigo. Chegou mesmo a ser indicado para senador por Santa Catarina, não aceitando, porém, essa indicação. Grande orador voltou seus discursos contra o comunismo, contra os protestantes e tudo aquilo que fugia às prescrições doutrinárias da Igreja Católica (FILIPPIN, 2001, p. 20).

Dom Daniel Hostin esteve à frente da Diocese de Lages durante 44 anos. Dentre suas iniciativas estão a fundação do Colégio Diocesano, direcionado à

educação; a criação do primeiro curso secundário na região serrana; a fundação do Centro de Formação Católica; a fundação do Seminário Diocesano; a criação do semanário *Guia Serrano*; a fundação, em 1957, juntamente com a irmã Ida Meneghelli, da Congregação das Irmãs Franciscanas do Apostolado Paroquial, uma comunidade religiosa de direito diocesano com a missão de trabalhar nas mais diversas realidades paroquiais. (DIOCESE DE LAGES s.d., s.p.).

Dom Daniel fez acontecer ainda, em abril de 1936, o I Sínodo Diocesano em Lages. As conversações geradas neste sínodo foram em torno da vivência da fé. Há uma insistência no sentido de apelar ao clero que tenha uma vida digna daqueles que são eleitos e que façam de sua vida um testemunho de fé, tendo como modelo para os sacerdotes o próprio papa. Dom Daniel ainda instiga o clero a inspirar nos fiéis o mais profundo apreço e respeito à figura do Sumo Pontífice (FILIPPIM, 2001, p. 23).

Dom Daniel Hostin, através de seu legado, analisado no decorrer do trabalho, teve uma atuação missionária marcante. Inicialmente, realizou várias visitas pastorais, sendo dias e dias de viagem pelo interior do oeste catarinense, buscando sempre o fortalecimento da Igreja enquanto instituição e, cada vez mais, tentando conquistar o seu espaço perante à sociedade oeste catarinense. Tendo em vista o objetivo do avanço do processo de recatolização, o conjunto das relações entre as elites dirigentes locais e a Igreja institucional tornou-se objeto de especial atenção por parte do Bispo, durante seu trabalho na Diocese de Lages.

2.3 A IGREJA CATÓLICA NA MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE

Sob jurisdição episcopal, quando Dom Daniel assumiu o episcopado da Diocese de Lages, a mesorregião Oeste Catarinense eclesiástica pertencia à jurisdição da paróquia São João Batista, de Campos Novos, que foi criada em 16 de junho de 1854, através da resolução nº 377. No entanto, somente em 1876, passou a ter seus próprios livros para registros paroquiais. Os registros entre os anos de 1854 a 1876 eram feitos nos livros paroquiais de Nossa Senhora dos Prazeres de Lages (LAZZARINI, 1993, p. 2-3).

Há registros da presença de 14 capelas da Igreja Católica no município de Cruzeiro (atual Joaçaba) na data de 1929, sendo as capelas: Limeira, Bom Retiro, Faxinal, Branco, Catanduvras, Ouro, São José, Santo Bazo, São Roque, Nossa

Senhora da Saúde, Sagrado Coração de Jesus, Bela Vista, Veado e Concórdia (DIOCESE DE LAGES s.d., s.p.). Pode-se ainda mencionar a Capela de Erval (atual paróquia Senhor Bom Jesus, do município de Herval d' Oeste), território esse que hoje faz parte da microrregião de Joaçaba, mas, na época, consistia em distrito do município de Campos Novos, ao qual pertenceu até 1943 e, após, ao município de Joaçaba, até 30 de dezembro de 1953.

A capela do povoado de Limeira foi criada em 1910, quando o povoado pertencia a Palmas, no Paraná. Limeira se tornaria sede provisória do município de Cruzeiro, que fora criado em 1917, juntamente com Chapecó, Porto União e Mafra, logo após a Guerra do Contestado⁴⁵ (1912 - 1916), dividindo, assim, o território contestado em quatro grandes municípios e, posteriormente, em inúmeros outros (QUEIROZ, 1967, p. 8).

Quanto à criação do município de Cruzeiro, havia nele os povoados de Catanduvas, Campo (Herciliópolis), Alto Veado (Peritiba), Limeira, Sertãozinho (Irani) Rio das Pedras (Videira), Passo da Limeira (Luzerna), Rio Capinzal (Ouro e Capinzal), Ipira e Bela Vista (Estêves Junior), além de colônias, fazendas e moradias isoladas (QUEIROZ, 1967, p. 8).

O pedido para a construção da Capela de Limeira, em 1910, no município de Cruzeiro do Sul, hoje Joaçaba, foi feito pelo Frei Rogério Neuhaus (1892 - 1914), que era coadjutor da Paróquia de Campos Novos. Na sequência, segue a provisão desse pedido, registrado na folha 87 do Livro Tombo nº 1 da Paróquia São João Batista, de Campos Novos, que diz o seguinte:

havemos por bem pela presente conceder licença para que al lugar chamado Limeira perto da extação da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande, se possa erigir uma igreja sob a invocação de N. Senhora da Conceição, contanto que seja em lugar alto, livre de humidade e que tenha ambito em roda para passares prossições, devendo ser o lugar para tal fundação assignado pelo Revmo Snr vigário, a quem autorizamos a benzer, por se ou por um dos seus coadjutores, a primeira pedra do edifício na forma do Ritual Romano. Na mesma Igreja não se poderão celebrar Officios Divinos sem nova Provisão Nossa. (Apud LAZZARIN, 1993. p. 31)

⁴⁵ Tal conflito ocorreu entre 1912 a 1916. Sobre essa temática há uma vasta bibliografia e, dentre essas, destacam-se: AURAS, Marli. **Guerra do Contestado: A Organização da Irmandade Cabocla**. São Paulo: Cortês, 1984; QUEIROZ, Mauricio Vinhas de. **Messianismo e Conflito Social: A Guerra Sertaneja do Contestado de 1912-1916**. São Paulo: Ática, 1977; THOMÉ, Nilson. **Trem de Ferro**. Florianópolis, Lunardelli, 1983.

No mesmo ano, 1910, foi concedida licença para a construção da capela São Sebastião do Herval, hoje Erval Velho (LAZZARINI, 1993, p. 31). Já no distrito de Erval (Herval d' Oeste), foi construída, pelos caboclos e (i)migrantes, a Capela do Senhor Bom Jesus, sendo inaugurada em 1924. Dom Henrique Muller, Bispo de Joaçaba (1975 – 1999), em entrevista, menciona que:

Essa devoção ao Senhor Bom Jesus vinha dos caboclos, dos “jagunços”. Diz-se que os tropeiros tinham um local de parada que é onde se encontra a ponte sobre o Rio Barra Verde e a ponte de ferro. Perto de uma grande árvore armavam um altar onde colocavam a imagem do Senhor Bom Jesus, e praticavam sua devoção, que acabou dando nome à primeira capela Erval, que é hoje matriz. Os grandes padroeiros dos caboclos eram o Sr. Bom Jesus, São Sebastião, São João e o Espírito Santo, que era muito forte. Os caboclos, por mais brutos que fossem, isto é, analfabetos, sem cultura, rudes, tinham sua devoção (Apud DARIVA, 2002, p. 156).

Nesse período, os clericais eram insuficientes para todo o atendimento, uma vez que até 1930 os padres eram itinerantes e tinham que vir de Curitiba para atender a região oeste (LAZZARINI, 1993, p. 39).

Dom Daniel tinha noção dos desafios que estariam à sua frente e sabia da necessidade de aumentar o número do clero, em especial do clero brasileiro, para ter efetividade no avanço da recatolização na região da Diocese e, para isso, ele contava com a ajuda do Papa Pio XI (1922 - 1939), que estava engajado no processo de romanização nos países que estavam sendo ameaçados por “heresias e paganismo”. Tais afirmações podem ser observadas na primeira Carta Pastoral de Dom Daniel, em 1929:

Como seus the illustres antecessores, Pio XI por mais que se empenhe pelo países da velha Europa, não [ilegível] de tomar muito peito aos interesses dos catholicos fora da Europa e de incentivar a propaganda dos saberes doutrinaes do Evangelho nos países encobertos ainda pelas trevas do gentilismo e paganismo. A obra missionária é uma das que Sua Santidade tem tratado com mais atenção e carinho a ponto de merecer o titulo de Papa das Missões. [...] Infelizmente, porém devemos constatar, em nossa Terra, o numero reduzido de sacerdotes, em comparação com os outros países. [...] O Santo Padre quer o aumento do clero, mas não quer somente o clero vindo de outros países [...] Quer sobre tudo a arregimentação do clero brasileiro (LIVRO TOMBO DIOCESANO Nº1, 1929, p. 6-7).

Enquanto o aumento do clero para assistir a população católica da região não se efetivava, coube então ao próprio Bispo ajudar no trabalho de assistência clerical ao povo da Mesorregião Oeste Catarinense. Assim, de janeiro a março de 1930,

Dom Daniel parte para a sua primeira viagem para conhecer a realidade espiritual e cultural da circunscrição da nova Diocese, visitando os seguintes lugares, no município de Campos Novos: Umbú, Rio Uruguay, Rio Capinzal, Herval, Barra do Leão, Barra Fria, Rio Bonito, Perdizes e Santo Antônio. Já no município de Cruzeiro, visitou: Bom Retiro, Faxinal, Branco, Catanduvras, Ouro, São José, Santo Bazo, São Roque, Nossa Senhora da Saúde, Sagrado Coração de Jesus, Bela Vista, Veado e Concórdia (DIOCESE DE LAGES, s.d., s.p.). Nesse registro não é mencionado se Dom Daniel visitou a comunidade do Rio do Peixe (atual Piratuba), apesar de que essa comunidade ficava no mesmo trajeto das comunidades de Ouro, Rio Capinzal, Barra do Leão. Salieta-se que nesse período a comunidade do Rio do Peixe já possuía uma pequena Igreja Católica.

Nessa primeira viagem a Cruzeiro (Joaçaba) e Campos Novos, Dom Daniel pôde conhecer a realidade espiritual dos fiéis católicos dessa região. Dom Daniel visitou os distritos de Capão Alto, Campo Belo do Sul, Cerro Negro, Colônia Santo Antônio no Município de Campos Novos e São José do Cerrito. Ao chegar na comunidade de Capão Alto, percebe-se, no registro feito pelo Bispo, o entusiasmo demonstrado pela comunidade: “acompanhado de uma cavalaria imponente, que vinha de longe ao nosso encontro, entramos na aldeia” (DIOCESE DE LAGES, s.d., s.p.). Essa receptividade fez com que fosse registrada a seguinte fala nos registros da Mitra de Lages: “O povo de Capão Alto é bem católico e unido. O Senhor Bispo estava bem contente com o fervor do povo” (DIOCESE DE LAGES, s.d., s.p.). A primeira capela de Capão Alto foi construída, em 1894, por Frei Rogério Neuhaus OFM, que contribui de forma significativa para o avanço da ICAR nessa região.(DIOCESE DE LAGES, s.d., s.p.).

Tal entusiasmo na receptividade do Bispo Dom Daniel também foi evidenciada em Campo Belo, onde foi constituída uma comissão para receber a comitiva de Dom Daniel “A comissão mandou vir a banda musical de Lages. Houve 137 confissões e muitos casamentos” (DIOCESE DE LAGES, s.d., s.p.). Nessas viagens os trabalhos clericais eram intensos, uma vez que muitos fiéis ficavam meses esperando a chegada de um membro oficial da Igreja, investido de autoridade para realizar os sacramentos: “Em Anita Garibaldi houve, outra vez, muito trabalho: 357 confissões, 438 crismas e muitos batizados e casamentos” (DIOCESE DE LAGES, s.d., s.p.).

Depois de sair de Anita Garibaldi, a comitiva de Dom Daniel chegou à Colônia de Santo Antônio, no município de Campos Novos, onde, em um dia, foram realizados 320 confissões, 493 crismas, 43 batizados e 10 casamentos, tendo seguidos os trabalhos até as 9 horas da noite (DIOCESE DE LAGES, s.d., s.p.). Depois dessas visitas, a comitiva de Dom Daniel retornou para o município de Lages e se dirigiu até a comunidade de Monte Alegre, onde teve contato com a realidade campesina dos caboclos daquele local, como é mencionado na crônica a seguir:

Em Monte Alegre o Senhor Bispo teve a alegria de entrar numa choupana de caboclos, limpeza só em nossa imaginação; mas nos sentimos contentes, porque o caboclo nos ofereceu alegremente o melhor que possuía. A Capela mais próxima achava-se no Distrito de São José do Cerrito. Bem no alto, numa montanha, está a Capela do Coração de Jesus, quase inacessível para pernas idosas, fracas. A região chamava-se outrora Ermida, proveniente duma ermida que o profeta “São” João Maria tinha lá erigido. Foram visitadas ainda as capelas de São João, Socorro, Bom Jesus e São José. Em todo lugar, um povo bom e zeloso. Parece que temos em São José do Cerrito os melhores católicos da paróquia (DIOCESE DE LAGES, s.d., s.p.).

Nas anotações da primeira viagem de Dom Daniel, é mencionada a realidade da pobreza dos caboclos da região e sua fé e religiosidade. Nessa crônica, o monge João Maria (1911 – 1912), que foi um dos grandes líderes do movimento do contestado, é tratado como “profeta”, corroborando com a afirmação do próprio monge que se auto-intitulava “profeta” perante seus fiéis, o que poderia denotar um paradoxo por parte da Igreja Católica, já que o monge, que era seguido por um grupo tomado por um “misticismo” intenso, não era considerado um sacerdote católico, não estava autorizado pela Igreja a ministrar sacramentos e não tinha, ainda, o *status* de ser do clero oficial da Igreja Católica.

No entanto, deve ser levado em consideração, que, apesar disso, a capacidade do monge de ajuntar pessoas ao seu redor despertava a atenção da liderança da ICAR. O monge organizou uma comunidade religiosa que reagiu contra a situação de “injustiça” vigente no meio-oeste catarinense. O povo da região, que era mal assistido religiosamente, recebia o monge como santo e sacerdote. João Maria pregava o fim do mundo em 1000 anos, anunciando que o paraíso estava próximo. Como menciona Besen (2000, p. 58), “[...] Ninguém tinha medo de morrer, pois ressuscitaria após o combate final”.

Dessa forma, o desprezo total por parte da ICAR em relação ao legado da figura do monge João Maria poderia despertar uma revolta mais acentuada dos devotos ao monge contra a instituição. Uma vez que a Igreja considerava a conduta religiosa do monge e de seus seguidores desviada, proveniente da ignorância e da ausência de uma educação “correta”, cabia, no processo de recatolização, trazê-los, novamente, para a “luz” do “verdadeiro” cristianismo, que “somente” a ICAR poderia oferecer.

Tais aspectos poderiam justificar o tratamento dispensado ao monge, nos registros da ICAR, de forma a “reconhecer” a sua atuação, apesar da resistência da Igreja ao religioso.

Ainda quando da primeira viagem pastoral, Dom Daniel teve contato com o legado deixado pelo Frei Rogério Neuhaus, ao qual tinha grande admiração em razão do trabalho desempenhado pelo Frei para o avanço da Igreja Católica na região e fez questão de destacá-lo na primeira Carta Pastoral, transcrita no Livro Tombo nº 1 da Cúria Diocesana, datada em 13 de setembro de 1929:

Todos os franciscanos que trabalharam e trabalham ainda na vasta região do nosso Bispado merecem nossa gratidão e nosso reconhecimento. Sejamos, porém, permitido porem destacar de entre eles o nome de dois, a saber: o revdo Frei Rogério Neuhaus que durante mais de vinte annos desenvolveu um zelo inexcedível nos sertões de Lages, Curitybanos, Campos Novos e Porto União, e o Revdo Frei Solano Schmit que durante longo annos sempre alegre e bondoso, derramou, em sua profissão bênçãos e graças em suas viagens penosas através das mattas que se estendem até a fronteira argentina. Oxalá augmente-se sempre mais durante nosso Episcopado o numero desses dignos operários na vinha do Senhor! Oxalá nos seja dado conseguir, com o tempo, novos e fervorosos elementos, tanto do clero secular como regular. (LIVRO TOMBO DIOCESANO Nº 1, 1929, p. 7).

Frei Rogério teve atuação junto aos caboclos no período denominado Guerra do Contestado (1912 - 1916), quando os caboclos se reuniram em Taquaruçu, em 1913, após o combate de Irani, naquele mesmo ano.

Frei Rogério Neuhaus foi enviado a Taquaruçu para persuadir os caboclos a se dispersarem, pois esses seriam atacados pelas forças governamentais. No entanto, o Frei recebeu uma resposta apelando para o imaginário religioso: “Estamos debaixo da proteção da Virgem Maria, graças a Deus” (Apud SERPA, 1997, p. 75). Sachet comenta que Frei Rogério não teve êxito em sua missão:

No dia seguinte, já se conhece que os esforços do padre haviam fracassado. E até que ele fora mal recebido e obrigado a retirar-se, diante de ameaças de morte. O número de fanáticos é de 60 a 80 homens e todos estão dispostos a oferecer resistência se forem atacados pelas tropas do governo (SACHET, 2001, p. 109).

Frei Rogério Neuhaus foi um precursor do catolicismo romanizado e foi vigário de várias paróquias no planalto catarinense, preparando o território para os trabalhos do primeiro Bispo Diocesano e, por vinte anos, esteve percorrendo os territórios serranos até chegar a confrontar-se com o monge José Maria e seus seguidores, como menciona Costa:

Várias vezes, durante a “Guerra” do Contestado, arriscou a vida, enfrentou sozinho o monge José Maria e seus perigosos fanáticos, nos próprios covis onde se refugiavam das Forças locais. Numa ocasião, dezenas de jagunços chegaram a desembainhar os facões, porém Frei Rogério, com algumas palavras fê-los baixarem as armas com que ameaçavam trucidá-lo (COSTA, 1982, p. 349).

Sugestiva foi a participação de Frei Rogério Neuhaus no Contestado e, também, quando ergueu capelas em Rio Caçador, Rio das Antas, Perdizes, Rio Bonito, Herval, Rio Capinzal, Rio do Peixe, Rio Uruguai e Campos Novos. (FILIPPIM, 2001, p. 18).

A Guerra do Contestado trouxe, durante todo o processo de luta, exemplos flagrantes do imaginário religioso (SERPA, 1997, p. 71). Nessa abordagem, a visão religiosa é vista como fruto da ignorância cabocla, cabendo, agora, à Igreja Católica, colocar equilíbrio no “pêndulo” nessa região de guerra.

As viagens para o meio-oeste catarinense eram sempre penosas e desgastantes em virtude da topografia da região, totalmente acidentada, com grandes relevos. Para ir ao meio-oeste era mais fácil dirigir-se a Blumenau e, depois, de trem a mesorregião Oeste Catarinense (WIGGERS, 2007, p. 107). Nessa primeira viagem ao município de Cruzeiro, em 1930, Dom Daniel visitou a, recém-criada, Paróquia Santa Terezinha do Cruzeiro, conforme o seu primeiro decreto, emitido em 02 de janeiro de 1930:

Pelo presente Decreto, attendendo ao maior provento espiritual de uma porção de Nosso amado rebanho, depois de ouvida os parecer dos Revmos. Consultores diocesanos: Havemos por bem, usando Nossa jurisdição, crear uma parochia em território das freguezias do Senhor Bom Jesus de Palmas e de São João Baptista de Campos Novos, a qual se denominará Parochia de Santa Terezinha do Menino Jesus. Separamos

pois e desmembramos das referidas freguesias do Senhor Bom Jesus e de São João Baptista parte de seu territórios; transferindo-a para a nova Parochia, a qual canonicamente erigimos e instituímos, dando-lhe por limites as octuaes limetes civis do Município de Cruzeiro do Sul e dos districtos da Estação Herval e de São Sebastião do Herva Velho no Município de Campos Novos. [...] Erigimos em Igreja Matriz da nova parochia a Capella de Santa Theresinha do Menino Jesus, sita na Sede do Município de Cruzeiro do Sul, a qual, assim elevada, passa a ter todas as prerrogativas e privilégios que competem as igrejas matrizes. Pelo que deverá possuir um Sacrario, onde se conserve, com a devida decência, verdadeiro culto e profunda reverencia, o precioso thesouro do Santíssimo Sacramento da Eucharistia; alumiado, de dia e de noite, de acordo com as prescrições canônicas. Dado e passado nesta Episcopal Cidade de Lages, sob o Signal e Sello de Nossa Armas, aos 2 de Janeiro, data do nascimento de Santa Theresinha, de 1930 (LIVRO TOMBO DIOCENANO Nº. I, 1930, p. 13-14).

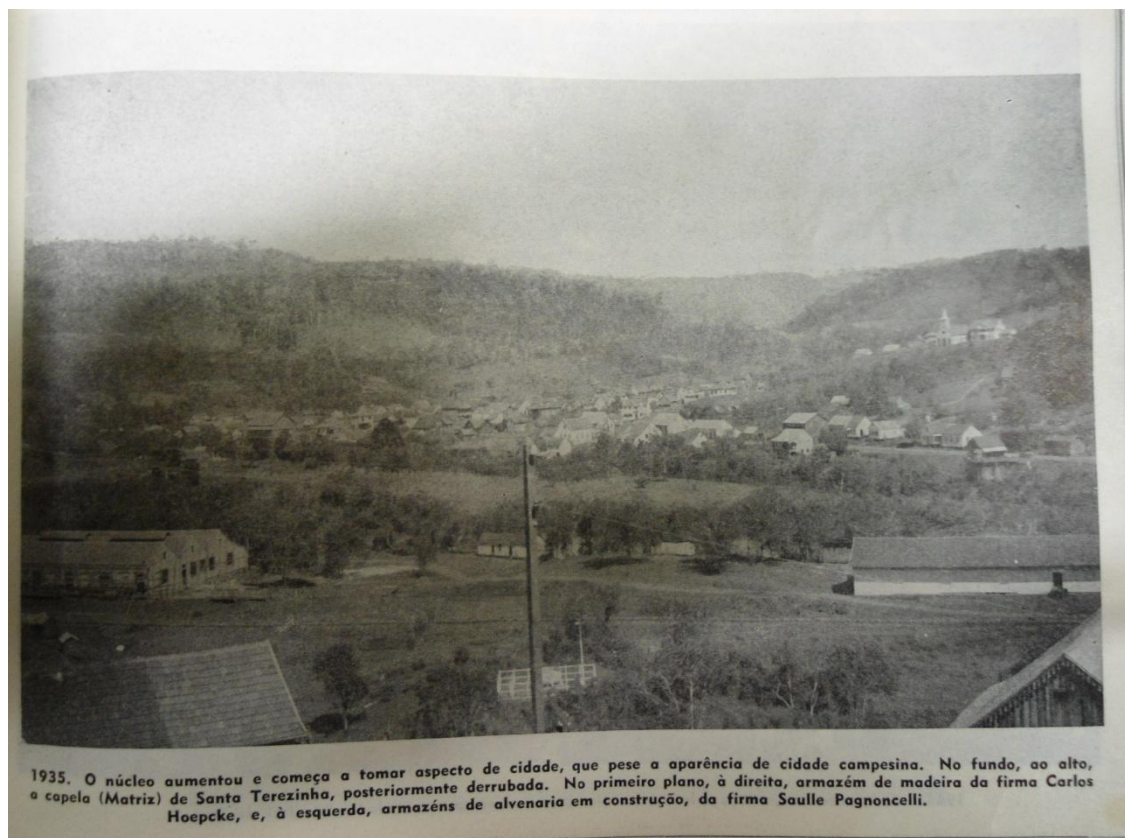
A nova paróquia abrangia até o território de Ponte Serrada e o Curato de Bom Retiro. Bom Retiro era centro dos franciscanos. O primeiro Pároco da recém-criada, paróquia foi Padre Frei Humberto, que era da Ordem Franciscana (1930 - 1932).

Apesar de Herval d'Oeste pleitear ser paróquia, uma vez que se fundou ali uma capela em 1924, é Cruzeiro do Sul, chamado de Joaçaba a partir de 1944, que, em 2 de janeiro de 1930, tornou-se a "Parochia de Santa Therezinha do Menino Jesus" (FILIPPIN, 2001, p. 21).

Vale destacar que o poder religioso, representado pela liderança da Igreja Católica, logo se prontificou a estabelecer alianças com a classe política da mesorregião Oeste Catarinense, uma vez que o prefeito do município Cruzeiro, eleito em 1926, Coronel Manoel do Nascimento Passos Maia (1927-1930), procurou atender aos interesses da Igreja Católica. Conforme o Jornal *Raízes Diário*, o Prefeito “abriu e alargou ruas e avenidas e angariou verbas para a construção da antiga Igreja Matriz” (Apud HALL, 2008, p.5).

Assim como a mitologia grega via o Monte Olimpo como a célebre “morada dos deuses”, o qual era reverenciado como ponto de adoração, o cristianismo, desde o seu início, também via nas montanhas ou em topos de colinas, locais apropriados para construir seus templos para adoração. Frade (2012, p. 21) comenta que templo é o sinal da proteção da cidade por parte da divindade. Por isso, deve ser construído no lugar mais alto da cidade, de onde possa ser vista sua edificação. Sendo assim, conforme retratado na fotografia a seguir, ao fundo, no alto da cidade, como forma de “proteção” para Joaçaba, ficava a Capela (Matriz) de Santa Terezinha, que foi derrubada posteriormente.

Figura 5 – Antigo Município de Cruzeiro, 1935. Atual Município de Joaçaba



Fonte: Álbum Comemorativo do Cinquentenário do Município de Joaçaba, 1967, p. 149.

No ano de 1936, o Coronel Passos Maia foi reeleito prefeito e uma de suas principais ações políticas foi, novamente, atender aos interesses da Igreja Católica, como menciona o Jornal *Raízes Diário*: “De maior destaque em sua gestão foi o início da construção do Ginásio Frei Rogério, em terreno comprado e doado pela Prefeitura” (HALL, 2008, p.6). Diferentemente da Igreja Católica, a escola da Comunidade Evangélica Luterana, na mesma época, iniciou as suas atividades no mesmo prédio de madeira em que eram realizadas as reuniões de atividades regulares da Igreja. Não foram encontrados registros que confirmam que as comunidades protestantes, assim como a ICAR, receberam apoio financeiro para as construções de suas capelas e escolas, sendo que, ao que parece, não receberam apoio financeiro por parte do poder público.

Até 1959, Dom Daniel comanda, pessoalmente, o avanço da recatolização na mesorregião Oeste Catarinense. No entanto, diante do avanço e crescimento da Igreja Católica na jurisdição da Diocese de Lages, Dom Daniel necessitou contar

com bispos adjutores. O primeiro deles foi Dom Afonso Niehues (1959 - 1965). Dom Afonso Niehues esteve visitando a região de Joaçaba, em 13 de maio de 1961, quando procedeu à benção de inauguração da Capela na Linha Caçadorzinho, evento que contou com a presença do Prefeito de Joaçaba - José Waldomiro Silva (1961 - 1966). Dom Afonso foi sucedido por Dom Honorato Piazero (1966 - 1973). Também exerceu o cargo de Bispo adjunto, Dom Carlos Schmidt (1971 - 1975), sobrinho de Dom Daniel. Dom Carlos foi transferido para Blumenau, como capelão do Hospital de Santo Antônio, em outubro de 1975 (COSTA, 1982, p. 374).

No período de 1940 a 1960, momento forte da atuação de Dom Daniel na restauração católica na região, foram os seguintes: os institutos religiosos de cunho formador de vocações que, na mesorregião Oeste Catarinense, estabeleceram-se por influência do Bispo de Lages; Seminário São João Batista, em Luzerna (1941); Ginásio Marista Frei Rogério, em Joaçaba (1943); Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas, em Joaçaba (1947); Seminário de Jaborá (1950); Vinda das Irmãs Salvatorianas (1952). O Bispo ainda criou inúmeras associações, tais como a Pia União das Filhas de Maria, em Cruzeiro, no ano de 1937, paróquias e realizou benzimentos de imagens e capelas (FILIPPIM, 2001, p. 23).

Em 1967, após 38 anos de trabalhos de Dom Daniel na Diocese de Lages, essa se apresentava da seguinte forma: 58 paróquias; 800 capelas; 90 sacerdotes; 500 irmãs; 50 estabelecimentos de ensino católico (FILIPPIM, 2001, p. 25). Em comparação ao quadro de 1929, percebe-se um expressivo crescimento no número de paróquias, de capelas e de religiosos. Isso corrobora com a afirmação de que Dom Daniel tinha grande empenho na vinda de institutos religiosos para fortalecer a obra da recatolização da jurisdição da Diocese de Lages.

Em toda a sua vida Dom Daniel Hostin foi considerado um líder da Igreja Católica e principal agente da recatolização da mesorregião Oeste Catarinense. Inicialmente, fez várias visitas pastorais, sendo dias e dias de viagem pelo interior, geralmente a cavalo, teve uma atuação missionária marcante. Durante seu episcopado foram emitidos diversos decretos, circulares e cartas pastorais, os quais nortearam a conduta do clero e dos fiéis da Igreja Católica na região, que serão explanados e analisados no próximo capítulo.

CAPITULO III

DOM DANIEL HOSTIN E A RECATOLIZAÇÃO DA MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE

O presente capítulo abordará a trajetória histórica da Igreja Católica na mesorregião Oeste Catarinense. A reconstrução do espaço promovida pelas companhias colonizadoras, já que esse era ocupado especialmente por populações caboclas, será um dos pontos em discussão neste capítulo. A atuação das empresas colonizadoras condicionou a organização socioeconômica e cultural na mesorregião Oeste Catarinense, em especial, com a implantação de um modelo centrado na pequena propriedade destinada à agricultura familiar, a qual, através de uma ampla campanha publicitária, era vendida aos colonos. Por fim, será feita uma análise acerca do processo de restauração católica na mesorregião Oeste Catarinense, que teve como protagonista o Bispo Dom Daniel Hostin, abordando sua atuação, a partir de documentos como cartas pastorais, avisos e decretos escritos pelo Bispo, visitas pastorais, comemorações e ações pastorais durante seu episcopado em Lages.

3.1 A COLONIZAÇÃO DA MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE E A INSTAURAÇÃO DO CATOLICISMO

O atual território da mesorregião Oeste Catarinense, como grande parte do interior brasileiro, permaneceu por longos anos sem ser ocupado de modo sistemático. Quando da chegada dos portugueses, em 1500, no território que passaria a se chamar Brasil, havia, na região que hoje conhecemos por Santa Catarina, habitantes de grupos indígenas, conforme aponta Santos (1973, p. 28): “No litoral, predominavam Tupi-Guarani, logo denominados de Carijó. No interior, nas floretas dos vales e da encosta e no planalto, viviam os Xokleng e os Kaingang, ambos integrantes do grupo linguístico Jê”. Sendo assim, nos territórios da mesorregião Oeste Catarinense havia a presença tão somente dos Xokleng e Kaingang.

A distância, associada à topografia acidentada e à ausência de adequado transporte para bens que poderiam ser produzidos, fizeram com que o território da mesorregião Oeste Catarinense ficasse descolonizado por brancos por mais de três séculos.

Essa região do meio oeste catarinense, antes da Guerra do Contestado, pertencia ao estado do Paraná e, em 15 de fevereiro de 1905, o governo do Paraná, por meio do Decreto nº 47, promoveu o povoamento junto às terras devolutas na margem do Rio do Peixe, com área de cerca de 12.000 hectares, sendo que tal situação só se alterou com o início da construção da estrada de ferro no Meio Oeste Catarinense (BILIBIO, 2017, p.33).

Um dos fatores que impulsionaram a colonização do oeste catarinense foi a construção da estrada de ferro ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul, cujas obras tiveram início em 1908, tendo como responsável pela construção do trecho catarinense, a empresa norte-americana *Brazil Railway Company*⁴⁶. A obra foi conhecida como “ferrovia colonizadora”.

Optou-se pela construção da ferrovia para bem mais ao oeste catarinense para resguardar o território de possíveis incursões por parte da Argentina, como comenta Heinsfeld:

O traçado da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, em Santa Catarina, poderia ter sido o mesmo dos “velhos caminhos do Gado” no Planalto Catarinense, aberto no século XVII, onde sugeriram os “pousos” que originaram cidades como Curitiba, Canoinhas e Mafra. Sobre o dorso do planalto as condições morfológicas do terreno facilitariam a construção. No entanto, esta ferrovia foi construída bem mais a Oeste. Localizando-se ao longo do Vale do Rio do Peixe, aproximava-se um pouco mais das incertas fronteiras do extremo Oeste, onde os limites estavam sendo contestados pela Argentina. Desta maneira, a ferrovia além de seguir a lógica da expansão econômica imperialista, tinha objetivos claramente estratégicos. Em caso de conflito armado, ela serviria para transportar tropas e material bélico, pois os caminhos para a região reclamada pela Argentina eram extremamente difíceis (HEINSFELD, 1996, p. 106).

⁴⁶ A *Brazil Railway Company* era de propriedade de Percival Farquhar, um americano que realizou diversos empreendimentos no Brasil. Essa empresa adquiriu a concessão para a construção da ferrovia que ligaria São Paulo ao Rio Grande do Sul. A empresa rapidamente expandiu seus interesses, controlando vários setores ferroviários em São Paulo e no Rio Grande do Sul, além de investir em frigoríficos, indústria de papel, extração de madeiras, negócios de colonização, etc. Formou um grande conglomerado, administrado no Brasil por Percival Farquhar (Apud RADIN, 2006, p. 62).

A área atual do oeste catarinense e parte do sudoeste paranaense foram, desde a chegada dos colonizadores europeus, disputadas por espanhóis e portugueses e, por força de vários tratados, esse território pertenceu de forma alternada a ambos. Em decorrência da independência do Brasil (1822) e da Argentina (1810), essa disputa teve continuidade, sendo somente resolvida em 1895, com arbitramento do presidente norte americano Grover Cleveland, que deu ganho de causa para o Brasil (BILIBIO, 2004, p. 18).

Ao término da construção da estrada de ferro no trecho entre União da Vitória e Marcelino Ramos, em 1910, totalizavam cerca de dez mil trabalhadores recrutados pela empresa construtora, sendo que a partir da conclusão, muitos se espalharam pela região e provocaram miscigenação entre a massa predominantemente masculina e as índias locais. Tal população levava uma vida bastante simples, cultivava a terra através de sucessivos desmatamentos, visando à subsistência (RADIN, 2001, p. 32-37). Vale destacar que, conforme Radin (2006, p. 30-45), essa região era também habitada pelos luso-brasileiros, que em geral se ocuparam com o extrativismo da erva-mate e com a criação de gado. Esse grupo passou a ser chamado de caboclo⁴⁷ (jagunço ou sertanejo). Assim como os povos indígenas, os caboclos não possuíam a mentalidade da propriedade privada da terra. Para os povos indígenas e para os caboclos a terra possuía o valor de uso e não de mercadoria. Esses caboclos eram provenientes das frentes expansionistas paulistas, remanescentes das revoluções Farroupilha e Federalista, fazendeiros, gaúchos e familiares de ex-trabalhadores da estrada de ferro (Apud WELTER, p. 12).

Essa população foi vista pelas autoridades e opinião pública como incapaz ou imprópria para o aproveitamento econômico do território. Por seu modo de vida, sua cultura e a sua forma de lidar com a produção, os caboclos foram representados como pessoas do sertão, preguiçosas, atrasadas, rudes, violentas e, em suma, inadequadas para promover o progresso da região, como imaginavam as autoridades (BILIBIO, 2017, p.48). Tal elemento humano, que habitava essa região,

⁴⁷ Utiliza-se o termo caboclo ao habitante pobre do meio rural, frequentemente o mestiço e, muitas vezes, o negro. O que o distingue é uma condição social e cultural; é o homem pobre, pequeno lavrador posseiro, agregado ou peão que praticava a economia de subsistência (MACHADO, 2004, apud RADIN, 2006, p. 32).

não era considerado proprietário das terras que ocupava, mas sim um posseiro, intruso, sem cultura e marginalizado. Os colonos, por sua vez, eram representados como trabalhadores, ordeiros, progressistas e mais preparados para difundir a “civilização”, a exemplo do que teria ocorrido nas antigas áreas das colônias do sul (BILIBIO, 2017, p.49).

Salienta-se que, quando se fala em colonização, reporta-se à relação de colonizadores e colonizados. O avanço do processo de colonização intensificou a apropriação privada da terra, fato que se constituiu em um novo modelo. Com ele, o modo de vida das populações nativas e tradicionais se enfraqueceu sobremaneira e o dos colonos foi firmando sua hegemonia (BILIBIO, 2017, p. 49).

A companhia norte-americana *Brazil Railway Company* recebeu como pagamento, sob forma de concessão, quinze quilômetros de cada lado da estrada, sem ser levada em conta qualquer posse anterior, legalizada ou não. Sendo assim, a estrada de ferro São Paulo-Rio Grande foi construída com muitas curvas e grandes voltas desnecessárias, com o propósito de aumentar a quilometragem e, conseqüentemente, o capital da Companhia, com terras que passavam para o seu domínio (HEINSFELD, 1996, p. 115). Além disso, a mesma empresa teve como subsidiária a *Brazil Development & Colonization* que iniciou a apropriação territorial, encontrando muitos proprietários e posseiros às margens da estrada de ferro. Perante tal situação, esses últimos foram desalojados. Foi então, a partir da construção dessa estrada, que cortou o estado catarinense ao longo de toda mesorregião Oeste Catarinense, que se iniciou o processo colonizador oestino (PIAZZA, 1983 apud WELTER, 2006, p. 9).

A empresa construtora da estrada de ferro reivindicou junto aos governos do Paraná e de Santa Catarina as terras que faltavam de sua concessão, feita em troca dos serviços da empresa na obra ferroviária. Cabe mencionar aqui que o governo paranaense, a partir de 1911, à revelia do governo catarinense, passou a expedir títulos (terrenos já demarcados em ambos os lados da ferrovia nas duas margens do Rio do Peixe) à companhia (WELTER, 2006, p. 12).

Diante desses fatos, o governo autorizou a venda, em grandes glebas, a particulares, das terras concedidas, para que se formassem empresas colonizadoras próprias. Perante isso é que a companhia construtora da ferrovia criou a subsidiária *Brazil Development and Colonization Company*, cedendo-lhe a maior parte das terras a que tinha direito.

Enquanto perdurou o movimento do Contestado (1912-1916), os programas de colonização da mesorregião Oeste Catarinense ficaram paralisados. No ano de 1917, o governador catarinense Filipe Schmidt (1914-1918) deu um impulso para que as regiões fossem ocupadas, criando os municípios de Cruzeiro (hoje Joaçaba) e Chapecó (WELTER, 2006, p. 13).

As empresas subsidiárias da construtora da estrada de ferro, além de passarem a implantar projetos de colonização diretamente, também passaram a transferir suas concessões a outras empresas colonizadoras que, naquele momento, estavam se estruturando no Rio Grande do Sul.

O processo colonizador, interessando o oeste do Estado de Santa Catarina, somente começou de forma intensa em 1920. Primeiramente, foram feitas concessões pelo governo do Paraná e, mais tarde, pelo governo catarinense (CEPA, 1990, p. 23). Até essa data, a região era povoada por caboclos e índios, os quais, com a colonização oficial, buscaram se instalar em locais mais distantes.

A empresa construtora da ferrovia repassou várias concessões a outras colonizadoras sul-rio-grandenses e boa parte delas mantiveram suas sedes naquele estado ou em cidades do interior. Algumas das empresas colonizadoras que atuaram na mesorregião Oeste Catarinense foram: Bertaso, Chapecó-Peperi Ltda, Mosele, Theodore Capele. Além dessas citadas, outras de importância menor atuaram na região (WELTER, 2006, p. 13).

Os donos das empresas de colonização no Rio Grande do Sul, diante da dificuldade em obter novas áreas para comercialização naquele estado, passaram a atuar na venda das terras “desocupadas” no oeste catarinense (RADIN, 2001, p. 71-73).

Ao se referir ao processo colonizador, impulsionado a partir de 1920, CEPA (1990) expõe:

Não chegou a caracterizar uma marcha para o Oeste. Pelo contrário, iniciou-se predominantemente no sentido sul-norte, com os primeiros núcleos instalando-se no Vale do Rio do Peixe e no Alto Uruguai; a partir daí, as frentes deslocavam-se tanto para o oeste quanto para o norte (CEPA, 1990, p.23).

Gaúchos e seus descendentes se fixaram no oeste catarinense, definindo o perfil cultural do habitante como “cataúcho”, uma mescla de gaúcho catarinense ao

lado do catarinense gaúcho, sendo mais forte e duradoura a tradição sulista dos gaúchos em hábitos alimentares e folclore tradicionalista (HACK, 2008, p. 41).

Sendo assim, a colonização em Santa Catarina e, em especial na mesorregião Oeste Catarinense, deu-se basicamente por (i)migrantes vindos do Rio Grande Sul no início do século XX. Essa emigração ocorreu em virtude da falta de terras para as famílias dos colonos, uma vez que as famílias iam crescendo e o sustento pela produção agrícola começou a ser ameaçado. As famílias, nesse período, não dispunham de métodos eficientes para o controle da natalidade e mantinham a visão de que filhos consistiam em uma fonte de mão de obra para o trabalho na lavoura, sendo para isso, necessária uma grande quantidade de filhos. Ocorre que os filhos dos colonos iam constituindo novas famílias e a necessidade de novas terras ficava eminente. Dessa forma, o excedente populacional e as dificuldades do mundo que os cercava fez com que as famílias migrassem. As companhias colonizadoras estimulavam entre os colonos a ideia de que morar em novas terras seria a possibilidade de encontrar um mundo melhor – a Cocanha (RADIN, 2001, p. 75-76). Com isso, iniciou-se a migração para o oeste catarinense.

Para corroborar com essa afirmação, Amantino Lunardi, em entrevista concedida ao professor Radim, em 2002, referindo-se às primeiras décadas da colonização no oeste catarinense, menciona que:

O colono do Rio Grande queria principalmente colocar os filhos, pois o objetivo dele, não era vir os velhos para cá. O objetivo do colono nosso era mandar os filhos para cá. As famílias eram muito grandes, não tinha mais lugar para eles e, o espaço lá, ficava pequeno, eles começavam a casar e, ficar todos em casa, não dava. Então diziam: vai lá para Ponte Serrada, lá nós temos uma colônia, temos duas colônias, vai você e fulano. Mais tarde com o empobrecimento deles no Rio Grande, eles começaram a vir com os filhos (Apud RADIM, 2006, p. 139).

Denota-se que a migração, em especial dos colonos sul rio-grandenses, foi, de certa forma, uma “migração forçada”. Várias são as matrizes teóricas que se debruçam sobre esse fenômeno. Para Gaudemar (1977), a migração está vinculada à mobilidade do trabalho, ou seja, à propriedade que todo homem possui de vender sua força de trabalho e se deslocar de acordo com as regras ditadas pelo capital:

A circulação das forças de trabalho é o momento da submissão do trabalhador às exigências do mercado, aquele em que o trabalhador, à mercê do capital e das crises periódicas, se desloca de uma esfera de atividade para outra; ou por vezes aquele em que sucede o trabalhador ser

“sensível” a toda variação da sua força de trabalho e da sua atividade, que lhe deixa antever um melhor salário (GAUDEMAR, 1977, p. 194).

Para Singer (1998, p. 30-37), a mobilidade no capitalismo é uma “mobilidade forçada”, em decorrência, de um lado, da introdução de relações de produção capitalistas que acarretam a expropriação de camponeses, além da decadência ou atraso tecnológico em determinadas áreas e a falta de terras, provocando a carência de trabalho e, de outro lado, da necessidade do trabalhador inserir-se em novas frentes. Assim:

As migrações internas não parecem ser mais que um mero mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta, em última análise, ao rearranjo espacial das atividades econômicas. Os mecanismos de mercado que, no capitalismo, orientam os fluxos de investimento às cidades e, ao mesmo tempo, criam os incentivos econômicos às migrações do campo à cidade, não fariam mais que exprimir a racionalidade macroeconômica do progresso técnico que constituiria a essência da industrialização. Tal industrialização, sem que as características institucionais e históricas dela tivessem qualquer papel na determinação daquele processo (SINGER, 1998, p. 31-32).

A migração interna é um processo social, determinado historicamente, segundo causas estruturais quase sempre de fundo econômico: “Dadas determinadas circunstâncias, uma classe social é posta em movimento” (SINGER, 1998, p. 152).

O processo de colonização da mesorregião Oeste Catarinense foi movido por fins mercantis, ao se desenvolver calcado na pequena propriedade familiar, como CEPA (1990), expõe:

Dividiam-se os lotes urbanos que formariam a sede dos distritos e delimitavam-se algumas pequenas chácaras ao seu redor. No interior os lotes coloniais a serem vendidos aos futuros colonos, eram demarcados com áreas entre 20 a 25 hectares, em geral 24,2 (10 alqueires paulistas), o que viria a caracterizar a área como “colônia”. Nas áreas que se prestavam as atividades agropastoris, eram demarcados lotes rurais de 100 a 1.000 hectares; estes, porém, tiveram pouca expressão, dadas as condições topográficas da região (CEPA, 1990, p.24).

Com a intenção, das companhias colonizadoras, de passar credibilidade aos interessados em adquirir terrenos e de lhes mostrar que a nova região a ser colonizada, no oeste catarinense, identificava-se com aquilo que era considerado “espaço civilizado”, várias eram as menções feitas à religião ou à existência de

igrejas nas colônias. Esse aspecto era comum em praticamente todos os anúncios. Dizia-se, por exemplo, da Colônia Bom Retiro, atual município de Luzerna, que nela os reverendos padres franciscanos, em breve, abririam um convento e um colégio. Dizia-se ainda que os núcleos coloniais já possuíam igreja e escola e reforçava-se a mensagem afirmando que já existiriam centenas de famílias italianas e alemãs em franca atividade de produção e progresso (RADIM, 2006, p. 102). No entanto, tornou-se desnecessário dizer que, conforme Radim (2006, p. 103) “se tratava de propaganda enganosa”.

Salienta-se que essa forma de colonização da pequena propriedade permitiu criar um sentimento comunitário e religioso. Isso porque os colonos organizaram sua vida social, em grande parte, em torno dessas comunidades religiosas. A religião constituir-se-ia em um dossel sob o qual as pessoas se sentiriam protegidas e tudo o que representasse uma ameaça a essa proteção deveria ser combatido. Em depoimento, um (i) migrante acrescenta: “ergamos a igreja, a igreja é o centro de cada civilização. Polenta e igreja: eis os princípios da civilização, onde falta uma ou outra, permanecem eternas selvas ou perpétua barbárie” (Apud RADIM, 2006, p. 169).

Em torno dessas comunidades ou vilas surgiram, por iniciativa dos moradores locais, igrejas, escolas, cemitérios, centros comunitários, etc. Tal prática se constituiu em importante fator de organização social, tendo em vista que a presença do Estado era pequena ou inexistente e ainda tardou em chegar. Sendo assim, os colonizadores replicaram o modelo das antigas colônias sulinas de (i)migrantes.

A percepção da importância da presença da Igreja era corroborada pela mensagem apresentada ao Congresso Representativo, pelo Coronel Antônio Pereira da Silva Oliveira, então Vice-governador, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina, em 22 de julho de 1925, ao manifestar-se que havia recebido com muita satisfação a criação da Diocese de Lages. Enaltecendo o significado desse feito, destaca que:

Não é possível deixar de reconhecer o alto valor e o incontestável prestígio das organizações católicas como forças civilizadoras. A palavra do missionário, quanto mais freqüente se fizer ouvir, a igreja e a escola, quanto mais numerosas se erguerem, espalhará por toda parte, até nossos sertões, os sãos princípios da educação moral, [...] como indispensável ao Brasil, por

ser um elemento de felicidade, de progresso, de espírito de disciplina, de civismo e de solidariedade para qualquer povo (Apud RADIM, 2006, p. 169).

Essa manifestação demonstra uma postura diferente daquela adotada quando da separação entre Igreja e Estado por força da primeira Constituição Republicana, em 1891. Mesmo que, inicialmente, tenham havido alguns conflitos em âmbito federal, percebe-se que no âmbito estadual não tardou para que houvesse uma reaproximação entre essas instituições.

Como já mencionado anteriormente, as empresas colonizadoras, através de seus empresários, sabiam da importância do significado que a igreja e a escola possuíam, em especial, junto aos potenciais compradores das antigas colônias sulinas. Radim (2006, p. 171) comenta que “ao discutir a publicidade realizada pelas companhias colonizadoras, era possível perceber que a terra à venda permitiria aos emigrantes continuarem vivenciando os valores de sua religião”. Por isso, a existência de igrejas nas novas colônias poderia, e muito, facilitar a realização dos negócios com esses compradores.

Sendo assim, muitas companhias providenciavam a construção de igrejas ou articulavam tais construções junto às comunidades, ou ainda, junto ao próprio bispado. Isso pode ser percebido na criação da Paróquia de Ponte Serrada, onde fica evidente o interesse dos empresários da colonização, que buscaram junto ao Bispo de Lages, Dom Daniel Hostin, apoio para a sua criação:

Este terreno foi negociado pela empresa com o bispo de Lages D. Daniel Hostin, em troca de mil dúzias de madeira de primeira, para que pudessem trazer uma paróquia para cá. O comendador deu mil dúzias de madeira em Lages, para a Diocese, mais quatro chácaras de terra e dez lotes na cidade, aqui em Ponte Serrada, isso tudo de presente, para que a paróquia se instalasse aqui; essa era uma das coisas que mais impedia, ‘tem igreja, tem padre’, o colono vinha se não tinha igreja e padre o colono não vinha. [...] Esta medida de trazer igrejas e padres para a região foi de iniciativa da própria colonizadora para atrair mais compradores. O bispo topou e começou a vir os padres... [...] Eles construíram, ficaram com os terrenos, o bispo deu toda a cobertura. Se não tivesse padre os colonos gaúchos, os nossos migrantes italianos não vinham, tanto é que uma das primeiras coisas que a empresa teve que fazer foi negociar com o bispo a vinda de um pároco, a criação da paróquia. Aí ele impôs: terreno para construir a paróquia, terreno para morar as irmãs, naquele tempo às irmãs tinham que vir, essas vieram de São Paulo, e mil dúzias de madeira para ajudar a Diocese que passava por dificuldade. Então os caminhões aqui carregavam e entregavam aonde o bispo pediu. Então a empresa escriturou em nome da Diocese quatro chácaras e oito terrenos bem no centro. Terrenos para a construção da paróquia, da casa das irmãs e dos padres. Aí começou, quando os colonos souberam que tinha padre, vieram (Apud RADIM, 2006, p. 172).

Através desse relato, percebe-se a articulação de Dom Daniel em negociar com as companhias colonizadoras, visando sempre aos interesses, não somente da comunidade católica local, mas também da comunidade católica na circunscrição da Diocese de Lages, com isso, procurando aumentar o patrimônio da Igreja através da aquisição de doações de terrenos por parte das companhias. Dom Daniel utilizou-se também da necessidade de presença da Igreja nas colônias que era vantajosa para os negócios das companhias e, com isso, aproveitou a oportunidade para fazer com que a Igreja Católica avançasse em sua presença na região oeste, aumentando, assim, sua hegemonia na região.

No Livro Tombo da Paróquia de Ponte Serrada (1924 a 1938) está registrada a visita do Governador do Estado, Adolfo Konder, em 1929, o qual “visitou as zonas inóspitas de Ponte Serrada”. Acrescenta ainda: “tudo ia bem. Só uma coisa faltava. Onde e como poderiam obter um sacerdote para celebrar uma santa missa?” (Apud RADIM, 2006, p. 172). Percebe-se a preocupação do governador catarinense, que via a necessidade eminente da presença da instituição religiosa, no caso, da Igreja Católica, na colônia. A presença da Igreja nas colônias era compreendida como base de um movimento cultural e civilizador.

Sendo assim, a companhia colonizadora, com o apoio de Dom Daniel e dos colonos, empenhou-se em construir a nova Igreja em Ponta Serrada, como é mencionado na crônica no Livro Tombo da Paróquia que, na fase de sua construção, recebeu a visita pastoral do Bispo, o qual pôde ver os andamentos dos trabalhos:

A Companhia De Carli, com grande magnanimidade ofereceu de graça o terreno, o sino e a madeira para a construção. Cobravam coragem. Deus abençoe o grande esforço desses bons católicos de Ponte Serrada. Em 1935, no dia 27 de janeiro, houve visita pastoral de Dom Daniel Hostin, Bispo de Lages. A igreja nova estava apenas começada. [...] ao cabo de dois meses a igreja estava pronta (Apud RADIM, 2006, p. 172-173).

Nessa crônica é mencionado que a companhia cobrava “coragem” dos colonos para a construção da Igreja. Com essa “coragem”, a empresa colonizadora esperava, especialmente, a possibilidade da conclusão da construção da igreja e, com isso, acelerar a venda das terras, visando sempre ao aumento de seus lucros.

As companhias colonizadoras, motivadas pela ideologia capitalista, que tem como objetivo final o lucro com a venda terras, não somente ajudavam no avanço do

catolicismo em suas colônias, mas também auxiliavam na edificação de igrejas nas comunidades luteranas, como pode-se observar no relato do Pastor Schultz:

No dia 26 de Janeiro de 1917, o terreno que a companhia colonizadora Hacker doou aos evangélicos de Luzerna, foi entregue oficialmente ao Sínodo Riograndense. Destaca que naquele ano, o número de membros da nova comunidade havia chegado a 50 e, com a contribuição anual de cada um, mantinha-se também a escola, que contava com 28 alunos (Apud RADIM, 2006, p. 174).

Com base nesse relato, percebe-se que as companhias colonizadoras nem sempre tinham preferências religiosas, sendo o objetivo ter-se uma igreja para os devotos da colônia, independentemente da denominação religiosa. No entanto, a Igreja Católica buscava manter sua hegemonia, tanto junto às empresas colonizadoras, quanto nas colônias. Na sede do atual município de Tangará, a capela provisória que havia sido levantada em um local da parte baixa da vila despertava um “complexo de inferioridade”, quando comparada com as paróquias que surgiam nas localidades vizinhas, ou com a igreja da comunidade protestante, construída em local elevado. Para enfrentar essa situação, Radim (2006, p. 174) comenta que “o padre solicitara o apoio do representante da colonizadora, no sentido de defender que a construção da igreja se desse na parte alta da cidade”. Com esse intuito, o padre fez um discurso na missa campal e ao final comentou que: “Ao que parece fomos bem sucedidos” (Apud RADIM, 2006, p. 174).

Como prova da proximidade de Dom Daniel com as companhias colonizadoras do oeste catarinense, na primeira visita pastoral de Dom Daniel Hostin ao distrito de Concórdia (hoje, município de Concórdia), em 1930, o Bispo destaca que durante todo o tempo de sua permanência no lugar, teria recebido “a mais atenciosa hospedagem por parte da benemérita Empresa Colonizadora Mosele, Eberle, Ahrons e Cia., com as provas da veneração e com carinho da população” (Apud RADIM, 2006, p. 174-175).

Ao analisar esse cenário da colonização da mesorregião Oeste Catarinense, percebem-se as características dessa colonização como sendo as da frente pioneira. Ao falar sobre frente pioneira, Golin menciona que essa “tenciona uma “nova sociabilidade”, fundada em novas formas de produzir, em alterações de mercado e nas relações sociais” (GOLIN, 2015, p.31).

Assim, o movimento da frente pioneira reflete a expansão geográfica do capitalismo, tendo como ponto fundamental a nova relação que se estabelece com a propriedade privada da terra:

O ponto chave da implantação da frente pioneira é a propriedade privada da terra. Na frente pioneira a terra não é ocupada, é comprada. Desse modo, a renda da terra se impõe como mediação entre o homem e a sociedade. A terra passa a ser equivalente de capital e é através da mercadoria que o sujeito trava as suas relações sociais. Essas relações não se esgotam mais no âmbito do contato pessoal. O funcionamento do mercado é que passa a ser o regulador da riqueza e da pobreza. A alienação do produto do relacionamento faz com que as expectativas reguladoras do relacionamento sejam construídas de conformidade com as objetivações da sociedade capitalista (MARTINS, 1975, p. 47).

A respeito da mobilidade geográfica, Harvey comenta:

Toda forma de mobilidade geográfica do capital requer infraestruturas espaciais fixas e seguras para funcionar. As migrações seriam, do ponto de vista do processo de desenvolvimento capitalista, condições necessárias à circulação inconstante do capital no espaço e sua acumulação efetivamente. (HARVEY, 2005, p.148).

Ocorre, portanto, com a expansão da frente pioneira sobre a frente de expansão, toda uma mobilidade de infraestruturas para subsidiarem e apoiarem a reprodução do capital e sua circulação. Nesse sentido, para Harvey (2005, p. 148-150), as migrações seriam do ponto de vista do processo de desenvolvimento capitalista, condições necessárias à circulação constante do capital no espaço e sua acumulação. Sendo assim, a frente pioneira “é constituída pela forma empresarial e capitalista de ocupação do território – é a grande fazenda, o banco, a casa de comércio, a ferrovia, a estrada, o juiz, o cartório, o Estado” (MARTINS, apud MICHELETTO, 2003, p. 79) e, por que não a Igreja, como agente mantenedora e consolidadora deste *status quo*?

Os sistemas simbólicos, assim, são criados pela frente pioneira, resultando nas estruturas dos poderes dominantes compostos pela Igreja e o Estado, que constroem uma dada realidade na fronteira para atender a um determinado fim: é estabelecido um sentido imediato de mundo para a manutenção de uma ordem para a reprodução ampliada do capital. Nas palavras de Bourdieu (1998, p. 10): “os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social [...] eles tornam

possível o consensus acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social”.

Nesse sentido, na frente pioneira os elementos de poder simbólico são estabelecidos para legitimar uma ordem dominante produzida por uma classe dominante. A ordem material, isto é, das infraestruturas fixadas na frente pioneira, é concomitantemente estabelecida por um poder simbólico que ganha e expressa sentido através das ideologias externadas pelos detentores dos meios de produção. Assim:

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a potência dominante espiritual. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles a quem são recusados os meios de produção intelectual está submetido igualmente à classe dominante. Os pensamentos dominantes são apenas a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas sob a forma de idéias e, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; dizendo de outro modo, são as idéias do seu domínio. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem entre outras coisas uma consciência, e é em consequência disso que pensam; na medida em que dominam enquanto classe e determinam uma época histórica em toda a sua extensão, é lógico que esses indivíduos dominem em todos os sentidos, que tenham, entre outras, uma posição dominante como seres pensantes, como produtores de idéias, que regulamentem a produção e a distribuição dos pensamentos da sua época; as suas idéias são, portanto, as idéias dominantes da sua época (MARX; ENGELS, 1987, p. 29).

Destarte, se as ideias de uma classe dominante são as ideias de uma época, as ideias que dominam a fronteira são as ideias de uma(s) classe(s) dominante(s) de determinada(s) época(s). Essas ideias vêm do poder político, econômico e dos símbolos, isto é, das estruturas criadas para legitimar e afirmar o poder dessa classe sobre os outros indivíduos. Portanto, é nesse contexto que são estabelecidas as relações de poder das classes dominantes na frente pioneira. Aliado a isso, para Martins (1975, p. 75): “é nessa frente que surge em nosso país o que se chama hoje, indevidamente, de pioneiro”. Para o autor, esses sujeitos são, na verdade, os pioneiros das formas sociais e econômicas da exploração e dominação vinculadas às classes dominantes e ao Estado. Assim, essa frente pioneira é essencialmente exploratória, pois está organizada socialmente sobre relações de compra e venda, inclusive, da força de trabalho.

Isto posto, percebe-se que a presença do clero foi intensa junto às colônias de (i) migrantes europeus na mesorregião Oeste Catarinense: com sua atuação na

catequese, distribuição dos sacramentos, organização da Igreja local e operando como elemento construtor da identidade religiosa do (i)migrante, uma vez que, agora, o clero trazia consigo a fé recatolizadora, tridentina, romanizada, que era muito diferente do catolicismo praticado entre a população cabocla. Essa presença do clero, com a liderança marcante de Dom Daniel Hostin, fez com que a Igreja Católica se tornasse muito marcante na região, a partir da criação da Diocese de Lages.

3.2 AS AÇÕES DE DOM DANIEL HOSTIN NA MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE

Várias foram as intervenções de Dom Daniel Hostin na mesorregião Oeste Catarinense e a sua atuação foi decisiva para a implantação do modelo tridentino na região, o que muito contribuiu para o processo de recatolização. Durante o período de sua atuação, foram intensos os trabalhos espirituais que difundiram os sacramentos do batismo, crisma e matrimônios. Assim, cumpre ressaltar que a Igreja Católica esteve presente em várias entidades comunitárias, exercendo importante papel nas localidades. Entre as estratégias de intervenção de Dom Daniel, estão as cartas pastorais, visitas pastorais e ações pastorais do Bispo, que serão analisadas a seguir. Essas intervenções estratégicas institucionais de Dom Daniel viabilizaram o fortalecimento da Igreja Católica na região oeste e, com isso, o fortalecimento do poder simbólico e, até mesmo, real que o clero exerceu no período de seu episcopado na sociedade do planalto serrano e oeste catarinense.

3.2.1 As cartas pastorais, ofícios circulares e avisos.

Dentre as diversas cartas pastorais emitidas por Dom Daniel Hostin ao longo de seu episcopado, proceder-se-á à análise do discurso de parte delas, a fim de compreender a atuação do Bispo. Em sua primeira Carta Pastoral, Dom Daniel escreveu, na ocasião de sua posse em 1929, cujo conteúdo foi direcionado a todos os sacerdotes e fiéis da nova Diocese. Em sua carta, ele menciona que desde criança teve o desejo de seguir na vida clerical: “Desde os olhares de nossa infância,

nos sorria o bello e nobre ideal de consagrar-nos a Deus, um desejo vivo e irresistível attahia nosso coração para a vida religiosa” (LIVRO TOMBO DIOCESANO Nº 1, 1929, p. 1). Ele menciona que era órfão de pai quando foi para a ordem franciscana: “Orpham de pae, a dor e a saudade que invadiram o nosso coração ao separarmos-nos de nossa querida e carinhosa mãe” (LIVRO TOMBO DIOCESANO Nº1, 1929, p. 1).

Como prova de sua autoridade clerical, menciona que essa autoridade foi-lhe imputada pelo “representante” de Deus na terra: o Papa: “Pela voz de seu representante na terra, Sua Santidade o Papa Pio XI, gloriosamente reinante, escolheu-nos para reger os destinos da nova Diocese de Lages que abrange o vasto e importante Oeste do Estado de Santa Catharina” (LIVRO TOMBO DIOCESANO Nº 1, 1929, p. 3). Nessa fala de Dom Daniel depreende-se que o termo “importante” a que refere ao oeste catarinense pode reportar a atenção que o Bispo daria a essa região, fato a ser comprovado em suas ações, que serão descritas no decorrer do trabalho.

Dom Daniel, nessa carta, deixa claro o poder simbólico do Papa, mencionando que o Pontífice era sucessor do apóstolo Pedro, sendo que apesar do apóstolo ter morrido no início era cristã, o seu poder havia sido passado para o Bispo de Roma, o Papa. Dom Daniel reforça isso, com a seguinte referência:

Pedro não morreu! quer dizer que o papado há de sobreviver a todos a todas as vicissitudes dos tempos, ha de existir até a consummação dos séculos [...] Não, Pedro não morre nunca! Elle continua a viver em Lino, em Cleto, Leão XIII, em Pio X, em Bento XV em Pio XI. Todos elles recae na plenitude de sua força a affirmação de Jesus Cristo (LIVRO TOMBO DIOCESANO Nº1, 1929, p. 4-5).

Com essa afirmação, Dom Daniel estava reforçando que o Papa era o “chefe visível” da Igreja Católica, corroborando com a ideia de que a ICAR era a “única” Igreja detentora dos meios de salvação, pois somente o Papa “dissipa os negrumes de heresia, guia através das tormentas que avassalam nossa vida, conduz-nos ao porto almejado” (LIVRO TOMBO DIOCESANO Nº 1, 1929, p. 5).

Dom Daniel procurou reforçar para sacerdotes e fiéis da ICAR a nova prerrogativa dogmática consolidada no Vaticano I (1869-1870), referente à infalibilidade papal, quando menciona que:

a dignidade do Papa é a maior do que toda a dignidade da terra, seu poder é supremo [ilegível] e absoluto sobre todas os Pastores e fieis, seu ensino, quando define verdades que se referem a fé e aos costumes é infallível. [...] O S. Padre, portanto é digno de nossa veneração [...] sujeição e obediência recebendo humildemente suas leis e mandamentos, e executando-os com maior diligencia possível, obedecendo fielmente seus avisos e desejos como nos manda o Concilio Plenário Latino Americano (LIVRO TOMBO DIOCESANO Nº 1, 1929, p. 4).

Dom Daniel, nessa Carta Pastoral, reporta-se às diretrizes do Concílio Plenário Latino-Americano (1899) que colocou a ICAR de toda a América Latina sob a mesma égide doutrinária e hierárquica, confirmando, assim, que agora o episcopado brasileiro estava totalmente alinhado com a Santa Sé e que o Bispo de Lages buscaria colocar em prática as decisões obtidas desse Concílio em seu ministério.

Como prova de sua veneração ao Pontífice, Dom Daniel conclama a todas as paróquias sob sua jurisdição a venerarem o “Dia do Papa”. Nesse dia, os fiéis deveriam com “generosas contribuições pecuniárias auxiliar as obras sem número que cobrem de benefícios a superfície de nosso planeta e que Roma tem a sua origem garantida” (LIVRO TOMBO DIOCESANO Nº 1, 1929, p. 4). O “Dia do Papa” foi instituído através do ofício circular nº 4 e deveria ser celebrado no dia 29 de julho de cada ano ou no domingo seguinte (LIVRO TOMBO Nº 1, PARÓQUIA SANTA TEREZINHA, 1930, s.n).

Dom Daniel ainda, em outro registro, menciona como deveriam ser as celebrações do “dia do Papa”:

1) Missa com cânticos e comunhão geral dos fieis na intenção do Santo Padre e pregação sobre a constituição e direitos da Igreja, sobre o Papa e os nossos deveres para com Ele, etc. 2) Collecta em todas as Igrejas e Capellas à estação de todas as missas, actos religiosos e reuniões desse dia, integralmente destina ao [ilegível] São Pedro. 3) Bênção com o Santíssimo Sacramento com preces pelo [ilegível] Pontífice. 4) Distribuição de folhetos com impressos doutrinários a respeito do Papa (LIVRO TOMBO DIOCESANO Nº01, 1932, p. 45).

O “Dia do Papa”, além do objetivo de reconduzir os fiéis à veneração do Pontífice, tornou-se uma importante ferramenta para aumentar a arrecadação de recursos por parte da ICAR para ajudar na manutenção das missões católicas pelo mundo e consistiu em uma importante estratégia para o processo de recatolização dos fiéis da região sob a jurisdição da Diocese de Lages. Através dessa estratégia,

buscava-se aproximar ainda mais os fiéis dos dogmas católicos e da autoridade papal e, dessa forma, afastá-los da prática do catolicismo popular.

Em sua primeira carta, o Bispo ainda reforça a instituição familiar, reconhece o número reduzido de sacerdotes, tanto no Brasil quanto em sua Diocese e preza pela ordem na sociedade vigente. Menciona que há uma necessidade de arregimentação do clero brasileiro, uma vez que há vários sacerdotes de outros países, faz menção a esses sacerdotes estrangeiros registrando que muitos são da ordem franciscana e que devem ser reverenciados por deixaram seus países para virem exercer o sacerdócio em Santa Catarina e, em especial, no planalto catarinense. Apesar disso, o Bispo vê a necessidade da formação de um clero nacional, sendo que para a formação de tal clero, seria fundamental a criação de seminários. Para isso, Dom Daniel contou com o auxílio do Papa. O Bispo ainda faz menção a doutrinas errôneas que estariam sendo praticados entre os católicos e alerta os fiéis, em especial, os emigrantes, para terem cuidado com os emissários norte-americanos. Ele termina sua Carta Pastoral fazendo menção a agradecimentos ao Cardeal Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti e seu Arcebispo Coadjutor, Dom Sebastião Leme (LIVRO TOMBO DIOCESANO DE LAGES Nº 1, 1929, p. 7-8). Percebe-se que Dom Daniel, ao citar o Cardeal e seu Coadjutor, demonstra seu respeito à hierarquia clerical. Além disso, os projetos do futuro Cardeal Dom Leme, para a ICAR, permearão as ações de Dom Daniel.

Foi através da sua primeira Carta Pastoral que Dom Daniel apresentou ao clero e aos fiéis seu programa de governo, deixando claras as suas principais preocupações, quais os direcionamentos que estava propondo para estruturar seu governo diocesano e que estava em pleno alinhamento com a Santa Sé. Esses escritos comprovam sua postura ultramontana e que muitas seriam suas frentes de trabalho.

Em sua segunda Carta Pastoral, emitida em 15 de agosto de 1930, ele faz vários agradecimentos às “attenciosas finezas e deferencias por parte do Clero, das Autoridades civis e de todas as classes da sociedade” (LIVRO TOMBO DIOCESANO Nº1, 1930, p. 16). Essa descrição demonstra as boas relações que Dom Daniel mantinha com a sociedade civil e com elites locais. Ele menciona que, ao visitar algumas localidades, teve conhecimento sobre alguns missionários estadunidenses que estavam desenvolvendo evangelismo na região. Referindo-se aos missionários, o Bispo diz o seguinte:

Uma grande mágoa, porem, nos amargura o coração, irmãos e filhos dilectissimos. É vermos o sectarismo norte-americano assentar furibundo contra a nossa muita amada Diocese, as besteiras de seus erros perniciosos. Oh! Como é triste e como doe ver o rebanho querido, confiando a nossa sollicitude, traiçoiamente agredida pelos lobos vorazes e não disparamos sentinellas de sarcedotes suficientes para enfrentarem e impedirem a invasão dos propagadores do falso evangelho. Essa propaganda nefasta desenvolvida com tanta actividade, pelos emissários norte americanos auxiliados por infelizes renegados nacionais, constitui um perigo emminente a nossa santa fé (LIVRO TOMBO DIOCESANO Nº1, 1930, p. 17).

Os “lobos vorazes” a quem Dom Daniel se refere, tratam-se dos missionários presbiterianos estadunidenses ⁴⁸ que se instalaram na mesorregião Oeste Catarinense ainda no século XIX. Dom Daniel alerta sua comunidade católica a respeito de tais missionários, reproduzindo, em sua Carta Pastoral, um discurso do estadunidense Alfredo Holman, “os pastores protestantes norte americanos são a maior calamidade para os Estados Unidos e a America Latina e que podem produzir os maiores conflitos” (LIVRO TOMBO DIOCESANO Nº 1, 1930, p. 17). Os presbiterianos divergem, em doutrina, em várias partes dos dogmas católicos (adoração a santos, guarda do domingo como dia santo, batismo por aspersão, etc.). Sendo assim, a própria mensagem doutrinária presbiteriana era uma afronta aos dogmas católicos, gerando certo conflito de doutrinas que levariam à confusão doutrinária entre os fiéis católicos que recebiam essa mensagem dos missionários presbiterianos.

A Igreja Católica, com a missão de recatolização do oeste catarinense, não estava disposta a admitir concorrência e nem admitia os ensinamentos protestantes, sendo que até mesmo a Bíblia protestante, oriunda da reforma religiosa do século XVI continha 66 livros aceitos pela ICAR, enquanto a Bíblia católica, 73 livros, incluídos 7 livros apócrifos. Para reafirmar a Bíblia católica entre os católicos, Dom Daniel instituiu através do ofício circular nº 184, o “Domingo da Bíblia”, que deveria

⁴⁸ Os presbiterianos vindos para Santa Catarina, como pioneiros, até a década de 1960, eram estadunidenses. O primeiro missionário prebisteriano a chegar no oeste catarinense foi George Luverno Bickerstaph, que realizou várias visitas, a partir de 1898, na região de Xanxerê. O campo missionário de Bickerstaph começava em Castro, no Paraná, e avançava pelo Vale do Rio do Peixe. Em seus relatos pastorais, Bickerstaph informa que visitou até dezoito pontos evangelísticos, passando por Herval, Capinzal, Campos Novos, Limeira, tendo alcançado Xanxerê. O presbiterianismo em Xanxerê chegou antes mesmo que a Igreja Católica, no nascente povoado que teve sua Igreja organizada em 1907. O missionário Bickerstaph estabeleceu o primeiro núcleo presbiteriano no Vale do Rio do Peixe, em 1924. Em 1932, na vila do Herval, a família Wrigth se instalou como os primeiros missionários presbiterianos (HACK, 2008, p. 46-54).

ser celebrado em todas as paróquias, no último domingo do mês de setembro (LIVRO TOMBO DIOCESANO Nº 1957, p. 59). Diante disso, percebe-se que o processo de recatolização não foi plenamente pacífico e vários foram os confrontos com os protestantes, em especial, com os presbiterianos, havendo confronto mútuo entre os dois grupos de religiosos. No Livro Tombo da Paróquia Santa Terezinha, de Joaçaba, encontramos algumas menções a essa rivalidade, por exemplo, no relato de Dom Daniel acerca da cerimônia de inauguração do Colégio Católico Cristo Rei, no município de Cruzeiro (atual Joaçaba), em 1935:

No dia 10 de fevereiro de 1935, em outra visita de D. Daniel Hostin, era benzido o Colegio Cristo Rei, tendo discursado antes o advogado dr. Custódio de Campos. Frei Pio Fokler tornou-se benemérito da Santa Religião pela fundação do Colégio Cristo Rei e pela heroica resistência que após à investida diabólica dos presbiterianos (LIVRO TOMBO Nº 1 PARÓQUIA SANTA TEREZINHA apud HACK, 2008, p. 69).

Outro episódio constante nos registros da ICAR refere-se à ocasião em que a Igreja Presbiteriana buscou ajuda para a construção de um posto de puericultura⁴⁹ no distrito de Herval, em 1943: “proibiram os católicos o apoio desta obra que significaria um novo laço armado para iludir os incautos e tornar simpática a funesta seita herética [...] grande maioria suspendeu o seu apoio” (LIVRO TOMBO Nº 1 PAROQUIA SANTA TEREZINHA, 1943 apud HACK, 2008, p. 70). Percebe-se que a liderança da ICAR do distrito de Herval e município de Joaçaba estava preocupada com a construção do posto de puericultura, pois, para os líderes tratava-se de uma estratégia para conquistar a simpatia da sociedade, sendo que o estabelecimento seria ainda um ponto de pregação das doutrinas presbiterianas para as pessoas que buscariam atendimento no local. Por essas razões, a liderança da ICAR vetou a participação de seus fiéis nas doações.

No mesmo ano (1943), quando a pequena escola presbiteriana, localizada na Vila Herval (atual município de Herval d'Oeste), encerrou suas atividades por dificuldades financeiras, a liderança da ICAR assim se pronunciou: “a Escola Presbiteriana resolveu fechar as suas portas e finalizar a sua miserável existência”

⁴⁹ A puericultura é uma especialidade médica pertencente à pediatria, que engloba um conjunto de noções e técnicas de saúde, através de cuidado médico, higiênico, nutricional, psicológico, etc. Essa especialidade de desenvolvimento infantil vai desde a gestação até a adolescência. Disponível em: <https://www.portalsaofrancisco.com.br/biologia/puericultura>. Acesso em: 24 fev. 2020

(LIVRO TOMBO Nº 1 PAROQUIA SANTA TEREZINHA, 1943 apud HACK, 2008, p. 71).

Um das denominações protestantes da região afetadas diretamente pela ação de Dom Daniel no processo de recatolização no período de 1920 a 1960, conforme os registros encontrados, foi o presbiterianismo. Não foram encontrados registros de outras denominações que tenham sofrido interferência da Igreja Católica durante esse período. Verificou-se que a Igreja Luterana teve boa convivência com a liderança católica, em virtude de grande parte dos membros daquela igreja serem influentes na sociedade da mesorregião Oeste Catarinense, na época, além de se tratar de uma comunidade fechada da colônia alemã. O luteranismo está ligado ao fenômeno da (i)migração alemã que ocorreu nessa região nas primeiras décadas do século XX. Em entrevista a Carlos Rodrigues (2011), Lebkuchen ⁵⁰ comenta:

A igreja luterana tinha um bom convívio com a católica nesse período (1940 a 1960). Nós nos dávamos bem. [...] tinha um coral lá em Capinzal. Lá eles pediram pra eles (luteranos) fazerem um programa de natal na igreja católica. Depois que passou o programa todo o padre foi dar os parabéns para eles. O padre falou que ele nunca tinha visto um programa de natal como aquele [...] (Apud CARLOS RODRIGUES, 2011, p. 37).

A Igreja Adventista do Sétimo Dia foi fundada no atual município de Joaçaba, no ano de 1939. Tratava-se de uma comunidade pequena e sem grande influência na sociedade local. Com relação ao posicionamento da Igreja Adventista do Sétimo Dia e sua relação com a comunidade católica no período estudado, conforme Mignoni,⁵¹ em entrevista concedida a Carlos Rodrigues (2011), comenta:

A nossa igreja era pequena. Alguns membros moravam no interior de Joaçaba. O pastor dificilmente vinha para cá e naquele tempo não foi realizado nenhum evangelismo como é feito hoje. Geralmente os batizados eram filhos de famílias já adventistas e como nossa igreja era pequena e de madeira, nós tínhamos vergonha de convidar visitas, mas tínhamos um relacionamento bom com os católicos. Fazíamos até sociais juntos (Apud CARLOS RODRIGUES, 2011, p. 38).

Observa-se que devido à postura da Igreja Adventista – que não oferecia ameaça à hegemonia e ao avanço do processo de recatolização, liderado por Dom

⁵⁰ Entrevista concedida a Roberto Carlos Rodrigues, em 12 jun. 2011, em Joaçaba, por Henrique Lebkuchen – membro da Igreja Luterana há mais de 70 anos.

⁵¹ Entrevista concedida a Roberto Carlos Rodrigues, em 09 jun. 2011, em Joaçaba, por Helena Ema Mignoni – membro da Igreja Adventista do Sétimo dia há mais de 50 anos.

Daniel, não havia nenhum tipo de choque ou resistência entre as instituições católica e adventista, nesse período. Percebe-se que tanto as comunidades adventista, quanto luterana, não tinham como missão o evangelismo e, com isso mantinham, em princípio, uma boa relação de convivência com a liderança católica, diferentemente da comunidade presbiteriana. Reiteramos que nos registros da Igreja Católica que reportam ao período estudado (1920-1960) não foi encontrado nenhuma outra menção a possíveis conflitos com outras denominações religiosas.

Em sua segunda Carta Pastoral, Dom Daniel manifestou preocupação com as investidas dos pastores protestantes e, assim, transcreveu as principais doutrinas e dogmas da ICAR, com o objetivo de consolidar tais doutrinas e dogmas nas comunidades católicas. Ele mencionou, novamente, a autoridade e a infalibilidade papal sobre a ICAR, “fundada” pelo próprio Jesus Cristo, razão pela qual a Igreja Católica possuiria legitimidade na terra e seria “indestrutível” e detentora dos bens de salvação, sendo as demais denominações protestantes seitas que estão subdivididas em doutrinas, enquanto a ICAR possui a mesma doutrina em todo o mundo. Ele reforça a hierarquia da ICAR: “Os vigários governam suas paróquias dependentemente dos respectivos bispos diocesanos, os bispos são chamados pelo Papa, centro da autoridade e da paróquia eclesiástica” (LIVRO TOMBO DIOCESESANO Nº1, 1930, p. 19).

Dom Daniel conclama a todos os católicos a “obedecer a Igreja como mestra da verdade” e afirma que “o bom catholico recebe e acata as decisões do Santo Padre” (LIVRO TOMBO DIOCESESANO Nº1, 1930, p. 25-27). O Bispo orienta a todos os católicos a matriculem seus filhos em escolas católicas e não em escolas protestantes, a fim de evitar-se o contato com a doutrina presbiteriana. Ele ainda instiga a todos os católicos a defenderem a ICAR:

Muitos pensam que a defesa da Egreja Catholica seja unicamente obrigação dos Bispos e sacerdotes. Todo o catholico, entretanto assumiu pelo baptismo e pela chrisma o sagrado compromisso de defender como proprios os interreses espirituais e temporaes da sua santa Religião (LIVRO TOMBO DIOCESANO Nº1, 1930, p. 27).

Evidencia-se na segunda Carta Pastoral de Dom Daniel, que o Bispo estava mais preocupado com as investidas protestantes do que, propriamente, com o catolicismo popular que era muito forte na região oeste nesse período. No entanto,

Dom Daniel, ao fortalecer dos dogmas católicos, estaria prevenindo os fiéis das doutrinas protestantes e, ao mesmo tempo, combatendo o catolicismo popular.

No registro anterior, Dom Daniel lembra aos fiéis católicos de seu “compromisso” assumido no batismo e crisma em engrossar as fileiras contra as investidas protestantes. Dom Daniel, com isso, buscava compartilhar a responsabilidade de defender a ICAR. A fim de preparar os fiéis católicos para os confrontos de doutrinas que viessem a surgir contra os protestantes, as escolas paroquiais, aos domingos, seriam uma importante ferramenta a ser utilizada no processo de recatolização.

Em 1932, o então Cardeal Dom Leme funda a Liga Eleitoral Católica – LEC. A LEC foi uma estratégia eleitoral e política que a Igreja usou para conseguir, através do voto, maior força em suas reivindicações perante o Estado. Sendo assim, Dom Leme expede o aviso nº 239, de 20 de setembro de 1932, endereçado aos bispos brasileiros, que deveria ser retransmitido a todas as paróquias e associações religiosas:

A todas as associações religiosas, confederadas ou não, bem como aos catholicos, em geral, comunica Sua Eminencia Revma. O Sr. Cardeal Arcebispo que aprovou a fundação da Liga Eleitoral Catholica, para arregimentação e organização dos catholicos de ambos os sexos. Não se trata de partido, mas de organização do eleitorado catholico, na defesa dos princípios sacrasantos da igreja, da moral e da sociedade. Espera Sua Eminencia Revma, o Sr. cardeal que nenhum catholico deixe de cumprir o dever de fé e civismo que nos impõem a hora presente trate cada um de se alistar e procure com esforços de zelo, que outros se alistem entre os eleitores da liga. O Secretario Geral da L. E. C. é o Dr. Alceu Amoroso Lima, auxiliado, no que diz com o elemento feminino, pela Exma. Snra. D. Cecilia Rangel Xavier Pedrosa. Certo de que o voto consciencioso e disciplinado dos catholicos, mesmo sem partido, influirá nos destinos da Patria á atividade e ás orações dos fiéis muito recomenda Sua Eminencia a L.E.C (Apud PEREIRA, 2018, p. 178-179)

Como prova da afinidade, tanto hierárquica, quanto de pensamento de Dom Leme e Dom Daniel, o Bispo de Lages, em sua Carta Pastoral de 1932, aconselha:

Irmãos e filhos dilectissimos Prepara-se a Nação para convocar a Constituinte. O povo irá eleger os delegados que, em seu nome darão ao paiz uma constituição. Esta tem que corresponder aos sentimentos, á indole, á formação, ás tradições, ás influencias historicas e mesologicas do povo brasileiro. Para isso é absolutamente necessário que o povo escolha os que são dignos e, como taes, tem auctoridade de fallar em seu nome. Os inimigos da Igreja tão desunidos entre si se congregam, agem, discutem o golpe que pregaram contra a Santa Igreja, na Constituinte, a introdução na nova legislação de leis nefastas e perniciosas, más, como sejam a adopção

do ensino leigo, do divorcio, etc. Os catholicos ficarão a hesitar, de braços cruzados, a dormir o sono da indiferença? Não, irmãos e filhos dilectissimos! Seria um crime, seria uma traição. Tempo é pois de despertarmos para acção. Devemos agir immediatamente, preparando, formando, organizado a consciencia eleitoral. Cada catholico seja um eleitor para poder, com seu voto, entrar primeiro na escolha dos que nos hão de dar os novo pacto fundamental da nossa nacionalidade, e mais tarde, concorrer par a eleição dos seus dirigentes constitucionais. (LIVRO TOMBO V CATEDRAL DE LAGES, 1932. Apud DE PAULO, 2015, p. 98-99).

Por mais duas páginas Dom Daniel apresenta justificativas de como orientar o “rebanho” a não votar nos “inimigos da religião” e estabelece pontos que devem ser tomados pelo clero como fundamentos à orientação para a eleição dos delegados constituintes:

1. As principaes obrigações do cidadão são: a) respeitar os depositários da auctoridade; b) contribuir para os serviços do Estado; c) cumprir o dever eleitoral com consciencia.
2. Em que consiste o dever eleitoral? Em eleger para representamntes os homens mais probos, mais christãos, si é possível, e mais capazes de procurar o bem geral.
3. É pecado votar em homens que se sabe não terem probidade, serem impios ou anti-patrioticos? É pecado e até grave, porque quem elege, assume a responsabilidade de todo o mal que os eleitos poderão fazer mais tarde á religião e ao paiz.
4. Será faltar ao dever de christão deixar de votar? Sim, ordinariamente o é porque esta abstenção póde ser causa do dominio dos homens mais perigosos e de sua ascenção ao poder. (LIVRO TOMBO V, CATEDRAL DE LAGES, 1932, apud DE PAULO, 2015, p. 99)

Em Lages, Dom Daniel nomeou Acacio Arruda⁵² como presidente da Liga Católica e Celso Ramos⁵³ (que posteriormente foi eleito governador do Estado 1961-1966), como vice-presidente. Com os líderes da Liga, o Bispo fez excursões por Anita Garibaldi, Capão Alto, Campo Bello, Painei e Rio Bonito. Dessa iniciativa, calculou haverem conseguido perto de 800 eleitores para votar nas eleições para a Constituinte de 1933, segundo o interesse católico (LIVRO TOMBO V, CATEDRAL DE LAGES, 1932, apud DE PAULO, 2015, p. 100-101).

⁵² Acacio Ramos Arruda foi um conceituado médico da cidade de Lages, atuou no Hospital Tereza Ramos fundado pelo governador Nereu Ramos (1937-1945), em 1943.

⁵³ Oriundo de família com grande influência na política catarinense: a família Ramos. Um dos seus irmãos, Nereu Ramos, acompanhou-o na escalada política. Foi governador do estado de Santa Catarina de 1961 a 1966 e exerceu o cargo de senador pela ARENA na 43ª Legislatura (1967-1970) e na 44ª Legislatura (1971-1974). Faleceu em 1º de abril de 1996, aos 98 anos, em Florianópolis/SC. Seu nome recebeu várias homenagens através de títulos de ruas, praças e um hospital (Hospital Celso Ramos, em Florianópolis) e dois municípios catarinenses levam o seu nome: Celso Ramos (SC) e Governador Celso Ramos (SC).

Dom Daniel propôs três pontos a serem defendidos pela LEC: ensino religioso facultativo nos colégios públicos, assistência religiosa ao Exército e à Armada e reconhecimento civil do casamento religioso (BLEICHUVEL, 2000, p. 91). Dom Daniel ainda lembra que “os católicos pertençam a que partido pertencerem são católicos; têm deveres com os católicos, em qualquer parte que estejam, em qualquer atividade que exerçam, porque a consciência é individual” (LIVRO TOMBO Nº1, 1933, PARÓQUIA SANTA TEREZINHA DE JOAÇABA, p. 91).

Com o trabalho da LEC esperava-se garantir os interesses católicos nas urnas, com os eleitores, e na elaboração da constituição, com a presença dos candidatos previamente comprometidos com o pensamento religioso cristão, fato que assim se confirmou:

Entre as duzentas e cinquenta e quatro cadeiras disponíveis para todo o Brasil, na Assembleia Nacional Constituinte, cento e quarenta e seis eram ocupadas por deputados eleitos com auxílio da LEC, ou que, pelo menos, assinaram um documento de intenção de defesa aos interesses católicos. Assim, pode-se mensurar o tamanho do sucesso da LEC, que provocou uma constituição bem amarrada com os ideais católicos (LEITE DIAS, 2009, p. 54).

Na sequência, Dom Daniel lembra, novamente, as palavras do Cardeal Leme em prol da nacionalidade e valor à pátria:

Fazendo nossas as palavras do Senhor Cardeal havemos por bem determinar o seguinte: 1. Em todas as missas dominicais, após as invocações finais ao Coração de Jesus, os sacerdotes rezarão com o povo a Oração pela Igreja e pela Pátria”. (Será conveniente que uma vez por outra, se renove a explicação dos intuitos dessa oração) 2. Nas igrejas matrizes, em horas que mais convir, para facilitar a frequência dos homens na primeira quinta-feira do mez, se fará diante do S.S. Sacramento solennemente exposto, o conhecido e piedoso exercício da [ilegível] Santa (si possível com pregação) pela christianização do Brazil. 3. A festa de São Pedro de Alcantara, advogado e protector official de nossa Pátria, seja celebrada este anno na intenção especial de christianização do Brazil e suas leis. Estas determinações serão observadas até a constitucionalização do paiz. Esta circular será lida e explicada aos fiéis integralmente e archivada. [...] 2 de julho de 1932. D. Daniel Hostin, Bispo Diocesano (LIVRO TOMBO V CATEDRAL DE LAGES, 1932. Apud DE PAULO, 2015, p. 100).

Esse pensamento patriota de Dom Daniel fica evidente em suas cartas pastorais, pois ele era defensor da ordem e aliado político dos governantes, tendo sua postura coerente com a sua visão da sociedade, um corpo harmônico onde cada um deveria zelar pelo seu bom funcionamento (BLEICHUVEL, 2000, p. 107).

Esse ideal patriota foi demonstrado ainda através do Ofício Circular nº 40, de 22 de agosto de 1943, através do qual Dom Daniel institui o “Dia da Pátria”, determinando que todos os vigários das paróquias promovessem no dia 7 de setembro, celebrações e atos solenes. Ele ainda solicitava orações aos soldados brasileiros (LIVRO TOMBO DIOCESANO Nº 1, 1943, p. 185). No Jornal *Guia Serrano*, de 22 de agosto de 1943, Dom Daniel falou sobre o Dia da Pátria:

Movimentam-se os brasileiros para celebrar, com entusiasmo e júbilo o Dia da Pátria. As manifestações cívicas nesse dia memorável é justo que se unam as manifestações da fé, com que muito lucrará o amor pátrio, porque é a religião que nos ensina o verdadeiro amor da pátria. Determinamos pois a todos reverendíssimos vigários que promovam no dia 7 de setembro a celebração de atos solenes, e santa missa festiva (Apud BLEICHUVEL, 2000, p. 111).

Dom Daniel finaliza sua Carta Pastoral mencionando: “A postos, pois, filhos dilectísimos! Por Deus e pela Patria! Pela Igreja e pelo Brazil!” (LIVRO TOMBO V, CATEDRAL DE LAGES, 1932, apud DE PAULO, 2015, p. 99).

Em suas cartas pastorais, várias foram as investidas contra o comunismo. Dom Daniel condena qualquer ligação dos católicos com os "comunistas," ameaçando-os, inclusive, de excomunhão: “Se os fieis que professam a doutrina materialista e anti-cristã dos comunistas, e principalmente defendem e propagam, incorrem “*ipso facto*”, [ilegível] apostólica da fé católica na excomunhão de modo especial a fé apostólica (LIVRO TOMBO DIOCESANO Nº2, 1949, p. 18). Entendia o prelado que a ligação com o comunismo era um perigo e ameaçava os valores da pátria, da família e da religião. Em 1945, Dom Daniel escreve uma carta expressamente contra o comunismo; em 1949, mais duas e; em 1960, novamente outra.

Dom Daniel, por diversas vezes, respondeu às solicitações do governo para convidar a comunidade católica a participar dos programas governamentais, como se verifica, por exemplo, no Ofício Circular nº 18, através do qual conclama os católicos a participarem da Semana Nacional da Criança, que ocorreria de 10 a 18 de outubro de 1937 e, no Ofício Circular nº 20, de 24 de outubro de 1937, através do qual Dom Daniel conclama a todos os colonos católicos a fazerem seus cadastros junto ao Ministério da Agricultura que previa o cadastramento agrícola (LIVRO TOMBO DIOCESANO Nº 1, 1937, p. 100-106). Vários foram os momentos em que a ICAR demonstrou um estreito alinhamento com as políticas públicas

governamentais. No Ofício Circular nº 183, de 25 de julho de 1957, essa prática é novamente evidenciada, quando o Tribunal Superior Eleitoral solicita, através de ofício, o apoio da ICAR para o alistamento eleitoral da população e Dom Daniel, através de Circular, conclama a todos os católicos a buscarem a Justiça Eleitoral para regularizarem essa situação (LIVRO TOMBO DIOCESANO Nº 2, 1957, p. 58).

Dom Daniel teve que lidar com alguns conflitos envolvendo as localidades de Herval e Joaçaba, uma vez que, apesar dessas comunidades serem separadas apenas pelo Rio do Peixe e unidas por ponte, os hervalenses insistiam em ter a sua própria paróquia, tanto que, em 1943, um grupo de hervalenses saiu de Herval e foi até Lages, “foram vários dias de viagem, para conversar com Dom Daniel que era Bispo diocesano” (DOS SANTOS, 2014, p.5).

Dom Daniel posteriormente, em 1945, atende aos fiéis hervalenses e funda a Vicária Paroquial de Herval, que seria uma espécie de “quase paróquia”, continuando, assim, subordinada à Paróquia de Joaçaba. Com isso, o Bispo tentaria acalmar os fiéis hervalenses e, ao mesmo tempo, tranquilizar os joaçabenses que não estavam dispostos a ter uma nova paróquia tão perto da Paróquia Santa Terezinha, em Joaçaba.

19/04/1945. Fazemos saber que atendendo às aspirações dos fieis da ex-vila de Herval, hoje anexada à cidade de Joaçaba, aos seus grandes sacrifícios despendidos na construção da Igreja, dedicamos ao Senhor Bom Jesus, e ao costume de terem até a data presente contínua assistência dos sacerdotes na referida Igreja: havemos por bem decretar o seguinte: a Igreja do Senhor Bom Jesus é elevada à categoria de Vicária Paroquial com os seguintes direitos [...] Entretanto determinamos que os assentamentos de Batizados, Crismas, Casamentos e Óbitos sejam lançados nos respectivos livros da Paróquia de Santa Terezinha do Menino Jesus: A Igreja supra-dita terá livro de Tombo para os lançamentos de preceito e praxe na Diocese [...] (LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SANTA TEREZINHA DE JOAÇABA, 1945, apud DARIVA, 2002, p. 158).

Para não criar polêmicas em torno da criação da Vicária Paroquial de Herval, Dom Daniel ordenou ao Vigário de Joaçaba que não fosse divulgado ou publicado o decreto de sua criação:

No dia 19 de setembro (1945), mandou sua Excia. Dom Daniel carta ao Revmo P. Vigário referente à Igreja do Senhor Bom Jesus, pedindo ao mesmo tempo guardar silêncio a respeito do documento, mas mandando ser transcrito no livro Tombo da Paróquia [...] (LIVRO TOMBO DA PARÓQUIA SANTA TEREZINHA DE JOAÇABA, 1945, apud DARIVA, 2002, p. 159).

No entanto, a criação da Vicária Paroquial de Herval não acalmou os ânimos dos hervalenses, que continuaram mobilizando-se para a criação de uma paróquia em Herval. Dom Daniel, sabendo que a Paróquia Santa Terezinha estava tão próxima da Vicária de Herval, em Carta Pastoral de 09 de junho de 1946, responde:

Pelo que muito recomendamos aos católicos de Herval, que abstenham de reuniões convocadas para se discutir questões paroquiais [...] evitando rivalidades mesquinhas com vizinhas localidades o que constitui grande entrave para o progresso religioso e mesmo material (LIVRO TOMBO PAROQUIA SANTA TEREZINHA DE JOAÇABA, 1946 apud FILIPPIM, 2001, p. 25).

A Igreja Católica de Herval era uma Vicária Paroquial que pertencia à Paróquia de Joaçaba. Dom Daniel então decreta: "julgamos oportuno declarar, aqui, que, nas estações da linha férrea, ao longo do Rio do Peixe, onde já haja Paroquia canonicamente criada, seja na margem direita ou esquerda, não será criada nova Paróquia na margem oposta" (LIVRO TOMBO Nº 1 DA PARÓQUIA SANTA TEREZINHA DE JOAÇABA, 1946, p. 25).

No entanto, com o desenvolvimento de Herval e com o apoio de Atílio Pagnocelli, importante empresário da elite hervalense, cuja residência era localidade de acolhimento do Bispo, devido aos fortes laços de amizade entre ambos, a Vicária Paroquial de Herval conseguiu ser elevada à Paróquia. E assim sendo, o Bispo Dom Daniel estava no convento de Santo Antônio, no Rio de Janeiro, em 1949 e, como era de seu costume, escreveu de próprio punho o Decreto da criação da Paróquia Senhor Bom Jesus, desmembrada de Joaçaba (DARIVA, 2002, p. 158):

A Nova Paróquia do Senhor Bom Jesus abrangerá todo o território compreendido entre os seguintes limites: Ao norte divisa com o Rio do Peixe até Lageado e sobe até o Rio Barra Verde até onde desemboca o Rio Cassandoca e corta ao Oeste pela divisória até o Rio Veado, seguindo o curso deste Rio até o Rio do Peixe (Apud DOS SANTOS, 2014, p.5).

Depois de aproximadamente um ano e meio, Dom Daniel recebeu, em 5 de fevereiro de 1949, um padre franciscano, Frei Elias Hueppe (1949-1951), que foi o primeiro Pároco da Paróquia de Herval. A Paróquia de Herval, portanto, foi instituída de fato, mas nunca foi inaugurada (DARIVA, 2002, p. 159). No mesmo Decreto de criação, a Igreja Senhor Bom Jesus de Herval foi elevada à categoria de Matriz.

Na Carta Circular nº 17, de 31 de março de 1937, do governo diocesano, Dom Daniel condena com veemência as capelas particulares, aquelas que não têm a

interferência do Padre: “Em nossas visitas pastorais, temos verificado em muitos lugares, a existência de capelas ou capelinhas particulares, construído sem nossa licença em prejuízo das capelas provisionadas[...] proibida alli, a celebração da santa missa” (LIVRO TOMBO DIOCESANO Nº 1, 1937, p. 97).

Dom Daniel buscava a consolidação de uma Igreja Universal Católica e fortemente centralizada e hierarquizada e, para isso, ele tinha o objetivo de ter o controle das igrejas e capelas católicas na circunscrição diocesana de Lages. Esses estabelecimentos, uma vez controlados pelo clero, tornavam-se um espaço importantíssimo para a veiculação do catolicismo ultramontano e, com isso, contribuía para o avanço da recatolização. Sendo assim, ele condenava a prática religiosa em capelas particulares onde o clero oficial não tinha o domínio da doxologia ali praticada, uma vez que se acreditava que somente o clero oficial havia sido “investido de autoridade” para ministrar os sacramentos.

Em outra Carta Pastoral, em 1941, Dom Daniel conclama os fiéis católicos a participarem do programa de evangelização católica contra a ignorância religiosa. Ele enfatiza que os católicos são “uma só família” e que todos devem participar da campanha, colocando seus filhos na catequese, incentivando os jovens a participarem da missão sacerdotal e, com isso, engrossar as fileiras do clero e, aqueles que não se identificarem com o sacerdócio, devem participar das congregações mariana e as pias das missões. Diz ainda que toda a família deve participar das missas regulares e que os soldados, operários, pobres, enfermos, presos e, até mesmo, os hereges devem ser alçados com a distribuição de literatura católica, visitação e interseção (LIVRO TOMBO DIOCESANO Nº 1, 1941, 150-161).

Esse programa estava alinhado com o projeto da Ação Católica, criado por Dom Leme, em 1935, que se disseminou por todo país. Nesse projeto, os leigos também seriam os protagonistas de um amplo processo de Ação Católica em vários campos sociais. Pereira (2018, p. 182), comenta que o:

objetivo da Ação Católica é fazer com que os católicos marcassem presença em todas as esferas da vida social, profissional e pública como, por exemplo, no mundo dos negócios, nas fábricas, na política e no campo da cultura. Era, na verdade, a tentativa de estabelecer uma nova cristandade e criar uma nova ordem social, econômica e política sob a influência dos princípios cristãos orientados pela Igreja num mundo secularizado, liberal e com fortes ameaças comunistas. Enfim, estabelecer uma democracia cristã.

A Ação Católica permitiu o avanço do processo de recatolização na mesorregião Oeste Catarinense, levou a uma maior vitalidade as obras sociais na Diocese e resultou no aumento das vocações sacerdotais. Dom Daniel volta a mencionar a importância da participação do leigo na Ação Católica, através do Ofício Circular de 10 de maio de 1949, onde reforça que essa deve se estabelecer e florescer em toda a Diocese (LIVRO TOMBO DIOCESANO Nº 2, 1949, p. 17).

O Bispo utilizou-se dos congressos e sínodos como estratégias para a formação de um clero competente e comprometido com a vivência católica e promoveu, em abril de 1936, o I Sínodo Diocesano em Lages. Foi definido nessa conferência eclesial que era impossível pertencer a associações religiosas e, ao mesmo tempo, promover bailes públicos ou a eles assistir. Desenvolveu a noção de pecado e que os fiéis necessitavam da expiação que passava, necessariamente, pela hierarquia: o padre absolvía e dava a penitência, tendo assim o controle dos bens de salvação. Incentivou a vivência pela fé. Há uma insistência no sentido de apelar ao clero que tenha uma vida digna daqueles que são eleitos e que façam de sua vida um testemunho de fé (BLEICHUVEL, 2000, p. 104-105).

Nos meses de janeiro e fevereiro de 1944, Dom Daniel promoveu o III Sínodo Diocesano, que ocorreu em Lages, nos dias 29, 30 e 31 de janeiro e, em Caçador, de 9 a 12 de fevereiro. Nesse encontro foram reforçadas várias ações da ICAR como, por exemplo, a catequese, que deveria ser ministrada pelo padre ou seu coadjutor, ou ainda, por catequistas com sólido conhecimento na doutrina católica. É instituído o “Dia do Catecismo”, que seria escolhido pelo vigário da paróquia durante o ano. Nesse dia seriam distribuídos prêmios aos catequistas e os pais deveriam ser convidados para participarem da celebração que seria através da missa. Foi reforçado que a celebração do casamento somente seria ministrada pelo vigário, que deveria fazer exame direto aos noivos sobre os impedimentos matrimoniais e que o casamento somente seria celebrado com a apresentação do certificado de batismo dos noivos. Nesse encontro ainda foi instituído o “Dia das Vocações” que seria no terceiro domingo depois da Páscoa e que cada paróquia ofereceria uma bolsa de estudos para seminaristas, tendo como objetivo incentivar o aumento de sacerdotes. Foram ainda reforçadas as ações do projeto Ação Pastoral nas paróquias e a necessidade dos párocos de visitar as famílias católicas, pelo menos, uma vez ao ano (LIVRO TOMBO DIOCESANO Nº1, 1944, p. 196-190).

Percebe-se, nesse registro, a postura conservadora ultramontana de Dom Daniel, que é expressada, por exemplo, na recomendação da participação do clero oficial nos sacramentos da Igreja. Identifica-se, ainda, as estratégias de recatolização implementadas pelo episcopado, como o “Dia do Catecismo”, o “Dia das Vocações” e o chamado para visitas pastorais mais constantes aos fiéis católicos. Dom Daniel, com essas ações, buscava envolver cada vez mais o fiel católico com os programas da Igreja Católica e, com isso, promover o avanço da Igreja e fortalecer os dogmas da instituição.

Dom Daniel, ainda nesse sínodo, condena a participação de católicos em bailes de carnaval:

Tais festas estão proibidas pelo Concílio Plenário da América Latina e pelas Constituições das províncias meridionais do Brasil. Qualquer que seja a opinião pessoal dos dirigentes das associações ou promotores de festas assim tão censuradas pela Santa Igreja (LIVRO TOMBO DIOCESANO Nº1, 1944, p. 191).

Essas cartas pastorais, além de direcionarem a vida religiosa dos fiéis católicos, também interferiam na vida cotidiana dos diocesanos católicos, normatizando as práticas mundanas, como se pode perceber no Aviso nº 111, de 18 de novembro de 1952, onde é mencionada a proibição de celebração de missas nas formaturas, caso haja a execução de bailes e festividades (LIVRO TOMBO DIOCESANO Nº2, 1952, p. 40). No Aviso nº 110, de 12 de julho de 1952, é mencionado sobre os cuidados que os católicos devem ter com o espiritismo, que usa de práticas de caridade em distribuição de alimentos e roupas para atrair os fiéis católicos para as suas reuniões. Nesse aviso é destacada a importância de se instruir os fiéis católicos, tanto na esfera dogmática, quanto na orientação contra essa estratégia da comunidade espírita em atrair novos fiéis para as suas comunidades (LIVRO TOMBO DIOCESANO Nº 2, 1952, p. 39-40). Dom Daniel ainda preveniu os males que se escondiam no Rotary Clube e no Lions Clube, alegando que essas associações foram criadas por maçons e que tinham como objetivo se infiltrarem nas instituições religiosas (LIVRO TOMBO DIOCESANO Nº 2, 1956, p. 45).

No Ofício Circular nº 176, de 11 de janeiro de 1957, Dom Daniel menciona sobre os perigos do espiritismo e alerta aos católicos para não fazerem parte da Legião da Boa Vontade, que é uma entidade filantrópica ligada ao espiritismo,

alertando, ainda, a não participarem ou promoverem festas organizadas por entidades espíritas (LIVRO TOMBO DIOCESANO Nº 2, 1957, s.p). Nessa mesma data de 11 de janeiro de 1957, Dom Daniel expede o Ofício Circular nº 177. Nesse Ofício, ele demonstra a preocupação quanto a algumas denúncias contra a honra do clero e define algumas normas de conduta que deveriam ser seguidas pelos sacerdotes:

Nem ainda com parentes próximos, se forem de pouca idade, conviver os sacerdotes [...] É severamente proibido aos sacerdotes ensinar musica e conto, ler, escrever, cantar ou qualquer outra matéria a menina ou mulher de qualquer idade ou condição sem que antes obtenham licença do seu Bispo por escrito. Não se assentar à mesa com empregadas, nem entrar sem necessidade em seu dormitório e nem na sala que aplicam aos trabalhos domésticos. Proibimos, igualmente os Revdos. Sacerdotes que levem consigo, em viagens de necessidades ou recreio, por lugares desconhecidos, quaisquer mulheres, ainda que sejam parentes próximas [...](LIVRO TOMBO DIOCESANO Nº 2, 1957, p. 53-54).

Com esse Ofício Circular, Dom Daniel pretende, também, preservar o sacerdócio e a ICAR de possíveis escândalos que poderiam denegrir a instituição. Isso demonstra ainda que Dom Daniel não era negligente a essas questões e ameaçou, até mesmo, de suspensão, os sacerdotes que não cumprissem as orientações decretadas pelo Ofício Circular nº 177. No entanto, o Bispo não faz menção aos cuidados que os membros do clero deveriam ter com relação ao assédio, tanto sexual, quanto moral aos do sexo masculino, limitando-se aos do sexo feminino.

Dom Daniel estava atento tanto ao crescimento da ICAR na região sob sua jurisdição, quanto ao avanço dos denominados “anti-católicos”: protestantismo, espiritismo, laicismo, comunismo e maçonaria. Através do Ofício Circular nº 147, de 7 de janeiro de 1955, ele solicita informações das paróquias referentes a números estatísticos de nascimento, batizados, crisma, primeira comunhão, casamento e desquites. Ainda são solicitadas informações referentes a ações para preservar a juventude católica como: ações sobre alcoolismo, criminalidade e perigos contra a moralidade, número de sacerdotes seculares e religiosos, membros e atividades da Ação Católica, estação de rádio com influência católica, etc. (LIVRO TOMBO DIOCESANO Nº 2, 1955, p. 35-36). Através dessas informações, Dom Daniel esperava ter um panorama da ICAR na jurisdição da Diocese de Lages. Por meio do Ofício Circular nº 147, ele ainda solicita as seguintes informações:

a) protestantes: número de seitas, adeptos, ministros e locais de culto. B) Espiritismo: quantos adeptos, centros e material de propaganda. c) Maçonaria: adeptos, atividade e influencias. d) Laicismo: legislação, escola e costumes. e) Comunismo (LIVRO TOMBO DIOCESANO Nº 2, 1955, p. 35-36).

Infelizmente, durante a realização dessa pesquisa, não foi possível o acesso aos documentos que informavam as respostas ao Ofício Circular nº 147, que muito poderiam contribuir para o trabalho. No entanto, fica evidente que, com a estratégia de acompanhar o crescimento não somente da ICAR em sua região diocesana, mas também das demais denominações, Dom Daniel, com a posse das informações requeridas, poderia traçar seus planos e ações para conter o avanço dos chamados “anti-católicos”. O Bispo, através da publicação desse Ofício Circular, demonstra uma postura centralizadora referente às ações da ICAR e atento ao que estava ocorrendo, tanto no aspecto religioso, quanto político da região diocesana sob sua tutela.

As cartas pastorais, avisos e decretos expedidos por Dom Daniel estão fartos de exemplos comprovadores que ressaltam a centralidade dos dogmas católicos e o novo direcionamento da vida religiosa e cotidiana de seus diocesanos e, com essas mensagens de Dom Daniel, é possível perceber um reordenamento pastoral.

3.2.2 As visitas pastorais

As visitas pastorais de Dom Daniel atingiram os mais remotos pontos da Diocese e resultaram em uma contabilidade religiosa através do controle da frequência de batismos, casamentos e comunhões. Em tais visitas, o Bispo vigiou o exercício da fé, que deveria ser centrada em um catolicismo romanizado. As visitas pastorais permitiram ao Bispo Dom Daniel avaliar a eficiência das estruturas; tomar conhecimento da situação das paróquias, dos passos concretizados e das dificuldades existentes para o avanço da obra. Através dessas visitas, pôde-se ainda observar o modo de vida da população. Ao realizar tais vistas, vários discursos foram proferidos por Dom Daniel para oferecer orientações aos católicos referentes à conduta religiosa e ao modo de vida dos religiosos. A política de visitas pastorais teve início logo após a chegada do Bispo em Lages, em 1929.

Em virtude da topografia acidentada da região oeste e da falta de estradas, as visitas pastorais eram sempre penosas e cansativas, sendo que quando da sua primeira visita pastoral, Dom Daniel ficou aproximadamente três meses (janeiro a março de 1930) longe de sua residência, em Lages, sendo várias as comunidades visitadas, das quais tratar-se-á na sequência.

A Paróquia de São João Batista, de Campos Novos, era uma das mais antigas da Diocese de Lages e, com isso, pressupunha-se que a Paróquia já disporia de uma estrutura minimamente desejada. Dom Daniel, como já mencionado anteriormente, deu mais atenção às comunidades católicas recém-criadas, em detrimento das demais, uma vez que essas novas comunidades necessitavam da presença do Bispo para a criação e inauguração das novas paróquias. Essa compreensão pode ter justificado a visita tardia a algumas paróquias, como por exemplo, a visita realizada à Paróquia de São João Batista de Campos Novos, em 6 de abril de 1940, onze anos após o início de seu episcopado. Na ocasião, Dom Daniel ficou impressionado ao constatar o estado de abandono em que se encontrava a Paróquia. Utilizou a expressão "um verdadeiro rebanho sem pastor", pois além do abandono religioso, havia ainda o de cunho material, uma vez que a Igreja Matriz não possuía as alfaias necessárias. Nesse mesmo ano (1940), concluída a construção da Casa Paroquial de Campos Novos e, em solenidade com a presença das autoridades locais, as chaves da residência paroquial foram entregues a Dom Daniel (Apud LAZZARINI, 1993, p. 39-40). Para promover a prática de recatolização nessa comunidade, foram criadas por Dom Daniel as seguintes associações: Apostolado da Oração, Congregação Mariana e Filhos de Maria, Legião de Maria e Cruzada Eucarística (HEINEN, 1997, p. 378).

Nessa mesma ocasião, além da visita à sede, foram visitadas as seguintes capelas e lugares: São Francisco de Assis do Umbu; Nossa Senhora da Saúde de Abdon Batista; São Pedro do Lageadinho; São Sebastião da Lagoa; Sagrado Coração de Jesus, Faxinais dos Padilha; Fazenda Santa Cruz; São Sebastião da Fazenda da Entrada; São Sebastião do Bicui; Nossa Senhora da Saúde do Rancho Queimado; São Sebastião da Ponte Alta e Imaculada Conceição da Serrinha. Em todas essas capelas e lugares visitados, Dom Daniel foi bem recebido pelo povo (Apud LAZZARINI, 1993, p. 39).

Em suas visitas pastorais, além de tentar levar aos fiéis católicos a um processo de recatolização que, em suma, é uma volta às práticas dos sacramentos

e fidelidade aos dogmas católicos, Dom Daniel também promovia um discurso nacionalista,⁵⁴ como é demonstrado no discurso em São Joaquim, na ocasião da sua visita pastoral, em 26 de dezembro em 1930. Dom Daniel comparou a unidade da Igreja Católica através dos séculos e o seu importante papel na formação da nacionalidade, “conservando sempre, gerações sobre gerações, o elo indissolúvel da família, da sociedade e da Pátria” (DIOCESE DE LAGES, s.d., s.p.). Dom Daniel ainda menciona que as demais religiões são subdivididas em centenas de seitas, condenando-se mutuamente entre si e não conservam a unidade porque “não são divinas e não trazem a proteção da Providência Divina” (DIOCESE DE LAGES, s.d., s.p.). Com esse discurso, Dom Daniel procura reforçar a narrativa de que a ICAR é a única detentora dos meios de salvação e a única instituição que pode unir o Estado e o povo em um só propósito que, nesse caso, seria um ideal nacionalista.

No período de fevereiro a abril do ano de 1931, Dom Daniel visitou os municípios de Cruzeiro e Chapecó. O trajeto compreendido entre o município de Cruzeiro e a comunidade de São Carlos, em Chapecó, foi percorrido a cavalo, tanto na ida, quanto na volta. No município de Cruzeiro, foram visitadas as comunidades de Itá, Caçador, Nova Milano, Nova Teutonia e Irani. No município de Chapecó foram visitadas as capelas: Passo Bormann, Caxambú, Faxinal do Tigre, São Carlos Passarinhos, Porto Novo, Passo dos Índios, Xanxerê, Xaxim, Chapecozinho, Formigas, Antas e Chapecó. Durante essas visitas, Dom Daniel administrou o sacramento da crisma, havendo também grande número de confissões, comunhões, batizados e casamentos (DIOCESE DE LAGES, s.d., s.p.).

No dia 17 de fevereiro de 1931, Dom Daniel chega a São Carlos, sendo que a visita a essa capela fora anunciada ainda no final de 1930, gerando certa expectativa pela comunidade católica da localidade (HEINEN, 1997, p. 105-112), que almejava tornar-se paróquia. São Carlos tinha o desejo de se tornar paróquia e até mesmo ofereceu a Dom Daniel, um descanso nas águas termais, para que ele permanecesse mais alguns dias e, assim, a diretoria da capela pudesse persuadi-lo na criação da nova paróquia, a qual ainda não estava planejada:

⁵⁴ O sentido que abordamos o conceito nacionalismo é no sentido de exaltação mórbida do sentimento de nacionalidade, patriotismo e conservação das Instituições. O conceito aplicado nesse trabalho é diferente do conceito de nacionalismo como política de socialização dos meios de produção, sendo sinônimo de estatismo e oposto ao liberalismo (PEREIRA, 2018, p. 119-120).

O Bispo, com vários bichos de pé nesta chegada a São Carlos [...]. O filho de João Puhl lavou os pés doloridos do bispo, descobriu e tirou os bichinhos episcopais. No dia seguinte, o médico, membro da diretoria tratou do assunto e levou os religiosos aos banhos termais, em seu Chevrolet 1927. Ofereceu-se para levá-lo a Itapiranga, por gentileza da Comunidade: tudo para preparar a “paróquia já” e ganhar mais 2 dias para São Carlos, com descanso dos burros por 12 dias (Apud HEINEN, 1997, p. 113).

Percebe-se, nesse relato, que as visitas pastorais eram longas e muito cansativas, ao ponto de Dom Daniel contrair até parasitas em seus pés. Sabendo do cansaço do Bispo, a diretoria da Capela de São Carlos utiliza-se da estratégia de manter o Bispo em descanso, por alguns dias, inclusive desfrutando dos benefícios das águas termais existentes na localidade, a fim de persuadi-lo na criação da nova Paróquia. Observa-se que tal estratégia teve sucesso, uma vez que a almejada Paróquia foi criada em 02 de abril de 1931, à sombra da visita pastoral.

Entre os dias 20 a 25 de fevereiro de 1931, Dom Daniel esteve em Itapiranga, onde crismou 345 pessoas nas comunidades da Matriz, Fortaleza, Chapéu e Macuco. Nesse mesmo ano, Dom Daniel cria, ainda, a Paróquia de Chapecó e, em 13 de junho de 1931, cria a Paróquia de Santo Antônio (HEINEN, 1997, p. 105-133).

De abril até o fim de maio de 1931, Dom Daniel volta a São Joaquim, visitando as capelas de Bom Jardim e Urubicy. Nesse período ele ainda visita as capelas do município de Bom Retiro, Águas Brancas, São Pedro, São José, Santa Teresinha, Santo Antonio, Atrás da Serra, São Joaquim, João Paulo e Cambará, terminado sua jornada. Voltando a Lages, Dom Daniel visitou as comunidades: Canoas, Rio Bonito, Macacos, Índios e Coxilha Rica. Foram dois meses de intensos trabalhos clericais (DIOCESE DE LAGES, s.d., s.p.).

Dom Daniel retornou para a sua jornada de visitas em 25 de julho de 1931, viajando até Palmas, onde visitou a Diocese de Ponta Grossa para realização de novenas que aconteceram até 6 de agosto de 1931. Em 8 de agosto do mesmo ano, Dom Daniel já estava em Porto União, sendo recebido por uma imensa multidão e, em seguida, visitou as comunidades: Poço Preto, Lança, Santa Cruz, São Pedro, Villa Nova, São Sebastião, São Rogue, São João Calmon, Fazenda Aurelio Costa, Fazenda Octavio Paes Carneiro, Adolpho Konder e Santelmo (DIOCESE DE LAGES, s.d., s.p.).

Os trabalhos foram intensos nos primeiros anos. Em 15 de janeiro de 1932, Dom Daniel esteve na capela de Vigia, São Miguel, Mato Escuro e São Sebastião,

no município de Lages e, logo em seguida, foi para Curitiba, onde permaneceu até 16 de fevereiro de 1932, partindo, então, para Rio Capinzal, a fim de benzer a pedra fundamental da nova Matriz e inaugurar o Colégio Paroquial que seria dirigido pelas irmãs da Imaculada Conceição de São Paulo (DIOCESE DE LAGES, s.d., s.p.).

A criação da Paróquia do Rio Capinzal ocorreu em 25 de janeiro de 1931, através de Decreto assinado por Dom Daniel Hostin:

Cria uma paróquia em território das freguesias de São João Batista de Campos Novos e de Santa Terezinha do Menino Jesus do Cruzeiro, a qual denominará "Paróquia de São Paulo Apóstolo do Rio Capinzal". Separamos, pois, e desmembramos das referidas freguesias de São João Batista de Campos Novos e, de Santa Terezinha do Menino Jesus, parte de seus territórios, transferindo a para a nova paróquia, a qual canonicamente erigimos e instituímos, dando-lhe por limites os atuais limites civis dos distritos de Rio Capinzal e de Ouro [...] Erigimos em Igreja Matriz da nova paróquia, a Capela de São Paulo Apóstolo, sita na sede do distrito de Rio Capinzal, a qual, assim, elevada, passa a ter todas as prerrogativas e privilégios que competem às igrejas matrizes [...]. Dado e passado nesta Episcopal Cidade de Lages, sob Sinal e Selo de Nossas Armas, aos 25 de janeiro de 1931 (Apud ALMEIDA, 2004, p. 276-277).

A Matriz, que teve sua pedra benzida por Dom Daniel em 1932, foi totalmente edificada em madeira, mas por conta de uma fatalidade, sem motivo aparente, por volta de 1934 um terrível incêndio destruiu por completo o templo, o pavilhão de festas, o salão paroquial e todos os mobiliários que se encontravam no interior (ALMEIDA, 2004, p. 279-280). Diante do ocorrido, Dom Daniel Hostin enviou sua mensagem em solidariedade aos católicos da região:

Amados diocesanos [...]. Pavoroso incêndio devorou a Igreja Matriz e a Casa Paroquial de vossa Paróquia. Resignados sofrestes o duro golpe, certos de que nada sucede na nossa vida sem que Deus, Nosso Senhor, o saiba e permita. Que fazer agora? Cruzar os braços? Não. Deveis levantar a Nosso Senhor um novo templo, digno de Sua Divina Majestade. Fazemos um apelo à vossa tão conhecida generosidade, rogando-vos encarecidamente que concorrais com o vosso abalo para que, em breve, na sede da paróquia, erga-se majestosa, a vossa nova Igreja Matriz, monumento que falará às gerações futuras do vosso Amor a Deus e Sua Igreja [...] Esperamos que todas as famílias dos distritos de Capinzal e Ouro acolham com benevolência a comissão que percorrerá os referidos distritos, a fim de angariar donativos. Mãos à obra amados diocesanos! Deus o quer. Os que contribuirão generosamente, conforme suas posses terão copiosas bênçãos de Deus nesta vida e seus nomes escritos no livro da vida eterna. Rio Capinzal, 24 de fevereiro de 1935/Daniel – Bispo Diocesano (Apud ALMEIDA, 2004, p. 280).

As despesas com as construções das igrejas eram, geralmente, assumidas pelas próprias comunidades. O pedido constante da carta encontrou total ressonância e apoio do povo capinzalense e ourense, que, organizando-se, constituíram a comissão de construção do novo templo, ou seja, da nova Igreja Matriz de Rio Capinzal, que seria a maior igreja do Brasil, da época, com estilo renascentista, inspirada nas linhas da Basílica de São Pedro, em Roma (RADIN, 2006, p. 176). O trabalho de construção da nova Igreja Matriz seguia a passos lentos, em decorrência das despesas que se multiplicavam ante a grandiosidade da obra. O próprio Dom Daniel autorizou a venda de um lote e a importância obtida foi revertida para as obras da nova Igreja Matriz do Rio Capinzal:

Fazemos saber que, atendendo ao que nos requereu o Revmo. Padre Frei Beda Maria, Capuchino, Vigário da Paróquia de São Paulo Apóstolo de Rio Capinzal: Havemos por bem autorizar a venda do lote urbano doado pela sociedade "Savoia", aplicando-se o produto da venda na obra da nova Matriz. Esta será registrada no Livro Tombo da Paróquia e Arquivada. Dada e passada na Câmara Eclesiástica de Lages, sob nosso Sinal e Selo de nossas armas, aos 07 de agosto de 1942, Dom Daniel Hostin O.F.M. Bispo Diocesano (Apud ALMEIDA, 2004, p. 283).

Assim, no ano de 1950, com grande solenidade e festividade, houve a inauguração da nova Matriz em estilo romano basilical, com largura de 29,10m e comprimento de 50,60m, com uma nave central de 22,50m de altura e com uma nave lateral de 7,50m de largura (ALMEIDA, 2004, p. 285).

Figura 6 – Igreja Matriz de Capinzal

Fonte: Ficheiro: Igreja capinzal. jpg. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Igreja_capinzal.jpg. Acesso em 21 de jan. 2020.

A construção desse templo católico, em Capinzal, expressa, simbolicamente, o poder da ICAR, na grandiosidade da edificação. A inauguração do templo é prova do sucesso da aliança entre a liderança da ICAR e parte da elite local da comunidade de Capinzal, que via a necessidade da manutenção do *status* perante à sociedade, sendo que, nos eventos religiosos daquele município, geralmente, eram mencionados o nomes e valores que várias famílias haviam destinado à construção da matriz. Segundo Biasoli: “Erguer uma igreja era erigir um símbolo da Igreja romana, ter o nome das famílias influentes nos bancos, nos vitrais e nas paredes era enraizar-se na sociedade e crescer em prestígio e influência” (Apud CASSOL, 2014, p. 30).

Em 1932, Dom Daniel voltou a visitar a colônia de Concórdia, onde fez o rito da primeira procissão eucarística e administrou o sacramento da crisma a mais de duas centenas de pessoas (DIOCESE DE LAGES, s.d., s.p.). Nessa segunda visita pastoral Dom Daniel mandou publicar o Decreto da ereção oficial da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Concórdia:

Denominará Parochia de Nossa Senhora do Rosário de Concordia. Separamos, pois, e desmembramos da Parochia de Santa Terezinha os distritos de Concórdia, Itapua, Itá, Faxinal do Irany e Bella Vista e da Parochia de São João Baptista o distrito do Rio do Peixe, transferindo-as para a nova Parochia a qual canonicamente erigimos e instituímos, dando-lhe os limites os actuais limites civis dos referidos distritos (LIVRO TOMBO Nº1 PAROQUIA SANTA TEREZINHA DE JOAÇABA, 1932, p. 15-16).

Em novembro de 1933, em visita particular de caráter administrativo à Paróquia de Cruzeiro, Dom Daniel anotou 3.500 confissões, 3.800 comunhões e 150 neo-comungantes (LIVRO TOMBO Nº1 PARÓQUIA SANTA TEREZINHA JOAÇABA, 1933, p. 18). Em 1935, retornou para Cruzeiro em mais uma visita pastoral, onde permaneceu de 10 de fevereiro até 9 de março de 1935, quando visitou 18 capelas. Destaca-se que, geralmente, as viagens eram realizadas a cavalo como quando da visita à “localidade de Linha Rica, interior de Herval, saindo de Bom Retiro, a cavalo, para a localidade onde realizou crisma para crianças e adultos de todas as idades” (DARIVA, 2002, p. 165). Nesse período, foram registrados 965 confissões, 843 comunhões 182 batismos, 13 casamentos e 2400 crismas (LIVRO TOMBO Nº 1 PARÓQUIA SANTA TEREZINHA DE JOAÇABA, 1935, p. 20). Já em outubro de 1938, Dom Daniel fez uma rápida visita a 6 localidades da paróquia de Cruzeiro, promovendo: 414 confissões, 398 comunhões, 98 batismos, 07 casamentos e 1801 crismas (LIVRO TOMBO Nº 1 PARÓQUIA SANTA TEREZINHA DE JOAÇABA, 1938, p. 30). No ano de 1945, novamente, em visita pastoral ao, agora, município de Joaçaba (que em 1943, pelo Decreto-Lei Estadual 238, de 31 de dezembro, deixa de se chamar Cruzeiro para denominar-se Joaçaba), Dom Daniel registrou: 1703 confissões, 2548 comunhões, 100 batismos, 02 casamentos e 4643 crismas (LIVRO TOMBO Nº 1 PARÓQUIA SANTA TEREZINHA DE JOAÇABA, 1945, p. 72).

Dom Daniel esteve ainda visitando Itá, em 1931 e 1936; Irani, em 1931, 36, 45, 49, 52; Jaborá, na capela São Roque, em 1945; Campo Belo e Capão Alto, em 1958. Muitas foram as visitas pastorais de Dom Daniel e muitas foram as paróquias criadas. Em 10 anos de governo diocesano, saltou de 6 em 1929, para 18, o número de paróquias em 1939, havendo cerca de 329 capelas distribuídas entre essas paróquias (DIOCESE DE LAGES, s.d., s.p.). Esses números dão conta do avanço da Igreja na região, que teve um crescimento de 200% no número de paróquias, em 10 anos.

As visitas eram espaçadas e longas e logo após essas penosas viagens de Dom Daniel pelo território diocesano, quando regressava para a sede episcopal, era sempre ovacionado pelo povo lageano no seu retorno (DIOCESE DE LAGES, s.d., s.p.).

Em junho de 1957, Dom Daniel foi hospitalizado em Lages, vítima de ataque cardíaco, quando os médicos recomendaram ao Bispo repouso e o proibiram de visitas até a sua recuperação total (DIOCESE DE LAGES, s.d., s.p.). Após esse episódio, Dom Daniel diminui o ritmo das viagens e, em 10 de janeiro de 1959, Dom Afonso Nihues é eleito pelo Papa João XXVIII (1958 – 1963), Bispo Coadjutor de Lages (1959 - 1965), uma vez que Dom Daniel estava prestes a completar 70 anos, em 02 de abril de 1959. Dom Afonso Nihues assume os compromissos das viagens pastorais quase em sua totalidade e Dom Daniel, a partir de então, fica basicamente com os serviços de despachos administrativos na Diocese.

Percebe-se que Dom Daniel desempenhou um trabalho frenético nos primeiros anos de seu episcopado, desgastando até mesmo a própria saúde, com várias viagens por toda a região diocesana, muitas vezes, feitas a cavalo e até mesmo a pé, por estradinhas que se reduziam a simples picadas. No entanto, os frutos de seu trabalho são visíveis através dos números de paróquias criadas e sacramentos realizados. Através das ações de Dom Daniel, a ICAR cresceu de forma significativa sob o seu governo diocesano.

3.2.3 As homenagens, comemorações e ações pastorais

Conforme o pensamento católico, o que se observa é que na consciência religiosa dos fiéis tem-se o sentimento de que o pecado rompeu o elo que “liga o ser humano com o divino”. Dessa forma, recorre-se ao poder simbólico dos sacramentos para conectar-se, novamente, com o sagrado, com o divino. De acordo com a ICAR, quem tem a legitimidade de manusear os sacramentos que farão, novamente, essa conexão, é o clero oficial. Sendo assim, perante a sociedade católica, tal legitimidade carrega consigo um senso de muita responsabilidade e reverência. Por isso, as homenagens ao clero, muitas vezes, tratam-se de um reconhecimento à autoridade de poder manusear os bens de salvação. Por ter essa legitimidade, o clero oficial se torna influente e com liderança na sociedade. Dom Daniel, legitimado

pela ICAR como detentor dos bens de salvação, o qual exercia forte liderança nas sociedades serrana e meio-oeste catarinense, ambas compostas por uma maioria de católicos, recebeu várias homenagens ao longo de seu episcopado.

Como reconhecimento aos trabalhos prestados frente ao episcopado e ao avanço institucional da Igreja, Dom Daniel recebeu as seguintes homenagens: em 6 setembro de 1965, em sessão solene na Câmara Municipal de Canoinhas, recebeu o Título de Cidadão Honorário daquele município; em novembro de 1967, foi nomeado Cidadão de Campos Novos; em 1968, foi nomeado Cidadão Honorário de Porto União e Caçador; ainda em 1968, em Curitiba, recebeu a Grande Cruz do Mérito da República Federal da Alemanha, do Consul Alemão, Roland Zimmermann. Essa última honraria se referia aos auxílios prestados por Dom Daniel aos desamparados da Segunda Guerra Mundial (DIOCESE DE LAGES, s.d., s.p.). Infelizmente, dentre as fontes de pesquisa, não foi possível encontrar registros de quais foram os auxílios prestados por Dom Daniel aos desamparados da Segunda Guerra Mundial.

De acordo com a chamada visita *ad limina*, a cada dez anos de atuação, cada Bispo diocesano deveria fazer um relatório do movimento da Diocese e apresentá-lo ao Papa, em Roma, e, ainda, dele ouvir orientações. Dessa forma, Dom Daniel foi a Roma a fim de se entrevistar com o Papa e apresentar o resultado de suas atividades nos dez primeiros anos de trabalhos frente à Diocese de Lages.

Em 13 de novembro de 1939, Dom Daniel foi admitido à audiência privada com o Papa Pio XII (1939 – 1958). O Bispo assim descreveu a audiência: “A audiência durou 45 minutos, 45 minutos que jamais esquecerei na minha vida. Impossível traduzir em palavras o que me ia na alma naqueles momentos passados aos pés do Pai Comum da Cristandade e do maior e mais amado Soberano do Universo” (DIOCESE DE LAGES, s.d., s.p.). Percebe-se, nessas palavras, o respeito e reverência com que Dom Daniel trata o Papa, ao ponto de compará-lo, em pé de igualdade, com o deus dos cristãos, ao intitulá-lo de “Soberano do Universo”.

Dom Daniel, diante do Papa, assumiu os seguintes compromissos: Fundar o Pré-Seminário Diocesano; Zelar pela formação da juventude; Organizar a Ação Católica (LIVRO TOMBO Nº 1, PAROQUIA SANTA TEREZINHA DE JOAÇABA, 1940, p.33).

Ressalta-se que Dom Daniel partira do Brasil, rumo à Europa, iniciando sua viagem, em 13 de agosto de 1939, sendo que visitou parte da Alemanha, Bélgica e

Itália. O Bispo comentou que as Igrejas Católicas dessas localidades visitadas eram repletas de fiéis e com uma frequência consoladora nos Sacramentos. Em Roma, ele visitou as principais igrejas e catacumbas da cidade. Seu regresso para o Brasil foi em 07 de dezembro de 1939, tendo chegado a Lages, em 05 de janeiro de 1940 (DIOCESE DE LAGES, s.d., s.p.).

Em outubro de 1949, Dom Daniel fez a segunda viagem a Roma, a fim de realizar novamente a visita *ad limina*. Nessa visita, o Papa Pio XII (1939 – 1958) “num gesto de benevolência, para recompensar o povo lageano pela fidelidade e para estimulá-lo sempre mais, doou-lhe uma relíquia insigne [...] contendo um dedo São Roberto Belarmino⁵⁵” (DIOCESE DE LAGES, s.d., s.p.). Essa homenagem a Dom Daniel dá conta da importância dos resultados do seu trabalho frente à Diocese de Lages, que teve um avanço significativo sob seu episcopado.

Sempre que retornava das viagens de Roma, a Diocese de Lages organizava uma comissão para tratar dos preparativos da festa do regresso de Dom Daniel de Roma a Lages. No regresso da primeira viagem, em 05 de janeiro de 1940, o Bispo foi escoltado por uma “coluna de cavalaria, muitas pessoas de diversas localidades estavam presentes, além de autoridades, como o Prefeito Municipal de Lages e o Coronel Octacílio Costa” (DIOCESE DE LAGES, s.d., s.p.). No segundo regresso da viagem *ad limina*, em 28 de janeiro de 1950, uma “escolta de quatro aviões do Aero-Clube de Lages fez contínuas evoluções, lançando pétalas de flores durante o cortejo, [...] e várias autoridades locais escavam presentes nesse evento” (DIOCESE DE LAGES, s.d., s.p.). Essas homenagens reforçam o prestígio e liderança que Dom Daniel possuía junto da sociedade lageana.

Dom Daniel não somente realizou ações pastorais na circunscrição da Diocese de Lages. Apesar de muito se ocupar nas tarefas diocesanas, sempre que possível atendia aos pedidos para realizar palestras e missões, como foi o caso do

⁵⁵ São Roberto Belarmino nasceu no dia 04 de outubro de 1542 em Montepulciano, na Itália e faleceu em 17 de setembro de 1621. Aos 18 anos, iniciou e concluiu sua formação religiosa e seus estudos de filosofia e teologia. Antes de ser ordenado sacerdote, foi enviado como professor e pregador em Lovaina, na Bélgica, onde permaneceu por dez anos. Teve importante papel na aplicação do Concílio de Trento (1545 - 1563), já que ajudou na formação apologética dos teólogos e pregadores responsáveis na defesa da fé. Neste sentido, Roberto muito contribuiu ao escrever sua obra de nome “Controvérsia” e o livro chamado “Catecismo”. Era também diretor espiritual do Colégio Romano, tendo sob sua responsabilidade a formação ascética dos alunos. O Papa Clemente VIII (1592 – 1605) o elevou a cardeal. Roberto Belarmino foi canonizado pelo Papa Pio XI (1922 – 1939), em 1930. No ano seguinte, pelos seus escritos, foi declarado Doutor da Igreja (DIOCESE DE LAGES, s.d., s.p.).

convite realizado para missões pelo Vigário de Tijucas, em agosto de 1930: “A convite do Padre Jacop H. Slater, digníssimo Vigário de Tijucas, na Archidiocese de Florianopolis, o Exmo. Snr. Bispo seguiu para aquella localidade, onde pregou duas santas missões, auxiliado pelo Frei Beda Koch, do convento de Blumenau” (DIOCESE DE LAGES, s.d., s.p.). De Tijucas, Dom Daniel seguiu para o Rio de Janeiro, a fim de tomar parte das homenagens que seriam prestadas ao 2º Cardeal, Dom Leme. Em Petrópolis, Dom Daniel palestrou no “retiro espiritual aos Irmãos da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis” (DIOCESE DE LAGES, s.d., s.p.). Dom Daniel e Dom Leme tinham afinidades no propósito em conduzir a ICAR no avanço institucional, Dom Daniel não mediu esforços para implementar os projetos de Dom Leme para a consolidação da ICAR na região circunscricional de Lages.

Dom Daniel, que teve como um dos pilares de sua ação pastoral a educação, após muitas reivindicações dos fiéis católicos lageanos, lançou o projeto, em 1930, para a construção de um estabelecimento de ensino, em Lages. Para isso, necessitava de recursos, e:

redobrou suas atividades, ajudando a ceifar na seara vizinha para levantar fundos necessários à construção da obra [...] Construiu o prédio com recursos, em grande parte pessoais, adquiridos pelas administrações do sacramento da Crisma na Arquidiocese de Curitiba e coletas feitas na ocasião. Suas pequenas economias fizeram levantar essa obra grandiosa quão necessária para a formação intelectual da juventude lageana (DIOCESE DE LAGES, s.d., s.p.).

Dom Daniel, em suas viagens pelo território diocesano, utilizava-se de seu poder simbólico para arrecadar fundos junto aos fiéis para concluir essa obra. Ele sabia que a educação era uma ferramenta a ser usada de forma eficaz para o avanço da ICAR e, com isso, formar católicos mais fiéis aos dogmas da Igreja. Para tanto, não mediu esforços para a consolidação da educação católica na região. Já em 1931, Dom Daniel inaugura o Colégio Diocesano, com uma grande festividade:

A grande festa teve inicio às dez horas da manhã, com o hasteamento da bandeira nacional no edifício do colégio, seguindo-se a missa campal que foi celebrada por D. Daniel e assistida por todas as autoridades locais e extraordinária massa de povo. Ao evangelho, D. Daniel proferiu belíssimo sermão sobre a inauguração do novo prédio do Colégio, tento recebido, após a missa, cumprimentos das autoridades e do povo (DIOCESE DE LAGES, s.d., s.p.).

Dom Daniel estava apenas dois anos à frente da Diocese de Lages e a sua presença no bispado era compreendida pelos católicos como a presença do “progresso”, uma vez que em Santa Catarina havia, até a fundação do Colégio Diocesano, em 1931, apenas “dois estabelecimentos de ensino secundário: Ginásio Catarinense, dirigido pelos Revmos. Padres Jesuítas, em Florianópolis, e Colégio Santo Antônio, sob a direção dos Revmos. Padres Franciscanos, em Blumenau” (DIOCESE DE LAGES, s.d., s.p.). Salienta-se que os colégios existentes eram de confissão católica, ou seja, o ensino secundário era de hegemonia católica nesse período. A liderança da ICAR percebia a educação como um espaço privilegiado de ação pastoral.

Com o apoio de Dom Daniel, em 9 de fevereiro de 1934, vieram para a Vila Herval, quatro irmãs da Congregação da Imaculada Conceição, as quais passaram a ministrar aulas no pequeno colégio paroquial, contíguo à Capela de Herval. Em julho de 1934, foi concluído um novo prédio, na Rua Campos Novos, hoje Santos Dumont, atrás da atual Matriz hervalense (LIVRO TOMBO Nº 1, PAROQUIA SANTA TEREZINHA DE JOAÇABA, 1934, p.18).

Figura 7 – Colégio Cristo Rei, em Herval, na década de 40



Fonte: DARIVA, 2002, p. 75

No dia 19 de dezembro de 1952, às 20h30min, irrompeu um forte incêndio que destruiu totalmente o Colégio Cristo Rei. O fogo se iniciou no salão grande do teatro. A instalação provisória do Ginásio foi providenciada em um prédio situado em Joaçaba, de propriedade do senhor Antônio Pagliosa⁵⁶ (DARIVA, 2002, p 76).

⁵⁶ Empresário da região de Joaçaba, na época.

O Colégio Cristo Rei, durante os anos de 1953 a 1955, funcionou nesse prédio provisório, sendo que, em dezembro de 1955, iniciou-se a construção do novo Colégio em Joaçaba, concluída em 1958 (ZÍLIO, 1998, p. 43). Na década de 1990, devido à falta de alunos e a problemas financeiros, houve o encerramento das atividades do educandário, funcionando naquele prédio o atual Colégio Superativo.

Figura 8 – Colégio Cristo Rei, em Joaçaba, na década de 60.



Fonte: Canal Meio Oeste. Disponível em: <https://meiooeste.blogspot.com/2014/06/joacaba-abaixo-de-zero.html>. Acesso em 21 fev. de 2020.

Em Caçador, em 1936, a Congregação das Irmãs de São José fundou o Colégio Nossa Senhora Aparecida. A ação dessas congregações, que se estabeleceram na mesorregião Oeste Catarinense foi responsável, também, pela criação dos hospitais da região (BLEICHUVEL, 2000, p. 94).

Em 1937, Dom Daniel incentivou a vinda dos Irmãos Maristas de Passo Fundo para instalar a educação marista no município do Cruzeiro. Em 1939, começou-se a construção do Ginásio Marista em terreno comprado e doado pela Prefeitura. Após algumas paralisações na obra, por falta de recursos e problemas com a documentação, enfim, em 11 de abril de 1943, o Ginásio Marista foi concluído: “No dia 11 de abril foi inaugurada solenemente, por Dom Daniel Hostin, Bispo Diocesano, o Ginásio “Frei Rogério” dos Irmãos Maristas. O resultado da

festa, Cr\$ 16.000,00 foi doado pela comissão organizadora ao dito Ginásio” (Apud BRUGNARA, 2013, p. 17). O Ginásio Marista do município Cruzeiro, fundado em 1943, em homenagem ao missionário franciscano Frei Rogério, quando da sua fundação, preparava jovens aspirantes à vida marista.

Dom Daniel Hostin, em 11 de abril de 1943, celebrou a missa campal no pátio do Ginásio e, em seguida, houve festa popular com churrasco, leilões e jogos. No dia seguinte à inauguração, o Ginásio tinha 90 alunos, divididos entre ginásio e curso preparatório. O ano escolar se encerrou com 171 alunos. Desses, 32 eram internos e 30 aspirantes à vida marista (BRUGNARA, 2013, p. 18).

Figura 9 – Festa de inauguração, em 11/04/1943, do Colégio Marista Frei Rogério, com missa celebrada por Dom Daniel



Fonte: BRUGNARA, 2013, p. 17

Figura 10 – Primeiro dia de aula do Ginásio Frei Rogério, em abril de 1943



Fonte: BRUGNARA, 2013, p. 18

Dom Daniel, em 18 de abril de 1945, criou a “Cruzada Eucarística Infantil do Menino Jesus”. O Bispo visava fortalecer os dogmas da ICAR desde a infância e assim ele mencionava: “Desejamos avorentemente que todas as crianças de Joaçaba se alistem nas fileiras do Cristo Rei Eucarística, constituindo um batalhão juvenil disciplinado e bem qualificado” (LIVRO TOMBO Nº 1 PARÓQUIA SANTA TEREZINHA DE JOAÇABA, 1945, p. 64). A Cruzada Eucarística era um movimento da ICAR que visava ao aprofundamento da fé católica e restauração cristã.

Em 1946, o Ginásio Frei Rogério promoveu em seu estabelecimento a “Cruzada Eucarística” e Dom Daniel foi um dos convidados a se fazer presente nesse evento.

Figura 11 – Turma da Cruzada Eucarística, em 1946. Dom Daniel Hostin (centro)



Fonte: BRUGNARA, 2013, p. 31

Dom Daniel também se fez presente no movimento da Ação Católica, promovido pela JEC – Juventude Estudantil Católica⁵⁷, em 1946, no Ginásio Frei Rogério.

⁵⁷ A JEC foi um movimento estudantil secundarista, criada como consequência da estratégia traçada pela Igreja Católica para recuperar, manter e ampliar a influência sobre a população jovem e adolescente no Brasil, instituída, no país em 1937 e extinta ao final da década de 1960 (PÉREZ, 2007, p.4).

Figura 12 – Grupo de Alunos da Ação Católica, em 1946. Dom Daniel Hostin (centro)



Fonte: BRUGNARA, 2013, p. 32

O Ginásio Marista gozava de grande prestígio social e, com isso, contribuiu para a formação da futura liderança política da região com princípios católicos. Em discurso pronunciado na Câmara Federal, em 1967, em razão da festa do Padre Champagnat, o ex-aluno marista - Deputado Federal Paulo Macarini⁵⁸ exalta a educação marista da região de Joaçaba:

os 25 anos do Ginásio Frei Rogério merecem um destaque especial. Iniciou nos idos de 1942 uma grande obra em favor de Santa Catarina. Milhares de jovens, graças ao <<Frei Rogério>>, alcançaram os degraus das faculdades e hoje ocupam e desfrutam lugar de destaque na vida social, política e econômica da comunidade brasileira (JORNAL CRUZEIRO DO SUL, 1967, p. 01).

Percebe-se, pelos registros fotográficos acima, dos alunos do Ginásio Frei Rogério, que a concepção pedagógica da educação era de cunho militar, com rígida disciplina, que visava, além da formação intelectual, um condicionamento comportamental.

⁵⁸ Natural de Capinzal – SC, onde nasceu, em 23 de março de 1932, formou-se em Direito, em 1957, pela Faculdade de Direito de Santa Catarina. Foi deputado federal na 42ª legislatura (1963 — 1967), eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e na 43ª legislatura (1967 — 1971), eleito pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Foi cassado, com os direitos políticos suspensos por dez anos, pelo disposto no artigo 4º do Ato Institucional Número 5, de 13 de dezembro de 1968. Faleceu, em 9 de fevereiro de 2006, em Curitiba. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/139332/biografia>. Acesso em 20 de fev. 2020.

Brugnara (2013, p. 25-26), comenta que é compreensível que tenha havido esse enfoque, pois a Europa vivia um dos seus mais trágicos acontecimentos, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Ao longo dos anos pós-guerra, esse aspecto gradativamente foi perdendo espaço. No entanto, os aspectos dogmáticos da Igreja Católica perduram até os dias de hoje na educação marista.

Em 1952, as Irmãs Salvatorianas construíram, no lugar em que fica hoje o Pavilhão da Igreja Matriz Senhor Bom Jesus, de Herval d'Oeste, dois pavilhões de madeira, onde se instalou o Educandário São José, em regime de internato. Em 1959, as Irmãs Catequistas Franciscanas estabeleceram-se nas dependências do Educandário São José, assumindo a direção do estabelecimento e dedicaram-se à formação de jovens para a vida religiosa. Além do ensino primário, fundaram o Jardim de Infância Santo Anjo da Guarda. Em 1967, com a inauguração do Colégio São José, o educandário deixou de funcionar e foi demolido (DARIVA, 2002, p 76). Quem passa a dar as cartas na educação católica nesse período são as ordens religiosas estrangeiras, que tiveram, na pessoa de Dom Daniel, um grande incentivador e aliado.

É fato que não se pode desconsiderar os benefícios que o sistema educacional da Igreja Católica proporcionou a sociedade, em especial da elite, da mesorregião Oeste Catarinense, sistema esse reconhecido nacionalmente. No entanto, fica evidente que durante o processo de recatolização a educação católica gozava de prestígio social não imputado às instituições de educação de outras denominações religiosas, independentemente da qualidade do ensino oferecido.

Dom Daniel fundou, em 1937, o Jornal *Guia Serrano*, que passou a ser o órgão da imprensa oficial da Diocese de Lages e, através da Circular nº 168, de 31 de março de 1956, motivou a leitura e divulgação da imprensa católica por parte dos fiéis, decretando que “o Jornal *Guia Serrano* seja assinado por todas as paróquias da Diocese e seja divulgado nas comunidades” (DIOCESE DE LAGES, s.d., s.p.). Dom Daniel, em 1967, no 30º aniversário do *Guia Serrano* comenta que o Jornal “representa para a Diocese, para os bispos e diocesanos, uma bandeira do cristianismo a orientar, a difundir, a exteriorizar o pensamento daquele espírito que nós não só devemos trazer na boca, mas sobre tudo no coração” (DIOCESE DE LAGES, s.d., s.p.). O Bispo compreende a importância da imprensa para criar e solidificar a narrativa católica e utilizou-se dessa ferramenta como estratégia para o avanço do processo de recatolização de toda a circunscrição diocesana de Lages.

A fim de compreender o crescimento, tanto no campo da ação pastoral, quanto cultural e material, compara-se com os dados estatísticos, o estado da Diocese de 1927, data da sua criação, com o ano de 1951.

Tabela 1 – Comparação estatística da Diocese de Lages, entre os anos 1927 e 1951

Ano	1927	1951
1 - Paróquias	06	35
2 - População Católica	185.325	417.353
3 - Comunhões	71.479	895.898
4 - Igrejas de material	07	38
5 - Clero secular	01	25
6 - Seminaristas	0	100
7 - Clero regular	16	73
8 - Ordens e Congregações Religiosas	a) Masculinas: 01 b) Femininas: 03	a) Masculinas: 07 Congregações com 114 religiosos; b) Femininas: 18 Congregações com 229 irmãs.
9 - Escolas católicas	a) Para Meninos: 01; b) Para Meninas: 02; c) Mistas 03.	a) Para Meninos: 11 com 1.373 alunos; b) Para Meninas: 05 com 903 alunas; c) Mistas: 14 com 3.423 alunos.
10 - Escolas Mistas Estaduais ou Municipais (sob direção de religiosas)	0	11 com 1.403 alunos
11 - Hospitais, casas de Saúde, Asilos etc. (sob direção de religiosas).	01	15 com 9.429 enfermos

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Diocese de Lages (s.d., s.p.).

Após 24 anos da criação da Diocese de Lages e, sob o governo episcopal de Dom Daniel, o crescimento da Diocese é visível através da tabela acima. Esses dados não contabilizam números referentes à Paróquia de Itapiranga, município de Chapecó, que passou para a recém-criada Prelazia de Palmas, em 1933.

Tal avanço institucional da Diocese de Lages fez despertar, até mesmo, a atenção do Papa Pio XII, que, na ocasião do jubileu de prata (25 anos) de Dom Daniel à frente da Diocese, em 1954, assim se manifestou em carta:

És o primeiro Bispo desta Diocese. Mas, é bem conhecido como, nestes anos de tua administração, te tornaste altamente benemérito da Igreja. Pois, pela tua dedicação e solicitude pastoral viste crescer o rebanho dos fiéis e aumentar o escol de teus sacerdotes. Quantas igrejas e casas paróquias que fundaste, como se multiplicaram pelo teu zelo e ação as escolas católicas e os estabelecimentos da caridade cuidados por Congregações religiosas. Mas, de um modo especial te empenhaste pelas vocações eclesíásticas [...] Em virtude de todos estes preciosos frutos de teu esforço, cordialmente, te apresentamos os Nossos parabéns [...] Roma, junto a São Pedro, aos 15 dias do mês de agosto o ano de 1954, 16º de Nosso Pontificado. Ass. Pio XII, Papa (DIOCESE DE LAGES, s.d., s.p.).

Nessa carta de Pio XII endereçada a Dom Daniel, o Papa faz questão de enfatizar o trabalho do Bispo em favor da vocação eclesíastica. A tabela 1 demonstra esse empenho, uma vez que, em 1927, não havia nenhum seminarista e, em 1954, havia 100. O recrutamento de seminaristas se dava, sobretudo, entre descendentes de estrangeiros, os quais, para a ICAR, ainda conservavam vivas as categorias de uma Igreja com características tridentinas, o que traziam de seus países de origem, e ainda não haviam absorvido as vicissitudes do catolicismo popular, arraigado no Brasil. Entre os imigrantes, particularmente, italianos e alemães, floresceram vocações no período (FILIPPIM, 2001, p. 9).

Filippim (2001, p. 22), comenta que, em janeiro de 1940, foi fundado o Seminário Menor São João Batista, em Bom Retiro (atual município de Luzerna). As atividades do seminário têm início em 1941, contando com uma turma de 41 seminaristas, com a seguinte faixa etária na data do ingresso:

Tabela 2 – Relação de alunos do Seminário Menor São João Batista, em Bom Retiro, em 1941

Idade	Nº de Seminaristas
11 anos	10
12 anos	12
13 anos	05
14 anos	12
15 anos	01
16 anos	01

Fonte: Livro de Registro de Seminaristas do Seminário São João Batista apud Filippim, 2001, p. 22.

Filippim (2001, p. 22) ainda comenta que dos 41 seminaristas da turma de 1941, 40 são provindos de famílias de descendência italiana ou alemã. O Seminário São João Batista, de Bom Retiro (atual município de Luzerna), funcionou até 1946 e, a partir de 1947, os alunos da primeira série ginasial e o admissão foram transferidos para Lages, ainda em prédio provisório, enquanto alunos das terceira e segunda séries ginasiais foram matriculados no Seminário Menor Nossa Senhora Aparecida, de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul (DIOCESE DE LAGES, s.d., s.p.). A formação sacerdotal nesses seminários era de orientação ultramontana - uma orientação política desenvolvida pela ICAR no período de recatolização, que era marcada pelo centralismo em Roma e uma recusa ao mundo moderno, como tratado no capítulo I.

Figura 13 – Seminário São João Batista



Fonte: Seminários Franciscanos. Disponível em: <https://seminaristasfranciscanos.blogspot.com/2012/04/voce-ja-esteve-aqui-seminario-sao-joao.html>. Acesso em 21 fev. de 2020.

Até 1959, é Dom Daniel quem comanda pessoalmente os caminhos da Igreja Católica na mesorregião Oeste Catarinense. A partir de então, ele recebe um Coadjutor - Dom Afonso Niehus - que fará as visitas pastorais à região. Em 1967, após 38 anos de trabalhos de Dom Daniel, é o seguinte o quadro da Diocese de Lages:

Tabela 3 – Comparativo estatístico da Diocese de Lages (1927-1967)

Ano	1927	1951	1967
Paróquias	06	35	58
Capelas	Não encontrado (obs. Em 1939 havia 329 capelas).	Não encontrado	800
Sacerdotes	16	73	90
Irmãs	Não encontrado	229	500
Ensino Católico	06	31	50

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Diocese de Lages (s.d., s.p.)

A tabela 3 demonstra um crescimento expressivo de paróquias, sacerdotes e estabelecimentos de ensino, ao longo dos anos. Dom Daniel, no comando da Igreja Católica na mesorregião Oeste Catarinense, exerceu, sobretudo no aspecto moral, forte controle não somente das práticas religiosas como, também, do imaginário dos fiéis católicos. O período de forte atuação de Dom Daniel, que foi entre os anos de 1930 a 1960, corresponde ao período em que mais se evidenciou, na mesorregião Oeste Catarinense, o processo de recatolização da Igreja Católica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A historiografia brasileira sobre o catolicismo nos séculos XIX e XX é abundante, embora não seja possível afirmar o mesmo quanto a trabalhos sobre a recatolização na mesorregião Oeste Catarinense, nesse período. Ao lançarmos um olhar retrospectivo para o conteúdo do nosso estudo, cremos ter alcançado os objetivos propostos inicialmente, que visavam compreender as ações do Dom Daniel no processo de recatolização e como se desenvolveu o avanço institucional da Igreja Católica, entre as décadas de 30 a 60, na mesorregião Oeste Catarinense, período de forte atuação de Dom Daniel Hostin na região.

No primeiro capítulo, tratou-se da Igreja Católica e sua relação com o império brasileiro, quando a Igreja se via impedida de implementar suas ações e avançar institucionalmente. Durante o Império, o Estado acabou por “sufocar” a instituição católica, não permitindo uma saudável convivência entre os poderes espiritual e temporal. Com o regime do Padroado, a Igreja Católica no Brasil era totalmente dependente do Império e somente poderia seguir os ditames da Cúria Romana se tivesse o beneplácito imperial. O Imperador Dom Pedro II, com a prerrogativa de nomear bispos, busca nomear um episcopado mais conservador, chamado de Ultramontano e, com isso, evitar a nomeação de padres que tinham simpatias com movimentos crítico-políticos. No entanto, esses bispos ultramontanos seguiam os ditames da cúria romana. Tal situação foi responsável pelo surgimento da crise entre o Estado e a Igreja - a denominada “questão religiosa”.

O projeto ultramontano era baseado no Concílio de Trento (1545 - 1563), sendo retomado no Concílio do Vaticano I (1869 - 1870). Para que esse projeto restaurador tivesse êxito, era necessário que a liderança católica voltasse a gravitar na órbita da Santa Sé, que teve a consolidação dessa intenção com a instituição do dogma da infalibilidade papal, durante o Concílio Vaticano I. Com isso, havia um desejo da liderança católica brasileira ultramontana em substituir o catolicismo popular e regalista pelo ultramontano.

Com o advento da República, apesar dos conflitos iniciais, devido ao seu pendor secularizante, a Igreja Católica Brasileira viu-se, finalmente, livre para poder gerir e aderir ao projeto da Santa Sé e, assim, iniciou-se a criação de dioceses por todo o país. Esse alinhamento deu-se de forma concreta com a realização do Concílio Plenário Latino Americano, de 1899, que estabeleceu as diretrizes a serem

seguidas nos vários aspectos da vida da Igreja, em toda a América Latina. Sendo um documento feito por Roma, é evidente que as especificidades religiosas nacionais foram deixadas de lado, prevalecendo o conteúdo doutrinário ultramontano. O episcopado brasileiro, em reuniões por províncias eclesiásticas, manteve-se firme e coeso em relação ao cumprimento das decisões emanadas do Concílio Plenário Latino Americano, realizando conferências episcopais e sínodos diocesanos. Em 1915, na Pastoral Coletiva, constituíram-se documentos norteadores que foram um ponto culminante no que se refere à postura eclesiástica brasileira, conferindo homogeneidade de ação pastoral, reforço à hierarquia, afastamento do leigo das atividades religiosas, monopolização dos cultos, festas, romarias e santuários, pelo clero. Diante disso, apelou-se para a importação de ordens e congregações religiosas estrangeiras, que uma vez estabelecidas, seguiram à risca as decisões emanadas da Cúria Diocesana, substituindo ou atrelando as irmandades ou confrarias ao clero, criando novas associações devocionais e caritativas, combatendo aquilo que se chama de ignorância religiosa ou superstição, dando ênfase à imprensa católica e alinhando-se, em âmbito estadual e local, às elites dirigentes.

Um líder do processo de recatolização no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, foi o Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme, sendo ele o responsável pela reativação das relações da Igreja com o Estado. O Estado, por sua vez, vê a Igreja como um valioso instrumento de legitimação da ordem. Aliás, ambos compartilham os mesmos anseios de ordem e autoridade.

No segundo capítulo, ao abordar os conceitos de campo religioso e poder simbólico, de Bourdieu, constatamos que o campo religioso foi e ainda é um espaço de jogo de interesses e chegamos ao entendimento de que o catolicismo se intitulava e, para muitos, ainda se intitula como o único poder religioso legítimo para apropriar-se dos bens simbólicos e ser o detentor dos meios de salvação. Sendo assim, podemos compreender as relações de poder que ocorreram na criação das dioceses de Curitiba (1892) e Florianópolis (1908). Nesse capítulo, buscamos refletir, através da analogia de “pêndulo”, trabalhada por Ivan Manoel, como a Igreja buscou, através do processo de recatolização, o equilíbrio pendular apoiado na doutrina ultramontana. Neste contexto, destacamos ainda a criação da Diocese de Lages, em (1927), que compreendia mais da metade do território catarinense e, a ascensão de Dom Daniel ao episcopado diocesano de Lages. Dito isso, dissertamos

sobre a bibliografia de Dom Daniel e o seu perfil restaurador totalmente alinhado com a hierarquia eclesiástica e como o primeiro Bispo diocesano foi investido do poder simbólico e real para conduzir a Igreja Católica na mesorregião Oeste Catarinense.

Por fim, no terceiro capítulo, primeiramente, empenhamo-nos em compreender o processo de colonização da mesorregião Oeste Catarinense, um território abandonado, com problemas de limites e disputas. Foi com o objetivo de garantir a posse de um território reivindicado pela Argentina que o governo brasileiro preocupou-se com o seu povoamento. Para isso, construiu uma ferrovia ligando a região ao centro do país. A Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande é tida pela historiografia como uma característica de colonização da Frente Pioneira, sendo, assim, um marco da penetração capitalista na região. A ferrovia foi uma mola propulsora da colonização de toda a mesorregião Oeste Catarinense. Através dela e da ampla propaganda lançada pelas companhias colonizadoras, a região recebeu grande contingente populacional do Rio Grande do Sul, formando, assim, pequenos núcleos urbanos e, com isso, iniciando-se um processo de mudança em vários sentidos. Com a chegada dessas populações a mesorregião Oeste Catarinense, novas relações sociais se estabeleceram, uma vez que a região já era habitada, inclusive, por ex-funcionários da empresa construtora da estrada de ferro que, a partir da conclusão, espalharam-se pela região, resultando em grande miscigenação entre os índios locais. Tais grupos possuíam valores, culturas e morais diferentes.

Sendo assim, os imigrantes que se estabeleceram às margens da ferrovia organizaram-se em torno da igreja e da escola, duas instituições que foram amplamente apoiadas pelas companhias colonizadoras, o que procuramos destacar nesse estudo. A vida social e cultural a mesorregião Oeste Catarinense gravitava ao redor dessas instituições. Com isso, a pesquisa realizada, tanto na historiografia, quanto nos arquivos da Igreja Católica, possibilitou-nos ampliar as discussões sobre as articulações que Dom Daniel Hostin promoveu junto das companhias colonizadoras para ampliar o avanço institucional da Igreja.

Ao investigar a trajetória de atuação de Dom Daniel frente à Diocese de Lages, foi possível identificar algumas questões relevantes nesse estudo, como: a preocupação em afirmar a autoridade do Papa, no âmbito da Igreja Universal Católica, do Bispo, no âmbito da Diocese, e, do clero, no âmbito da paróquia. A atuação de Dom Daniel e sua ligação com o poder político regional ficou evidenciada

na análise de seu discurso sempre muito próximo das elites locais e, com isso, o Bispo não mediu esforços em favor da política nacionalista empreendida pelos governantes da época.

Dom Daniel manteve uma conduta totalmente afinada com os projetos em prol da Igreja, construídos pelo Cardeal Dom Leme e, assim, comunicava-se com o clero e com os fiéis através de cartas pastorais, avisos e decretos, convocando-os e motivando-os a se inserirem no processo de recatolização. Realizou sínodos diocesanos, visando ajustar a Igreja às diretrizes emanadas do Concílio Plenário Latino Americano, realizou visitas pastorais constantes e, valeu-se do trabalho das ordens e congregações religiosas estrangeiras e manteve uma sólida aliança com as elites dirigentes locais. A ação pastoral do Bispo teve como marca uma intervenção ativa na sociedade da época. Fundou escolas, bem como seminários diocesanos, inúmeras associações, imprensa oficial diocesana e várias paróquias.

Dom Daniel não somente procurou promover o avanço institucional da Igreja Católica, mas também atuou na questão moralizante dos fiéis católicos, sobretudo, no espaço do cotidiano, recomendando aos fiéis que não efetuassem matrículas de suas crianças em escolas não católicas, condenando as “loucuras” do carnaval e bailes e demais males da modernidade.

Dentre as dificuldades encontradas para a construção deste estudo, destacam-se os empecilhos relacionados à obtenção de fontes primárias, uma vez que muitas delas eram ilegíveis, não dispunham de assinatura, a fim de comprovar a autenticidade e, tampouco eram datadas. Soma-se a isso, o sigilo exigido para alguns documentos, que impede uma pesquisa mais aprofundada em determinados aspectos. Percebe-se que ainda não é pacífica a abertura total dos arquivos da Igreja à pesquisa. Existe o medo, de certa forma coerente, do uso ideológico de tais fontes. A Igreja, como instituição, busca se preservar de críticas que possam ocorrer.

O processo de recatolização da Igreja Católica, evidentemente, ocorreu e deixou profundas marcas na atual configuração da sociedade na região. Porém, esse processo não foi capaz de combater o crescimento do protestantismo e das novas denominações religiosas, que se multiplicaram ao longo das décadas que sucederam o período desse estudo. Dito isso, pode-se concluir que Dom Daniel Hostin era, ao mesmo tempo, defensor de um catolicismo ultramontano, que tem características conservadoras e em prol dos dogmas católicos e, progressista, em relação ao avanço institucional da Igreja.

Sendo assim, esta dissertação, obviamente não encerra o assunto, mas deve ser entendida como um desafio para novas investigações, esperando-se que este trabalho contribua, de alguma forma, para a compreensão do período de 1930 a 1960 da história da mesorregião Oeste Catarinense.

REFERÊNCIAS

- ACHIAMÉ, Fernando. Espero em tua palavra. In: LACERDA, D. Pedro Maria de. **Diários das visitas pastorais de 1880 e 1886 à Província do Espírito Santo**. Vitória: Phoenix Cultura, 2012. Disponível em: <http://www.estacaocapixaba.com.br/2016/01/d-pedro-maria-de-lacerda-biobibliografia.html>. Acesso em: 01 de ago. 2019.
- ANDRADE, Allan Azevedo. **Entre a Igreja e o Estado: Atribuições e Atribuições de um Bispo Ultramontano na Amazônia (1844-1857)**. 2017. 169 f. (Dissertação de Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Pará. Pará. 2017.
- ALVES, Solange Dias de Santana. **Dom Augusto Álvaro da Silva e a romanização na Bahia**. Salvador: Sagga, 2018.
- ALMEIDA, Vitor. **Capinzal: joia desta terra e desta gente**. Joaçaba: Unoesc, 2004.
- AURAS, Marli. **Guerra do Contestado: A Organização da Irmandade Cabocla**. São Paulo: Cortês, 1984.
- AZEVEDO, Thales. **Igreja e Estado em tensão e crise**. São Paulo: Ática, 1978.
- AZZI, Riolando. **A Cristandade Colonial: um projeto autoritário**. São Paulo: Edições Paulinas, 1987.
- AZZI, Riolando. **A neocristandade: um projeto restaurador**. São Paulo: Paulus, 1994.
- AZZI, Riolando. **Dom Manuel Joaquim da Silveira, primaz da Bahia (1861-1874), e a Luta pela liberdade da igreja**, Petrópolis, Vozes, 1974a.
- AZZI, Riolando. **O movimento brasileiro de reforma católica durante o século XIX**. Petrópolis, Vozes, 1974b.
- AZZI, Riolando. Presença da Igreja na sociedade brasileira e formação das dioceses no período republicano. In: SOUZA, Rogério Luiz de; OTTO, Clarícia (org.). **Faces do catolicismo**. Florianópolis: Insular, 2008. p. 17-40.
- BEOZZO, José Oscar. **500 anos de evangelização na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1992.
- BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: HOLANDA; Sérgio Buarque de. **O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964)**. 3 ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 269-341.
- BESEN, José Artulino. **500 anos de Evangelização**. São Paulo: Mundo e Missão, 2000.

BESEN, José Artulino. **História na Igreja em Santa Catarina**: Dom Joaquim Domingues de Oliveira e Dom Afonso Niehues/José Artulino Besen. Florianópolis: Academia Catarinense de Letras, 2014.

BESEN, José Artulino. **A criação da Diocese de Florianópolis em 1908**. Revista Encontro Teológicos, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 9-63, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/view/344/331>. Acesso em: 11 jun. 2019.

BILIBIO, Rogério, Augusto *et al.* **Centenário do Município de Joaçaba**. Joaçaba: Unoesc, 2017.

BOURDIEU, Pierre. A dissolução do religioso. In: **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Tradução: Sérgio Miceli et al. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Tradução: Sérgio Miceli et al. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BLEICHUVEL, Ecleides de Fátima. **Dois Instituições e um Projeto: Igreja, Escola e Nacionalização no Vale do Rio do Peixe em Santa Catarina (1917 – 1945)**. 2000. 227 f. (Dissertação de Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2000.

BRASIL. Constituição (1891). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>. Acesso em: 19 jun. 2019

BRASIL. **Decreto nº 119-A**, de 7 de janeiro de 1890. Brasília: Presidência da República do Brasil, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D119-A.htm. Acesso em: 24 jun. 2019.

BRUNEAU, Thomas. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

BRUGNARA, Roque. **Colégio Marista Frei Rogério: 70 Anos em Joaçaba**. São Paulo: FTD, 2013.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Subsídios para a história eclesial de Santa Catarina: a diocese de Florianópolis, sua criação, seus preladados. **Revista de**

História, v. 35, n. 72, p. 417-461, 28 dez. 1967. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/126798>. Acesso em: 11 de out. 2019.

CAMPOS, Germano Moreira. **Ultramontanismo na Diocese de Mariana: o governo de D. Antônio Ferreira Viçoso (1844-1875)**. 2010. 202 f. (Dissertação de Mestrado) - Departamento de História. Universidade Federal de Ouro Preto. Minas Gerais. 2010.

CARLOS RODRIGUES, Roberto. **O processo de Romanização através da mídia; da educação e da política na região de Joaçaba no período de 1920 a 1980**. 2011. 53 f. (Trabalho de Conclusão de Curso – TCC) - Área das Ciências Humanas e Sociais. Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC. Joaçaba. 2011

CASSOL, Francielle Moreira . **O processo de patrimonialização e a turistificação da Romaria de Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças de Santa Maria/RS (2003-2012)**, 2014. 149 f. (Dissertação de Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo. 2014.

COELHO, Tatiana Costa. **Discursos Ultramontanos no Brasil do Século XIX: Os Bispados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro**. 2016. 286 f. (Tese de Doutorado) – Instituto de Ciências e Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2016.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 6. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COSTA, Licurgo. **O Continente das Lagens: Sua história e influência no sertão da terra firme**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982. 1 v.

DARIVA, Cylo Sergio. **Herval D' Oeste: da colonização à emancipação política 1910 – 1953**. Herval d' Oeste: Prefeitura de Herval d' Oeste, 2002.

DE PAULO, Carlos Fermino. **Vigiai e Orai: O Livro Tombo da Catedral de Lages (1898 – 1938) e a Educação**, 2015. 124 f. (Dissertação de Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade do Planalto Catarinense. Lages. 2015.

FILIPPIM, Eliane Salete. **A Romanização da Igreja Católica Apostólica no Meio – Oeste catarinense – 1920 a 160**. 2001. 31 f. Monografia (Especialização em História) – Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, 2001.

FRAGOSO, Hugo. A igreja na formação do Estado liberal (1840-1875). *In: História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. t. II/2, segunda época. Petrópolis, Vozes, 1985. p. 141 – 153.

FRAGOSO, Hugo. **Também sou teu povo, Senhor: Jubileu 2000 – 500 anos evangelizando o Brasil**. Paulo Afonso: CNBB - Regional NE 3, 2000.

GAUDEMAR, Jean P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

GOLIN, Tau. **A fronteira**. Passo Fundo: Méritos, 2015.

HACK, Osvaldo Henrique. **Presbiterianismo no Oeste Catarinense: resgatando a sua história**. Florianópolis - SC: Gráfica Capital, 2008.

HAUCK, João Fagundes. A igreja na emancipação (1808-1840), In: FRAGOSO, Hugo; BEOZZO, José Oscar; GRIJP, Klaus Van Der. **História da igreja no Brasil; ensaio de interpretação a partir do povo**. t. II/2, segunda época. Petrópolis, Vozes, 1985. p. 7-131.

HARVEY, David. **A produção do espaço capitalista**. São Paulo: Annablume, 2005.

HEINEN, Luiz. **Colonização e Desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina: Aspectos Sócio-Político-Econômico e Religiosos**. Joaçaba: UNOESC, 1997.

HEINSFELD, Adelar. **A Questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o Início da Colonização Alemã no Baixo Vale do Rio do Peixe – SC**. Joaçaba: UNOESC, 1996.

HEERDT, Moacir. **As Escolas Paroquiais em Santa Catarina (1890 – 1930)**. 1992. 202 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.

CEPA - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA. **Colonização e evolução econômica: breves considerações – oeste catarinense**. Florianópolis: Secretaria do Estado e Desenvolvimento e da Agricultura, 1990, 33 p.

JOCHEM, Toni Vidal. **A formação da Colônia Alemã Teresópolis e a atuação da Igreja Católica (1860 – 1910)**. 2002. 155 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

LAZZARINI, Sergio. **História demográfica da Paróquia São João Batista de Campos Novos (1872 -1940)**. 1993. 168 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.

LEÃO XIII, Papa. Carta Encíclica *Rerum Novarum*, 1891. In: CAMACHO, Ildelfonso. **Doutrina Social da Igreja: abordagem histórica**. São Paulo; Ed. Loyola, 1995.

LEÃO XIII, Papa. **Rerum Novarum**, Vaticano, 1891. Versão portuguesa. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerumnovarum_it.html. Acesso em: 13 de agos. 2019.

LEITE DIAS, Filipe de Faria. **A constituinte de 1933: A participação da Liga Eleitoral Católica na composição da Assembleia Constituinte na região de Ribeirão Preto**, 2009. 93 f. (Dissertação de Mestrado) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Franca. 2009.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **Pio IX e o catolicismo no Brasil**. REB-Revista Eclesiástica Brasileira, Petrópolis, Vozes, v.40, fasc.158, Junho 1980, p. 270-285.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **Reformismo da Igreja no Brasil império: do celibato à caixa eclesiástica**. São Paulo, Loyala, s.d.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. Separação da Igreja e do Estado no Brasil (1890): uma passagem para a libertação. **REB-Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, Vozes, v.35, fasc.139, Setembro 1975, p. 624-647.

MANOEL, Ivan Aparecido. A criação de paróquias e dioceses no Brasil no contexto das reformas ultramontanas e da Ação católica. In: SOUZA, Rogério Luiz de; OTTO, Clárcia (org.). **Faces do catolicismo**. Florianópolis: Insular, 2008. p. 41-60.

MANOEL, Ivan Aparecido. **O pêndulo da história: tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960)**. Maringá: Eduem, 2004.

MARCON, Frank. A escravidão em Lages: negros livres, libertos e escravos. In: HEINSFELD, Adelar (org.). **A Região em Perspectiva: Diferentes Faces da História Catarinense**. Joaçaba: Edições Unoesc, 2001.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira. A degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

MARTINS, Paulo Soderó. **Dinâmica evolutiva em roças de caboclos amazônicos**. In: Vieira, Célia Guimarães et al. (orgs.). **Diversidade biológica da Amazônia**. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001, pp. 369-384.

MATOS, Valéria. A Música Sacra religiosa: fatores antecedentes no Brasil ao Motu Proprio Tra Le Sollicitudini. In SIMPÓSIO DE PÓS GRADUADOS EM MÚSICA, 3., 2014. Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: SIMPOM, 2014. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/simpom/article/view/4730/4222>. Acesso em: 24 jun. 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã (I-Feuerbach)**. São Paulo: Hucitec, 1987.

MEDEIROS, Rangel de Oliveira. Os novos campos de disputa: A renovação carismática e o movimento pentecostal. In: SOUZA, Rogério Luiz de; OTTO, Clárcia (org.). **Faces do catolicismo**. Florianópolis: Insular, 2008. p. 359-373.

MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro, Bertrand, 1988.
MOREIRA, Jean Carlos. **História: cultura e sociedade**; v. 2. Curitiba, Positivo, 2010.

MICHELETTO, Selma Ribeiro Araújo. **Forjar da terra o milagre do pão: o Assentamento Timboré - Andradina/SP**. 2003. 149f. (Dissertação de Mestrado) -

Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2003.

MONTEIRO, Patrick Corrêa. **O Anteparo do Sagrado: A Liga Eleitoral Católica e o princípio da indissolubilidade do casamento na Constituição de 1934**. 2016. 99 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

MORAES, Marcos Juvencio de. **As Disputas pelo Palácio Governamental Catarinense: As Oligarquias, os Autoritários e a Instrumentalização do Nacionalismo**. 2012. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) - História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

NEOTTI, Frei Clarêncio. **Frei Bruno Linder: Tudo para todos**. 3 ed. Vila Velha: Abba, 2014.

OLIVEIRA, Livia Gabriele de, **A Presença da Igreja nas Ações Abolicionistas no Norte Mineiro: O caso do Bispado de Diamantina – 1864-1888**. 2011. 113 f. (Dissertação de Mestrado) - Departamento de História. Universidade Federal de Ouro Preto. Minas Gerais. 2011.

ORLANDO, Evelyn de Almeida. Contribuições sociológicas para a história da educação: a religião como fio condutor de um diálogo com Pierre Bourdieu e Max Weber. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 13, n. 52, p. 387-401, 19 nov. 2013. DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v13i52.8640249>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640249/7808>. Acesso em: 14 jul 2019.

OTTO, Claricia. **Catolicidades e Italianidades: Jogos de Poder no médio Vale do Itajaí-açu e no Sul de Santa Catarina**. 2005. 271 f. (Tese de Doutorado) - Centro de Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

PAMPLONA, Pe. Carlos. **Brasão Diocesano. Lages. [s.d]**. Disponível em: <http://diocesedelages.org.br/v1/brasao-diocesano/>. Acesso em 05 set. 2019.

PEREIRA, André Phillipe. **Uma neocrisandade no Brasil: a atuação do Cardeal Leme para tornar o Brasil um país católico**. 2018. 204 f. (Tese de Doutorado) - Departamento de Teologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2018.

PEREIRA MARTINS, Gabriela. Ultramontanos, positivistas e liberais: reflexões a partir da separação Igreja-Estado. **Sacrilegens**, v. 5, n. 1, p. 54-73, 15 mar. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/sacrilegens/article/view/26457>. Acesso em: 08 de agos. 2019.

PÉREZ, Susana Roman Blanco. **“Ver-Julgar-Agir”**: análise de práticas da juventude estudantil católica feminina (entre as décadas de 1950 e 1960). 2007. 166 f. (Dissertação de Mestrado em Educação) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC, São Paulo, 2007.

PIAZZA, Walter Fernando. **A igreja em Santa Catarina**: notas para sua história. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1977.

PIO X. Carta encíclica "**Pascendi dominici gregis**": sobre as doutrinas modernistas. 1907. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-x/en/encyclicals/documents/hf_p-x_enc_19070908_pascendi-dominici-gregis.html. Acesso em: 07 mai. 2019.

POLETTI, Lizandro. **Pastoreiro de almas em terras Brasilis**: a Igreja Católica no Paraná até a criação da Diocese de Curitiba (XVII-XIX). 2010. 136f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

QUEIROZ, Alexandre Muniz de (Org.). **Álbum Comemorativo do Cinquentenário do Município de Joaçaba**. Curitiba (PR), IP, 1967.

QUEIROZ, Mauricio Vinhas de. **Messianismo e Conflito Social: A Guerra Sertaneja do Contestado de 1912-1916**. São Paulo: Ática, 1977.

RABUSKE, Arthur. **Os inícios da República Brasileira e a Igreja Católica**. São Leopoldo, UNISINOS, 1989.

RADIN, José Carlos. **Italianos e Ítalo-Brasileiros na Colonização do Oeste Catarinense**. Joaçaba: Edições UNOESC, 2001.

RADIN, José Carlos. **Companhias colonizadoras em Cruzeiro**: representações sobre a civilização do sertão, 2006. 212 f. (Tese de Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

RIBEIRO, Pedro Assis. **Gênese e estrutura do catolicismo romanizado brasileiro**. Petrópolis. Vozes. s.d.

RODRIGUES, Anna Maria Moog. **A Igreja na República**. Brasília: Câmara dos Deputados: Editora Universidade de Brasília, 1981.

ROMANO, Roberto. **Conservadorismo Romântico**: Origem do Totalitarismo. São Paulo, Brasiliense, 1981.

SACHET, Celestino. **O Contestado**. Florianópolis: Século Catarinense, 2001.

SANTA CATARINA. Departamento Estadual de Geografia e Cartografia. **Atlas geográfico de Santa Catarina**. Florianópolis: DEGC/SC, 1958. 154 p.

SANTOS, José Faustino de Almeida. **O coronelismo nos manuais didáticos de História no Ensino Fundamental das escolas públicas de Ribeirão Preto**. 2014. 310 f. (Dissertação de Mestrado) - Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo/USP, 2014.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng**. Florianópolis: Edeme, 1973.

SERBIN, Kenneth. **Padres, Celibato e Conflito Social**: uma história da Igreja católica no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SERPA, Élio Cantalício. **A Igreja e o Catolicismo Popular no Planalto Serrano Catarinense (1891 – 1930)**. 1989. 222 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1989.

SERPA, Élio Cantalício. **Igreja e Poder em Santa Catarina**. Florianópolis; Ed. da UFSC, 1997.

SIGRIST, José Luiz. **A JUC no Brasil – evolução e impasse de uma ideologia**. Piracicaba: Cortez, 1982.

SINGER, Paul. **Dinâmica populacional e desenvolvimento**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SOUZA JUNIOR, José Pereira de. **Estado Laico, Igreja Romanizada na Paraíba Republicana**: Relações Políticas e religiosas (1890 – 1930). 2015. 233 f. (Tese de Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SOUZA, Rogério Luiz de. *Desejos de Civilidade e Ser Moderno: Uma História sobre o Nascimento da Diocese de Florianópolis*. In: SOUZA, Rogério Luiz de; OTTO, Clarícia (org.). **Faces do catolicismo**. Florianópolis: Insular, 2008. p. 61-82.

SOUZA, Luiz Alberto Gomes de. **A JUC – os estudantes católicos e a política**. Petrópolis: Vozes, 1984.

SCAMPINI, José. **A liberdade religiosa na Constituição Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1978.

THOMÉ, Nilson. **Trem de Ferro**. Florianópolis, Lunardelli, 1983.

WERNET, Augustin. **O concílio plenário da América Latina**: etapa decisiva do processo de romanização no Brasil. 1988. Mimeografado.

VIEIRA, Dilermando Ramos. **História do Catolicismo no Brasil**. v. 1. 1500-1889. Aparecida, SP: Santuário, 2016.

VILLAÇA, Antônio Carlos. **O pensamento católico no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

WELTER, Liane. **O espaço geográfico do oeste catarinense e sua cartografia ambiental**. 2006. 91 f. (Dissertação de Mestrado) - Programa de Pós-Graduação de Geografia Humana. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2006.

WIGGERS, Andreas. **A Igreja no Planalto Catarinense**. Revista Encontro Teológicos, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 105-119, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/view/347/334>. Acesso em: 17. jul. 2019.

ZÍLIO, Alessandra; COLERAUS, Vanessa. **Conversa de Santos: Frei Bruno e Frei Edgar**. Edição particular, Joaçaba 1998.

FONTES

CADERNOS EM BLUMENAU. UMA GRANDE PEDRA. **Cadernos em Blumenau**. v. 15, n. 11, nov. 1973, p. 216 – 217,. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/blumenau%20em%20cadernos/1973/BLU1973011.pdf>. Acesso em 29 agos. 2019.

DIOCESE DE LAGES. **Histórico da Diocese de Lages**. (s.d., s.p.) MIMEO.

HALL, Mayelle. Especial Joaçaba 91 anos. **Raízes Diário**. Joaçaba – SC, p. 5-6, 29 ago. 2008. Acervo Biblioteca Pública de Joaçaba – SC.

JORNAL CRUZEIRO DO SUL. Joaçaba. Acervo da Biblioteca da UNOESC, Campus de Joaçaba. A partir de 1953; coleção incompleta.

LIVRO TOMBO Nº 1 – GOVERNO DIOCESANO DE LAGES. LAGES/SC (1929 – 1946). Acervo disponível no Arquivo da Mitra de Lages.

LIVRO TOMBO Nº 2 – GOVERNO DIOCESANO DE LAGES. LAGES/SC (1946 – 1964). Acervo disponível no Arquivo da Mitra de Lages.

LIVRO TOMBO Nº 1 – PARÓQUIA SANTA TEREZINHA DE JOAÇABA. JOAÇABA/SC (1930 – 1979). Acervo disponível na Paróquia de Joaçaba.